



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

YOHANN EIJI MORI SARACHO

**MATRIZES HISTÓRICO-ECONÔMICAS DA BURGUESIA  
BRASILEIRA: NOTAS SOBRE A AUTOCRACIA E O MITO DA  
BURGUESIA NACIONALISTA**

---

Londrina

2023

YOHANN EIJI MORI SARACHO

**MATRIZES HISTÓRICO-ECONÔMICAS DA  
BURGUESIA BRASILEIRA: NOTAS SOBRE A AUTOCRACIA  
E O MITO DA BURGUESIA NACIONALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha II – Psicologia Social e Processos Institucionais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bonetti Lima.

Londrina  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Saracho, Yohann.

Matrizes histórico-econômicas da burguesia brasileira: : notas sobre a autocracia e o mito da burguesia nacionalista. / Yohann Saracho. - Londrina, 2023.  
217 f.

Orientador: Alexandre Bonetti Lima.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2023.  
Inclui bibliografia.

1. Burguesia brasileira - Tese. 2. Capitalismo Dependente - Tese. 3. Autocracia - Tese. I. Bonetti Lima, Alexandre . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU 159.9

YOHANN EIJI MORI SARACHO

**MATRIZES HISTÓRICO-ECONÔMICAS DA  
BURGUESIA BRASILEIRA: NOTAS SOBRE A AUTOCRACIA  
E O MITO DA BURGUESIA NACIONALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha II – Psicologia Social e Processos Institucionais.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bonetti Lima.  
Componente da  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Alcides José Sanches Vergara  
Banca do PPGPSI  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado  
Banca Externo  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 05 de maio de 2023.

Dedico este trabalho ao Partido Comunista Brasileiro, maior operador político da classe trabalhadora brasileira! Glória ao Partidão!

## AGRADECIMENTOS

Finalizar o mestrado foi uma das maiores conquistas que tive até o momento. Foi um trabalho árduo que em diversos momentos julguei que não seria capaz de finalizá-lo. Porém, tenho total ciência de que ver esta dissertação concluída se deve muito mais ao apoio que tive no percurso de pesquisa e escrita do que a qualquer esforço realizado por mim. Essa trajetória seria impossível sem o apoio de todos que cruzaram o meu caminho e aqui tenho a possibilidade de humildemente dar o mínimo de reconhecimento, certamente insuficiente para expressar a totalidade de minha gratidão.

Agradeço ao meu orientador Alexandre, pela paciência e apontamentos realizados ao longo do percurso. Obrigado pelo acolhimento ofertado, nunca me senti desconfortável ou intimidado, mas antes o contrário, sabia que podia contar com a sua presença de forma leve e incentivadora. Mesmo tendo dúvidas e inflexões ao longo do percurso, fui recebido de braços abertos. Essa postura generosa ficará para sempre registrada como um exemplo a ser seguido.

Aos professores do programa de pós graduação em Psicologia pelo comprometimento com as aulas e oferecerem um ambiente oxigenado para o debate das ideias, elas foram fundamentais para esta pesquisa. Um agradecimento especial ao professor Rafael Bianchi e à turma de História da Psicologia, por ter dado abertura e orientação em minha primeira experiência como docente, o estágio foi essencial para consolidar minha vontade de ensinar o pouco que aprendi.

Agradeço aos alunos da Unopar que tive o privilégio de acompanhar durante o breve período de docência. Obrigado por me receberem tão bem como docente, vocês deram sentido para as aulas.

Agradeço ao meu analista Filipe Gurgel, pelo acolhimento em momentos de muita tensão e dificuldades em relação a auto estima e confiança na escrita. As trocas foram essenciais para que a conclusão deste trabalho fosse possível.

Agradeço aos camaradas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), por me proporcionar um espaço de pertencimento político em meio a uma cidade permeada pelo conservadorismo. Os debates e a militância política foram o terreno inicial para o início desta pesquisa. É por estar na organização que esse trabalho tem ainda mais sentido e me deixa mais convicto da importância da nossa construção. É por meio do partido que tenho a consciência de que não termino em mim mesmo e sou muito grato por poder construir essa história em conjunto com camaradas tão valiosos. Venceremos!

Agradeço aos meus amigos e amigas que proporcionam momentos de acolhimento e leveza diante das dificuldades dos tempos atuais. As trocas e o companheirismo estão sempre guardados com carinho. A você, amigo que me lê, meu muito obrigado!

Agradeço aos meus sogros, Josiane e Edson que vem cada vez mais se tornando família. É sempre uma alegria estar com vocês.

Agradeço a minha família, em especial à minha mãe, que nunca poupou esforços para que eu tivesse oportunidades na vida. Sei que o percurso não foi fácil e que sem a sua presença eu jamais teria conseguido algo na vida.

Agradeço em especial à minha mulher Gabrieli Zaros Granusso, pela sua leveza em relação à vida e por renovar cotidianamente minha esperança. É uma delícia construir absolutamente tudo ao seu lado. Sei que se não fosse o seu suporte e carinho eu nunca teria encontrado forças para encerrar este trabalho. Ainda não consigo acreditar na sorte de ter te encontrado, muito obrigado pela paciência, acreditar em mim e apoiar as decisões que tomo. Se hoje sou, é porque você me possibilitou ser. Muito obrigado!

Saracho, Y. E. M. (2023). *Matrizes histórico-econômicas da burguesia brasileira: notas sobre a autocracia e o mito da burguesia nacionalista*. 217 páginas. (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina

## RESUMO

Ao longo da história brasileira, a classe dominante sustentou projetos de escravidão, genocídio, superexploração do trabalho e violência coercitiva contra a classe trabalhadora. Esta classe se consolidou no Brasil a partir de articulações internas ‘pelo alto’, em conjunto com o latifúndio e o imperialismo, alijando a população da participação política. Mesmo assim, diversos setores da esquerda, inclusive partidos de base marxista, desenvolveram teses que visavam alianças táticas-estratégicas com a classe dominante. O foco do trabalho se dará no período do governo de João Goulart (1961 - 1963), que representa o ponto alto desta possibilidade de aliança, procurando realizar uma revolução nacional-democrática de face mais humanizada em conjunto com a burguesia ‘nacionalista’. Essa tese é fortemente confrontada pelo golpe militar de 1º de abril de 1964, apoiado por diversas frações burguesas. Portanto, entende-se que seja necessária uma análise da burguesia brasileira, procurando identificar quais são seus fundamentos históricos, sociais e econômicos e identificando qual o seu papel na reprodução do capitalismo dependente brasileiro. Para cumprir com este objetivo, faremos um breve percurso de cunho teórico no primeiro capítulo, se utilizando de teóricos com base no materialismo-histórico e dialético e discorreremos sobre a origem do Estado, seu papel na reprodução do capitalismo e a sua relação com a classe dominante. No segundo capítulo, recorreremos a elementos histórico-econômicos para traçar a constituição e consolidação da burguesia no Brasil, dando maior ênfase ao período entre janeiro de 1961 a abril de 1964, que antecedem o golpe de Estado. Já no último capítulo, procuramos fazer uma síntese da ontologia da burguesia brasileira, articulando os aportes teórico do primeiro capítulo com os elementos historiográficos do segundo, demonstrando que a tese da existência de uma fração da burguesia que se constitua enquanto ‘nacionalista’ que confronte o imperialismo, é inexistente.

Palavras-chave: Burguesia brasileira; Capitalismo dependente; Autocracia

Saracho, Y. E. M. (2023). *Historical-economic matrices of the Brazilian bourgeoisie: notes on autocracy and the myth of the nationalist bourgeoisie*. 217 pages. (Master's Dissertation in Psychology). Universidade Estadual de Londrina, Londrina

## ABSTRACT

Throughout Brazilian history, the bourgeoisie has sustained projects of slavery, genocide, labor 'overexploitation' and coercive violence against the working class. This class was consolidated in Brazil from internal articulations 'from above', together with the latifundium and imperialism, excluding the population from political participation. Even so, several sectors of the left, including parties with a Marxist base, seek to make tactical-strategic alliances with the dominant class. The focus of this work will be on the period of João Goulart's government (1961-1963), which represents the high point of this possibility of alliance, seeking to develop capitalism in a more humanized way, together with the 'nationalist' bourgeoisie. However, this thesis is strongly confronted by the military-corporate coup of April 1st 1964, supported by this same dominant class. Therefore, it is understood that an analysis of the Brazilian bourgeoisie is necessary, trying to identify which are its historical, social and economic foundations and trying to identify which is its role in the reproduction of the Brazilian dependent capitalism. To accomplish this goal, we will make a brief theoretical approach in the first chapter, using theoreticians based on dialectical and historical materialism to discuss the origin of the State, its role in the reproduction of capitalism, and its relation to the dominant class. In the second chapter we resort to historical-economic elements to trace the constitution and consolidation of the bourgeoisie in Brazil, giving more emphasis to the period from January 1961 to April 1964, which preceded the coup d'état. In the last chapter we will try to make a synthesis of the ontology of the Brazilian bourgeoisie, articulating the theoretical contributions of the first chapter with the historiographic elements of the second, demonstrating that the thesis of the existence of a fraction of the bourgeoisie constituted as "nationalist" that confronts imperialism is non-existent.

Keywords: Brazilian bourgeoisie; Dependent capitalism; Autocracy

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRJ	Associação Comercial do Rio de Janeiro
ACSP	Associação Comercial de São Paulo
ADP	Ação Democrática Parlamentar
CAMDE	Campanha da Mulher Democrática
CGG	Comando Geral da Greve
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNTC	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio
CNTI	Confederação Nacional de Trabalhadores da Indústria
CNTTT	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres
COFAP	Comissão Federal de Abastecimento e Preços
CONCLAP	Conselho Superior das Classes Produtoras
CONTEC	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CPOS	Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Guanabara
CRB	Confederação Rural Brasileira
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FIEGA	Federação das Indústrias da Guanabara
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
MSD	Movimento Sindical Democrático
OEA	Organização dos Estados Americanos
PAC	Pacto de Ação Conjunta
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUA	Pacto de Unidade e Ação
SEPT	Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho
SRB	Sociedade Rural Brasileira
UDN	União Democrática Nacional
UNSP	União Nacional dos Servidores Públicos
UST	União Sindical dos Trabalhadores

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>O ESTADO E A ESPECIFICIDADE DA AMÉRICA LATINA.....</b>	<b>10</b>
2.1	10	
2.2	13	
2.2.1	Origens do Estado.....	13
2.2.2	Estado e Violência.....	17
2.2.3	Estado Burguês como Garantidor da Propriedade Privada, da Mercadoria e das Relações Jurídicas do Trabalho Assalariado.....	21
2.2.4	Autonomia Relativa do Estado Frente a Burguesia.....	25
2.2.5	Classe Dominante Terceiriza sua Dominação.....	29
2.3	30	
2.3.1	A Teoria do Imperialismo em Lenin.....	31
2.3.2	As Contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD) para a Compreensão do Capitalismo Dependente Brasileiro.....	36
2.4	A TESE DA ALIANÇA ENTRE A BURGUESIA NACIONAL E O MOVIMENTO OPERÁRIO.	47
<b>3</b>	<b>A HISTÓRIA DA BURGUESIA BRASILEIRA E SUA ATUAÇÃO.....</b>	<b>52</b>
3.1	LÓGICA AGROEXPORTADORA E O NASCIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA.....	52
3.2	A TRANSIÇÃO PARA A REPÚBLICA.....	62
3.3	REVOLUÇÃO DE 1930 E A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO.....	76
3.4	82	
3.5	83	
3.6	88	

3.6.1	O Plano de Metas e a Inflação.....	90
3.6.2	Desenvolvendo o Subdesenvolvimento: a Compra de Máquinas Obsoletas.....	94
3.6.3	Atuação de Goulart no governo JK.....	97
3.7	JÂNIO QUADROS .....	100
3.7.1	Processo de Formação das Entidades Civas Atuantes nos Anos 60.....	100
3.7.2	Ascensão de um Desconhecido.....	105
3.7.3	A Instrução 204 e a Reação das Entidades Civas .....	106
3.7.4	A Lei Antitruste .....	110
3.7.5	Sobre a Política Externa e a “Aliança para o Progresso” .....	113
3.7.6	A tentativa de Golpe .....	117
3.8 -	GOVERNO DE JOÃO GOULART.....	120
3.8.1	A POSSE DE GOULART .....	120
3.8.2	Criação do IPES e IBAD .....	123
3.8.3	Contexto do Governo Jango .....	126
3.8.4	A Lei Antitruste .....	129
3.8.5	Os Planos de Tancredo .....	131
3.8.6.	O Plano Emergencial .....	132
3.8.7	Retorno ao Presidencialismo .....	136
3.8.8	A Reação da Burguesia .....	148
3.8.9	O Plano Trienal .....	150
3.8.10	A Execução do Plano Trienal .....	157
3.8.11	A Esquerdização de Goulart .....	165
3.8.12	A Política Externa no Governo João Goulart e o Golpe de Estado .....	167

<b>4</b>	<b>A CARACTERIZAÇÃO DA BURGUESIA BRASILEIRA NO PERÍODO PRÉ-GOLPE (1961 A 1964).....</b>	<b>179</b>
4.1	ELEMENTOS GERAIS, HISTÓRICO E ECONÔMICOS.....	179
4.2	AS DISTINTAS POSIÇÕES DAS BURGUESIAS POR NICOS POULANTZAS.....	197
4.3	QUESTÃO RACIAL E BURGUESIA BRASILEIRA.....	210
4.4	CONCLUSÃO.....	214

## 1 INTRODUÇÃO

Todo processo revolucionário parte de uma leitura da realidade concreta. A análise de conjuntura deve responder a algumas questões mais imediatas. Quais são as classes sociais presentes no atual estágio de desenvolvimento histórico do país? Quais são as suas influências históricas e sociais? Qual a relevância política de cada uma delas? Qual o nível de organização de cada uma destas classes? Quais são as relações entre o Estado e as diversas classes sociais? Quais são os seus interesses imediatos? Quais são as possíveis alianças e para qual determinado objetivo? Quais são as classes que se antagonizam na sociedade? Por que os objetivos de uma entra em contradição com a outra? É possível que os objetivos de classes antagônicas possam ser colocados em segundo plano em prol de um objetivo maior?

É a partir destas respostas que elaboramos uma tática e estratégia. Traçar quem são os possíveis aliados implica na demarcação de quem são os inimigos. Não há atuação política que não se defronte com essas elaborações. Mesmo a atuação mais espontânea e desprovida de qualquer reflexão teórico-política, admitirá em algum momento a aliança com algumas classes e com outras não.

A década de 60 é crucial para a compreensão da atuação da burguesia brasileira. O golpe de 1964 foi orquestrado em conjunto com os EUA e a classe dominante brasileira, que impôs a retirada de um governo com feições populares, acentuada principalmente nos seus últimos meses. Diversos setores da esquerda defendiam a tese da existência de uma fração nacionalista da burguesia, que entraria em confronto com o imperialismo e o latifúndio ao longo de seu desenvolvimento. Portanto, uma aliança com essa fração se tornava factível, procurando modernizar o capitalismo brasileiro em conjunto com o cumprimento de tarefas democráticas, como a diminuição da desigualdade social, o desenvolvimento das forças produtivas, o aumento das garantias sociais e a reforma agrária. O desenvolvimento histórico demonstrou que esta tese fracassou e que uma nova elaboração sobre o caráter da classe

dominante brasileira se fazia necessária, de forma a orientar com maior precisão a atuação política subsequente.

Portanto, ao longo deste trabalho nos guiamos por uma pergunta central. Quais são as matrizes econômicas, históricas e sociais da burguesia brasileira? Para responder esta pergunta, temos que nos reportar a metodologia marxista, que considera elementos econômicos e políticos essenciais para a compreensão da história da burguesia.

Por burguesia entendemos como a classe dos que “estão quase exclusivamente na posse de todos os meios de existência e das matérias-primas e dos instrumentos (máquinas, fábricas) necessários para a produção dos meios de existência; Esta é a classe dos burgueses, ou a burguesia”. (Engels, 1846, p.1). É a burguesia que passa a modificar o cenário político-econômico a partir do século XVI, com as grandes navegações, dando início ao processo manufatureiro, desenvolvendo as forças produtivas e complexificando as atividades econômicas. Porém, é somente com o desenvolvimento da indústria, que se atinge certa maturidade econômica ao final do século XVIII, possibilitando que a classe dominante consolide sua hegemonia na Europa.

De acordo com o próprio processo produtivo capitalista a burguesia passa a se complexificar, dividindo-se entre diversas frações: comercial, bancária, industrial e agrária. Cada uma possui sua particularidade de acordo com a posição que ocupa no processo produtivo. A existência destas frações significa que a burguesia tenha uma atuação política fragmentada e esteja em constante disputa pela hegemonia do bloco no poder. A unidade contraditória destas frações da burguesia é o que Poulantzas (1977) denomina como “bloco no poder”.

É de fundamental importância que para além da dominância econômica, a burguesia esteja politicamente organizada. É impossível que ela consiga, na figura atomizada de cada burguês, organizar e pautar os seus interesses ao Estado, portanto, as organizações patronais e

os partidos políticos são de suma importância para que a classe consiga se organizar e ter maior qualidade na reivindicação de suas pautas. É o bloco no poder, sob a égide da fração dominante que exerce seu domínio sobre o Estado burguês.

A compreensão acerca da classe dominante é fundamental, mas para que possamos fazer um estudo sobre a realidade brasileira, é necessário que consideremos alguns fundamentos econômicos que regem esta sociedade. Segundo Marx (1859/2008), é a partir da análise da

produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (p. 47.)

É interessante notar que Marx enuncia que o modo de produção não determina os processos sociais, mas os condiciona. Não há que imputar à teoria marxiana um determinismo econômico tosco tomando a realidade econômica como o único fator determinante para o complexo da realidade social. Esta última tende muito mais a se afastar do que se aproximar da teoria marxiana. A tese defendida tanto por Marx (1859/2008) como por Engels (1890) é que devemos tomar os fundamentos econômicos como ponto de partida, considerando também elementos jurídicos, culturais, religiosos e sociais como determinantes essenciais para a compreensão de determinada conjuntura ou fenômenos políticos. A separação destes campos em relação aos outros, tomando-os como entidades sem relação, constitui um erro de apreensão do real, que se apresenta entrelaçado e com as suas fronteiras apagadas entre um campo e outro.

Considerá-los em conjunto, de forma que um alimente a existência do outro nos parece muito mais crível e conseqüente para a compreensão do real.

A partir dos aportes teóricos marxistas, é impossível considerar o Estado como uma entidade aberta e passível de transformação de acordo com o grupo de interesse que ocupe seu governo. Isso não implica em realizar uma análise que desconsidere o governante que ocupa a cadeira presidencial, porém, há um limite colocado pela própria estrutura do Estado a respeito das possibilidades de transformação. O Estado capitalista, mesmo sob um governo que questione a propriedade privada, tem suas premissas orientadas para a defesa da propriedade privada e da circulação de mercadorias, há toda uma estrutura jurídica e militar que sustenta a reprodução e circulação das mercadorias. O Estado não é um fim em si mesmo, mas orienta-se para o sustento e preservação do modo de produção capitalista. Tendo em vista os limites impostos pelo Estado burguês, Lênin (1918/2017) já apontou que para um processo revolucionário consolidar sua vitória, é imprescindível que haja a destruição do Estado burguês em prol da construção de um autêntico Estado operário.

Com o desenvolvimento da burguesia e a consolidação do capitalismo a nível mundial que ao longo da história se impõe nos mais diversos países, porém, não é o mesmo em todas as regiões. A inserção do modo de produção capitalista é concretizada de acordo com as especificidades daquele contexto sócio-econômico, conferindo particularidades próprias àquela realidade. Ao tomarmos o capitalismo como entidade universal, ela coloca algumas regras gerais, como a propriedade privada dos meios de produção e a produção voltada à produção de mercadorias, porém, a sua análise concreta é sempre permeada pelo tempo histórico abordado e varia a partir da sua inserção na divisão internacional do trabalho estabelecida pelo capitalismo a nível global.

Tendo em vista essa diversidade da conjuntura local, consideramos que a Teoria Marxista da Dependência (TMD), elaborada em solo latino-americano por teóricos como Ruy

Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, entre as décadas de 60 e 90, fundamentais para compreendermos a especificidade da América Latina no contexto mundial. Segundo a TMD, o Brasil se insere de forma subordinada e submissa aos países centrais, que já tinham um poderio militar e econômico superior a outros países. Há o entendimento de que a colonização da América Latina pela Europa é condicionante não só para a compreensão do passado, mas também da atual situação do continente. É a partir da colonização que se forjou uma subalternidade e uma relação de dependência dos países periféricos em relação ao centro, relação esta que não foi rompida ao longo da história brasileira. É claro que o Brasil colônia é radicalmente distinto do Brasil industrializado da década de 60, contudo, há uma contínua inscrição de uma relação subalterna com os países centrais. A realidade brasileira passa por diversas transformações sem romper com a feição dependente.

Nos países centrais temos a consolidação de uma revolução burguesa, cuja direção ficou a cargo da própria classe que, desenvolvendo os meios de produção, confrontando toda uma lógica anterior em prol da consolidação do capitalismo como meio de produção hegemônico, desenvolveu maior autonomia e soberania nacional. Já no Brasil há um processo de formação social radicalmente distinto. A burguesia brasileira se constitui a partir de uma outra realidade material, que se organiza a partir de uma aliança com o latifúndio e o imperialismo para o seu desenvolvimento. Isso não quer dizer que há uma ausência de contradições entre estes grupos, porém, o desenvolvimento das forças produtivas e da soberania nacional ficam restritos aos marcos impostos pela lógica imperialista dominante.

A classe dominante brasileira passou por diversos períodos de transição. Do latifúndio escravista, passando pela burguesia comercial, a nascente indústria e o desenvolvimento de um complexo bancário. Houve tensionamentos e modificações internas ao bloco sobre a fração hegemônica, porém, a história brasileira é marcada pela lógica de que tudo muda para que permaneça o mesmo. Não há um grande solavanco a ponto de causar um ponto de inflexão que

modifique estruturalmente a sociedade brasileira. Este fenômeno passou a ser denominado como “revolução pelo alto”, cujo propósito consiste em organizar uma articulação interna da própria classe dominante, de forma que as mudanças possam ser operacionalizadas com o alijamento das massas (Mazzeo, 1989/2015).

Portanto, ao pensarmos o desenvolvimento histórico brasileiro, devemos considerar a própria estruturação e ontologia da burguesia brasileira e o tipo de realidade social que o Brasil apresenta. É o modo como compreendemos e apreendemos a realidade concreta que norteiam a direção da prática política. Portanto, o modo como definimos o conceito de burguesia será determinante para a estratégia e tática política a serem desenvolvidas em determinado tempo histórico. Durante o século XX havia o consenso de que o Brasil não havia desenvolvido plenamente o capitalismo, com a tarefa de desenvolver as relações de tipo capitalista para após a revolução nacional-democrática, a revolução socialista entrasse em pauta na ordem do dia. O socialismo encontrava-se como uma etapa posterior da revolução democrático-burguesa. A direção deste processo não seria encabeçada pelo proletariado, mas por setores ‘nacionalistas’ da burguesia, que supostamente desenvolviam-se em contradição com o imperialismo e com o latifúndio. Por meio desses pressupostos, estava assinalada a estratégia e tática do movimento operário até os anos 60. Teóricos como Nelson Werneck Sodré (1962/1970 & 1964/1976) e Alberto Passos Guimarães (1968) eram os grandes defensores desta leitura, ancorando esta tese a partir do entendimento de ‘elementos feudais’ na realidade brasileira que deveriam ser derrubados por meio da revolução democrático-burguesa. (Mazzeo, 1999)

Esta compreensão deve muito às formulações da III Internacional Comunista, orientando os países que ainda não tinham desenvolvido um capitalismo de tipo maduro, categorizados como países ‘coloniais’ e ‘semicoloniais’, a realizar a etapa da revolução burguesa, de forma a limpar os ‘resquícios feudais’ de cada país. Esta compreensão parte de uma premissa eurocêntrica e pressupõe uma unidade do desenvolvimento histórico ao redor do

mundo, colocando em tipologias que desconsideravam a particularidade de cada região. Essa perspectiva foi assimilada por diversos partidos comunistas ao redor do mundo, e o PCB não passou imune a essa influência.

Até os anos 60 essa tese era hegemônica no campo da esquerda brasileira. São teóricos como Caio Prado Júnior e a intelectualidade que constitui a Teoria Marxista da Dependência (TMD) que passam a questioná-la. O primeiro tenta fazer a disputa interna aos órgãos do PCB, já a TMD faz a crítica externa ao partido e procura fundar uma outra organização, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária, conhecida como (Polop), rejeitando a tese de uma fração nacionalista da burguesia, considerando-a umbilicalmente ligada aos interesses do imperialismo, não defendendo nenhuma aliança tática ou estratégica com a burguesia, mas o seu enfrentamento e a construção da revolução socialista como tarefa imediata do movimento operário.

As discordâncias sobre a ontologia da burguesia brasileira eram essenciais para que se pudessem definir quais seriam as atuações a curto, médio e longo prazo do complexo partidário na conjuntura nacional. As questões teóricas são de vital importância para que se tenha uma atuação política acertada e qualitativa. O período comportado entre janeiro de 1961 a março de 1964 são de suma importância para a compreensão a respeito dos debates sobre a ontologia da burguesia brasileira, pois são nestes anos que um projeto de desenvolvimento com soberania nacional atinge o seu ápice, principalmente a partir do governo de Jango. Porém, a conjuntura sofre uma mudança radical a partir do golpe militar, sendo apoiado e legitimado pelo conjunto da classe dominante. Se antes as teses ‘etapistas’ poderiam encontrar algum subsídio na realidade material, principalmente por meio do desenvolvimento industrial na primeira metade do século XX, agora essa compreensão acerca de uma burguesia nacional com anseios democráticos, disposta a enfrentar o latifúndio e o imperialismo para o desenvolvimento das

forças produtivas e conquistar maior nível de soberania nacional, passa a ser mais difícil de ser sustentada.

Portanto, o presente trabalho tem como finalidade investigar a ontologia da burguesia brasileira a partir da reconstrução de sua origem e desenvolvimento histórico, com ênfase no recorte histórico do governo Quadros e Goulart, demonstrando como as entidades da classe dominante se posicionaram diante de diversas ações do executivo, chegando até o golpe de 64. No decorrer do trabalho também procuramos apresentar de forma mais detalhada o entrelaçamento histórico-econômico entre latifúndio, imperialismo e burguesia, corroborando com a análise da autocracia da burguesia brasileira por sua debilidade econômica, subserviência ao imperialismo e histórica superexploração da classe trabalhadora. Todas essas características fundamentam a tese de que a burguesia brasileira age sempre ‘pelo alto’, articulando-se com os setores mais reacionários do Brasil e do imperialismo, procurando excluir de forma direta a participação popular na política.

Para que possamos responder às perguntas elencadas no início desta introdução, será desenvolvido um primeiro capítulo que discorre sobre os aportes teóricos acerca da origem do Estado, sua função na sociedade capitalista e qual a sua relação com a classe dominante, discutindo se o Estado se consolida como uma entidade com autonomia e independência das classes sociais ou se seu fundamento político corresponde a reprodução de uma lógica capitalista, mesmo que em alguns possa confrontar abertamente a burguesia. Além do Estado, abordamos contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD), das teses tático-estratégicas do PCB no século XX e elementos gerais do marxismo.

No segundo capítulo, procuramos apresentar uma série de elementos históricos, dando enfoque ao surgimento e fortalecimento da burguesia no Brasil no século XX, mas que encontra seu foco principal nos desdobramentos a partir dos anos 60, durante o curto governo de Jânio Quadros e o mandato interrompido de João Goulart pelo golpe militar. O período cerne do

capítulo não será apresentado somente a partir de movimentações dos governantes, mas em como as diversas ações governamentais impactaram e foram impactados pelas entidades civis, como as organizações patronais e os sindicatos.

O terceiro e último capítulo consiste em uma fusão dos dois anteriores, se ancorando nos desenvolvimentos teóricos do capítulo um e procurando articulá-los com os elementos históricos apresentados no segundo. Assim, teremos elementos suficientes para responder à pergunta colocada acerca da ontologia da burguesia brasileira, demonstrando que a sua essência sócioeconômica a impele a um alijamento das massas da política e que a aliança com a classe dominante está fadada ao fracasso.

## **2 O ESTADO E A ESPECIFICIDADE DA AMÉRICA LATINA.**

### **2.1 AS CLASSES SOCIAIS A PARTIR DE UMA DEFINIÇÃO LENINISTA**

Para que possamos fazer uma caracterização das classes sociais, devemos partir da definição colocada por Lenin (1919/2004b), que os caracteriza como grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si a partir de seu

lugar no sistema produtivo historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao facto de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social. (p. 150)

A burguesia enquanto classe social, por menor que seja seu número absoluto em relação a totalidade da população, possui uma capacidade de influência político-econômica superior. Como a sociedade capitalista se reproduz a partir do princípio de que a maior parte dos ramos produtivos esteja nas mãos da iniciativa privada, a burguesia domina todas as fases da reprodução social. É o que Marx (1867/2013) coloca como o processo  $D - M - D'$ , ou seja, o capital originalmente investido inicia o ciclo (D), normalmente fornecido por um banco mediante a cobrança de juros, fornece o capital para o industrial, este produz a mercadoria (M) e a vende para um terceiro, especializado em revender essas mercadorias ao consumidor final (M - D'). Se a burguesia domina os setores produtivos e distributivos, seu poder político-econômico permite interromper o abastecimento de uma série de produtos a nível regional ou nacional e elevar os preços dos produtos como ferramenta de persuasão em prol de seus interesses.

É a partir desta divisão na produção da mercadoria que a burguesia também apresenta a sua divisão em três frações, industrial (produção), financeira (capital) e comercial

(circulação). A divisão em frações é efeito da própria fragmentação do próprio processo produtivo. Cada etapa fica preferencialmente operacionalizada por determinada fração burguesa que se especializa em uma das etapas da cadeia produtiva. Não por acaso, as diferentes frações da burguesia costumam se agrupar a partir de entidades patronais diferentes, não formando uma única organização que agremie as diversas frações e pautе de forma igualitária as demandas de uma suposta burguesia unitária. Os interesses de cada fração entram em contradição, cuja vitória de uma fração ou de outra vai depender de seu nível de organização e capacidade de impor o seu projeto político para outras frações.

Poulantzas (1977) afirma que essa fragmentação da burguesia já foi percebida por Marx. Apesar de não ter elaborado conceitualmente esta divisão, em seu “O 18 de brumário de Luís Bonaparte” (1852/2011), há claras indicações sobre esta divisão da classe dominante. Marx analisa a movimentação da burguesia a partir de suas frações e os embates ocorridos entre elas. Não partindo do pressuposto de uma unidade coesa da burguesia, Marx envereda por uma análise reconhecendo a complexidade da burguesia francesa no século XIX.

Osório (2019) chega a dizer que “esta heterogeneidade permite entender as insuficiências das análises que, embora devam considerar as frações e setores, simplesmente se conformam com tratar da ‘burguesia’, caindo em generalizações que impedem a compreensão das particularidades de certos processos.” (p. 125) A burguesia em si enquanto classe una e indivisível é um conceito abstrato e sem perspectiva material, pois é uma classe que, até mesmo dentro de suas próprias frações, comporta várias divergências internas.

Poulantzas (1977) define esta unidade da classe dominante a partir do conceito de ‘bloco no poder’, que “indica assim a unidade contraditória, particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista.” (p. 229). Aqui se trata de uma unidade específica, que comporta a contradição dessas diversas frações e, ao mesmo tempo, não nega a unidade de certas premissas políticas,

econômicas e ideológicas enquanto classe dominante. Ainda de acordo com o filósofo, o ‘bloco no poder’ possui uma dominação interna, uma fração que se impõe politicamente diante das outras frações, constituindo-se como a ‘égide da fração hegemônica’, coordenando suas ações e impondo o seu projeto político em relação ao Estado.

Já o proletariado pode ser definido como a classe que não possui os meios de produção, obtém a riqueza a partir da venda da sua força de trabalho, recebendo de volta uma parcialidade de sua produção sob a forma de salário e não tem controle do processo produtivo. É a partir da exploração da força de trabalho desta classe que há produção de mais-valia, portanto, constitui-se como o alicerce do modo de produção capitalista.

Para o marxismo, a determinação econômica é fundamental para que se faça uma conceitualização das classes sociais, porém, acompanhamos Poulantzas (1975) ao apontar que o conceito de classes sociais deve, em conjunto com o econômico, contemplar as relações políticas e ideológicas em sua conceitualização, abandonando uma formulação economicista e ampliando o escopo de determinação de classe. O filósofo propõe que “ a determinação das classes, abrangendo práticas - luta - das classes e se estendendo às relações políticas e ideológicas, designa os *lugares objetivos ocupados* pelos agentes na divisão social do trabalho: lugares que são independentes da vontade desses agentes.” (Poulantzas, 1975, p. 14). Essas determinações se presentificam a partir da luta de classes e à revelia da vontade do sujeito, sendo colocadas pela própria divisão do trabalho, por uma imposição sócio-econômica. O conceito pensado por Poulantzas não se constitui como uma classe em si, apartada e autônoma, mas que deve ser pensada na relação com outras classes.

As determinações de classe se distinguem das posições de classe diante da conjuntura apresentada, “conjuntura que constitui o lugar onde se concentra a individualidade histórica sempre singular de uma formação social, e enfim, a situação concreta da luta das classes”. (Poulantzas, 1975, p. 14). As determinações de classe não têm o poder de determinar a posição

de classe, pois, em determinadas conjunturas, pode-se abrir uma grande distância entre a determinação de classe e a posição de classe. Um exemplo típico é o da aristocracia operária que, em determinadas conjunturas, apresenta posições de classe burguesas. Essa posição não redefine seu lugar na determinação de classe como proletariado.

Contudo, o pensador greco-francês não quer repetir o equívoco de fazer uma distinção entre a condição econômica de um lado e as posições político-ideológicas de outro, como se somente o primeiro tivesse uma determinação de classe, enquanto os dois últimos só seriam referentes às posições de classe, ou seja, a determinação estrutural das classes se refere a uma esfera econômica, mas também político-ideológica e é a partir do Estado e suas instituições, como escola, prisão, exército, polícia, administração, etc. que as relações políticas e ideológicas se materializam, não sendo consideradas apêndices ou aspectos secundários da reprodução social.

## 2.2 O ESTADO CAPITALISTA E SUA UTILIZAÇÃO PARA REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO

O Estado é uma entidade central para que possamos compreender a dinâmica da reprodução do capitalismo. Não há capitalismo sem Estado. A classe dominante é umbilicalmente dependente da existência de um Estado sólido para exercer o seu domínio de classe e garantir a circulação de mercadorias. A constituição e ontologia da burguesia brasileira é peça fundamental para que possamos compreender não somente a história do Brasil, mas também a sua conjuntura atual. O estudo da realidade brasileira está condicionado a uma elaboração sobre o papel do Estado na sociedade e como as distintas classes sociais se relacionam com esta entidade, em especial a classe dominante.

### 2.2.1 Origens do Estado

Com o intuito de melhor compreender o Estado pela perspectiva marxista, seguimos as elaborações de Engels (1884/2012) acerca do surgimento do Estado na história. Engels defende que uma das primeiras revoluções promovidas pela humanidade e que fundamentou todo o seu

desenvolvimento posterior foi a revolução agrícola. Anterior a esta grande técnica humana, o homem necessariamente tinha que recolher *in natura* todo o necessário para sua sobrevivência, frutos, peixes e carnes eram todos recolhidos por meio de um ferramental primitivo. Os agrupamentos humanos eram sempre reduzidos e nômades, não constituindo um local fixo e sempre forçados a migrar para um novo local devido a perpétua escassez de alimentos.

Com o paulatino desenvolvimento da sociedade e de seu maior domínio sobre diversas técnicas como o fogo e a cerâmica, passamos a ter melhores condições para cessar essa eterna migração. Em conjunto com a agricultura, a domesticação dos animais foi fator chave para que o homem se fixasse em um local, condicionado pela necessidade de cuidar permanentemente da plantação e de seus animais. É através da mudança na forma com que se produziam os insumos necessários para a sobrevivência que houve uma modificação completa na vida deste ancestral longínquo. Seguimos com Engels (1884/2012): ‘de acordo com a concepção materialista, o momento determinante da história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. (...) a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, vestuário, habitação e instrumentos necessários para tudo isso.’ (pág, 18). Portanto, com a agricultura, houve a possibilidade de se produzir alimentos para além da mera subsistência, não se teria à disposição somente aquilo que fora coletado em um curto espaço de tempo, mas agora seria possível ter acesso a uma grande quantidade de alimentos que não seriam consumidos de imediato.

É por meio deste excedente que temos a base material para que uma parcela da população não esteja voltada para a produção, mas dedica-se a outras atividades, sejam elas de cunho religioso ou político. A agricultura habilitou as instituições religiosas, compostas por um grupo de pessoas que poderiam se desligar completamente do ramo produtivo. O mesmo ocorre no campo político, no qual um grupo de pessoas dedica integralmente seu tempo para organizar esta produção e não mais produzi-la.

Ao avançarmos até os tempos de Homero, Engels defende que a própria sociedade grega, mesmo que possuíssem uma liderança, alguém que comanda uma tropa diante de uma guerra ou dispõe de maior influência política na comunidade, ainda não eram sociedades regulamentadas e regidas por um Estado. ‘Naquela época, em que todo membro masculino adulto da tribo era guerreiro, não havia ainda uma força pública separada do povo e que se lhe pudesse opor’ (Engels, 1884/2012, p. 132). A organização social pautava-se por meio de uma assembleia do povo, convocada para a tomada de decisões importantes e todos aqueles considerados cidadãos poderiam falar. Porém, para que a cidade não convocasse assembleia a cada pequeno impasse, elegia-se um conselho permanente, formado por chefes de agrupamentos menores da polis e que conduziam os assuntos da cidade. A própria força pública ainda se confundia com aqueles que a compunham, tendo poder de decisão e gerindo a organização social com a participação limitada aos homens, mas dentre estes, todos ainda detinham poder de decisão. Nesta fase, os conflitos sociais ainda se pautam dentro de uma mesma classe.

Com o desenvolvimento da sociedade grega, o número de escravos aumentou significativamente, passando a ser superior ao total de cidadãos gregos, assim como a intensificação do comércio e das propriedades em geral (tesouros, gados, produtos agrícolas, casas e escravos). Os que antes ocupavam cargos de destaque como chefes, agora tornavam-se economicamente distanciados da grande maioria da população, criando um agrupamento de pessoas que tinham outros meios de se apropriar da riqueza social, como as dívidas hipotecárias, estabelecendo que cinco sextos do total da produção deveriam ser destinados ao senhor. Caso o valor não atingisse o mínimo estabelecido contratualmente, o devedor deveria dispor da quantia necessária por outro meio, chegando inclusive a vender seus filhos no mercado como escravos para contemplar o valor devido. Além deste mecanismo hipotecário, os novos senhores passaram a praticar a usura de forma sistemática, se aproveitando daqueles

que recorriam a qualquer meio necessário para que a dívida fosse contemplada. O mundo passa a conhecer o poder de transformação das relações sociais por meio do dinheiro (Engels, 1884/2012).

A quantidade de escravos que existia em Atenas é significativa para ilustrar o modo como a sociedade grega estava estruturada. Estima-se um número total de 500 mil habitantes, sendo que os cidadãos gregos somavam 90 mil, incluindo mulheres e crianças. Os escravos totalizavam 365 mil pessoas, responsáveis pelas mais diversas tarefas na sociedade grega, desde atividades produtivas, circulação e serviços em geral. Estes escravos, majoritariamente, encontravam-se agrupados em grandes oficinas manufatureiras, liderados por capatazes e executando uma atividade considerada inferior pelos cidadãos, que preferiam a mendicância ao trabalho manual quando sofriam com a crescente concentração de renda.

É sob esta nova configuração social do mundo antigo pelo qual vai se fundar uma nova instituição, o Estado. O Estado nasce com um caráter de classe muito bem definido. As configurações societárias anteriores à sua existência prescindiam de uma entidade exógena dotada de força coercitiva e executava decisões que não estivessem em consonância com as deliberações anteriores, ou seja, a instauração de uma força que pudesse agir no interesse contrário a maioria da população. A propriedade privada tem como prerrogativa de sua consolidação e legitimidade o poder do Estado em garanti-la, de forma que a sua atuação beneficia justamente aqueles que detém o controle econômico, fundiário e político, ou seja, a classe dominante da antiguidade possuidora dos meios de produção. O Estado nasce como uma ferramenta essencial que consolida e possibilita ativamente estas novas relações sociais. Nas palavras de Engels (1884/2012):

Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa

consagração santificador o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras - a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas-; uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o *Estado*. (Engels, 1884/2012, p. 136-137).

O Estado não é uma instituição permanente e a-histórica, ela tem um ponto de início, portanto, não é eterna. Foi por meio de um determinado contexto histórico que ele foi possibilitado. Engels (1884/2012) lança luz sobre a formação do Estado em outras regiões do mundo antigo denunciando sua indissociabilidade como instrumento de uma classe sobre outra. É a partir do “antagonismo de classe, no qual se fundamentavam agora as instituições sociais e políticas, não era mais o que existira entre os nobres e o povo, e sim o antagonismo entre escravos e homens livres” (Engels, 1884/2012, p. 150) que o Estado tem seu fundamento.

### 2.2.2 Estado e Violência

Apesar desta digressão sobre a sociedade grega, não procuramos dar enfoque às especificidades do Estado grego e seus desdobramentos ao longo da história antiga, porém, a origem do Estado revela uma certa essência que não se abala diante dos mais diversos contextos históricos e variadas regiões em que ele se presentificou. Não se trata de se distanciar da materialidade e da particularidade que a análise específica de um contexto requer, porém, podemos enxergar um traço comum a todo Estado, a saber que ‘o Estado é uma máquina para a opressão de uma classe por outra, uma máquina para manter submetidas a uma só classe outras classes subordinadas. A forma desta máquina pode variar.’ (Lenin, 1919/2004, pg. 183).

Portanto, podemos pensar que o Estado burguês também vai assumir uma outra faceta se comparado com os tipos antigos, seja ele feudal ou escravista. Nos tipos de Estado anteriores

ao Estado burguês, o domínio econômico se confundia com o domínio político, ou seja, aqueles que eram proprietários de escravos na Grécia antiga se confundiam com os detentores do poder político, assim como as próprias contradições dentro do bloco dominante eram muito reduzidas, “o vetor das vontades, com poucas contradições no seio dos blocos de domínio. O controle da vida social é direto e mais simplificado, na medida da unidade entre o econômico e o político” (Mascaro, 2013/2021, p.17). Nestes modelos políticos o chefe de Estado, as lideranças e o senado eram compostos exclusivamente por senhores de escravos e figuras destacadas da sociedade grega, o que tornava o exercício da dominação direto e sem mediadores que poderiam ser encarados como ‘neutros’ mediante a população civil.

A especificidade do Estado burguês consiste, dentre outros fatores, em uma separação entre o domínio econômico e o domínio político. O burguês não entra como agente estatal, pois há a formação de uma burocracia para a manutenção das funções do Estado. A constituição do poder judiciário surge como uma suposta neutralidade do aparato estatal, porém, as suas prerrogativas aparecem como uma necessária instância de legitimação das relações capitalistas. Há uma diluição da óbvia conexão que havia entre a classe social dominante e o poder político nas sociedades pré-capitalistas, agora o poder político passou a ser exercido por outras pessoas que não necessariamente sejam burguesas ou tenham laços estreitos com a burguesia.

Esta dominação do Estado não se materializa somente por meio de decretos e leis, é necessário que haja uma força vigilante e outra coercitiva para que elas sejam cumpridas. A polícia em suas diversas manifestações (civil, militar ou federal) e a integralidade das forças armadas são uma instituição, um braço armado do Estado. As instituições armadas e coercitivas do Estado se comportam de acordo com a reprodução do capital e para atender as necessidades desta reprodução. A classe dominante está ciente da necessidade do poder das armas, pois em momentos de agudização da luta de classes ela “se esforça por reconstruir os destacamentos especiais de pessoas armadas que a servem, como a classe oprimida se esforça por criar uma

nova organização desse gênero, capaz de servir não aos exploradores, mas aos explorados” (Lenin, 1918/2017, p. 33). Como assegura o líder bolchevique, o debate sobre o uso da violência e a capacidade de repressão de uma classe pela outra é central para pensar o caráter do Estado.

Isto posto, a questão das armas é fundamental para que possamos compreender o papel do Estado na sociedade capitalista. Não podemos pensá-lo de forma puramente negativa, que somente aparece sob a sua faceta repressiva em momentos de grande tensão em que o poder político está sendo colocado em xeque por uma força antagônica ou que a classe trabalhadora se mobiliza para reivindicar suas pautas. O Estado é um instrumento ativo na reprodução do capital, pois “a repressão, que é um momento decisivo da natureza estatal, deve ser compreendida em articulação com o espaço de afirmação que o Estado engendra no bojo da própria dinâmica de reprodução do capitalismo.” (Mascaro, 2013/2021, p. 19).

Dentre a tradição marxista, segundo Hirsch (2010), duas correntes de interpretação foram as mais significativas para abordar a questão do Estado. A primeira concepção, originada a partir do ‘marxismo soviético’, imputa o papel do Estado como um mero instrumento das classes dominantes. Parte-se de uma concepção mecânica a respeito da atuação do Estado, condicionando-o a uma leitura totalizante, cujas ações seriam sempre explicitamente orientadas rumo a valorização do valor e a garantia dos interesses da burguesia. Há também uma redução da complexidade do Estado e a retirada da perspectiva de uma autonomia relativa do Estado em relação às classes.

A segunda corrente se baseia em obras do chamado ‘marxismo ocidental’, afirmando que a relação entre “o Estado e a estrutura de classes da sociedade capitalista é vista de maneira mais mediatizada e complexa, e no seu centro encontra-se a hipótese de uma ‘autonomia relativa’ do Estado em relação a *todas* as classes, (...).” (Hirsch, 2010, p. 22). O próprio Estado não se consolida a partir do pleno domínio da burguesia mas diante da complexidade do real,

incorpora outras classes sociais em suas funções, como por exemplo a assistência social. É pouco provável que um governo opte por colocar um reconhecido militante comprometido com as pautas sociais em algum ministério da Fazenda ou na presidência de um Banco Central, porém, a depender da conjuntura e do governo, esse mesmo indivíduo pode assumir o ministério da Cidadania sem enfrentar oposição da classe dominante. Essa segunda perspectiva teórica consegue conceber maior plasticidade do Estado, partindo de uma lógica não mecanicista e adotar uma perspectiva dialética para a atuação concreta da sociedade capitalista.

Ao final, mesmo com as suas diferenças, as duas interpretações parecem convergir em um ponto fundamental, o Estado tem papel essencial na dominação capitalista e é uma entidade fundamental na própria reprodução e perpetuação do capitalismo, porém, a segunda consegue ir mais adiante e abarca melhor a complexidade do Estado e de suas ações, ratificando que a sua atuação pode até mesmo ir na direção contrária das classes dominantes, mesmo que seja para preservá-la e que alguns setores do Estado incorporam demandas das classes dominadas cuja própria participação nas decisões do Estado não constam como um enfrentamento à ordem do capital, mas são condição para o sustento da ordem dominante.

Por mais que os teóricos da primeira corrente estejam presentes neste texto e tenham aportes interessantes para uma análise do Estado, a segunda nos parece mais apropriada para a análise do período destacado e, tendo em vista essa função ativa do Estado na sociedade capitalista, abordaremos alguns aspectos desta complexidade do Estado.

### 2.2.3 Estado Burguês como Garantidor da Propriedade Privada, da Mercadoria e das Relações Jurídicas do Trabalho Assalariado

A criação de uma entidade apartada do domínio direto da classe dominante possibilita que haja uma “dificuldade em se aperceber, à primeira vista, a conexão entre capitalismo e Estado, na medida em que, sendo um aparato, terceiro em relação a exploração, o Estado não é nenhum burguês em específico e nem está em sua função imediata” (Mascaro, 2013/2021, p.

18). Pela separação do domínio econômico e político, cria-se uma cisão na própria concepção sobre o Estado burguês em relação às formas anteriores de Estado. Ele já não é mais compreendido como uma entidade que explicita seu funcionamento em prol de uma determinada classe, mas ao contrário, seu discurso e premissas procuram remontar a ideia de que o aparato estatal não está a serviço de nenhuma classe e se remete apenas a suas próprias regras.

Se no tecido social há um desenvolvimento e complexificação das relações sócio-econômicas, o Estado não pode ser compreendido como uma instância apartada deste desenvolvimento, mas como um aparelho que possibilita a existência do mercado, garantindo a propriedade privada e as relações de trabalho assalariadas mediante compra da força de trabalho. Há, portanto, uma falsa oposição entre “mercado” e “Estado”, as duas entidades referem-se uma a outra de forma inseparável e, somente por meio de sua reciprocidade, que ambas passam a desenvolver o capitalismo.

Portanto, o Estado não pode ser tomado a partir de uma suposta neutralidade ou sutil direcionamento político. As suas próprias premissas jurídicas revelam que há uma orientação política em prol da reprodução do capitalismo. Essa perspectiva ainda se sustenta mesmo que, em determinados momentos, ele possa atender a maiores reivindicações das classes subalternas e fomentar programas que contradigam aos interesses mais imediatos da burguesia. Qualquer Estado moderno tem como fundamento ao menos as 3 características a seguir: ‘a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e trabalho.’ (Mascaro, 2013/2021. p. 18). Julgamos apropriado abordarmos esses 3 pontos de forma mais detida.

O Estado é aquele responsável por garantir a circulação dessas mercadorias. Se tomarmos o processo produtivo a partir das elaborações de Marx em *O Capital* (1867/2013), a fórmula que representa o ciclo da valorização do valor - D - M - D necessita

da interferência do Estado para garantir as diversas operações e trocas ocorridas neste processo. É somente por meio de contratos validados pelo Estado que a sociedade capitalista pode ratificar e interferir na legitimidade dos contratos firmados entre os possuidores de mercadorias. A própria natureza jurídica do Estado tem como base o fundamento econômico das trocas capitalistas, ratificando o trabalho assalariado. Em uma passagem clássica de Marx (1867/2013), o filósofo anuncia que a troca de mercadorias entre dois indivíduos é necessariamente uma troca voluntária entre dois proprietários privados

Eles têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela própria relação econômica (p. 159).

Essa primeira característica consta na consolidação de qualquer Estado burguês. A título de exemplo, em momento de maior efervescência do movimento operário, em que a classe trabalhadora toma de assalto os produtos de uma fábrica em um dia de paralisação, o braço armado do Estado logo irá reprimir o movimento e restituir as mercadorias para o proprietário dos meios de produção, sob respaldo legal. A produção de mercadorias mediante o trabalho assalariado é resultado de um contrato do capitalista sobre a força de trabalho assalariada; isso significa dizer que tudo aquilo que foi produzido no tempo do consumo da força de trabalho do trabalhador é recolhido como uma propriedade não daquele que o produziu, mas por aquele que comprou a força de trabalho alheia. O trabalhador é separado daquilo que produziu, processo que torna o produto de seu trabalho um agente estranho, tornando o trabalho fonte de mal-estar e sofrimento, processo que Marx (1867/2013) denominou de alienação. O proletariado, ao procurar se apropriar de sua própria produção, não obtém legitimidade jurídica. A mercadoria é compreendida como posse não daquele que a

produziu, mas daquele que detém os meios de produção e comprou a força de trabalho necessária para a sua produção.

O segundo ponto se consolida a partir da premissa de que a burguesia na sociedade capitalista, é a classe que detém os meios de produção, controla o fluxo produtivo e retira a sua riqueza a partir da exploração da mais-valia advinda da compra da força de trabalho. Como na sociedade burguesa a produção é majoritariamente delegada à iniciativa privada, o Estado entra como instância que legitima essa posse. A burguesia, proprietária de refinarias, indústrias, minas de exploração, casas de comércio etc. conta não só com o respaldo jurídico que assegura essa propriedade, mas dispõe do braço armado do Estado para efetivar essa posse caso ela seja questionada.

Mesmo em ramos essenciais para a reprodução social, a burguesia não possui compromisso de qualquer natureza que a obrigue a comprometer a sua produção com as demandas do todo. Por ser proprietária dos meios de produção, fica a seu livre-arbítrio o que e quanto produzir de determinado produto, mesmo que ele seja imprescindível para alguns setores sociais. A população torna-se refém da vontade da burguesia, podendo até sofrer escassez de alimentos básicos caso seja mais interessante à classe dominante reorientar sua produção para determinados gêneros alimentícios que tenham maior lucratividade.

O último ponto mencionado por Mascaro (2013/2021) é a ratificação dos contratos de trabalho na sociedade capitalista. Em períodos pré-capitalistas, o trabalhador era propriedade de alguém ou estava sob a dominação direta de um senhor feudal, criando um antagonismo claro e direto entre as classes sociais. São os mesmos agentes econômicos que dominam a política, criando uma unidade clara e objetiva entre aqueles que dominam e os dominados. No capitalismo todos são ‘livres’, sendo vedada a legitimidade jurídica a posse de um terceiro ou uma relação de trabalho servil.

Durante os anos de desenvolvimento do capitalismo, a demanda por mão-de-obra nas cidades passou a ser cada vez maior. A população, majoritariamente camponesa na época, foi paulatinamente sendo confiscada dos meios necessários para a sua sobrevivência e forçados a migrar para as cidades, cuja única oportunidade era vender a sua força de trabalho. A estruturação da sociedade capitalista passa pela mercantilização, tornando os objetos materiais e imateriais passíveis de serem enquadrados como mercadorias. A força de trabalho também passa por esse mesmo processo, tornando-se mais uma mercadoria dentre a coleção de mercadorias na sociedade capitalista e gerando uma grande disposição dessa ‘mercadoria especial’, por ser a única capaz de produzir valor, processo que Marx (1867/2013) denominou de ‘acumulação primitiva’.

Com a consolidação do Estado capitalista, há a instauração de uma complexificação destas relações de trabalho. O Estado passa a ser um agente público impessoal, separado das vontades individuais de cada burguês, colocando a validação destas relações a partir de uma instância apartada de todos. A dominação não passa mais pela posse bruta ou da violência física, mas se presentifica a partir deste instrumento impessoal e que não pertence a ninguém, o Estado. A participação desta entidade no processo de ratificação das relações de trabalho é essencial, pois é somente por meio de suas instituições que a exploração da força de trabalho pode ser sancionada mediante uma relação contratual.

A relação de trabalho assalariada também conta com outro diferencial em relação aos modelos pré-capitalistas. Se na antiguidade, o trabalhador era tido como mercadoria e propriedade do seu senhor quando era escravizado; a substituição da mão de obra escrava pela força de trabalho assalariada, representou uma forma de exploração. Como aponta Ruy Mauro Marini (1973/2017), com essa substituição há uma economia do “tempo de sua existência que pode ser utilizada para a produção, deixando para o mesmo trabalhador o cuidado de responsabilizar-se pelo tempo não produtivo, desde o ponto de vista capitalista” (p. 151). A

classe dominante retira de seu encargo a responsabilidade de subsistência deste indivíduo, colocando sob a sua responsabilidade prover as condições básicas para sua reprodução.

Em síntese, podemos concluir que o Estado se consolida como um aparato essencial na “reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a exploração da força de trabalho sob a forma assalariada. As instituições jurídicas que se consolidam por meio do aparato estatal (...) possibilitam a existência de mecanismos apartados dos próprios exploradores e explorados.” (Mascaro, 2013/2021, p. 18). A classe dominante deixa de ser a figura que exerce o domínio direto sobre a população, separando o agente econômico e a dominância política e tornando turva a relação direta que havia nas formações sociais pré-capitalistas de uma classe que domina diretamente a outra. Assim, o Estado mesmo se consolidando como uma entidade sem vinculação direta com qualquer classe e sendo gerenciado por pessoas oriundas de diferentes estratos sociais, ainda possui em sua forma social um elemento necessário à reprodução capitalista.

#### 2.2.4 Autonomia Relativa do Estado Frente a Burguesia

Apesar desta centralidade do aparelho estatal, nem toda ação do Estado vai estar sustentada para um favorecimento explícito da classe dominante, a partir de uma dominação estruturada, coesa e lógica orquestrada por uma cúpula de sujeitos designados para tal. Como bem aponta Mascaro (2013/2021)

o capitalismo não tem um núcleo de inteligibilidade funcional ou lógico que possa presumir um sujeito coletivo dirigente talhando a ereção de formas sociais. Tanto entre si as formas sociais não têm uma intersecção perfeita e estável quanto também não são elementos controláveis e visíveis aos olhos das classes, grupos e indivíduos. As formas sociais se dão às costas dos indivíduos. A coerção que elas exercem nas relações sociais não se dá por conta de sua anunciação, de sua declaração ou de sua aceitação, mas sim

mediante mecanismos fetichizados que são basilares e configuram as próprias interações. (p. 24)

É a partir do sustento de relações sociais de produção e de legitimação destas relações de exploração que o capitalismo, mesmo em sua variabilidade imensa de indivíduos, consegue agrupá-los por meio de um fio condutor que atravessa as diferentes expressões sociais por meio de um processo que naturaliza as relações de exploração. Este processo não é constituído pela aceitação voluntária dos indivíduos, mas opera na produção de subjetividades que a normalizam.

A classe trabalhadora, ao questionar estas relações de trabalho, mesmo em sua manifestação 'economicista', reivindicando melhores condições das relações de exploração capitalista por meio de aumentos salariais, menor jornada de trabalho e férias remuneradas, passa a sofrer forte processo de repressão. Ao questionar a própria natureza do trabalho na sociedade capitalista e propor a sua completa modificação, diminuindo seu viés exploratório e alienatório, confronta toda uma densa estrutura de sociabilidade que nega essa possibilidade como uma alternativa concreta.

Em momentos de maior organização e poder de reivindicação da classe trabalhadora, as condições de trabalho são contestadas e, em muitos casos, o Estado se encontra obrigado a ceder e adotar políticas que possam entrar em conflito com os interesses da classe dominante, o que denomina-se por 'autonomia relativa' do Estado. Podemos dizer que a burguesia cede os anéis para não perder os dedos. Essas situações de conflito entre as duas classes antagônicas estão presentes em diversos momentos da história. O Estado intervém como forma de arrefecer os ânimos e mediar a situação, de forma que o processo produtivo possa ser retomado.

Marx (1867/2013), ao analisar a atuação da burguesia inglesa durante as décadas de 30 a 50 século XIX, afirma que as jornadas de trabalho do operariado atingiam facilmente 14 a 16 horas por dia, incluindo mulheres e crianças que eram obrigadas a habitar espaços

extremamente insalubres e superlotados. Com a paulatina organização da classe trabalhadora inglesa por meio do movimento cartista, reivindicou jornadas de trabalho de no máximo 10 horas diárias e ao menos 1 dia de descanso semanal remunerado.

A burguesia atuava em bloco para que esta demanda não fosse aprovada e, caso tivesse aprovação congressual, não fosse aplicada. Nos meses que antecederam a entrada da vigência da lei que limitava a jornada de trabalho para 10 horas semanais, diversos industriais promoveram cortes salariais, “onde as circunstâncias o permitiram, houve uma redução salarial de, no mínimo, 25%. (...)” (Marx, 1867/2013, p. 356), fazendo com que alguns setores da classe trabalhadora pleiteassem a revogação da lei, fato que foi largamente instrumentalizado pela classe capitalista, que chegou a forçar a assinatura de trabalhadores na petição pelo fim da lei de 10 horas. ‘Mentira, suborno, ameaça: nenhum meio foi poupado para esse fim, (...) os próprios peticionários atestaram, em interrogatório oral, que suas assinaturas haviam sido obtidas à força’ (Marx, 1867/2013, p. 356). Não houve escrúpulos para que a lei tivesse sua aplicabilidade dificultada em todas as dimensões. Porém, o Estado, cumprindo com sua função de mantenedor da sociedade capitalista e assegurando a sua reprodução, analisou que se corria o risco de uma verdadeira insurgência eclodir, portanto, era necessário que se aprovasse e aplicasse a lei naquele momento. Cedendo às demandas dos trabalhadores e a contragosto da burguesia, o Estado arrefeceu os ânimos e possibilitou que a cadeia produtiva retomasse a normalidade.

Um outro exemplo de natureza semelhante pode ser retirado a partir da atuação de Vargas durante seu primeiro governo. Moniz Bandeira (2001/2010) assinala que após a sublevação de alguns setores do exército em 1935 a partir da ANL e o avanço da movimentação política da classe trabalhadora, Vargas convoca alguns representantes da classe dominante para que cedessem e colaborassem na criação de algumas leis trabalhistas, visando refrear o descontentamento da classe trabalhadora, porém,

não encontrou nenhuma receptividade. (...) todos os empresários reagiram ‘contra os despropósitos das leis trabalhistas, reclamaram contra os fiscais do Ministério, que invadiam as fábricas, provocaram a indisciplina dos operários e sabotavam a autoridade dos empresários e etc.’ Vargas escutou aqueles protestos com náuseas e, quando saiu do encontro, disse a seu ajudante de ordens, capitão-tenente da Marinha Ernani do Amaral Peixoto: ‘estou tentando salvar esses burgueses burros e eles não entenderam. (Bandeira, 2001/2010, p. 106-107)

Estas duas histórias ilustram como a atuação do Estado na sociedade capitalista pode até agir contrário aos interesses mais imediatos da burguesia, desde que sua atuação vise a preservação da reprodução do capital.

Atender às demandas dos setores dominados constitui uma manobra essencial da dominação política na sociedade capitalista, pois esse

Estado permite, pela sua própria estrutura, as garantias de interesses econômicos de certas classes dominadas, eventualmente contrárias aos interesses econômicos de certas classes dominadas, eventualmente contrárias aos interesses econômicos de certas classes dominadas, eventualmente contrários aos interesses econômicos a curto prazo das classes dominantes, mas compatíveis com os seus interesses políticos, com a sua dominação hegemônica. O que nos leva a uma conclusão simples, mas que nunca será demais repetir. Essa garantia de interesses econômicos de certas classes dominadas, da parte do Estado capitalista, não pode ser concebida, apressadamente, como limitação do *poder político* das classes dominantes. É certo que ela é imposta ao Estado pela *luta, político e econômica, das classes dominadas*: isto apenas significa, contudo, que o Estado não é um utensílio de classe, que ele é o Estado de uma sociedade dividida em classes. A luta de classes nas formações capitalistas implica em que essa garantia, por parte do Estado, de interesses econômicos de certas classes dominadas está inscrita,

*como possibilidade*, nos próprios limites que ele impõe à luta com direção hegemônica de classe. Essa garantia visa precisamente a desorganização política das classes dominadas, e é o meio por vezes indispensável para a hegemonia das classes dominantes em uma formação em que a luta propriamente política das classes dominadas é possível. (Poulantzas, 1977, p. 185-186)

Temos pleno acordo que a luta sindical e a reivindicação por melhores condições de trabalho constituem avanços essenciais para o conjunto da classe trabalhadora, porém, não podemos perder de vista que o próprio capital comporta em sua dinâmica de dominação, a contemplação de certas pautas das classes dominadas. Ainda que Poulantzas esteja partindo de uma realidade europeia, cujos determinantes são radicalmente distintos se comparados com a periferia do sistema, nestas últimas as concessões também aparecem como um dos mecanismos essenciais à reprodução do capital.

#### 2.2.5 Classe Dominante Terceiriza sua Dominação.

Poulantzas (1977) assinala que uma das funções do Estado burguês é conseguir organizar e sustentar a sua dominação burguesa. A classe dominante não consegue, por meio de seus próprios partidos políticos, erigir uma hegemonia de classe. Os motivos para esta incapacidade podem ser resumidos em dois pontos principais.

O primeiro consiste na própria incapacidade da classe conseguir atingir um nível de consciência política coletiva, em que todos os burgueses estejam convencidos da necessidade do cumprimento de determinadas tarefas a médio e longo prazo, em benefício da própria classe, a serem realizadas mediante a supressão de certas vantagens imediatas. Em seus escritos, Marx (citado por Poulantzas, 1977) já sinaliza sobre esta incapacidade e comenta que a “burguesia, a cada instante, sacrifica o seu próprio interesse de classe, o seu interesse político, aos seus interesses particulares” (p. 280). Os dois exemplos citados acima são ilustrativos de como a

burguesia, mesmo mediante a ameaça do sustento do modo de produção capitalista, torna-se incapaz de abrir mão de seus interesses particulares mais imediatistas.

O segundo motivo consiste na própria natureza fragmentada da burguesia, que é incapaz de romper com essas divisões internas e estabelecer uma unidade política mínima para garantir sua dominação. As diversas frações, na tentativa de impor as suas demandas mais imediatas, terminam por se afundar nesta peleja e tornam-se incapazes de garantir a sua própria dominação de classe.

Essa desorganização e debilidade da classe dominante coloca uma tarefa essencial para o Estado burguês, que se utiliza do seu aparelho “como meio que possibilita a organização da classe dominante e, simultaneamente, impede que as classes exploradas e dominadas constituam-se enquanto classe politicamente organizada, é condição fundamental para a existência do sistema capitalista.” (Hirsch, 2010, p. 56). O Estado é peça fundamental para que essa desorganização da classe dominante seja cada vez mais diminuta, facilitando que o processo organizativo da burguesia seja atuante e presente na sociedade, moldando-a segundo seus projetos políticos. Já às classes dominadas, a partir do momento que passam a se mobilizar e utilizar de seus instrumentos de luta para reivindicar suas pautas, sofrem um processo brutal de repressão, deslegitimação e fragmentação. Caso essa contenção e desmobilização da classe trabalhadora não esteja sendo cumprida, principalmente em momentos de avanço do movimento operário, as próprias entidades da classe dominante pressionam o Estado para que o façam.

### 2.3 As Especificidades da A.L.

Tratando de aspectos mais teóricos e abstratos do Estado capitalista, seu funcionamento de dominação e da intrínseca relação entre burguesia e a classe dominante, principalmente na pena de autores que tomam como objeto as entidades dos países de capitalismo central, corremos o risco de nos distanciarmos de uma análise que leve em conta os determinantes

específicos da realidade latino-americana. É claro que a nossa pretensão não é negar o que foi dito até agora ou desconsiderarmos a obra de pensadores que não tenham como objeto de análise o Brasil ou a América do Sul, mas procurar aplicar os seus aportes teóricos em diálogo com esta realidade latino-americana.

Diante dessa problemática, para tratarmos destas peculiaridades dividimos esse subcapítulo em 3 seções: 1) a importância da teoria do imperialismo desenvolvida por Lênin (1917/1986) e sua importância para a realidade latino-americana. 2) Debater as colocações da Teoria Marxista da Dependência (TMD) que visam melhor elucidar como a entificação do capitalismo estruturou o Brasil e reproduz a sua condição dependente. 3) Trazer um breve histórico sobre as teses do PCB sobre a realidade brasileira e como a tese da aliança com a burguesia passa a ser contestada nos anos 60.

### 2.3.1 A Teoria do Imperialismo em Lenin

Lenin (1917/1986) enuncia que a teoria do imperialismo, em síntese, pode ser definida como a

fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido. (p. 641)

A palavra chave para a compreensão do imperialismo é o monopólio. Segundo o líder bolchevique, o capitalismo até meados da segunda metade do século XIX teria atingido seu ápice da livre-concorrência. Ao final do século, a concorrência não seria o fundamento das relações capitalistas, mas a formação de grandes cartéis, que passam a fundamentar as relações

econômicas do capital. Esses cartéis são grandes conglomerados industriais que, a época de Lenin, chegavam a concentrar sete ou oito décimas partes de toda a produção de um determinado ramo industrial.

Em conjunto com as indústrias, os bancos na fase imperialista do capitalismo se desenvolvem a ponto de criarem um monopólio que comporta praticamente a totalidade do capital circulante em um país. A título de exemplo, Lênin (1917/1986) cita a Alemanha, que em 1909, tinha cerca de 83% de todo o capital nas mãos de nove grandes bancos. Por meio de manobras econômicas, esses cartéis tinham a possibilidade de pressionar os bancos menores, os fragilizando e posteriormente incorporando-os à sua rede bancária. Diante desse dado, Lenin indica o poder que a burguesia financeira passou a deter no país, pois controlava as linhas de crédito e, a partir disso, podia decidir sobre o destino de diversos ramos produtivos, privando-os de capital ou aumentando-os de acordo com os seus interesses.

Diante dessa íntima conexão entre essas duas fases da produção, os bancos passam a desenvolver a fusão de grandes bancos com os conglomerados industriais e comerciais, mediante a posse de ações ou a participação direta nos quadros de diretoria dessas empresas e vice-versa. O resultado é a participação dos seis maiores bancos berlinenses em mais de 751 sociedades industriais.

As fronteiras entre a burguesia industrial e a burguesia bancária passam a ser cada vez menores, paulatinamente se fundindo, originando o capital financeiro. Se Lenin parte da análise que o setor industrial e o setor bancário já atingem proporções absurdas, assumindo uma faceta monopolista, o capital financeiro seria a união de grandes conglomerados que transpassam os limites de um ramo produtivo, controlando uma série de atividades econômicas sob um punhado de cartéis.

O século XX, para Lenin, se constitui como uma época de viragem, “não só do ponto de vista do crescimento dos monopólios (cartéis, sindicatos, trustes), (...) mas também do ponto

de vista do crescimento do capital financeiro.” (p. 621) Os quatro países com maiores índices de desenvolvimento econômico, Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, detêm 80% do capital financeiro mundial. O resto dos países, de forma direta ou indireta, orbita em torno de suas transações financeiras.

Esses cartéis financeiros atingiram uma proporção tamanha que a sua dominação econômica não se limitaria somente aos países de origem destes trustes, mas que se poderia fazer um “inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas de um país, e ainda, como veremos de vários países e de todo o mundo” (p. 593). Por sua vez, essas matérias-primas estariam divididas entre alguns poucos conglomerados econômicos. O capitalismo, durante a sua fase de ascensão, teria se expandido de tal forma que o mundo estaria dividido entre zonas de influência dominadas por alguns poucos países desenvolvidos. Essa dominação se dá pela coerção física e pela dependência econômica. Os países centrais passam a dispor de uma série de manobras como privação de créditos, monopólio da exploração de matéria-prima e boicote, além do uso da violência física para manter a zona subjugada ao cerco imperialista.

Os conglomerados econômicos passam a

estabelecer determinadas relações entre os grupos capitalistas *com base* na partilha econômica do mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, se estão a estabelecer entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na luta pelo território econômico. (Lenin, 1917/1986, p. 632)

A divisão do mundo em colônias submissas aos principais países dominantes chega a níveis absurdos. Dentre as 6 maiores potências do início do século XIX, 57% da população estava submetida ao domínio colonial direto. A totalidade territorial dessas mesmas seis potências, considerando a extensão de suas colônias, atingia mais de 60% de todo o território mundial. O restante estava dividido entre países que não tinham sofrido interferência direta ou

indireta do imperialismo e territórios que foram classificados como semicoloniais, ou seja, países que do ponto de vista formal e político gozam de independência e soberania nacional, porém, na dinâmica geopolítica encontram-se “envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática” (Lenin, 1982, p. 639).

Lenin sinaliza que países como a Argentina se encontram nessa situação de semicoloniedade. Seu território nacional não sofre ingerências militares diretas e é dotado de soberania política, sem a influência explícita de outro país, porém, cita que a situação econômica argentina “encontra-se em tal dependência financeira relativamente a Londres que quase a devemos qualificar de colônia comercial inglesa.” (Lenin, 1982, p. 639). Complementa que a quantia investida por parte do capital financeiro inglês no país era tamanha que não é “difícil imaginar as fortes relações que isto assegura ao capital financeiro - e à sua fiel amiga, a diplomacia - da Inglaterra com a burguesia da Argentina, com os círculos dirigentes de toda a sua vida econômica e política.” (p. 639)

A injeção massiva de capitais estrangeiros em países semicoloniais não é sem consequências, criando uma série de laços políticos que também visam assegurar esses investimentos. O imperialismo não realiza suas operações financeiras sem se certificar de que as condições políticas para o seu retorno serão garantidas. Lenin, já no início do século XX, passa a indicar uma certa relação de complementaridade entre o imperialismo e as burguesias ‘nacionais’ dos países coloniais e semicoloniais.

É significativo que o bolchevique indique um país latino-americano para ilustrar a dominação imperialista sobre um país semicolonial. A América Latina foi o único continente que no último quartel do século XIX apresentou uma taxa negativa em relação ao crescimento de ocupações territoriais do imperialismo na periferia do mundo. A sua independência atinge um limite superficial e não rompe com a posição submissa que estes países ocupavam durante sua fase colonial.

A importância de uma análise que tome o imperialismo como um determinante concreto no desenvolvimento tanto em nível externo como interno é essencial, pois o Brasil também está inserido no mesmo contexto colocado para os países da América Latina. É claro que cada território possui a sua especificidade de desenvolvimento, não constituindo uma unidade coesa que se desenvolve em conjunto. Com a atuação dos grandes trustes pela sua zona de influência ao redor do mundo, não podemos conceber que a política de cada país aconteça de forma autônoma e soberana, mas sofrem a influência direta da conjuntura internacional, principalmente ao considerarmos países de caráter dependente.

A fim de melhor explorar essa relação entre países periféricos e coloniais, consideramos que seja de suma importância melhor desenvolvermos aspectos específicos da realidade sócioeconômica da América Latina, principalmente a partir dos desenvolvimentos da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

### 2.3.2 As Contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD) para a Compreensão do Capitalismo Dependente Brasileiro

A TMD parte da rejeição de uma tese bastante difundida para explicar as diferenças de desenvolvimento dos distintos países ao redor do mundo. Há uma compreensão liberal de que as economias atrasadas são fruto de uma ausência de políticas de modernização econômica em detrimento de setores mais atrasados na economia nacional. Os países subdesenvolvidos não teriam atingido um nível superior de progresso social, econômico e tecnológico por debilidades internas e a falta de investimentos em setores que seriam capazes de elevar a produção de *commodities* para produtos de alto valor agregado.

Dentre estas teses, era comum inferir que uma das causas para este atraso era relativa a uma “absorção insuficiente da civilização ocidental ou à herança cultural indígena, mestiça e hispano-portuguesa” (Katz, 2021, p. 98), abordando a questão por um viés claramente racista. As recomendações de medidas para o desenvolvimento elaboradas em cartilhas dos EUA em

conjunto com entidades internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), visam apenas perpetuar e aprofundar as relações de dependência que pretendem remediar. Outras perspectivas, como a da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), atribuíam o atraso dos países periféricos principalmente a estagnação de uma economia agroexportadora, cuja lógica consistia na produção de um produto de baixíssimo valor agregado, exportado em sua forma bruta. A solução apresentada pela Cepal consistia em um programa de desenvolvimento econômico industrial, substituindo as importações de produtos estrangeiros, e colocando em xeque a lógica agroexportadora, que com o incentivo de políticas econômicas favoráveis ao desenvolvimento da burguesia nacional, seria capaz de desenvolver a industrialização destes países, rompendo com a sua condição subdesenvolvida e nivelando-se aos países de capitalismo central.

Segundo os teóricos da TMD, essa interpretação ignora um aspecto fundamental, cuja existência de países ‘subdesenvolvidos’ é essencial para a reprodução dos países desenvolvidos. O próprio termo ‘subdesenvolvido’ é questionado por esses autores, pois a própria concepção do termo indica que, em determinados momentos, caso desenvolvam o capitalismo em seus respectivos países, paulatinamente se emancipariam deste atraso e atingiriam a fase superior de desenvolvimento político-econômico. O termo países periféricos procura destacar esta divergência, apontando uma continuidade entre os países centrais e periféricos.

A partir do desenvolvimento do capitalismo e sua ampliação mundial, ele passa a se tornar uma totalidade integrada. O sistema capitalista deixa de ser circunscrito a um determinado número reduzido de países, e passa a incorporar os mais recônditos territórios. As ações de um determinado país deixam de ter efeitos somente no nível local, e passam a ser referenciadas como uma parte de um todo mundialmente integrado. Há uma correlação entre as diversas partes de um sistema totalizante, cuja dinâmica interna entre as diversas partes não

pode ser compreendida como autônoma e ilhada, mas em um sistema interligado que conecta as diversas particularidades em um sistema totalizante e complexo. É por meio dessa lógica que devemos pensar o desenvolvimento dos diversos países integrados na economia capitalista.

Marini (1969/2012) destaca que o subdesenvolvimento é parte do todo que sustenta o capitalismo mundial. A condição dos países periféricos pode ser classificadas como dependentes, pois seguindo uma linha muito similar à de Lenin (1917/1986), a divisão internacional do trabalho é definida a partir do tipo de produção desenvolvida nos territórios coloniais, dando ênfase à extração de metais preciosos e o cultivo de gêneros exóticos, cuja produção foi essencial no aumento do fluxo de mercadorias e a expansão de capitais disponíveis nos países centrais, que possibilitou o início para o desenvolvimento da grande indústria nos países centrais.

É a partir desta divisão que podemos definir o conceito de dependência a partir da TMD, a configuração da “dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 1969/2012, p.134). O ‘subdesenvolvimento’, compreendido neste trecho a partir do conceito de dependência, é produto do desenvolvimento das relações capitalistas nos países periféricos. O desenvolvimento do capitalismo consolidado a partir das relações metrópole-colônia, tem como fruto apenas o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, tal como indicado no título do texto de Frank (1966). A reprodução e expansão do capitalismo dependente não atinge maior capacidade tecnológica a ser instrumentalizada como base para maior soberania nacional e aumento da qualidade de vida da classe trabalhadora, mas incide em avanços tímidos e cerceados pelos marcos do imperialismo.

De acordo com estas teses, a TMD termina por negar a premissa cepalina. Segundo Marini (1969/2012), durante os primeiros desenvolvimentos da indústria no século XIX, por mais

significativo que tivesse sido o desenvolvimento industrial no seio da economia exportadora (e, por consequência, na extensão do mercado interno), em países como Argentina, México, Brasil e outros, não chegou nunca a conformar uma verdadeira economia industrial, que, definido o caráter e o sentido da acumulação de capital, acarretasse em uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico desses países. (p. 159)

A indústria brasileira se desenvolve de forma bastante lenta e fraca, sob a dominação do latifúndio e sem a capacidade para emancipar-se deste e não alterando significativamente a matriz agroexportadora. Mesmo com o crescimento durante a primeira metade do século XX, possibilitado somente por uma grande crise que atravessa os países centrais, a industrialização atinge um nível maior de participação econômica no capitalismo brasileiro, porém, o seu desenvolvimento não implica na emancipação da condição dependente, mas é tutelado pelo imperialismo e limitado por uma integração parcial do mercado interno como sustento da demanda por produtos manufaturados, tal como nos países centrais.

A partir de suas próprias características dependentes, o capitalismo na periferia do sistema

não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis* que só adquire sentido se o contemplados na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (Marini, 1969/2012, p. 133).

As principais condições para este desenvolvimento específico dos países periféricos não se deve somente a uma limitação externa dos agentes imperialistas. Mesmo que sua imponência seja incontornável, há uma série de marcos internos, que coadunam com a lógica imperialista e possuem raízes históricas como fruto de um desenvolvimento nacional particular sob o domínio imperialista, capitaneadas por uma classe dominante que perpetua uma estrutura dependente. São a partir das quatro ‘leis tendenciais’ dos países dependentes que esta subordinação se mantém: a transferência de valor, a superexploração da força de trabalho, a cisão no ciclo do capital (Luce, 2018) e a deficiência tecnológica em relação aos países do centro (Bambirra, 1972/2019). É essencial que tratemos de forma mais pormenorizada cada um destes mecanismos, tendo em vista que eles são determinantes para pensar o processo de constituição da classe dominante no Brasil.

#### 1) Transferência de valor

A partir do primeiro item, a transferência de valor como intercâmbio desigual, podemos compreender como a riqueza produzida nos países periféricos são repassados para os países centrais, gerando uma disparidade entre o valor produzido e o valor apropriado, ou seja, o valor produzido pelo país não fica inteiramente em seu local de origem, mas uma parcela significativa dele é escoado para os países centrais. É nesta diferença que podemos apreender o surgimento da categoria de transferência de valor.

Não se trata de um mecanismo pontual e extraordinário, cujo início consta na exportação de minerais preciosos para os países centrais e viabilizando o acúmulo de capital necessário para a edificação do complexo industrial europeu, mas constitutivo da própria dinâmica dependente, sendo, por meio de outras formas, reproduzidas até hoje. Luce (2018) destaca 4 formas de transferência de valor, mas destacamos as duas principais, a dívida externa e as remessas de lucros, royalties e dividendos. O primeiro se constitui por meio da contração de dívidas externas que, devido a sua instabilidade monetária interna, terminam por contrair

negociações que pendem negativamente a balança, gerando um fluxo de pagamento de juros para os países credores. Os pagamentos dessas dívidas muitas vezes excedem ao seu valor de empréstimo inicial, que em determinado momento terminam por serem quitados, mas devido a cobrança dos juros firmados na contratação da dívida, se estendem a ponto de o montante inicial ser pago diversas vezes. Diante dessas quantidades vultosas de valor enviadas aos cofres estrangeiros, as dívidas transformam-se em um fluxo contínuo de transferência de valor para os países centrais.

Já a remessa de lucros, *royalties* e dividendos vinculam-se aos investimentos externos, que desde o Brasil Império se apresentam enquanto uma constante na realidade econômica brasileira, mesmo que o seu objeto tenha se modificado ao longo dos diferentes períodos históricos. A partir do montante investido, gera-se um lucro que tem duas destinações possíveis. A primeira é ser convertido em novo capital, se reintroduzindo no processo produtivo e já consolidando como um processo de acumulação. O segundo se consolida a partir do reenvio deste excedente para o país de origem.

O valor produzido supera em várias vezes o montante inicial. Durante o período de 1956 a 1960, Luce (2018) aponta que a entrada de capital estrangeiro somou a quantia de US\$ 6,8 bilhões, enquanto a remessa foi de US\$ 9,3 bilhões; no período seguinte, de 1961 a 1967, houve a entrada da mesma quantia do período anterior enquanto a remessa praticamente dobrou sua quantia, havendo uma remessa de US\$ 18 bilhões. Se considerarmos um período maior, de 1959 a 2009, a entrada foi de US\$ 1.347 bilhões e a saída de US\$ 2.132 bilhões. A partir destes números, podemos concluir que

a dependência tecnológica e financeira, a saída de recursos superando os montantes investidos, a apropriação de mais-valia extorquida dos trabalhadores do capitalismo dependente para irrigar as casas matrizes demonstram que, em vez de um impulso ao desenvolvimento tecnológico, o investimento externo capitalista atua sobremaneira

como veículo de desenvolvimento do subdesenvolvimento. Ou, como escreveu Marini, para mais desenvolvimento capitalista, mais dependência. (Luce, 2018, p. 67)

Essa apropriação do valor por parte dos países centrais implica em maior disponibilidade de recursos, tanto para o seu desenvolvimento produtivo, mas também em maiores possibilidades de distribuição de renda e programas de assistência. O inverso se aplica aos países dependentes que, ao assegurar mecanismos de transferência de renda, enfrentam maiores dificuldades para promover políticas de assistência social e fluxo de crédito para o livre desenvolvimento do país.

Na cisão entre países dependentes e países centrais, o mecanismo de transferência de renda ratifica essa divisão por meio de uma porção de países centrais que se apropria da riqueza produzida em outros territórios, se apoderando da disparidade entre o capital produzido e o capital apropriado, enquanto uma maioria de países dependentes, que estão subordinadas aos ditames do mercado mundial, sofrem as consequências desse sequestro financeiro.

## 2) A cisão no ciclo do capital

Esta segunda tendência do capitalismo dependente se configura como um “divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas” (Luce, 2018, p. 230). O capitalismo se orienta a partir da produção e circulação de mercadorias. Pouco importa ao capital se a mercadoria é um bem essencial como arroz ou um bem suntuário, como um colar de ouro, ambas têm o mesmo estatuto de mercadoria e gozam das mesmas prerrogativas. As mercadorias, por mais que tenham seu valor de uso como uma de suas premissas para que se constituam enquanto tal, têm a finalidade de gerar lucro e reiniciar seu processo produtivo.

De acordo com as leis do capitalismo, a produção não necessita se reportar às demandas da população em geral. Caso o sistema esteja auferindo lucro e mantendo seu ciclo produtivo, o capital não tem compromisso legal, econômico ou ético em garantir que a população tenha acesso a estes bens. Por mais que o liberalismo defenda que essa privação seja apenas uma fase

transitória e, após o crescimento econômico, essas demandas serão atendidas, esse traço insiste apesar dos diversos desenvolvimentos tecnológicos que possuímos. Portanto, podemos compreender que essa dinâmica se constitui muito mais como um traço estrutural da sociedade capitalista do que um período passageiro.

Por mais que a mercadoria seja a base de qualquer sistema capitalista, periférico ou não, os países de capitalismo central completam o ciclo do capital a partir de seu mercado interno, estes são parte constitutiva da realização da mercadoria. A demanda interna entra como uma necessidade da reprodução do capitalismo central, além da exportação para outros países. O Brasil, enquanto país dependente, nem sempre apresenta a mesma lógica, cuja parte significativa da produção muitas vezes termina por completar seu ciclo externamente, nos próprios países centrais (Luce, 2018). Um exemplo caricato é a própria lógica agroexportadora imperante na maior parte da história do país. Durante o período colonial, Prado Júnior (1942/2011) assinala que, mesmo o país tendo uma de suas matrizes econômicas voltada à produção de alimento, seus principais núcleos de povoamento sofriam com “a insuficiência alimentar [que] se tornou quase sempre a regra. (...). Sobretudo na Bahia e em Pernambuco, há um verdadeiro estado crônico de carestia e crise alimentar que frequentemente se tornam em fome declarada e generalizada.” (Prado Júnior, 1942/2011, p. 171). Lembremos que os dois estados citados acima são as principais capitânicas durante a era colonial.

Como o mercado interno não tem o mesmo peso para a reprodução do capitalismo dependente, é possível que haja um divórcio significativo entre a estrutura produtiva e o acesso das massas a estes bens de consumo. Mesmo após o período de industrialização a mesma lógica se mantém, principalmente em relação a bens não essenciais, que ficam restritos a uma certa camada da população. Com essa afirmação, não pleiteamos que o mercado interno seja de pouca valia no capitalismo dependente, principalmente no início da industrialização, mas ele se configura como uma outra realidade se comparada com os países centrais.

### 3) A superexploração da força de trabalho

O divórcio ocorrido entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas dialoga diretamente com o conceito de superexploração. Marini (1969/2012) chega a dizer que “o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho” (p. 185). Tendo em vista que o consumo das massas encontra-se parcialmente excluída da reprodução do capitalismo dependente, a superexploração entra como uma tendência da periferia do sistema por meio da “corporeidade viva da força de trabalho [que] é submetida a um desgaste prematuro; e/ou a reposição de seu desgaste acontece de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais, ocorrendo o rebaixamento do seu valor” (Luce, 2018, p. 135).

Os países dependentes têm uma debilidade diante dos países centrais, sua capacidade de aumentar a produção por meio do desenvolvimento tecnológico é deficitária, provocando uma diminuição das taxas de mais-valia comparada aos principais polos do capital. A partir disso, cria-se uma necessidade do capitalismo dependente em compensar as taxas de mais-valia a partir do sistema de produção interno. Essa debilidade procura ser superada por meio de uma maior exploração do trabalhador, que tem seu fundo de consumo deslocado para o fundo de acumulação do capital.

O mecanismo engendra em uma determinação negativa da lei do valor da força de trabalho. Este valor, socialmente instituído, é responsável por considerar que o trabalhador, além da compra dos bens necessários, precisa repousar, de forma a restaurar as suas energias físico-psíquicas. O dispêndio de energia investido no processo de produção do valor, considerado como o consumo da força de trabalho, deve ser repostado mediante a ingestão dos bens necessários e do repouso adequado, de forma que a substância produtora de valor (a corporeidade viva do trabalhador), se torne novamente capaz de retomar o processo de produção do valor.

O processo de superexploração enceta três principais formas de exercer esta superexploração: não permite que este trabalhador repouse de forma adequada, intensifica demasiadamente o seu ritmo de trabalho ou retira parte dos bens necessários para a reposição das suas energias físico-psíquicas. Essas três características são meio de manter

negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho normal. (Marini, 1969/2012, p. 149-150).

A superexploração não se constitui a partir de uma determinada forma de trabalho imposta ao trabalhador, a quantidade de horas trabalhadas ou a baixa da cesta de bens de consumo. A superexploração pode consistir na manifestação de somente uma dessas características, duas ou até as três em conjunto. Porém, o que a define é a sua determinação negativa na exploração da força de trabalho, provocando um desgaste tamanho que causa um desgaste antecipado da força de trabalho, impossibilitando a reposição da substância viva e encurtando o tempo de vida apto para o trabalho deste indivíduo.

A título de ilustração da materialidade do conceito de superexploração, Luce (2018) traz um dado sobre os cortadores de cana no interior do estado de São Paulo. Constatou-se que em 10 minutos, cada trabalhador corta 400 kg de cana, desferindo 131 golpes de facão e flexionando 138 vezes o tronco. Ao final de um dia de trabalho, a média de cana cortada por trabalhador é de 11,5 toneladas. Tomando como base os dados de 10 minutos de trabalho, podemos concluir que cada trabalhador desferiu 3.792 golpes de facão e 3.994 flexões de coluna em apenas 1 dia. O resultado infelizmente não surpreende, a expectativa de vida destes

trabalhadores não ultrapassa os 35 anos de idade, escancarando o nível de brutalidade e exploração que a classe dominante exerce contra a classe trabalhadora.

#### 4) deficiência tecnológica em relação aos países do centro

Como já destacamos ao longo deste trabalho, o capitalismo é um sistema essencialmente internacional, sendo impossível conceber seu desenvolvimento de forma autônoma e circunscrita à esfera nacional, alheio a conjuntura a nível mundial. Levando isso em conta, se os países com maior desenvolvimento tecnológico já atingiram etapas superiores das forças produtivas, o desenvolvimento tecnológico a nível nacional sofre suas ações, sendo vetada a possibilidade de seu livre desenvolvimento.

Bambirra (1972/2019) assinala que o desenvolvimento latino-americano, em especial o caso brasileiro, em determinada etapa de sua industrialização, necessitou da penetração do capital estrangeiro. Como o desenvolvimento tecnológico dos países centrais se encontra em estágio avançado, a produção destes países assume um estatuto privilegiado, atingindo maiores taxas de produção e com redução de custos, possibilitando a venda abaixo do custo praticado por diversos outros países, processo que Marx (1867/2013) denominou de mais-valia extraordinária. O nível de acumulação atingido por uma empresa dotada de alta capacidade técnica torna-se superior devido a maior produção e preço com melhor competitividade, acirrando a concorrência com empresas nacionais.

Como são as grandes empresas estrangeiras que detêm as tecnologias de ponta, elas podem impor os termos de sua utilização para os países dependentes. O desenvolvimento tecnológico não é tarefa simples de se resolver. Seu desenvolvimento é caro, sendo um investimento de longo prazo e de enorme complexidade. Muitas vezes para o desenvolvimento de uma máquina, inúmeros processos têm de ser desenvolvidos, o que requer uma estrutura técnico-científica que os países dependentes não possuem. Ao não conseguir competir com essas empresas estrangeiras, o capital nacional necessita firmar relações com esse capital

estrangeiro, de forma a empregar a tecnologia utilizada. Os laços de complementaridade entre o capital brasileiro e estrangeiro ocorre pelas limitações e debilidades da própria burguesia brasileira. O capital estrangeiro detém o monopólio de uso dessa tecnologia, a venda e o uso desta implica no pagamento de *royalties*, engendrando mecanismo de transferência de valor aos países centrais.

Até aqui podemos inferir que por meio da associação entre o capital nacional e o estrangeiro, mesmo com o pagamento dos *royalties*, as duas áreas ficariam parcialmente niveladas, porém, na realidade não é isso que ocorre. As empresas estrangeiras, além de dotadas de maiores capacidades produtivas no mesmo setor, detém o monopólio de vários ramos da produção altamente especializados, como “as máquinas para fazer máquinas”, elevando o nível de disparidade entre a capacidade produtiva entre os dois tipos de países. Ao se apropriar de mais-valia extraordinária, não tem interesse em ceder o uso dessa tecnologia no momento em que ela está proporcionando essa alta de acumulação. Os acordos para a compra e concessão do uso dessas tecnologias só se dão a partir do momento em que elas estão obsoletas, tornando-se instrumento comum na produção. A partir disso, por mais que se realize esse acordo entre os capitais dependentes e estrangeiros, eles não atingem uma equivalência de suas relações.

Ao termos exposto as quatro tendências do capitalismo dependente segundo Luce (2018) e Bamber (1972/2019), podemos inferir que eles foram separados a fim de exposição, mas a própria dinâmica concreta não os separa. Agem simultaneamente formando uma teia de relações sociais-econômicas complexas. Seguindo os autores, essas leis não são passíveis de serem superadas a partir do desenvolvimento do capitalismo dependente, mas só têm a possibilidade de serem rompidas por meio da instauração de um regime socialista mediante a tomada do poder pela classe trabalhadora, rompendo com as correntes do imperialismo e da dominação. Porém, essa tese na década de 60 não tinha ampla adesão do movimento comunista,

sendo hegemônica a tese etapista, cuja revolução democrático-burguesa consistia na etapa anterior ao socialismo.

#### 2.4 A TESE DA ALIANÇA ENTRE A BURGUESIA NACIONAL E O MOVIMENTO OPERÁRIO

A concepção de uma burguesia associada com os interesses imperialistas e o latifúndio, tal como colocada pela TMD, é uma tese que passa a ganhar maior força a partir da década de 60. No seio das esquerdas, principalmente entre os comunistas, havia o entendimento de que anterior à revolução socialista, havia a necessidade de uma revolução burguesa de caráter democrático. Influenciados por diversos organismos, da III Internacional a Cepal, o Brasil ainda não teria desenvolvido plenamente o capitalismo, tendo ainda tarefas a serem cumpridas dentro dos marcos do capitalismo.

Esse desenvolvimento seria capitaneado por uma fração nacionalista da burguesia, notadamente de caráter industrial, que pela própria natureza de seu desenvolvimento entraria em contradições com a lógica agroexportadora e o imperialismo. O proletariado não seria o protagonista deste processo, mas faria alianças com a burguesia, dando apoio e legitimidade social para o desenvolvimento do capital a partir de bases democráticas. Dentre essas tarefas, podem ser destacadas principalmente a instituição de uma reforma agrária, contestando o latifúndio e aumentando a capacidade de consumo do mercado interno e o desenvolvimento das forças produtivas, elevando a soberania nacional.

As origens destas teses encontram forte amparo no movimento comunista internacional, desde as resoluções do VI Congresso do Komintern, realizado em julho de 1928. As teses são influenciadas pela preocupação de Lênin (1917/1986) em seu *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de que segundo Mazzeo (1999), as “massas oprimidas não haveriam condições de combater a exploração sem, ao mesmo tempo, combater a cadeia imperialista mundial, isto é, as lutas de libertação nacional para serem vitoriosas teriam de ser, ao mesmo tempo, anti-imperialista, de caráter político e socialista.” (p. 36). Nesta etapa do capitalismo não competia

ao movimento operário combater apenas a exploração interna do capital, mas combater também a cadeia imperialista mundial.

Nesse mesmo livro, Lenin (1917/1986) faz uma caracterização dos países semicoloniais, que tinham atingido uma autonomia formal, mas ainda se mantinham sob o jugo do imperialismo. A partir disso, realizou-se uma leitura duvidosa dos textos de Lenin e de Marx, interpretando que deveria se partir do pressuposto de que os países coloniais e semicoloniais teriam que em sua primeira etapa desenvolver as relações capitalistas em prol de uma revolução democrático-burguesa. Essa revolução tinha como tarefa histórica limpar os ‘resquícios feudais’ das formações anteriores, ou seja, há uma generalização de um modelo de desenvolvimento histórico europeu para todas as formações ao redor do mundo. Estes resquícios eram principalmente formas de trabalho que ainda não estavam enquadradas no modo de produção capitalista clássico, com assalariados produzindo mais-valia a ser recolhida por um burguês e ausência de um sólido desenvolvimento industrial. Essa tese foi fortemente veiculada por diversos pensadores de peso no Brasil, como é o caso de Nelson Werneck Sodr e e Alberto Passos Guimarães. A estratégia da revolução partia da leitura de que alguns setores da classe dominante eram aliados do imperialismo, enquanto outras frações tinham um caráter nacionalista e anti-imperialista, tornando legítima a aliança entre setores da classe trabalhadora e certas frações ‘nacionalistas’ da burguesia, que também teriam como tarefa imediata eliminar estes ‘resquícios feudais’ imperantes no país.

A III Internacional passou a aplicar estas teses sem fazer uma mediação com a realidade concreta de cada país. Partiu-se de uma análise esquemática e formalista da pluralidade de conjunturas espalhadas ao redor do mundo. É claro que certas categorias gerais poderiam ter sido instrumentalizadas para orientar a análise em um plano mundial, porém, essa aplicação se deu de forma acrítica e sem a incorporação de elementos autóctones, provocando sérios problemas de tática e estratégia.

Aqui, não se trata de repetir os mesmos erros cometidos pela III Internacional, e inferir que todo e qualquer elemento burguês dos países dependentes, independente do contexto histórico e da conjuntura nacional, seja um aliado do imperialismo. Porém, no caso do Brasil, podemos fazer um balanço de como estas teses tiveram um efeito contraditório, cuja

política, imposta de cima pelo Komintern, será a responsável pelos inúmeros equívocos cometidos pelo PCB, determinando uma inversão, na qual a estratégia de ação estará permanentemente subordinada à tática da revolução realizada em “etapas”. (...) o PCB impulsionará uma linha de ação que, ironicamente, o transformará no maior formulador de uma política democrático-burguesa, em descompasso com uma burguesia historicamente autocrática, golpista e antipopular. (Mazzeo, 1999, p. 1).

Cabe salientar, porém, que as teses do VI Congresso do Komintern não chegaram ao Brasil de forma completamente externa. O próprio Mazzeo (1989/2015) reconhece que “Capistrano de Abreu, em seu pioneiro Capítulos de História do Brasil, já em 1907, realçava os “elementos feudais” na organização das capitanias hereditárias, passos analíticos que foram seguidos por importantes pensadores brasileiros, como Oliveira Vianna e Nestor Duarte.” (p. 116). As interpretações da III Internacional tiveram seu caráter impositivo, mas também não foram uma completa novidade no cenário nacional, contando com elaborações prévias semelhantes.

A principal questão em relação a estas teses é que o Partido Comunista se transformara em reboque de uma linha desenvolvimentista que contava com um grande empecilho, o agente central, a burguesia nacional, para o sucesso da etapa ‘democrático-burguesa’ era inexistente ou pouco expressiva para encabeçar um processo revolucionário. Por mais atuante que fosse o partido na defesa dos direitos dos trabalhadores, na organização e integrando a direção de um dos maiores sindicatos dos anos 60, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), o partido não partia para uma defesa da revolução socialista e direcionar a classe para

este fim. As suas ações tinham combatividade, pleiteando aumento salarial, 13º salário, salário-família, organizando greves e manifestações, porém, terminou, por conta de sua tática-estratégia, por ter uma atuação que se confundia com os horizontes economicistas, pleiteando melhores condições para a exploração do trabalho assalariado.

As teses etapistas eram hegemônicas na esquerda brasileira, porém, havia algumas frações divergentes que a contestavam. As principais figuras são datadas dos anos 40 em diante, com o seu ápice nos anos 60, capitaneados principalmente pela figura de Caio Prado Júnior e a intelectualidade da Teoria Marxista da Dependência (TMD), representados por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos. A tese defendida tinha como fundamento estratégico uma concepção oposta as teses do VI Congresso, apontando que o próprio processo de constituição do capitalismo já se encontrava maduro nos países periféricos, mas que a sua própria natureza dependente apresentava um caráter subordinado ao imperialismo, considerando a burguesia como um agente essencial do sustento das relações dependentes, e não de uma etapa democrática. Com o golpe de 1º de abril de 1964, há uma maior dificuldade de sustentar a existência de uma burguesia de caráter democrático e progressista, devido à influência da classe dominante e deu seus aparelhos no apoio ao golpe de Estado.

Como este escrito não se pretende a ser somente um texto teórico, mas uma análise com embasamento histórico, o próximo capítulo procura trazer aportes da história do Brasil, com enfoque na constituição da burguesia enquanto classe, de forma que possamos pensar a dinâmica dos conceitos trabalhados neste capítulo a partir da realidade brasileira.

### **3 A HISTÓRIA DA BURGUESIA BRASILEIRA E SUA ATUAÇÃO**

Desde o seu início, o Brasil se movimenta de fora para dentro e de dentro para fora. No primeiro caso, os fatores exógenos, a dinâmica da geopolítica exterior, é um dos determinantes para a conjuntura interna. O segundo, subordina-se ao primeiro, formando um país cuja estrutura é erigida para que o fluxo de produção esteja apontado em grande parte para o exterior. É como Caio Prado Júnior (1942/2011) sintetiza ao dizer sobre o ‘sentido da colonização’, inexoravelmente voltada para o outro lado do Atlântico. A nossa história é marcada por uma intensa luta de classes interna, mas muitos dos fenômenos mundiais arrastavam o Brasil para dentro de seu espiral e colocavam-se como determinantes estruturais para a conjuntura nacional. Isso está cravado na sua própria concepção enquanto país. O Brasil tal como o conhecemos hoje é, dentre outros determinantes, fruto da história colonial que o mercado mundial estabeleceu nestas terras e no apagamento de tudo e todos que impedissem de concretizar a empreitada comercial. Os povos originários e quilombolas foram massacrados em prol da construção do Brasil. Nascemos de fora para dentro. A ruptura definitiva com essa lógica nunca foi concretizada, ao menos de forma integral. Quem mais se beneficia com a estrutura colocada desde os primórdios da nação, não permite que mudanças substanciais sejam colocadas em marcha. Ao longo da história brasileira, temos uma íntima conexão entre latifúndio, imperialismo, escravidão e genocídio indígena.

### 3.1 LÓGICA AGROEXPORTADORA E O NASCIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

O transcorrer do século XIX não pode ser entendido sem uma breve exposição do modo de dominação dos países centrais em relação às colônias. Lenin (1917/1986) já apontava sobre a necessidade do capitalismo de constituir território para suprir suas necessidades materiais, cada vez mais em alta por um continente que estava se industrializando:

estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos *todas* as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar ao adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, os jazigos de petróleo e etc. A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. (Lenin, 1917/1986, pág, 637)

O fundamento econômico para a conquista e preservação da colônia é indispensável para a compreensão do fenômeno, portanto, é somente a partir da perspectiva da eliminação da concorrência que surgem os monopólios. É indispensável que o acesso aos recursos para o desenvolvimento da produção esteja sob a hegemonia do país, usurpando a concorrência do acesso a matéria-prima e prejudicando a produção alheia.

A dominação não fica restrita ao campo econômico, mas se ramifica em uma dominação político-cultural, cujos marcos são impostos pelos países com a perspectiva de perpetuar esta dominação. Há uma autonomia relativa a todos os países do mundo, a depender do grau de influência política e econômica diante da geopolítica mundial. Ao mudar a direção de uma peça

dentro do tabuleiro político, todas as outras peças sofrem, em maior ou menor grau, os efeitos daquela mudança. Não há possibilidade concreta de uma autonomia absoluta de qualquer país na teia geopolítica.

O Brasil, na condição de país dependente e tutelado pela Inglaterra tem sua autonomia amplamente limitada pela sua própria posição geopolítica, porém, certamente não implica em uma completa submissão mecânica ao jogo do imperialismo. Não há de se compreender as determinações colocadas pela política externa como fatores automaticamente condicionantes da política interna, porém, desprezar tanto um campo como outro, é cair no engodo de uma análise que ignore componentes essenciais para a compreensão do jogo político.

O imperialismo se beneficia de um permanente processo de transferência de renda, cujo maior favorecido foi a Inglaterra, país que hegemonizou o capitalismo mundial ao longo de todo o século XIX. Durante este processo, podemos destacar duas questões principais colocadas aos países dependentes pelas metrópoles: 1) aumento da necessidade de matérias-primas e de alimentos. 2) Expansão do mercado interno, de forma a criar maior capacidade de absorção de produtos manufaturados pela colônia. (Bambirra, 1972/2019)

Como ressalta Marini (1969/2012, p. 47) “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial”. A produção agroexportadora latino-americana torna-se essencial para a diminuição do custo da cesta básica de alimentos do operariado europeu e o fornecimento de matérias-primas. Alimentos como açúcar, café, carne etc. passam a ser cada vez mais baratos e, consumidos em maior escala pelo proletariado dos países centrais. A terceirização destes alimentos para países dependentes favorece que o campesinato europeu esteja cada vez mais com dificuldades de se sustentar a partir da pequena agricultura, forçando-os a migrar às cidades, servindo como mão-de-obra para o crescimento industrial e somando-se no exército industrial de reserva. A diminuição do custo da cesta de bens básicos é essencial como mecanismo de aumento da mais-valia relativa,

ou seja, a diminuição do trabalho necessário e o aumento do trabalho excedente, possibilitando que o capitalista se aproprie da maior quantidade de mais-valia, sem aumentar a jornada de trabalho, até mesmo em caso de redução da jornada (Luce, 2018).

Podemos considerar o capitalismo dependente latino-americano um dos pilares que fomentou diretamente o acúmulo de mais-valia nos países centrais e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade de capital a ser investido no processo de industrialização na Europa. Não haveria excedente à disposição para o processo de industrialização se os países periféricos não tivessem engendrados na lógica de reprodução do capitalismo a nível mundial.

Partindo destas considerações, podemos pensar o Estado imperial brasileiro, como um garantidor das taxas de lucros do latifúndio e do imperialismo, sustentando-se para que os lucros dos latifundiários não sejam abaixados e possam se manter nos momentos de crise. Sodré (1962/1970) aponta que nos períodos de recessão e baixa dos preços dos principais produtos brasileiros, o Estado implementava uma política de desvalorização cambial, tornando as exportações negócio mais lucrativo, porém, aumentando os preços dos produtos importados. Como a produção brasileira não se voltava ao mercado interno, muitos dos insumos básicos tinham de ser importados, aumentando o custo de vida para a população geral. O Estado, operacionalizado pela classe dominante, transfere seus prejuízos à classe trabalhadora, que arca com o ônus da diminuição das taxas de lucro do setor agroexportador.

A própria natureza da relação econômica gera uma relação mútua entre a burguesia europeia e o latifúndio brasileiro. Em uma ponta, os latifundiários realizam a produção de alimentos, abaixando o custo da cesta básica dos trabalhadores, serviço pelo qual é compensado com altas taxas de lucro, principalmente em períodos de desvalorização da moeda.

Os excedentes gerados pela exportação seguem algumas tendências de investimento. A primeira é a mais significativa e recolhia cerca de 50% do lucro total, reinvestindo no aumento da produção, tarefa que se traduzia basicamente na compra de mão-de-obra escrava. Outra parte

é direcionada às compras de bens de luxo importados dos países centrais e direcionados somente à classe dominante e por último, utensílios gerais como máquinas, peças, materiais de construção e outros bens manufaturados (Santos, 1995/2021).

Seguimos com Moura (1988/2020) ao assinalar a importância do escravo brasileiro para a consolidação do capitalismo europeu. O autor assinala que a escravidão constitui-se como um dos “alicerces da sociedade capitalista, (...) durante um período de tempo relativamente longo, foi um dos seus elementos mais importantes” (p. 83.) e contribuiu significativamente na transferência de valor dos países colonizados para o centro. Primeiro trabalhando arduamente nos engenhos brasileiros, cuja vida de trabalho não passava de 8 anos, e por meio de seu vultoso mercado comercial, coordenado pelos principais do centro do capitalismo ascendente, além de em alguns casos, explorarem diretamente a mão-de-obra escrava em suas empreitadas coloniais, como é o caso da Saint John d’El Rey Mining Company, empresa sediada em Londres, que explorou de forma ininterrupta de 1834 a 1886, algumas minas de ouro em Minas Gerais, cujo número total de trabalhadores passa de 2500, sendo 1690 trabalhadores escravizados. A questão negra é de suma importância para a compreensão do desenvolvimento da história brasileira e do capitalismo mundial.

No Brasil, a divisão do trabalho sendo majoritariamente realizado pela população negra escravizada, cria uma concepção de divisão social muito bem delimitada. O antagonismo entre uma classe dominante latifundiária exportadora e uma massa de escravizados é a principal contradição do Brasil colônia ao Brasil Império, cuja classe dominante é imbuída de uma determinação cuja raça se confunde com a classe social. No Brasil, principalmente nos anos de vigência da escravidão, analisar seu desenvolvimento sócio-econômico de forma macroscópica, é difícil realizar uma separação completa entre raça e classe, pois a raça se relaciona intimamente com a classe.

A classe dominante escravocrata era em números absolutos, muito inferior com a massa escravizada. Devido às configurações rurais que o Brasil tinha à época, era comum que uma pequena quantidade de senhores ficasse cercada por uma significativa massa escrava isolada em um latifúndio ao redor de uma cidade. Moura, (1994) relata que ao irromper a Revolução haitiana, há uma preocupação constante da classe dominante em impossibilitar que o negro tenha ciência desta revolução escrava.

A forma brutal pela qual o negro foi tratado na história brasileira é fundamentada em dois fatores fundamentais. O primeiro consiste que “somente ela, através da exploração econômica e extra-econômica do trabalhador, com um nível de coerção social despótico e constante, poderia extrair o volume de produção que fizesse com que esse empreendimento fosse compensador” (Moura, 1994, p. 39). A empreitada colonial tinha um custo elevado e seu retorno dependia da quantidade de escravos que o senhor poderia adquirir e somente uma quantidade elevada destes é que tornavam os investimentos rentáveis. O segundo é a própria possibilidade de revolta e revide dos escravos. A resistência negra, seja pelas fugas, assassinato de senhores, formações de quilombo, etc. é concomitante à própria instituição da escravidão no Brasil. Há uma ativa e constante negação da sociedade escravocrata pelas mais diversas atitudes de resistência dos negros brasileiros. Os senhores de engenho tinham, para além do domínio econômico e político, um domínio cultural e linguístico com o cativo.

Uma boa ilustração desta característica é colocada por Clóvis Moura (1994) ao retomar o relato de um mercenário alemão que serviu no exército Imperial de 1824 a 1826. Este diz que havia um

ricaço brasileiro que era um verdadeiro demônio para os escravos. Todas as noites chamava-os e emendava que escolhessem entre 25 açoites ou beijar o velho, como chamava seu bastão, rematado por uma cabeça bárbara esculpida em madeira. Os que preferiam beijar o velho e humildemente se curvaram para ele, levavam terrível

bordoadada na cara que lhes fazia o sangue esguichar da boca e do nariz. Os outros recebiam, sem piedade, os 25 açoites. O cruel senhor não se divertiu por muito tempo dessa maneira. Certa noite, ao regressar do Rio de Janeiro, com sua mulher, numa embarcação, os negros aproveitaram as trevas que enegreciam a baía e os lançaram à água. Antes, porém, maltrataram a mulher de modo mais bestial, cevando todos nela seus apetites carnis. (p.200)

Há um complexo que procura manter o cativo sob dominação, procurando criar diversos obstáculos para que se organize e dê vazão à sua revolta. O autor analisa como o escravo primeiro adotou uma ‘atitude passiva’ de se submeter ao açoite, sem qualquer tipo protesto ou manifestação contrária a este ritual humilhante, porém, lançaram mão de extrema violência quando tiveram oportunidade, readquirindo a posição de sujeitos históricos por meio do revide da violência praticada pelo seu algoz.

A participação do escravo ao longo da história brasileira, principalmente durante seu período escravocrata é de suma importância, pois nos permite realizar uma leitura ativa da luta de classes, retirando um papel apassivado e de mero espectador muitas vezes atribuído aos dominados. Aqui, podemos assinalar como há uma íntima conexão entre imperialismo, classe dominante latifundiária e escravidão, arquitetando uma complexa reprodução cujos elos estão conectados de forma a serem sustentados a partir da mão-de-obra escrava.

As consequências políticas desta aliança a nível nacional são fundamentais para se compreender a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. A atuação do imperialismo no Brasil não é algo que se consolida a partir de um mecanismo puramente exterior, que pressiona tanto a nível diplomático como militar em uma dada situação de crise, mas, “é uma relação básica que constitui e condiciona as próprias estruturas internas das regiões dominadas ou dependentes” (Santos, 1995/2021, p. 22), estabelecendo certos marcos para o desenvolvimento nacional. O setor latifundiário é um grande articulador político para que o

desenvolvimento do Brasil se dê dentro destes marcos do imperialismo, aprofundando os laços de dependência, pois a sua própria existência e êxito está amplamente conectada com a manutenção destes laços subalternos.

O latifúndio cafeeiro, ao contrário do açucareiro, passa a incorporar também a distribuição do seu produto, incorporando uma nova fase da circulação da mercadoria, colocando “dentro das limitações de uma economia colonial, acumulação relativamente maior que a operada no caso açucareiro” (Sodré, 1964/1976, p. 98) Esta situação coloca uma diferença substancial entre os dois latifúndios, pois é por meio da apropriação desse excedente que o setor cafeeiro tem maiores possibilidades de aumentar sua produção, chegando a quintuplicar as exportações em um período de 30 anos (1820 a 1850), assim como ampliar o escopo de seus investimentos, sem que isso represente uma grande ameaça para a sua dominação.

A geração deste excedente nos permite visualizar os primeiros passos da industrialização no país. Segundo Bamberger (1972/2019), é por meio do crescimento e complexificação da produção agroexportadora que o setor cafeeiro passa a investir na “criação e expansão dos setores complementares ao setor exportador (sejam eles agrícolas, comerciais, de transporte e comunicações, serviços etc.), em função da economia exportadora.” (p. 70). Este excedente produzido pelo latifúndio inicia um horizonte industrial no Brasil. Um bom exemplo do tipo de industrialização a que nos referimos é ilustrado por Bamberger (1972/2019) quando no início da segunda metade do século XIX, o Brasil passou a produzir embalagens para café. Atividade que poderia destinar sua produção para embalar outros produtos, mas organicamente dependente e ligada ao latifúndio, sendo, ao menos em sua fase inicial, limitada a satélite agrícola.

Ainda que tutelada pelo latifúndio e orbitando no entorno da lógica agroexportadora, esta classe se desenvolve e passa a ter maior autonomia e ter como demanda pautas que se

contrapõem ao latifúndio. Primeiro que a nascente indústria brasileira ainda está estreitamente ligada ao latifúndio, portanto, depende também da realização do ciclo agroexportador, porém, sua produção não é destinada exclusivamente para o mercado externo, mas destina parte de sua produção para o mercado interno, conferindo uma orientação político-econômica com potencialidades diferenciadas do latifúndio. A formação da burguesia industrial brasileira tem suas particularidades histórico-econômicas, sendo um processo diferenciado dos países centrais.

A burguesia industrial é parida pelo latifúndio, sendo sua subsidiária por longos anos, tanto no plano econômico como no plano político. Destaquemos que o nascimento da burguesia industrial brasileira está condicionada a um elemento geopolítico de suma importância que não estava presente no desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, o imperialismo. Se as burguesias francesas e inglesas não dispunham de nenhuma outra força que colocassem obstáculos econômicos, políticos e militares para o seu desenvolvimento, mas o contrário, dispunham de diversas relações coloniais que foram de fundamental importância para a concentração de capital necessário para a empreitada industrial, tornando seu caminho para a prosperidade econômica mais curto se comparado com a conjuntura da segunda metade do século XIX para os países dependentes.

Ao final do último quarto do século XIX, o regime de trabalho assalariado já tinha protagonismo nas relações de contrato, generalizando relações de tipo capitalista, comprando força de trabalho mediante pagamento de salário, gerando um mercado livre de trabalho, ou seja, a 'livre escolha' do trabalhador acerca de sua venda de força de trabalho. A própria venda de um outro em sua integralidade, privando-o de pertencer a si mesmo, já não é uma possibilidade, proporcionando a 'liberdade' de um livre mercado de trabalho. Bambirra (1972/2019) ressalta como esta nova forma de organização social não estremece as relações históricas entre a classe dominante brasileira e as massas, mantendo a estrutura social, porém,

implicam em mudanças qualitativas, principalmente se comparada com a larga utilização de mão-de-obra escrava até então.

A constituição de uma classe que tem acesso a um rendimento mensal coloca a possibilidade da criação de um complexo econômico capaz de suprir as demandas deste mercado interno, possibilitando uma maior autonomia da burguesia brasileira, já o latifúndio se voltava para as compras no mercado externo, principalmente dos países centrais, tendo grande independência frente à disponibilidade de produtos no mercado interno.

Podemos concluir então que a industrialização brasileira não é fomentada pelo consumo das classes dominantes (em especial o latifúndio), mas é impulsionada pelo nascente proletariado.

Acontece que, embora a demandas por produtos industriais nacionais por parte das classes que obtêm mais-valia no setor exportador não chegue a constituir um estímulo significativo para a industrialização, isso não ocorre em relação à classe operária, que recebe salários. Esta, ao contrário, representa um ponto de apoio para a industrialização. Estamos obviamente considerando, neste momento, apenas a demanda por bens de consumo, entre os quais se destacam têxteis, alimentos calçados, bebidas, utensílios domésticos e outros. (Bambirra, 1972/2019, p. 72-73)

A classe dominante brasileira se beneficia e fomenta apenas a indústria que se localiza em sua órbita, considerando os setores complementares a sua produção (embalagem, transporte etc.), por meio do consumo massivo de capital constante, mas não enquanto classe consumidora dos bens de consumo produzidos pela manufatura brasileira. Essa demanda do setor agroexportador pela indústria brasileira será de suma importância nos passos iniciais, fomentando o crescimento do setor e, conseqüentemente, desenvolvendo o processo de concentração nas cidades. Portanto, a “urbanização, causa e também consequência do desenvolvimento industrial, vincula seu destino a este, gerando um novo processo econômico

- o capitalismo urbano -, que é irreversível e que, no longo prazo, tenderá a ser predominante no sistema em seu conjunto.” (Bambirra, 1972/2019, p. 73)

O século XIX, em especial a sua segunda metade, é o período histórico em que a urbanização e a industrialização ainda não são fenômenos consolidados, só vão se efetivar a partir do período republicano. Porém, o germe da indústria e do proletariado já se fazem presentes na realidade brasileira e, com o desenrolar do tempo, vão se constituindo como agentes autônomos na realidade político-econômica brasileira.

### 3.2 A TRANSIÇÃO PARA A REPÚBLICA

A República pode ser compreendida a partir de uma reestruturação do Estado a partir de premissas burguesas. Esta reorganização do Estado tem como fundamento lançar as bases políticas para o desenvolvimento de relações capitalistas no Brasil. Concordamos com Saes (2001) que promove uma distinção entre Revolução Burguesa em sentido *lato*, “como o conjunto dos aspectos da passagem do capitalismo: formação de novas relações de produção, de uma nova configuração da divisão do trabalho, de novas classes sociais, de uma nova ideologia dominante, de uma nova estrutura jurídico-política” (p. 110) e a revolução político-burguesa no sentido *stricto*, concebida como a transformação jurídico-política e a formação do Estado burguês.

Aqui, não partimos da análise economicista que supõe a formação do Estado burguês como mera reflexão das relações de produção capitalistas. Esse raciocínio possui estrutura semelhante a uma pirâmide, cuja base, por meio de uma relação mecânica, termina por transformar o topo. De acordo com Saes (1985) essa tese apresenta um teor “economicista-mecanicista” que recai na “impossibilidade de levar em conta e analisar em profundidade a radical transformação política ocorrida, nas diferentes formações sociais, durante o processo de passagem ao capitalismo (e não no final do processo)” (p.26). Ao partirmos da tese economicista, a consolidação de um Estado burguês representa a da revolução burguesa, que

após ter sido amplamente desenvolvido em sua base, faz uma espécie de coração deste processo com a transformação do Estado. É desconsiderado o papel que o Estado burguês tem na própria consolidação da revolução burguesa em sentido amplo, forjando um contínuo desenvolvimento mútuo entre infraestrutura e superestrutura. A revolução burguesa em sentido estrito lança as bases para o desenvolvimento das relações capitalistas. É só por meio desta revolução jurídico-política que se torna possível a reprodução das relações capitalistas em grande escala. É a partir desta premissa que podemos encarar a consolidação da República no Brasil, pois é por meio deste processo que se instauram as condições para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

As relações capitalistas necessitam de uma igualdade formal, de forma que se possa erigir uma burocracia baseada no mérito e estabelecer contratos de trabalho entre indivíduos livres e iguais. É por meio da igualdade jurídica que o Estado burguês possibilita a generalização das relações assalariadas. A igualdade formal jurídica é essencial para neutralizar o caráter exploratório da força de trabalho alheia, pois cria a ilusão de que há uma troca equivalente entre iguais. Nas palavras de Saes (2001) é

a compra e venda da força de trabalho, como se este fosse uma mercadoria, pode ser considerada uma pura ilusão ou uma máscara do real, desde que se reconheça que essa ilusão de estarem trocando equivalentes que determina a repetição constante do encontro, no mercado, entre o produtor direto e o proprietário dos meios de produção, enquanto vendedor e comprador da força de trabalho, respectivamente. (p. 26).

A partir dessas considerações, podemos debater qual a classe que capitaneou o processo de consolidação da República. Saes (1985) demonstra que a instauração da República não pode ser pensada desconsiderando a longa tradição de luta da massa escrava e da classe média abolicionista. Os acúmulos de diversas formas de resistências praticadas pelo escravo brasileiro ao longo de sua existência no Brasil, é um dos principais determinantes para compreendermos o declínio da escravidão no país. Segundo Moura (1988/2020), o quilombo representa a

experiência mais radical de negação da sociedade escravocrata, possibilitando uma outra forma social que retirava o negro da dinâmica colonial-escravista, colocando sob sorte ameaça a base social de qualquer forma de reprodução social que tivesse a escravidão em sua base.

Em conjunto com a luta escrava, Saes (1985) assinala como a luta abolicionista, capitaneada principalmente pelas classes médias, principalmente ao longo da segunda metade do século XIX, não tinha como objetivo estratégico

a formação de comunidades negras que restauraram um modo de vida tribal ou reproduzem, em pequena escala, as relações entre senhores e escravos. Seu objetivo estratégico não foi expressão de uma ideologia comunista primitiva ou de uma ideologia escravista, e sim da ideologia jurídica burguesa: a classe média abolicionista queria ‘libertar’ todos os trabalhadores escravos para que os membros de todas as classes sociais - ‘indivíduos’ - acendessem igualmente à condição de sujeito de direitos (isto é, cidadão). (Saes, 1985, p. 277)

O movimento abolicionista tinha como objetivo transformar o escravo em um trabalhador ‘livre’, tal como em qualquer formação social capitalista, despido dos meios de produção, oferecendo sua força de trabalho. Há um movimento da classe média em romper com a lógica escravista e reivindicar uma forma jurídica-formal burguesa, ou seja, transformar o Estado escravista em um Estado burguês, por meio da alteração da jurídica de todos seus membros, igualando-os formalmente. O encontro da luta abolicionista de classe média com a revolta escrava, passou a influenciar diretamente o objetivo estratégico da última, se antes os quilombos se constituíam como a finalidade máxima da luta escrava, ao longo da segunda metade do século XIX, o quilombo passa a ser um elemento tático, tendo como fim estratégico a Abolição e a igualdade jurídico-formal.

É por meio desta contínua pressão, que a revolta escrava termina por ser a principal força a liquidar a escravidão e as relações de produção escravistas, preparando o terreno para

a constituição do Estado burguês no Brasil. Porém, essa força principal encontra na classe média a sua direção, “na medida em que subordinou a revolta escrava - até então voltada para a criação de comunidades isoladas - ao seu objetivo de liquidar o direito escravista, criar um direito burguês e reorganizar, segundo os princípios do burocratismo, o aparelho de Estado.” (Saes, 1985, p. 284).

A igualdade formal no Brasil só é uma realidade a partir da Abolição em 1888, anulando qualquer aplicação jurídica do direito escravista e colocando o negro no mesmo estatuto jurídico que o branco, liquidando o direito escravista e instaurando a igualdade jurídica. Os que antes eram escravos e privados de exercerem atos de vontade, agora estavam livres e eram portadores de direitos. Por meio da promoção da igualdade formal, característica essencial para a reprodução do capitalismo, a Abolição pode ser considerada como a primeira etapa do processo de transformação burguesa do Estado brasileiro.

A abolição também preparou a reorganização burocrática do Estado, pois “não pode haver burocratismo burguês sem que exista o direito burguês.” (Saes, 1985, p. 1985). É somente com a consolidação da República que há uma quebra do monopólio das funções do Estado pela classe dominante, pois é a partir da consolidação do Estado burguês que se rompem com os títulos de nobreza do Brasil Império, dando início ao processo de recrutamento para as esferas burocráticas do Estado por processos seletivos meritocráticos, rompendo com a lógica anterior de legitimação de títulos para o ordenamento público. No período republicano, ao menos em teoria, bastaria uma pessoa descendente de escravos estudar, passar em um concurso e assumir suas tarefas no Estado. Porém, temos plena consciência de que estes processos sofriam duros enclaves econômicos e sociais para serem efetivados. O início deste processo de seleção para as funções do Estado abre a possibilidade para que os setores médios passem a ocupar com maior intensidade a burocracia estatal.

Saes (1985) aponta que se a Abolição foi a primeira etapa de uma revolução burguesa no sentido estrito, a “Proclamação da República (1889) e a Assembleia Constituinte (1891) constituíram momentos - ou subetapas - da etapa seguinte: a reorganização, segundo os princípios do burocratismo burguês, do aparelho de Estado.” (p. 190). São etapas seguintes de um mesmo processo, erigir um Estado brasileiro autenticamente burguês, limpando seus fundamentos escravocratas e pré-burgueses. Dentre as medidas tomadas pela nascente República, podemos destacar a destituição do gabinete imperial, extinguindo o poder moderador, liquidando o caráter vitalício do Senado e abolindo o regime censitário.

A República certamente promoveu uma transformação radical do Estado brasileiro e este fato não deve ser menosprezado para compreendermos os desdobramentos na história brasileira. É a partir desta nova organização de Estado que o capitalismo encontrou terreno fértil para seu desenvolvimento, se livrando de entraves pré-burgueses e amparado na troca de equivalentes entre exploradores e explorados. Sem esse passo anterior seria impossível compreendermos o desenvolvimento do capitalismo durante a primeira metade do século XX. Contudo, a distinção feita por Saes (2001) a respeito do caráter amplo e estrito da revolução burguesa se torna uma ferramenta ainda mais interessante de análise pois essa transformação tem seus limites e não defendemos que a revolução burguesa no sentido amplo tenha se concretizado a partir das três etapas de transformação do Estado burguês, mas que somente a revolução burguesa em sentido estrito tenha se consolidado nesse período, ou seja, a transformação jurídico-política para o Estado burguês.

A partir destas colocações, podemos realizar um breve debate sobre algumas interpretações acerca do caráter da transição para a República. É comum em autores como Nelson Werneck Sodré (1962/1970) e Antônio Carlos Mazzeo (1989/2015) a compreensão de que a proclamação da República é um evento histórico que possui mudanças importantes na história brasileira, porém, sem provocar grandes mudanças no país. Sodré enfatiza que a

transição do Império para a República foi assinalada por “reformas importantes, que marcam as fases de mudança, nem por um choque de opiniões, pelo aparecimento de ponderável reação à mudança. A aceitação plena e pacífica dá uma tonalidade interessante aos acontecimentos, rápidos, superficiais, consumados e tranquilamente recebidos.” (Sodré, 1962/1970, p. 291-292). Mazzeo assinala como os processos históricos brasileiros, são marcados por “nenhuma perspectiva de ruptura real com a estrutura colonial da economia brasileira.” (p.82).

Em relação a essas análises, concordamos e discordamos ao mesmo tempo. A discordância refere-se ao fato destas teses não valorizarem que houve uma transformação fundamental do aparelho burocrático do Estado, banindo suas relações pré-burguesas e escravagistas, capitaneadas por uma classe média abolicionista em conjunto com uma massa escrava, criando condições favoráveis para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e implodindo a escravidão que perdurara por 388 anos no país. Alguns autores como Florestan Fernandes chegam a atribuir à “Abolição a iniciativa dos fazendeiros de São Paulo, considerando-a como um desdobramento necessário da sua política de introdução do trabalhador imigrante nas fazendas.” (Saes, 1985, p. 236), tornando a Abolição obra da própria classe dominante que, já enxergando a escravidão como instituição falida, decidem aboli-la. O sistema econômico brasileiro se fundamentava na escravidão, desde a mão-de-obra até a avaliação da concessão de crédito, que tinha como base o número de escravos como garantia do pagamento. Abolir a escravidão significava também abolir todo um sistema sócio-econômico baseado na escravidão. Saes (2001) contesta fortemente essa tese, demonstrando o protagonismo tanto dos escravos como do movimento abolicionista que terminam por derrotar a classe dominante instaurando a primeira fase da República com a Abolição.

A concordância é em relação aos limites populares que a República alcançou, pois se sua primeira etapa foi a própria Abolição, ao longo do tempo e com a reestruturação do Estado a classe dominante constatando que não haveria um processo de restauração da Monarquia e

da escravidão, tomou a dianteira do processo e passou a excluir a já reduzida participação popular do processo político. A consolidação do novo regime é marcada por uma limitação em relação a pautas populares, pois

não se fez acompanhar de um processo de repartição da terra (reforma agrária) que levasse à destruição da grande propriedade fundiária. Nesse sentido, pode-se dizer que a revolução burguesa, em sentido lato, esteve aqui despida, desde o início, de uma dimensão democrática. (Saes, 2001, p. 111)

Há um processo de transformação profunda da máquina estatal que, posteriormente, vai levar a um desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas no país, porém, seu horizonte popular é reduzido, pois ativamente excluiu as massas, majoritariamente negra, do processo e não levou a cabo nenhum projeto de reforma agrária ou integração da antiga população escravizada na sociedade, renegando-os a sua própria sorte. Moura (1994) faz o balanço de que a

Abolição não mudou qualitativamente a estrutura da sociedade brasileira. Substituiu o senhor de escravos pelo fazendeiro de café, sendo que os últimos tomaram o lugar dos primeiros como seus herdeiros diretos e continuadores, cristalizando-se, por outro lado, as oligarquias regionais do Norte e Nordeste também apoiados no monopólio da terra, como os antigos senhores de escravos. (p. 103).

O movimento abolicionista tinha uma preocupação com o escravo, libertá-lo da condição de cativo e instaurar a mão-de-obra assalariada, porém, há pouca ou nenhuma preocupação com a questão negra. A mudança do estatuto jurídico sobre a sua condição é um avanço significativo, porém, a questão do negro na sociedade brasileira ultrapassa a sua condição escravizada, transbordando para questões econômicas e sociais. Debater a questão do negro levantaria, invariavelmente, a questão da terra. O Brasil do último quartel do século XIX era essencialmente rural, portanto, a integração do negro na sociedade passava por uma

necessária reforma agrária, inclusive como forma justa de indenização pelos anos trabalhados na condição de cativo, porém, o próprio movimento abolicionista se furtava de propor mudanças desse porte.

O processo que tem início com os explorados, sofrendo influência das camadas médias abolicionistas, termina sendo usurpado pela classe dominante que, se aproveitando da debilidade do movimento, toma a direção do processo de reestruturação do Estado e limita suas aspirações populares. É após a Abolição que os escravos urbanos e rurais são retirados da cena política e estiveram “ausentes, enquanto força social, dos episódios da Proclamação da República e da Assembleia Constituinte, não tendo portanto participação direta no processo de reorganização burguesa do aparelho de Estado.” (Saes, 1985, p. 284). Portanto, se podemos constatar o protagonismo das massas populares na primeira etapa da instauração da República, em seus passos seguintes eles são retirados de cena, tornando o processo pouco democrático e não atendendo às principais demandas das camadas populares.

É a partir da constituição da República e da igualdade jurídico-formal burguesa que podemos pensar na massificação das relações de produção de tipo capitalistas. Este processo, contudo, não ocorre repentinamente, mas possibilita o seu desenvolvimento. Concordamos com Bambirra (1972/2019) que o processo de industrialização no Brasil se inicia subsidiária ao latifúndio cafeeiro, porém, ao longo da República o setor industrial se desenvolve e passa paulatinamente se emancipar de sua condição submissa ao latifúndio. Com o aumento das relações assalariadas e do poder de consumo do mercado interno, o setor industriário passou a produzir produtos que tinham como fim atender a estas demandas, tendo sua lógica parcialmente desvinculada diretamente do mercado externo.

As primeiras décadas da República são marcadamente hegemônicas pelo latifúndio. A lógica agroexportadora defendia que a divisão internacional do trabalho era vantajosa não só para os países centrais, que produziam produtos de alto valor agregado, mas também para os

países dependentes, que concentravam sua produção em *commodities*. O Brasil deveria importar aquilo que não produzisse, deixando a cargo dos países centrais os altos custos de produção industrial e inovação tecnológica. Segundo estes ideólogos do latifúndio, o Brasil deveria se especializar naquilo que já tinha conhecimento e tradição, rejeitando o desenvolvimento industrial e defendendo a lógica agroexportadora, argumentando que desenvolver a tecnologia necessária seria oneroso e de baixo retorno.

Se o Estado imperial se consolida por meio do escravismo, do latifúndio e do estreitamento de laços entre a classe dominante e o império inglês, a República vem para promover a manutenção do *status quo*, mas sob nova roupagem. “A República será o resultado, no fim de contas, de eclosão das alterações que se vinham processando e que alcançam, em determinadas circunstâncias, as condições para aflorar e compor-se num conjunto político capaz de realizar a liquidação do regime e a sua substituição por um outro, mais flexível, mais apto a permitir a longa e difícil acomodação de uma estrutura econômica ainda profundamente colonial (...)” (Sodré, 1962/1970, p. 297)

A influência político-econômica da burguesia industrial brasileira no último quartel do século XIX é ainda pouco expressiva, não conseguindo liderar um projeto que favorecesse o país a tomar medidas que possibilitassem um desenvolvimento industrial como o aumento das taxas alfandegárias, canalizar o mercado interno para o consumo de produtos nacionais, criação de bancos que disponibilizassem linhas de crédito a juros baixos e estabelecer uma infraestrutura que possibilitasse a implementação de um parque industrial. Essas mudanças eram contrárias a algumas premissas da reprodução da lógica agroexportadora, tendo em vista que parte do excedente teria que ser realocado para um outro setor de produção. Tal relação entre estas duas frações das classes dominantes jamais foi estremecida a ponto de provocar um rompimento entre elas e a liquidação do poder político de uma em detrimento da outra, tal como em alguns países centrais. Mesmo nos períodos em que a contradição entre os dois setores

foi mais aguda, ainda assim constituíam-se como um bloco coeso, disputando internamente a sua hegemonia no bloco.

O Brasil pelo seu caráter dependente na condição geopolítica do mundo, é fortemente influenciado pela conjuntura externa. Tal fato é ainda mais agravado para a conjuntura brasileira, pois a condição de país subalterno tem como premissa das possibilidades de atuação, os marcos condicionantes do imperialismo. Diversos estudiosos sobre a dinâmica do desenvolvimento brasileiro (Sodré, 1964/1976; Bambirra, 1972/2019; Marini, 1969/2012) e a consolidação do polo industrial brasileiro concordam que a partir da eclosão da primeira grande guerra até o término da segunda guerra mundial, cuja crise de 1929 aprofunda a crise nos países centrais, abre-se um período em que o imperialismo afrouxa seus laços de dominação, tendo que redirecionar seus recursos e atenção para a guerra. A parcela da produção europeia que pode ser destinada a fins de exportação é reduzida, assim como a sua capacidade de absorção de produtos estrangeiros.

É se aproveitando desta brecha relativa do imperialismo, que a industrialização brasileira passa a ter maior fôlego, pois a própria importação de produtos externos ficara bastante comprometida, tendo em vista que a produção dos países centrais está focada em produzir suprimentos para a guerra, limitando em muito a possibilidade de destinar parte de sua produção para outros países. Com a baixa de produtos estrangeiros disputando espaço com a produção nacional, a indústria brasileira inicia seu período de maior fôlego, ampliando a produção e tendo maior demanda por seus produtos.

Há uma relação curiosa na formação da burguesia industrial brasileira. A classe dominante jamais rompe a sua unidade enquanto bloco. Durante o desenvolvimento da história brasileira houveram diferentes protagonistas que impunham ao bloco os rumos a serem seguidos, por deter maior poder político-econômico. Com a consolidação da burguesia industrial enquanto classe dotada de maior autonomia, isso não tem como efeito a realização

de suas tarefas históricas tal como nos países centrais, a sua entrada no bloco dominante não representa ameaça e que esteja em franca oposição a fração latifundiária, buscando tensionar o espaço ao ponto de promover uma ruptura estrutural com a ordem anterior, mas de disputar a concretização de algumas reformas para que seus interesses sejam contemplados. Ou seja, a burguesia, mesmo em seu período de maior desenvolvimento no final do século XIX e início do XX, não se porta como uma classe revolucionária, que mesmo em seus períodos de maior efervescência política, não passam de medidas conciliatórias com os setores agrários. Como bem sintetizou Sodré (1964/1976) “a burguesia lutava em duas frentes (...) e iniciava a sua duplicidade histórica: estava interessada em reformas, mas temia que tais reformas correspondessem a um avanço demasiado; queria ir para a frente mas temia romper com o passado”. (p. 258)

Essa mútua indulgência entre as frações possui amplo lastro histórico, pois a burguesia industrial foi parida do ventre do latifúndio, financiado por este e orbitando a produção agroexportadora. Sodré (1962/1970) destaca como é na “classe senhorial, e nela vai ser recrutado o industrial (...) não apenas os industriais serão antigos fazendeiros, ou continuarão fazendeiros”. (p. 312) A própria figura do latifundiário se confunde com a do proprietário de indústrias, ainda mais considerando a natureza da indústria dependente, que possui amplo lastro na produção agroexportadora. Neste momento inicial, cria-se muito mais um ambiente de continuidade entre as frações do que de antagonismo, favorecendo que laços matrimoniais, locais de convívio e cultura política sejam desenvolvidos em comunhão.

A razão desta harmonia se apresenta parcialmente pela vertente econômica, pois como assinala Marini (1969/2012), a própria transferência de valor para o crescimento industrial advém do excedente produzido pelo setor exportador, principalmente no período de crise do imperialismo, período em que a indústria recebe quantidades vultosas do latifúndio para seu financiamento por meio do sistema bancário. Com a crise instaurada pela Primeira Grande

Guerra, há uma baixa na capacidade de absorção do mercado externo aos produtos brasileiros. Com isso, o latifúndio desenvolve uma maior tendência a investir seus excedentes na indústria, segmento em franca expansão pela carência de produtos externos para o abastecimento interno, abrindo margem para a produção interna.

No início do século XX a indústria atinge uma fase superior, superando a sua debilidade inicial e vai paulatinamente se consolidando como elemento indispensável no conjunto da economia brasileira. Sodré (1979) traz um dado interessante sobre a burguesia brasileira. Podemos considerar seu nascimento na segunda metade do século XIX, no período entre 1850 e 1879, marcado pelo nascimento e estruturação mínima desta classe, os investimentos industriais não passavam de 4% dos investimentos totais do país, sendo o mais alto deles o quinquênio de 1880 a 1884, atingindo a marca de 3,2%. Durante os dois primeiros quinquênios do século XX, temos a taxa de investimento em 6,0 e 12,4, respectivamente. Em apenas 10 anos, os números dobraram.

A taxa de crescimento do investimento brasileiro na indústria continuará em franca ascensão, atingindo a marca de 24,2% no quinquênio de 1915 a 1919. É neste período que podemos estabelecer que a burguesia brasileira já não estava em seu período de estruturação e gênese, mas atingia níveis significativos na cadeia produtiva brasileira. A autonomia desta classe ganha terreno de acordo com a sua maior capacidade produtiva e aumento da participação na economia brasileira, porém, cabe destacar que há uma necessidade desta classe em relação ao excedente produzido pelo setor exportador para que possa se desenvolver, pois é por meio da transferência de valor de um setor ao outro “que explica a possibilidade de um pacto em benefício mútuo entre a burguesia agrário-mercantil e a burguesia industrial ascendente (...) O Estado que assim se estabelece é um Estado de compromisso, que reflete a complementaridade objetiva que cimentava suas relações” (Marini, 1969/2012, p. 56).

O crescimento das principais cidades do Sudeste é um reflexo desse impulso que a industrialização vem apresentando desde o início do século XX e nos dá um panorama geral da magnitude das mudanças pela qual o Brasil passava no momento. Seguimos com Mazzeo (1999):

O enorme fluxo migratório que se estabelece no Brasil - quando, somente em dois anos, entre 1888 e 1900, cerca de 1,4 milhão de pessoas chegam ao país, das quais 890 mil se fixam em São Paulo (...) Esses imigrantes serão absorvidos pela nascente indústria brasileira, assim como pelas atividades agrárias. Entre 1907 e 1920, o número de indústrias salta de 3410 para 13.336 e o número correspondente de operários vai de 150.841 para 275.512. Juntamente com o processo de industrialização e de modernização vemos o crescimento dos centros urbanos e afluxos de imigrantes, (...) para se ter uma ideia, segundo dados históricos levantados pelo IBGE, São Paulo, de 239.820 habitantes em 1900, passa a ter 579.033 em 1920, e o Rio de Janeiro, nos períodos correspondentes, de 811.443 habitantes para 1.157.873 habitantes. O Brasil, como um todo - ainda nos mesmos períodos -, salta de 17.438.434 para 30.635.605 habitantes.”(Mazzeo, 1999, p. 15-16)

Com o desenvolvimento das cidades e do complexo industrial brasileiro, temos também a formação daquela classe que Marx (1848/2017) denominou como ‘coveira do capitalismo’, o proletariado. Cada vez mais numeroso, passa também a adquirir experiência na sua atuação política. No último decênio do século XIX, é possível visualizar greves com claro caráter proletário, principalmente no eixo Rio - São Paulo, mas também na Bahia e Minas Gerais.

No início do século XX, houve a deflagração de diversas greves operárias em vários cantos do Brasil. Somente no período entre “os anos de 1903 e 1916, as principais cidades do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, presenciaram cerca de 84 greves” (Mazzeo, 1999, p. 18). Ainda dispersas e sem uma unidade nacional, apresentam forte

influência das ideias anarquistas, que migraram em conjunto com os europeus, especialmente os de origem italiana. Havia uma dificuldade de o movimento operário sair de seu caráter espontaneísta e superar suas concepções economicistas, inviabilizando que se atingisse uma organização superior, centralizada e com demandas de mudanças estruturais do país.

Toda esta movimentação culminou na greve de 1917, na qual mais de 20.000 trabalhadores aderiram ao movimento, interrompendo diversos serviços essenciais à reprodução do capital, como transporte, comércio, luz e ferrovias, além de um contingente militar que se sublevou. Trabalhadores do interior do Estado também entram em greve em solidariedade aos trabalhadores da capital, contando com a ameaça de greve pela Federação Operária carioca caso houvesse intervenção militar. Com trabalhadores de diversos setores entrando em greve em mais de um estado, há um claro anúncio da entrada definitiva do proletariado na cena política nacional, chamando atenção dos meios de comunicação e da sociedade como um todo. O episódio, sem uma direção nacional sólida, acaba se fragmentando, perdendo sua força inicial e se dissolvendo ao longo do tempo (Mazzeo, 1999).

A partir desta greve pode-se elencar que há um esgotamento das formas organizativas do proletariado até então, necessitando de uma outra forma de organização, dotadas de maior complexidade, capacidade de ação, centralidade do movimento e procurando construir este operador político de alcance nacional, é criado em 1922 o Partido Comunista Brasileiro (PCB), expressão máxima do desenvolvimento da consciência política proletária e resultado das organizações grevistas, consolidando não somente o proletariado enquanto ator político na cena nacional, mas procurando elaborar um instrumento permanente de luta que expresse as demandas desta classe.

O ano de 1922 é emblemático para a sociedade brasileira pois é neste mesmo ano que é criado o PCB, realiza-se a semana de arte moderna em São Paulo e há o início das manifestações das camadas médias do exército, que depois resultarão na formação da Coluna

Prestes. Todos estes processos são resultados da complexificação socioeconômica que o Brasil passou durante os primeiros decênios do século XX. A indústria ganha maior protagonismo nacional, promovendo uma complexificação na diversidade produtiva, há um aumento significativo da população urbana, a população total do país praticamente dobra, o proletariado se consolida enquanto ator político a partir da greve de 1917 e há uma amplificação do aparato de comunicação de massa.

Esta nova configuração social resulta em um novo arranjo no Estado, promovendo uma reorganização no modelo anterior. É em vista desta modernização social que o Brasil passa que podemos compreender a reestruturação implementada a partir dos anos 30.

### 3.3 REVOLUÇÃO DE 1930 E A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

A revolução encabeçada por Getúlio Vargas em 1930, é reflexo desta nova realidade brasileira. O Estado brasileiro “necessitava de reaparelhamento profundo, e não de simples substituição de pessoas” (Sodré, 1979, p. 264). O preço das *comodities* brasileiras sofrem de uma constante queda no mercado externo e, com o estouro da crise de 1929, a crise se dissemina, acentuando a dificuldade de distribuição no mercado externo, vendendo os principais produtos brasileiros (café e algodão) a preços baixos ou, não encontrando compradores, estocando-os no Brasil.

Se a fração industrial durante os anos da República Velha estava em seu período de consolidação e maturação, podemos dizer que a burguesia industrial sob Getúlio atingiu maior maturidade econômica e política. O desenvolvimento industrial brasileiro estava complexificando sua capacidade produtiva, aumentando o escopo de sua produção e aumentando tanto em quantidades de fábricas, como no total de produtos manufaturados. A América Latina passava por um período de menor pressão do cerco imperialista e refluxo das importações de produtos manufaturados europeus, a crise de 1929 aparece como um novo fator

que intensifica este abrandamento do imperialismo, tornando ainda mais débil seu domínio externo.

Um dado significativo para a compreensão do fenômeno varguista é a própria ascensão da indústria brasileira durante o período, de 1929 a 1937 houve um crescimento de 50% da produção industrial. Ademais, se a indústria brasileira havia criado 4,697 estabelecimentos industriais entre 1920 e 1929, no período entre 1930 e 1939 foram criados 12.232, mais que o dobro da década anterior. Essa evolução é ainda mais significativa na década de 40, quando surgiram mais de 60.000 empreendimentos industriais (Sodré, 1979). A indústria brasileira vinha crescendo de forma praticamente ininterrupta desde o final do século XIX, porém, agora seu crescimento atingiu níveis inéditos. Se tomássemos a taxa de produção industrial de 1914 como índice 100, em 1930 teríamos essa taxa sextuplicada para 617 e em 1938 ela seria multiplicada para mais de doze vezes, somando 1.254 pontos.

Com essa ascensão vertiginosa da indústria brasileira em menos de três décadas, podemos ter uma noção da proporção que o fenômeno industrial teve no Brasil. Portanto, a deposição da República Velha e a tomada do poder por Getúlio em 1930, rompendo com a hegemonia dos governos latifundiários, é o ponto alto deste processo de crescimento interno.

Apesar de o período varguista representar um grande avanço para a industrialização brasileira, a própria fração industrial manifestava interesse por um tipo específico de industrialização, mantendo sérias ressalvas com um programa estatal de industrialização, com um complexo industrial dominado pelo Estado e com respaldo político encabeçado principalmente pela burocracia do Estado. Ambos os projetos tinham como finalidade a industrialização do país, porém, com finalidades políticas distintas e percorrendo outras vias de consolidação.

A receita de industrialização proposta pela fração industrial parte da premissa do não cumprimento da CLT, reivindicando uma livre negociação entre patrão e empregado, assim

como desenvolver uma política patronal de assistência ao trabalhador, gerida pela própria empresa. O desenvolvimento da malha industrial deveria ter como foco a lucratividade, sem se preocupar com questões de soberania nacional e atingir maior autonomia econômica. Portanto, há a elaboração de uma proposta de ‘investimentos mistos’, cuja participação de capital, tecnologia e técnicos estrangeiros nos empreendimentos nacionais não era vista como um problema, desde que não adentrasse em áreas que já estavam contempladas pelo capital nacional, porém, não há nenhuma especificação para elucidar sobre quais áreas eram essas. O último ponto entra em consenso parcial com o projeto da burocracia estatal, que também defendia o Estado como o principal responsável pelos investimentos a serem realizados, porém, a fração industrial enxergava abertura para investimentos privados nacionais, possibilidade ausente no projeto nacionalista (Farias, 2017).

Apesar desse aspecto convergente, o projeto da burocracia nacionalista tinha uma série de discordâncias com o projeto anterior. Primeiro é defendido que o desenvolvimento industrial deveria ocorrer obedecendo a CLT e, para além do Estado assumir a frente de investimentos, o complexo industrial a ser desenvolvido deveria ter como finalidade a independência político-econômica brasileira, afirmando uma identidade nacional. Conseqüentemente, o projeto da burocracia estatal não se pautava pelos ‘investimentos mistos’ entre Estado brasileiro e capital estrangeiro, mas uma rejeição deste último em prol da primazia estatal.

Farias (2017) aponta que a fração industrial não pode ser classificada como uma burguesia de tipo nacionalista, pois não tinham aspirações anti-imperialistas, rejeitavam qualquer aliança política com a classe trabalhadora, pouco motivada a atender às reivindicações desta classe. Um dos principais industriais brasileiros, Roberto Simonsen, também senador, declarou em 1947 que “admitir o Partido Comunista Brasileiro, gozando de todas as prerrogativas asseguradas pela nossa Constituição [...], é concorrer para o destino suicida da nossa democracia.” (Farias, 2017, p. 52). Sobre esta declaração, ainda há de se lembrar que o

PCB à época defendia um processo de aliança com frações “nacionalistas” da burguesia para consolidação de uma revolução nacional-democrática e desenvolver as forças produtivas dentro da moldura capitalista.

O autor defende que as iniciativas de industrialização mais ousadas, como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Petrobras e Eletrobrás, ocorreram por meio da burocracia estatal em detrimento das resistências oferecidas pela própria burguesia industrial, que não enxergava nesses grandes empreendimentos algo meritório, considerando-o demasiadamente oneroso e manifestando indiferença em relação à soberania nacional, mesmo em áreas estratégicas para a defesa nacional, como a Petrobras. Podemos considerar que a burocracia estatal foi o principal agente que capitaneou esse período da industrialização brasileira. O desenvolvimento das forças produtivas e a criação de um parque industrial de cunho estatal com horizonte de maior autonomia e independência não partiu da fração industrial, mas foi conquistada a despeito desta classe.

Portanto, há de se considerar que no Brasil, em um dos seus principais períodos de desenvolvimento econômico e social foi capitaneado pela burocracia do Estado, não se consolidando por meio de uma classe industrial que ocupou uma posição de vanguarda na complexificação das forças produtivas brasileiras. Farias (2017) sintetiza este período apontando que

implantar a política intervencionista, a burocracia do Estado tem de vencer resistências no interior da própria burguesia industrial. As lideranças dos industriais inclinam-se para a defesa da participação dos capitais privados nos setores carentes de investimentos, posicionando-se contrárias à solução estatizante. Esses líderes desconfiam que o monopólio estatal nestes ramos da indústria leve à perda de poder da fração privada, em benefício do capital estatal. Em outras palavras, o programa de industrialização da burocracia do Estado tende a não coincidir com o projeto da

burguesia industrial. (...) Na prática, a fração industrial não se identifica integralmente com os governos da industrialização, tendendo a se afastar deles em momentos de crise política.”(p. 147).

Por não se tratar de um processo de fato revolucionário, o que temos é um conjunto de reformas que promovem uma modernização do Estado. A ascensão de Getúlio é certamente marcada por um avanço das pautas burguesas com respaldo na burocracia, mas não tem a intenção de romper em definitivo com a ordem anterior, mas desenvolver o capitalismo sem necessariamente alterar sua posição subalterna diante do imperialismo. Ou seja, o período getulista é responsável por consolidar e o capitalismo dependente no Brasil, desenvolvendo a indústria sem romper com o latifúndio e, desenvolver o subdesenvolvimento.

Bambirra (1972/2019) sintetiza brilhantemente o alcance e a natureza do processo de transformação do período:

os interesses dos industriais, embora em choque com o sistema de dominação oligárquico (na medida em que sua classe foi gestada como subproduto deste mesmo sistema, ainda que o contradizendo), não podem questioná-lo radicalmente, pois seguem necessitando daquele sistema de dominação inclusive como uma condição de sobrevivência. Questiona-se os obstáculos mais agudos ao industrialismo, exige-se a flexibilização do Estado e busca-se a participação dos interesses do capitalismo industrial no controle do poder. A oligarquia não se encontra, portanto, definitivamente liquidada; mantém seus privilégios básicos, mas abre as portas do sistema de dominação para a burguesia industrial. (p. 91)

O processo de consolidação da hegemonia industrial no Brasil é efetivado por meio de um grande acordo, cuja burguesia entra em consenso com o latifúndio, processo que emerge uma dominação burguesa-oligárquica. O desenvolvimento das forças produtivas no Brasil conquistado durante o processo é demasiadamente comprometida, tanto com o latifúndio, como

com os marcos da dependência impostos pelo imperialismo. Podemos então considerar que o Estado após a chegada de Getúlio é, também, uma nova forma de conciliação, capitaneada pela pequena burguesia e seu projeto de complexificação das forças produtivas brasileiras.

Com o aumento da industrialização, urbanização e aumento do proletariado, Vargas já não podia ignorar as demandas desta classe. O primeiro governo varguista é marcado por alguns avanços da classe trabalhadora, ao menos até a formação do Estado Novo, em 1937. É no período de 1931 a 1936 que Getúlio tomou medidas mais interessantes ao povo trabalhador, limitando a jornada de trabalho a oito horas no comércio e na indústria, promovendo a regulamentação do trabalho de menores e mulheres, férias remuneradas, implementação de medidas que buscassem a estabilidade de diversos setores da economia brasileira, estendendo-a até os operários e o fomento a fundos de aposentadorias de diversas categorias (Bandeira, 2001/2010).

Essa primeira fase é marcada por um ascenso da luta de massas, capitaneada principalmente pelo PCB, colocando o proletariado como ator político impossível de ser ignorado na conjuntura nacional. Não só a organização do PCB, como de diversas outras agremiações gozavam de liberdade organizativa, porém, com a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a tentativa de sublevação de alguns setores militares comandados por Luís Carlos Prestes, o cenário da luta de classes passa a se agudizar e, de acordo com Moniz Bandeira (2001/2010), o golpe de Estado já era iminente, sendo elaborado em diversas frentes da oficialidade do exército. Getúlio, procurando manter-se no poder, tomou a dianteira para não ser expulso do poder e consolidou o Estado Novo a partir de 1937.

Podemos questionar sobre a própria natureza destes avanços, não os compreendendo como uma manifestação benevolente e fruto da boa vontade espontânea de Vargas, mas que estas conquistas devem ser encaradas como uma vitória dos trabalhadores, obtidas a partir de suas mobilizações e lutas, impondo ao Estado burguês algumas garantias mínimas para a sua

existência. Estas concessões também foram orquestradas de forma que permitiam que o Estado ampliasse seu aparelho de vigilância e influência nos órgãos da classe trabalhadora, tutelando as suas ações e procurando cooptá-las em favor do Estado Novo, principalmente ao considerarmos a estrutura sindical promovida pela CLT.

Com o golpe de 1937, severas perseguições aos movimentos sociais, partidos de esquerda e organizações contrárias à linha varguista se iniciam, tendo seus militantes sido perseguidos e torturados pela polícia, imitando os modelos europeus à época, de clara inspiração fascista. Diversos professores, militares, parlamentares e autoridades foram removidos de seus postos e colocados em prisões lotadas. De 1937 a 1945, todos os principais movimentos que não estavam alinhados com a política de Vargas foram brutalmente massacrados e postos na ilegalidade. “O movimento operário foi transformado em caso de polícia e a questão social ficou superintendida por delegacias especiais, com aparelho de tortura e de intimidação que cometeu os maiores crimes.” (Sodré, 1979, p. 303)

Como tratado anteriormente, em alguns momentos de maior organização da classe trabalhadora e a agudização da luta de classes, a burguesia se vê obrigada a ‘ceder os anéis para não perder os dedos’, porém, a classe dominante brasileira, mesmo em momentos críticos, é incapaz de conseguir enxergar um momento em que tenha de ceder um percentual de seus lucros em prol da estabilidade do sistema, função que o Estado muitas vezes se sobrepõe a vontade da burguesia, para a sua própria sobrevivência enquanto classe. É o papel de um hábil conciliador entre as classes antagônicas que Vargas, por meio do desenvolvimento das forças produtivas, tem como possibilidade material a maior distribuição de riquezas, procurando atingir um projeto de mútua satisfação entre as duas classes antagônicas.

É somente com o fim da Segunda Guerra Mundial que a ditadura do Estado Novo tem seu fim e inicia-se um período de eleições livres, que de 1945 a 1950 será governado por Dutra, representante da política latifundiária e que busca retroceder nos avanços da economia

industrial conduzida por Vargas. O afrouxamento dos laços imperialistas dos países centrais deixou de ser realidade, retomando paulatinamente as condições normais de dominação e tornando cada vez mais restritas as possibilidades de implementação de políticas que tivessem como norte a soberania nacional e o desenvolvimento autônomo das forças produtivas.

### 3.4 O GOVERNO DUTRA

É significativo que o sucessor de Vargas seja um autêntico representante da lógica agroexportadora, pois representa a condução política que o Brasil passaria a adotar com as conquistas que obtiveram e sua postura subordinada ao imperialismo. Como bem ressalta Sodré (1964/1976), os países centrais estavam devastados pela guerra, necessitando de quantidades vultosas para a reconstrução. A retomada da pressão imperialista se concretizará a partir da necessidade de transferir esta carga para os países dependentes, tornando o jugo ainda mais intenso. Somado a este cenário, temos o aparecimento de países socialistas e a instauração de uma guerra fria, comandada sob a hegemonia dos Estados Unidos.

O governo de Eurico Gaspar Dutra tem como papel fundamental reafirmar estes laços dependentes, afrouxados por algumas breves décadas e buscando retomar a lógica agroexportadora como pivô central da economia brasileira. Os setores mais reacionários se alinharam sob o governo e gozavam de ampla liberdade política, sustentadas a partir da normalização da repressão policial e aval do imperialismo. Dutra tratou de tomar algumas medidas reacionárias, como o rompimento de relações com a União Soviética, colocou o PCB na ilegalidade, cassando os mandatos dos respectivos congressistas e abriu para entrada massiva de capitais estrangeiros, principalmente nos setores da mineração e da eletricidade, como a expansão das operações do grupo *Bond and Share*, e abrindo concessões para a exploração de minérios a partir de *royalties* risórios.

O governo de Dutra é marcadamente um governo que, a partir da polarização mundial provocada pela guerra fria, sinaliza de forma absolutamente subordinada o alinhamento do

Brasil com os EUA. A maior parte das entradas de capitais são de empresas de origem americana, além de realizar diversas compras de ferrovias e maquinário industrial que estavam obsoletos, onerando o desenvolvimento nacional e subsidiando o desenvolvimento americano estadunidense.

Mesmo tendo sido amplamente representada e nunca abandonada, a classe latifundiária perdera sua hegemonia no bloco do poder durante o governo de Vargas e pretendia realizar a retomada de seu protagonismo no bloco, agora amparada pelo retorno dos laços imperialistas, presumia que haveria o retorno da sua hegemonia como classe dominante, nos mesmos moldes da República Velha.

### 3.5 O RETORNO DE GETÚLIO

O partido pelo qual Vargas concorreu às eleições de 1950 é o recém fundado Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Articulado no período final do Estado Novo e consolidado com a queda de Vargas em 1945, conseguiu cooptar grande parte de sua base sindical por meio do aparelhamento dos sindicatos durante todo o período varguista, apresentando-se como um partido que tinha suas bases na classe trabalhadora, principalmente pela sua influência no meio sindical e em alguns setores médios. Nunca se pretendeu enquanto um partido marxista que propagava linha revolucionária e a ditadura do proletariado, mas se orientava nos marcos impostos pela institucionalidade, por meio de pautas puramente econômicas (luta salarial e melhores condições de trabalho) e subordinando a ação política à disputa eleitoral. Bandeira (2001/2010) sintetiza o modo de atuação do PTB na política, defendendo que ‘nos conflitos de classes, o PTB intermediava, acomodando suas reivindicações dos operários aos limites tolerados pelo capitalismo, ao mesmo tempo em que sofria a exploração excessiva de sua força de trabalho’ (p. 106)

Sua tipologia nos remete ao que Lenin (1902/1986b) enquadraria como um partido economicista, não tendo como foco a ruptura com o modo de produção capitalista e propondo

a formação de uma consciência de classe revolucionária, mas instituindo como horizonte a melhoria das condições de trabalho e o aumento salarial. Estas questões são de suma importância e em muitos momentos se alinham com a linha revolucionária, porém, pela própria natureza de seu campo de atuação, limita-se a reivindicar melhores condições para a exploração do trabalho alheio. Ao longo de sua atuação no período abordado, se manterá fiel a esta tipologia.

Uma das principais razões para a criação e consolidação do PTB é fazer frente ao partido hegemônico à época, o PCB, que, mesmo após ter sido duramente combatido e perseguido durante o Estado Novo e sendo criminalizado durante o governo Dutra, ainda mantinha uma organização sólida e tinha influência decisiva nos rumos da política brasileira. Com o surgimento e consolidação do PTB, Vargas consegue propor uma alternativa concreta ao PCB, procurando travar uma batalha sobre a hegemonia na classe trabalhadora e procurando tornar o PTB uma espécie de ‘anteparo contra o avanço do PCB. (...) Vargas sempre teve consciência de que não podia neutralizar o comunismo apenas pelo uso da força e que era necessário dar aos trabalhadores outra opção.’ (Bandeira, 2001/2010. p. 106).

O retorno nas eleições de 1950 pela via eleitoral é significativo para compreendermos a envergadura da figura de Getúlio na história brasileira. Apesar das mudanças no seu discurso e forma de fazer política, não podemos considerar o segundo governo de Vargas como um governo direcionado às massas, pois a estrutura geral de se posicionar como um governante pretensamente acima das classes sociais e governando, ao menos em aparência, tanto para a classe dominante como para os dominados, é mantida em seu segundo governo. Sodré (1964/1976) aponta que empreendeu ‘no último período de sua existência, extraordinário esforço para enquadrar o desenvolvimento da burguesia brasileira em termos de conciliação com o imperialismo. (...) A política de conciliação se especificaria em medidas ora favoráveis, ora desfavoráveis aos interesses nacionais (...)’ (p. 316)

Uma ótima ilustração desta ambiguidade de Vargas é a criação da Petrobras durante o segundo governo. Já durante o governo Dutra haviam setores da sociedade que visavam a exploração de petróleo por meio do Estado, procurando criar uma empresa de caráter nacional que possibilitasse a obtenção deste insumo sem a interferência de uma empresa estrangeira e que destinasse a riqueza ao povo brasileiro. A movimentação civil e militar foi de longo alcance, atingindo todas as camadas sociais, em todas as regiões e sendo debatida em diversos locais, desde a assembleia legislativa até as escolas. A repressão foi brutal, com diversos intelectuais, políticos e militares presos por colocar o assunto em debate público.

Devido a esta ampla manifestação das massas, Vargas se vira obrigado a colocar o projeto de lei que criaria a Petrobrás, porém, ao apresentar o texto ao Congresso, manifestava algumas brechas para o capital internacional, monopolizando ao Estado a parte mais onerosa na procura e extração do petróleo, abrindo margem para os trustes estrangeiros nas partes mais rentáveis do processo, ligado ao refinamento e distribuição. É certo que a criação da Petrobrás, em 1953, é um marco importante na soberania brasileira, porém, com as brechas no texto, abriu-se largas margens da participação de grandes empresas estrangeiras, como a Texaco, no petróleo brasileiro. A criação da Petrobras é ilustrativa do governo Vargas, pois consolida maior margem de manobra rumo à soberania nacional, mas sem confrontar diretamente o imperialismo.

Um outro ponto a ser destacado para pensarmos a relação entre Vargas e a classe dominante brasileira foi a nomeação de João Goulart para ministro do Trabalho. Goulart já vinha se destacando como liderança política desde a sua eleição para deputado federal pelo PTB. Se aproximou de Vargas principalmente após 1945 e construíram uma sólida relação. A nomeação, feita em junho de 1953, desagradou grande parte da classe dominante, principalmente pelo histórico das relações sindicais e das tendências nacional-reformistas que Jango manifestou ao longo de sua vida pública. Ao assumir a pasta, Goulart enfrentou os mais

diversos ataques dos ideólogos da burguesia, principalmente Carlos Lacerda que, por meio do jornal Tribuna da Imprensa, acusava Jango e Vargas de buscar a implementação de uma República sindicalista.

A situação se agravou quando Jango encaminhou a proposta de dobrar o salário-mínimo. Como esperado, a reação da burguesia foi espalhafatosa, acusando tanto Jango como Vargas de um governo comunista e com tendências bolchevistas, ameaça acrescida de um memorial assinado por diversos coronéis e tenentes-coronéis condenando a medida, sob alegação que corromperia os valores profissionais do Brasil. A pressão passa a ser exercida tanto de forma interna, pelos militares, como externa pela imprensa burguesa, obrigando Goulart a encaminhar seu pedido de renúncia em fevereiro de 1954. Com a sua saída, apresenta um estudo contendo diretrizes para medidas mais robustas, sugerindo o congelamento de preços, medida que visava atenuar a inflação, extensão das leis trabalhistas aos trabalhadores do campo e fiscalização pelos próprios operários do cumprimento da legislação trabalhista (Bandeira, 2001/2010).

Com a saída de Goulart, os ânimos não se arrefeceram, e a imprensa passou a coordenar outros ataques a Goulart e Vargas. Lacerda chegou a forjar uma carta que acusava Jango de estar em contato com sindicatos argentinos, procurando formalizar uma brigada operária de choque, contando com suprimento bélico advindo pela fronteira com o Uruguai. O efeito político das diversas investidas realizadas pela imprensa denunciava o ostracismo que Vargas passava a ocupar aos olhos da classe dominante, além de manchar a imagem de Goulart para os militares e a sociedade em geral, dificultando sua candidatura a vice-presidente com Juscelino Kubitschek em 1955.

Como aponta Bandeira (2001/2010), o PTB era o único partido legal com expressão operária. O PCB estava posto na ilegalidade desde 1947 no governo Dutra, tornando o PTB o principal canal de representatividade institucional possível para a classe trabalhadora. Portanto,

o fundamento de investir contra Vargas e Goulart era excluir o primeiro do seu próprio governo e, ao segundo, manchar a imagem do principal representante do PTB, tornando-o cada vez mais inaceitável no páreo eleitoral. A classe dominante tinha como fim último promover a exclusão de qualquer possibilidade de representação operária na política brasileira.

Para romper essa barreira, Vargas passa a recorrer de forma mais acentuada à mobilização dos setores populares. Com o imperialismo retomando suas garras, é necessário que a classe trabalhadora esteja mobilizada e disposta a levar a cabo algumas medidas de Vargas. É notório que esta forma de conduzir o governo é parcial e não representa a totalidade das atividades políticas, mantendo uma articulação ‘pelo alto’, promovendo negociações no Congresso e em diálogo com setores da classe dominante, direcionando-se para as bases somente nos momentos de necessidade. Podemos pensar que, apesar da guinada de Vargas, o segundo governo ainda é sustentado no mesmo modelo do primeiro, promovendo uma política de conciliação das classes, portanto, Vargas foi paulatinamente minando a popularidade que iniciou o segundo mandato, tornando

as sucessivas concessões que Vargas fizera tinham, entretanto, alienado de sua figura o apoio das forças de que ele necessitava. Cedera sempre, no fundamental, permitira que o imperialismo e seus agentes se instalassem no aparelho de Estado, concedera privilégios a forças antinacionais inequívocas, perseguira patriotas que haviam participado de todos os movimentos populares em defesa dos interesses brasileiros e ficara isolado. (Sodré, 1964/1976, p. 326)

Como Getúlio não era uma figura que se orientava pela via revolucionária ou tinha pretensões de promover uma autêntica política de bases, instrumentalizando o proletariado apenas quando convinha, este modelo de fazer política passou a sofrer desgastes, promovendo descontentamento tanto da classe dominante, que passou a temer a ascensão da mobilização operária, e a classe trabalhadora, que não enxergava uma melhora significativa na sua qualidade

de vida. O suicídio de Getúlio é ilustrativo, pois demonstra a impossibilidade de sustentar um modelo de governança hábil em atender a longo prazo demandas tão antagônicas, tornando-o cada vez mais ostracizado dentro do seu próprio governo. A tentativa de assassinato de Carlos Lacerda, atribuída a Vargas, é somente o ponto alto desta crise que vinha sendo gestada ao longo do mandato. Sem ter proximidade com o latifúndio e a burguesia comercial, afastado da burguesia industrial, sem respaldo dos militares, distanciado da classe trabalhadora e cada vez mais pressionado pelo imperialismo, se encontra completamente sem alternativas para manobras políticas, suicidando-se em agosto de 1954.

As classes dominantes já tentavam articular um golpe desde a saída de Vargas. Temendo as mobilizações geradas por sua morte, a burguesia em aliança com o imperialismo, tencionava promover um golpe que garantisse uma política voltada a suas demandas, principalmente articuladas com o arrocho salarial e maior abertura econômica aos investimentos dos países centrais, principalmente dos Estados Unidos, que são sempre acompanhados pela adoção de medidas que contemplem os seus interesses. A não realização do golpe vem por meio da articulação de um candidato que estabilizasse o cenário político e atendesse aos interesses da classe dominante, promovendo o nome de Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais.

### 3.6 O GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHEK

#### 3.6.1 O Plano de Metas e a Inflação

A chapa de J.K. e João Goulart assume a presidência do Brasil. O vice, com forte base nas camadas populares, assume a vice-presidência com 3 milhões e 591 mil votos, meio milhão de votos a mais que o cabeça da chapa (Bandeira, 2001/2010). Este mandato é o último a ser cumprido integralmente antes do golpe de 64. J.K. e Goulart, por meio da chapa PSD e PTB, que teve como norte dar certa segurança ao clima político brasileiro, instável desde a morte de Vargas. Os ventos golpistas já se manifestavam abertamente como uma via de conter o clima

de instabilidade política e como forma de refrear a ascensão das demandas da classe trabalhadora.

A candidatura de J.K. se consolidou por meio de duas bandeiras principais, a democrática e o desenvolvimentismo. A primeira atuou como uma forma de refrear as tendências golpistas, que procuravam impor a ‘estabilidade’ por meio do rompimento com os marcos democráticos, procurando construir uma alternativa de cunho liberal-democrático tornando dispensável a mobilização do aparato militar, rompendo com o verniz democrático do capital. Para tornar mais palatável a opção democrática, o mineiro colocou como protagonista a pauta desenvolvimentista, vinculando seu nome ao lema do ‘50 anos em 5’, estabelecendo um plano de metas para a política brasileira durante seu mandato.

Sodré (1964/1976) indica que algumas metas elencadas no plano eram a simples reprodução de algumas previsões de crescimento espontâneo e que o projeto não considerava uma política nacional de desenvolvimento que tivesse como horizonte a articulação de diversos estados em suas diversas matizes atuando em conjunto para o mútuo benefício e desenvolvimento da economia nacional, mas o “contrário, eram elas indicadas como independentes uma das outras, descoordenadas no planejamento” (p. 329)

O plano tinha duas faces de táticas de desenvolvimento, a primeira consistia em colocar o Estado como participante na execução de obras públicas, principalmente ligadas a infraestrutura e desenvolvimento de setores básicos. Kubitschek as concentrou na edificação de uma nova capital: Brasília. A mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília é um marco do plano, constituindo-se como peça central dos investimentos nacionais necessários para a concretização das metas estipuladas. A outra faceta, e a principal para o nosso estudo, é representada pela ampla abertura econômica ao capital estrangeiro, favorecendo-o de forma esmagadora, realizando inúmeras concessões de favores e privilégios que, em muitos casos, nem o próprio capital nacional gozava. J.K. cercou-se dos mais diversos representantes do

imperialismo e das classes dominantes, montando um aparato de governo que agilizasse as concessões para o imperialismo (Marini, 1969/2012).

Bambirra (1972/2019) indica que o imperialismo não terá como alvo a sua atuação apenas na exploração no monopólio da matéria-prima de seus interesses e no controle do mercado interno, pois este já se encontra sob seu domínio. Com maior desenvolvimento nos países dependentes no período de relativa folga do domínio imperialista entre 1914 até 1945, temos o foco de atuação do imperialismo ampliado para o setor industrial, que até então gozou de relativa autonomia para se desenvolver e disputar o mercado interno.

A entrada de capitais na América Latina entre 1951 e 1955 chega à cifra de 3,28 bilhões de dólares, cerca de 30% do capital investido mundialmente; no quinquênio seguinte, de 1956 a 1960, esse montante é aumentado significativamente para 5,65 bilhões de dólares, aumentando em mais de 50% do quinquênio passado (Bambirra, 1972/2019). Essa injeção de capital não chega passivamente como puro investimento voluntário, mas modifica a forma de atuação do imperialismo no Brasil, expandindo a sua zona de influência na política nacional, estritamente necessária para efetivar sua entrada no setor manufatureiro.

Para consolidar esta hegemonia é que são criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), que são órgãos internacionais que têm como perspectiva consolidar a hegemonia dos Estados Unidos na geopolítica mundial e americana, respectivamente, impedindo as tentativas de autodeterminação dos países dependentes e combater as medidas que entrem em contradição com os interesses americanos. Para o cumprimento deste objetivo, são exigidas uma série de medidas a serem adotadas pelos países para que possam ser considerados aptos a receberem dinheiro dos fundos internacionais. O não cumprimento desta agenda muitas vezes significa o corte das relações com o fundo e a interrupção direta dos empréstimos.

Com o desenvolvimento da indústria de base consolidada ao longo dos anos, havia real possibilidade da implementação de um parque industrial de caráter estritamente nacional, desde a produção da matéria-prima, passando pelo fornecimento das peças e finalizando na montagem, desenvolvimento e produção por uma empresa estatal. O horizonte de desenvolvimento de uma indústria de proporções nacionais e com custos reduzidos foi completamente varrida pela implementação do plano de metas de J.K., que concedeu ao imperialismo

câmbio especial, que era negado aos empresários nacionais de forma sistemática, o chamado câmbio de custo, não apenas para importações de peças e máquinas como para remessas de lucros, juro e amortizações dos financiamentos obtidos no exterior; (...) deu-lhes favores fiscais nunca excedidos entre nós, isenção de direitos e taxa aduaneiras para os equipamentos entrados e para peças e partes complementares dos veículos, isenção do imposto de consumo para venda de veículos; emprestou-lhe os cruzeiros de que necessitavam para a compra de divisas; concedeu-lhes financiamentos a longo prazo pelos seus estabelecimentos oficiais de crédito. Deixou assim, de arrecadar, pelos favores concedidos, cerca de 4,5 bilhões de cruzeiros, durante cinco anos, que era o prazo dos favores. (Sodré, 1964/1976, p. 332)

A indústria automobilística de caráter nacional foi asfixiada pelo imperialismo e sua concorrência desleal com os privilégios concedidos pelo Estado brasileiro aos estrangeiros e não às indústrias nacionais. No período de 1955 a 1960, 54% dos capitais que entraram no país foram destinados à compra e implementação da indústria automobilística, chegando a ocupar 90% da totalidade de participação no setor automobilístico no país (Sodré, 1964/1976).

Há uma ampla movimentação para promover a desnacionalização daquilo que fora construído nas décadas que o imperialismo tinha perdido sua máxima potência. É por meio de duas principais vias que a economia brasileira abre suas portas aos conglomerados estrangeiros.

A primeira é abrindo canais de compra das empresas nacionais, possibilitando que as margens de participação estrangeira configurem como maioria e a segunda é por meio da promoção de terreno fértil para a implementação de indústrias estrangeiras, fornecendo concessões que o complexo nacional não dispunha.

A entrada massiva de capitais foi uma das vias que o governo J.K. encontrou para ter à sua disposição o volume de capital necessário para um plano massivo de investimentos. Há de se destacar que os investimentos não eram requeridos somente para cumprir o plano de metas, mas o desenvolvimento do parque industrial e a complexificação da capacidade produtiva demandam capitais disponíveis. O complexo financeiro brasileiro dispunha de alguns meios de disponibilização de capital, mas com juros mais altos que os aceitos pela burguesia. Diante deste cenário, os investimentos estrangeiros não são suficientes para contemplar a demanda de capitais para o país, gerando déficit na balança de pagamentos brasileira, chegando a mais do que dobrar entre os anos 1950 a 1960, passando de 1,44 US\$ bilhões para 3,77 US\$ bilhões (Loureiro, 2017).

Com a alta demanda de capitais durante o governo J.K., há uma escolha em adotar medidas que não fossem contrárias aos interesses das classes dominantes e disponibilizar capitais a partir da ampliação da base monetária. Loureiro (2017) chega a dizer da escolha pelo “financiamento inflacionário” de Kubitschek, passando a utilizar da emissão de moeda nacional para financiar a linha creditícia e conter o crescimento do déficit da balança de pagamentos. O resultado desta política será sentido pelo próprio governo, que nos seus anos finais já adota medidas que visam conter o crescimento da inflação, mas sem sucesso.

A inflação é pauta fundamental em todos os governos posteriores a J.K. Durante o governo J.K. ela nunca foi baixa e manteve uma porcentagem sempre abaixo dos 22,7% ao ano desde a sua entrada no governo. Com este percentual, há um aumento no custo de vida, que não foi acompanhado pelo aumento proporcional do salário-mínimo, tornando o poder de

compra do trabalhador cada vez mais diminuto. Esse descenso foi acompanhado de um programa implementado pelo ministro da Fazenda, que limitava ainda mais a linha de crédito para empreendimentos nacionais e a recomendação de limitar a reivindicação salarial a compensar o arrocho dos últimos anos. J.K. tentava conter a crise inflacionária por meio da repressão e rigidez das medidas econômicas, em conjunto com as manobras governistas para conter as movimentações sindicais mais radicalizadas.

### 3.6.2 Desenvolvendo o Subdesenvolvimento: a Compra de Máquinas Obsoletas

No capítulo 1 já apontamos como a própria dinâmica do capitalismo dependente torna a apropriação tecnológica nos países da periferia subjugados aos desenvolvimentos proporcionados pelo centro (Bambirra, 1972/2019). Esse mecanismo é fundamental para compreendermos a dinâmica do imperialismo e da transferência de valor de um país a outro. Não é por acaso que é precisamente durante o mandato de J.K. que a Instrução 113 da SUMOC é promulgada. Ela permitia a importação de máquinas obsoletas dos países centrais, valorizando-as como novas e sem qualquer restrição similar ao produto nacional correspondente. Com a vinda de equipamentos obsoletos e sem a perspectiva de romper com o monopólio, o capitalismo dependente fica sujeito a reprodução de sua subalternização. Primeiro por ficar com uma capacidade produtiva inferior aos países centrais e pela própria necessidade da compra de máquinas estrangeiras, transferindo recursos por meio da importação das máquinas, mas também pela transferência de *royalties* pelo uso da tecnologia.

As empresas estrangeiras, comprando empresas nacionais e instaurando filiais no Brasil, passam a operar seus negócios e transferem seus ganhos para as matrizes, localizadas nos países centrais. Ou seja, após um primeiro momento de investimento para a construção e consolidação das empresas no Brasil, passa-se a um segundo momento que essa injeção financeira já não é mais necessária e se inicia o processo de produzir riqueza em solo nacional, mas com a repatriação dos lucros para os países centrais, fortificando um canal de transferência

de renda. Essas transferências são feitas tanto por meios legais (remessas de lucros, juros, dividendos etc.) e ilegais (subfaturamento, sobrefaturamento etc.). A incapacidade do próprio país se apropriar da riqueza produzida em seu território passou a ser visível nos últimos anos, resultando na limitação das linhas de crédito para o país anunciada pelo ministro da Fazenda em 1959.

O fenômeno que acomete o Brasil durante os anos 50 é fruto de uma ampla atuação que o imperialismo americano exercia, tendo a América Latina como um dos seus principais alvos. Se durante o período de relativo alívio da dominação imperialista houveram condições de desenvolvimento industrial para se cogitar uma burguesia com pretensões nacionais, é sob o governo de J.K. que estas ilusões passam a ser explicitamente excluídas, consolidando a “sua submissão enquanto classe ao imperialismo, do abandono de suas ambições nacionalistas e autonomistas e do fim dos seus projetos próprios” (Bambirra, 1972/2019, p. 134).

Tendo consciência de sua debilidade interna, de suas relações com o imperialismo e incapaz de conjecturar um rompimento com a lógica dependente, opera-se por meio de Kubitschek o abandono de qualquer perspectiva ou pretensão nacionalista. A sua atuação mais voltada para atender as demandas do mercado interno se configuram como uma exceção, possibilitada por um hiato muito específico da conjuntura internacional durante a primeira metade do século XX. Estas oportunidades foram aproveitadas enquanto o seu campo não encontrava grandes entraves para esta atuação, ou seja, sem que a burguesia brasileira precisasse entrar em conflito com o imperialismo. Quando esta brecha se fecha, aqueles que a aproveitaram passam a paulatinamente fazer acordo com o imperialismo e vão se retirando de cena. Não há base econômica e nem um constructo ideológico nacionalista bem definido que oriente esta classe.

Contudo, é de suma importância estabelecermos que as relações entre a burguesia e o imperialismo não seguem uma relação de subordinação mecânica, sem movimentos de

contradição e tentativas de enfrentamento a algumas medidas que prejudicam o capital nacional. Farias (2017) aponta que principalmente a fração industrial muitas vezes assume um movimento contrário a medidas “entreguistas”, como é o caso da Instrução 113 da SUMOC, que tinha como prerrogativa facilitar a entrada de máquinas estrangeiras no país, gerando reações das principais entidades patronais industriais, como a CNI e a FIESP, cujo presidente da última chegou a declarar que “o nacionalismo que entendemos não é inimigo do estrangeiro, mas também não se filia a qualquer forma de entreguismo.” (p. 60). Na VIII Convenção de Industriais do Interior de São Paulo a medida também foi criticada, alegando que uma “política excessivamente liberal com relação ao capital estrangeiro pode afetar os interesses da indústria nacional se não forem garantidas condições de concorrência igual.” (p.60). Apesar dos protestos, não houve a elaboração de uma campanha nacional, de forma a formar alianças com outras classes e suspender a medida. A Instrução se manteve até o início da década de 60, portanto, podemos considerar a insuficiência da articulação política desta fração e considerar que as outras frações interessadas nos benefícios colhidos por esta política, obtiveram uma vitória.

### 3.6.3 Atuação de Goulart no governo JK

Aqui faremos um breve trajeto de Goulart durante o governo J.K e refletir sobre o seu papel neste período. O PTB conquistou os ministérios do Trabalho e o da Agricultura. Mesmo tendo a maior base eleitoral, Goulart não tinha aceitação da classe dominante e do imperialismo, tanto pela sua atuação nos meios sindicais como pela sua atuação como ministro do Trabalho no segundo mandato de Vargas. Portanto, a aceitação de Goulart como vice da chapa foi manobra para conter os anseios da classe trabalhadora, colocando um representante que tinha alta permeabilidade nos setores populares, tanto urbanos como rurais, fato comprovado nas urnas. A forte influência de Goulart nos meios sindicais foi instrumentalizada

como peça central para a execução do plano de metas, mediante o controle do movimento sindical.

Há uma notória ambiguidade da atuação do PTB no governo J.K., ocupando cargos na burocracia do Estado e compondo-o diretamente, não poderia deixar de representar um alinhamento político com o desenvolvimentismo proposto por J.K. e de aparelhar os sindicatos para a linha governista, procurando em momentos de maior tensão, acalmar os ânimos e evitar ações radicalizadas como greves e piquetes. Essa influência no movimento sindical dava maior margem de manobra para a influência da linha governista nos setores sindicais, porém, tal atuação não resultou em um completo rebaixamento da linha política de Goulart, que chegou a ter diversos desacordos com a política desenvolvimentista de Juscelino e apoiando publicamente algumas greves no decorrer do governo, como a de São Paulo em 1959 e, no mesmo ano, quando o ministro da Fazenda implementou um programa de contenção da linha de crédito, bonificação aos exportadores e uma recomendação que o aumento salarial se limitasse a recompor o poder de compra dos trabalhadores. Goulart manifestou sua oposição. (Bandeira, 2001/2010)

A atuação de Jango é fortemente marcada pelo respeito aos marcos institucionais e sem qualquer intencionalidade de ruptura com as instituições republicanas. Porém, quando a classe rompia com estes marcos institucionais e deflagrava uma greve ou um piquete, Goulart tendia a se manifestar favoravelmente, inclusive pela sua base social ser constituída no meio popular, não poderia ficar aquém quando esta se colocava em movimento. Essa ambiguidade é característica do trabalhismo em geral, cuja síntese maior pode ser expressa na figura de Goulart, que diferente de outros representantes do trabalhismo, como Brizola, sempre se colocou como um legalista, defensor das instituições republicanas burguesas e mantendo a sua ação política majoritariamente submissa à institucionalidade, rompendo-a somente em

momentos de grande fôlego. A atuação de Goulart como presidente é também marcada por esta mesma ambiguidade, que trataremos em breve.

O golpe que iniciava sua articulação em 1955 foi acalmado pela postura absolutamente subserviente de J.K. ao imperialismo. Não por acaso, Juscelino é um dos únicos presidentes a finalizar seu mandato desde a redemocratização em 1945. Um dos grandes pilares para este feito é o cumprimento de uma agenda econômica submissa à burguesia brasileira e ao imperialismo, dando a estabilidade que o governo de Kubitschek gozou durante o mandato. Ao final do governo, o cenário político começa a se complexificar.

Ao final do mandato, podemos dizer que a malha produtiva brasileira havia sofrido um grande golpe. A entrada massiva de capitais estrangeiros, não somente enquanto linha creditícia, mas com a efetiva participação na compra de indústrias nacionais ou implementação por meio de diversas regalias financeiras, modificou o cenário econômico brasileiro. A instrução 113 da SUMOC é um ilustrativo nesse sentido. O Brasil deixado por J.K. teve um aumento da diversificação de produção, principalmente em relação a bens não duráveis, porém, com uma dinâmica muito mais submissa e passível de ser influenciada pelo imperialismo.

Podemos dizer que

o Brasil que Juscelino Kubitschek entregou a Jânio Quadros caracterizava-se por uma economia marcada por recentes transformações estruturais e dotada de um dos maiores e mais integrados parques industriais da América Latina. Esse rápido processo de modernização via-se ameaçado, no entanto, por um sem número de desequilíbrios: da baixa produtividade do setor agrícola ao aumento da desigualdade social; da insuficiência de financiamentos providos pelo sistema bancário à dependência de poucos bens primários para a obtenção de divisas. Entre as questões mais eminentes a serem enfrentadas, destacavam-se os déficits do balanço de pagamentos, o mau desempenho das contas públicas e a expansão inflacionária. (Loureiro, 2017, p. 42)

Em síntese, podemos dizer que o governo de Juscelino, apesar de ter complexificado o parque industrial brasileiro, orquestrou uma entrada brutal de capitais estrangeiros no Brasil, facilitando a sua implementação em condições mais favoráveis que a indústria nacional. Além disso, provocou o início de uma espiral inflacionária que será determinante para os próximos governos, influenciando diretamente na implementação da ditadura militar brasileira. Quadros é o primeiro a tentar promover um programa de austeridade condizente com os anseios da burguesia brasileira que, por meio de seus aparatos político-econômicos, pressiona o governo a resolver a crise à sua maneira.

### 3.7 JÂNIO QUADROS

A atuação e a influência dos grupos civis são um dos focos deste trabalho. Portanto, antes de adentrar no breve mandato de Quadros, é essencial que façamos um breve mapeamento das principais entidades civis atuantes, assim como as leis que regulam estas entidades.

#### 3.7.1 Processo de Formação das Entidades Civis Atuantes nos Anos 60

Ao longo dos anos 30, podemos observar a formação e crescimento de diversas organizações civis, sejam elas de cunho patronal ou de trabalhadores. Estas entidades são fundamentais para a compreensão do período destacado para este trabalho, pois são elas que representam os interesses e demandas da classe dominante ao Estado. Como debatido no capítulo 1, é enganoso supor que o Estado seja um fim em si mesmo e não sofra efeitos das exigências e pressões exercidas pela sociedade civil. Antes o contrário, o Estado está a todo momento procurando o apoio das classes (especialmente as dominantes) para a aprovação e execução de sua agenda, de forma a cooptar grupos que deem suporte às suas ações.

É durante o Estado Novo que há uma reestruturação das organizações que perduram na forma organizativa dessas entidades até os anos 60. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) baseava-se no princípio do monopólio da representação. As entidades que obtivessem o reconhecimento do governo detinham o direito de representação exclusiva dentro de uma

determinada região, recebendo recursos financeiros do Estado, além de autorização para atuar como representantes da classe em órgãos e fóruns governamentais (Loureiro, 2017).

A representação era organizada a partir de três níveis hierárquicos: sindicato, federação e confederação. Essa forma organizativa em tese era equivalente para representações de patrões e empregados, porém, na prática os patrões foram contemplados com diversas vantagens, potencializando sua capacidade de atuação e mobilização.

Começamos a analisar as regras de organização sindical para os trabalhadores. A base desta estrutura são os sindicatos, geralmente fragmentados em segmentos econômicos específicos e restritos a uma cidade ou região. Estes sindicatos poderiam estar ligados a federações, que geralmente abrangem um espectro econômico maior e organizados a nível estadual. As federações poderiam se associar a confederações, que correspondem a grandes setores econômicos como comércio, agricultura e indústria, de representação nacional. A CLT proibia a existência de organismos de cúpula, impossibilitando que trabalhadores de diferentes ramos produtivos se unificassem em centrais sindicais.

Para melhor ilustrar, operários da indústria de alimentos da capital paulista estavam representados por sete sindicatos diferentes. Esses só poderiam se associar à Federação dos Trabalhadores em Indústrias de Alimentos do Estado de São Paulo, agremiação que reunia sindicatos alimentícios de todo o estado. Qualquer associação com federações de metalúrgicos ou de transportes, por exemplo, era expressamente proibida pela CLT. Essa restrição também se mantinha a nível nacional, pois só poderia se associar a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), sendo a vinculação com outra confederação também vetada.

Essa rigidez hierárquica na organização dos trabalhadores dificultava “qualquer tipo de associação horizontal entre sindicatos de ramos econômicos diferentes, expressamente proibida pela CLT” (Loureiro, 2017, p. 54). Essa medida visava dificultar a possibilidade do movimento

operário decretar greve geral por meio de suas entidades oficiais. A CLT é certamente uma conquista da classe trabalhadora, sua implementação trouxe avanços na garantia de direitos trabalhistas, porém, apresenta a debilidade de aproximar as organizações dos trabalhadores ao Estado, favorecendo a criação de sindicatos ‘pelegos’ e facilitar o controle e tutela dos que porventura divergissem da linha governista.

Apesar dos empecilhos colocados pela CLT, podemos verificar os números expressivos que os sindicatos atingiram. A CNTI tinha aproximadamente 600 mil filiados, representando mais de 1,5 milhões de operários e constituída por 45 federações industriais com mais de 800 sindicatos filiados. Já a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), representavam cerca de 1,2 milhões de pessoas, divididos entre 14 federações e 340 sindicatos. Os trabalhadores do transporte também estavam reunidos sob Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT) que detinha jurisdição sobre meio milhão de empregados (Loureiro, 2017).

A maior parte destes sindicatos “eram presididas por líderes sindicais com pequena inserção junto aos trabalhadores, sendo fiéis ao governo e, em particular, às diretrizes do Ministério do Trabalho.” (Loureiro, 2017, p. 55). Porém, há um processo de intensa disputa em relação à influência exercida sobre essas entidades. Algumas federações estavam sob a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que não seguiam a cartilha governista e procuravam construir um sindicato mais radicalizado e autônomo para a classe trabalhadora. Entidades como a Federação Nacional de Estivadores, em conjunto com a Federação Nacional dos Portuários e a Federação Nacional dos Marítimos e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec) que contava com 130 mil membros divididos em mais de 60 sindicatos estavam sob a zona de influência do PCB.

Já as representações patronais estavam, ao menos no papel, submetidas à mesma rigidez hierárquica e impossibilitadas de criarem federações com diversos ramos econômicos. Porém,

não é isso que ocorre, sendo permitidas entidades estaduais horizontais, que reuniam diversos ramos da indústria (têxtil, metalúrgico, automobilístico, alimentos e etc.) em uma mesma federação estadual. É neste momento que surge a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O mesmo ocorre nos principais estados de maior efervescência econômica do país, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Para os trabalhadores, há uma certa flexibilidade da rigidez hierárquica da CLT nos anos 50, porém, só poderão gozar dessa mesma prerrogativa organizativa a partir de muita mobilização que culmina na criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), durante o governo de João Goulart.

Os órgãos a nível nacional como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Comércio (CNC) e Confederação Rural Brasileira (CRB) correspondiam a organização a nível nacional das federações estaduais, porém, há uma particularidade interessante na divisão de poderes das entidades patronais. A concentração do desenvolvimento industrial em certas regiões do Brasil, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, tornou as associações estaduais destes locais com maior poder de representação que as entidades nacionais (Loureiro, 2017). É claro que as organizações patronais a nível nacional não representam organismos sem qualquer importância, pois tinham base e influência estratégica junto ao empresariado, exercendo participação ativa em órgãos deliberativos do governo e compareciam a fóruns cuja representação era assegurada.

Uma outra vantagem concedida à burguesia foi a flexibilização do princípio de monopólio de representação. Para além dos sindicatos oficiais, a classe empresarial também mantinha associações privadas, cuja maior parte fora criada antes da legislação. Esse é o caso do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), fundado em 1928. As entidades públicas e privadas majoritariamente mantinham uma harmonia em suas decisões e posicionamentos, porém, isso representava uma grande vantagem para a burguesia, que por meio da representação oficial, contava com financiamento e direito de participação de órgãos

públicos que possuíam representação corporativa, além de assegurar uma outra entidade desvinculada do Estado caso o sistema fosse seriamente modificado ou até mesmo se um governo de esquerda assumisse o poder e decidisse intervir ou fechar o órgão oficial.

As diversas frações da classe dominante podem ser observadas nas diversas entidades patronais existentes, como as já mencionadas Fiesp, Ciesp, CNI, CNC, CRB, Associação do Comércio de São Paulo (ACSP) etc. que diversas vezes agem em consonância em determinada pauta, porém, podem se chocar e disputar acerca de alguma demanda que entre em contradição com uma outra fração.

Além de gozar da liberdade de associar-se com diversos ramos produtivos em suas entidades oficiais e poder contar com associações de caráter privado, devemos destacar duas outras vantagens que são concedidas *a priori* às entidades patronais devido a seu caráter de dominância no sistema capitalista. Há uma ampla aceitação das ideias liberais nos meios sociais, tornando mais fácil a disseminação de seus posicionamentos e também contam com uma disposição de capitais muito superior para financiar suas atividades.

Podemos concluir que se a classe trabalhadora estava aumentando seu nível de organização, a burguesia também se mobilizou para se organizar e pautar as suas demandas. Desde o primeiro governo Vargas até o golpe em 64, todos os presidentes em exercício irão, em maior ou menor medida, se utilizar do aparelhamento dos sindicatos para refrear o movimento sindical e evitar ao máximo a deflagração de greves. Enquanto as entidades de representação da classe trabalhadora tinham que enfrentar uma série de adversidades econômicas e organizativas, a burguesia obteve maiores concessões para favorecer sua organização. Podemos confirmar por meio do tratamento diferenciado que as representações dos empregadores e dos empregados recebiam de modo a confirmar a tese de Poulantzas (1977) que o Estado burguês tem como uma de suas tarefas organizar a classe dominante enquanto desmobiliza e fragmenta a classe trabalhadora.

Finalizada esta breve exposição dos elementos sindicais no contexto apresentado pelo texto, podemos retomar o governo de Jânio Quadros.

### 3.7.2 Ascensão de um Desconhecido

Jânio pode ser compreendido como uma figura ímpar na política brasileira, tinha um jeito peculiar de se expressar, exibicionista e dramático. Prometendo a limpeza da corrupção na política brasileira, adotou como símbolo de sua campanha uma vassoura. Não pertencia a um dos principais quadros dirigentes do partido que o apoiou (UDN) e sua trajetória política é marcada pelo crescimento exponencial de sua popularidade. Primeiro foi eleito como vereador em São Paulo em 1947 e, a cada nova eleição, subiu consideravelmente de posição, sendo eleito como governador de São Paulo de 1955 a 1959 e, em seguida, já assumindo a posição de presidente. Ao contrário de seu vice, não tinha influência nas camadas populares e nos sindicatos, sendo um político que construiu a sua carreira apoiado inteiramente na oligarquia financeira e cujas medidas se orientavam por sustentá-la (Bandeira, 2001/2010).

Largamente apoiado pela classe dominante e, com sua habilidade política, conseguiu se colocar como um candidato preocupado com as mazelas sociais e as demandas dos trabalhadores. Provocando confusão nas massas com sua oratória demagógica, venceu a eleição com a esmagadora maioria de seis milhões de votos, (o dobro de Juscelino na eleição anterior). A oposição, tentando repetir a fórmula da eleição passada por meio da coligação PSD-PTB, não venceu para presidente, mas conseguiu eleger o vice-presidente da chapa, João Goulart.

Em um contexto inflacionário, a campanha de Jânio Quadros teve como uma de suas principais marcas a ênfase na recuperação de poder de compra e da necessidade de maior independência na política externa brasileira, procurando construir um discurso que atenderia as demandas mais emergentes da classe trabalhadora mas, ao mesmo tempo, entrelaçado nos interesses da classe dominante e no programa de austeridade imposto pelo FMI. Seus discursos

nunca foram materializados em ações para atender as demandas da população, havendo um grande intervalo entre o discurso e a prática efetiva durante o breve mandato.

É notório que uma de suas primeiras ações foi esmagar de forma absolutamente desproporcional uma greve estudantil sem importância em Recife, chegando a deslocar parte da esquadra para Pernambuco. A repressão foi uma forma de demonstrar qual seria o nível de tolerância com manifestações da classe trabalhadora. A relação mantida por Jânio com os sindicatos e movimentos populares foi de caráter puramente “despótico, depreciando qualquer tipo de pressão e mostrando um desprezo soberano pelos sindicatos, direções estudantis, organismo patronais, partidos políticos, enfim, por qualquer forma de organização” (Marini, 1969/2012, p. 91).

### 3.7.3 A Instrução 204 e a Reação das Entidades Civas

Jânio pretendia arbitrar os conflitos de classe com a máxima autonomia possível, amparando-se principalmente em sua base social, que logo no início do mandato passou a se dissolver. A implementação da Instrução 204, que os governos de Café Filho e Juscelino Kubitschek não tiveram condições ou coragem de assumir, mesmo com forte pressão do FMI foi uma das primeiras de seu governo. Essa medida extinguiu o sistema de taxas múltiplas para o câmbio, simplificando-o. Também visava combater a inflação adotando medidas que dariam um duro golpe nos trabalhadores, setores médios e nas camadas mais baixas do empresariado, como a medida de aumentar as receitas do Estado por meio da elevação da conversão de 100 Cr\$ para 200 Cr\$ por dólar, duplicando os custos de vários itens essenciais para a classe trabalhadora.

O presidente da CNI, Lídio Lunardi, enviou um memorial ao ministro da Fazenda, Clemente Mariani, saudando a instrução e dizendo que a categoria da indústria recebia favoravelmente a medida. O mesmo ocorreu com as diretorias das associações comerciais do Rio de Janeiro e de São Paulo, que já tinham manifestado a necessidade de simplificar as taxas

de câmbio. A Sociedade Rural Brasileira (SRB) também saudou a nova Instrução, que fortaleceria a cafeicultura, retirando o “confisco cambial” que as antigas taxas impunham aos produtores de café, “viga mestre da economia nacional” (Loureiro, 2017, p. 82)

Houve discordâncias entre o Conselho Superior das Classes Produtoras do Rio de Janeiro (Conclap-Rio) que, em reunião com Quadros para debater medidas de combate à inflação, defenderam a eliminação do programa de valorização do café, sugerindo a retirada da prerrogativa de compra do excedente, com o fim de desinchar os gastos públicos. A reação do latifúndio cafeeiro foi imediata, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) enviou um telegrama a Quadros elencando argumentos sobre como a questão inflacionária não era causada pela política de compra do café e, sugerindo em telegrama à diretoria da Conclap-Rio que “a conceituação de ser o café o responsável pela hiperinflação no país, só poderia ser fruto de má fé, encobrindo interesses ocultos e suspeitos.” (Loureiro, 2017, p. 83) Entidades representativas da indústria, como a FIESP e a CNI, se defenderam das acusações afirmando que não foram consultadas para a elaboração do documento enviado ao presidente e que não concordavam com a tese apresentada.

Portanto, podemos concluir que apesar de algumas discordâncias pontuais, a classe dominante manifestava ampla concordância em relação à aplicação das políticas de aumento dos bens essenciais para a classe trabalhadora e da liberalização cambial pelo governo Quadros. A burguesia contava que uma de suas principais reivindicações para conter a inflação, a contenção de gastos, não iria ser uma medida que fossem aplicadas a si, mas para a classe trabalhadora. Despejar todo o custo das medidas nos estratos inferiores da sociedade, é o real fundamento para o consenso da classe dominante.

A burguesia possui meios de comunicação de acesso direto ao gabinete do presidente, sugerindo propostas, concordâncias e discordâncias com as ações a serem implementadas. Este canal de atuação é um dos meios que favorece a reprodução de sua dominação, construindo

projetos e interferindo diretamente no conteúdo das propostas. Ao gabinete presidencial, cabe avaliar até que ponto há uma possibilidade real de efetivar um projeto da burguesia que não provoque manifestações e greves, enquanto que algumas das demandas da classe trabalhadora são atendidas, mesmo que sejam contrários aos interesses imediatos da burguesia, mas sem perder seu suporte.

Contrariamente ao que era de se supor, as entidades da classe trabalhadora não manifestaram repúdio à Instrução. Ainda antes da Instrução, o Conselho Sindical dos Trabalhadores, uma das principais organizações do país, tinha como secretário-geral Dante Pelacani, um notório janista. Foi por meio desta entidade que se convocou um “Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais” em São Paulo no mês de fevereiro. 17 unidades da Federação de Diversos estados estiveram presentes no encontro. O encontro tinha como finalidade elaborar quais seriam as diretrizes para a luta sindical nos próximos períodos. Alguns representantes mais combativos, manifestaram-se a favor da reivindicação por maiores salários e denunciando que muitos representantes ali não passavam de simples emissários de Quadros, que estariam instrumentalizando o evento em um ato de adesão à política governista. (Loureiro, 2017).

O documento final poderia ser uma das primeiras manifestações a respeito da política de Quadros e a tentativa de reorientar os trabalhadores a uma maior mobilização em defesa de seus direitos. Porém, não foi isso que ocorreu. A síntese do manifesto colocava as demandas de forma muito genérica, como a demanda por “melhor redistribuição do peso do processo de desenvolvimento” e a retirada do “encargo mais pesado” das costas dos trabalhadores, não elaborando um plano de ação detalhado com números e medidas a serem adotadas. A única medida que versava sobre o aumento salarial era a defesa de um mecanismo de compensação salarial a partir da inflação, pauta esta que já vinha sendo defendida publicamente pelo ministro do Trabalho. (Loureiro, 2017).

Após o evento, por manobra de Pelacani, diversos representantes sindicais presentes no evento foram convidados por Quadros a irem para Brasília entregar o manifesto. Os dirigentes relataram que “Jânio teria pedido um crédito de confiança de um ano, durante o qual eles deveriam abster-se de fomentar greves ou conflitos sociais. Nesse período, o presidente prometeu ‘arrumar a casa, botas as coisas nos seus devidos lugares’”. (Loureiro, 2017, p. 85) Prometeu também que as portas estariam abertas para discutir qualquer questão sem ‘empecilhos burocráticos’. Até os dirigentes que mantiveram postura mais combativa durante a realização do evento, decidiram acatar o pedido do presidente para avaliar o cumprimento das promessas.

Quadros estava buscando conter ao máximo as movimentações da classe trabalhadora. Na prática, esta carta branca consiste em uma tentativa das lideranças estaduais não somente de não mobilizar, mas em manter uma ativa passividade a despeito das atitudes do governo. Há de se lembrar que o tempo total de presidência de Quadros não foi sequer de 7 meses, ou seja, a tentativa de golpe se daria muito antes da finalização deste prazo que, caso se concretizasse, teria maior margem de manobra para exercer a repressão contra os sindicatos.

Salvo os comunistas, que mantiveram franca oposição às medidas da Instrução, a maioria do movimento sindical manteve a mesma postura passiva adotada pelo manifesto, demonstrando a eficácia do da aproximação de Quadros em relação aos sindicatos e o uso da influência conquistada ao longo da eleição.

Essa calma começa a ser rompida quando, dois meses depois, os efeitos da diminuição do poder de compra provocado pela inflação, passam a ser sentidos no cotidiano da classe trabalhadora. Algumas entidades sindicais vão a Brasília expressar seu descontentamento na tentativa de dialogar com o presidente. Quadros não os recebe, deixando apenas um bilhete pedindo apoio ao seu candidato à prefeitura de São Paulo. Essa recusa em dialogar com os trabalhadores, abre espaço para que outras forças tensionem com a linha

governista, principalmente os comunistas, que estavam aumentando sua influência nos sindicatos. Por conta deste avanço, Quadros sentiu a necessidade de criar uma alternativa sindical, elaborando um sindicalismo anticomunista e ligado aos “valores cristãos” e da “pátria”, criando o Movimento Sindical Democrático (MSD) e patrocinado por Carlos Lacerda.

Mesmo procurando adotar medidas de contenção de gastos, a inflação não cessou de ascender, com as porcentagens subindo desde os últimos anos do governo anterior, atingindo o patamar de 43% em 1961. Com a elevação do custo de vida e a compressão salarial, Jânio tinha plena ciência que sua popularidade tinha prazo reduzido, sofrendo duros desgastes logo no início do mandato. Para conseguir efetivamente aplicar os reajustes que a classe dominante considerava essencial para refrear a inflação, Quadros passou a compreender que dificilmente alcançaria seus objetivos dentro da moldura democrática (Bandeira, 2001/2010).

Os primeiros meses do governo Quadros foram marcados pela estabilidade dos laços com a burguesia conquistados pela implementação de um programa de austeridade e a cooptação dos sindicatos. A tentativa de formação de consenso e carta branca para que “colocasse as coisas no lugar”, buscando o fortalecimento da autonomia do executivo. O cenário passa a se modificar quando Quadros, preocupado com a inflação, encaminha ao Congresso em abril de 1961 a lei antitruste, que visava combater o monopólio e o aumento dos preços.

#### 3.7.4 A Lei Antitruste

Quadros tinha ciência de que a elevação do custo de vida, faria com que a classe trabalhadora e as suas entidades representativas estivessem cada vez mais suscetíveis a abandoná-lo em prol de outros projetos políticos. Procurando conter esse aumento, Quadros elaborou a lei antitruste, que tinha como finalidade última impossibilitar o aumento dos preços por meio da interferência direta na precificação das empresas e restrições impostas pelo

governo. Para tal fim, o texto não poderia ser claro e objetivo sobre sua real intenção, tendo que recorrer a noções vagas como

abuso de poder econômico”, que careciam de definição mais precisa em sua redação. Por exemplo, conforme o projeto, constituiria abuso de poder econômico “promover a cessação total ou parcial de suas atividades”, visando “à elevação de preços, ou de terceiros”; ou ainda “elevar abusivamente preços de mercadoria de consumo para obter lucros maiores do que os normais”; (...) Note-se que as definições sobre o que seriam “lucros maiores do que os normais” (...) ficariam, em última instância, a cargo das autoridades. (Loureiro, 2017, p. 117).

A fiscalização para o cumprimento da lei ficaria a cargo da Comissão Administrativa da Defesa Econômica (Cadec), composta por 5 membros designados diretamente pelo presidente. O processo de investigação gozaria do direito de ter acesso a todos os livros, documentos e registros da empresa podendo, em caso de recusa, apreender este material. O projeto também previa a reclusão de um a cinco anos para os responsáveis pelas infrações, que incluíam apenas gerentes e diretores, eximindo os proprietários de culpabilidade.

Como era de se esperar, a reação da burguesia foi extremamente negativa, unindo as principais entidades da classe. A Fiesp avaliou que a “aprovação traria consequências nocivas para a economia nacional”; Jorge Matos, membro da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, comentou que a lei era uma “demonstração insofismável de uma ditadura econômica em nosso país”. A Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), colocou a proposta como “inconstitucional, demagógica, e nociva aos interesses legítimos da iniciativa privada” e apontou que o foco da lei não deveria ser os empresários, criando mais obstáculos para o livre desenvolvimento da iniciativa privada, mas à intervenção do Estado na economia. (Loureiro, 2017, p. 119).

Nas diversas manifestações colocadas pelas entidades patronais, havia uma estreita relação entre o conceito de ‘democracia’ a partir da manutenção da ‘livre empresa’, assim como a ideia de ‘ditadura’ advinha sempre que se mencionava a intervenção do Estado na economia. A determinação dos preços das mercadorias seria determinado pelo empresariado, desde que seguissem o estipulado pelo governo. Perder o controle sobre a precificação dos produtos parece ser o ponto que mais incomodou a burguesia. A atuação de Quadros visava combater, para além da inflação, uma prática comum da classe dominante em repassar os aumentos de custos dos preços antes mesmo das elevações terem de fato ocorrido. O aumento era realizado de forma automática por meio da previsão de inflação daquele ano.

Até chegar à votação, o projeto tramitaria em algumas comissões especializadas em questões econômicas, que alterariam o texto e, somente após a aprovação desta comissão, o texto seria efetivamente votado. O próprio vice-presidente da Fiesp, Mário Toledo de Moraes, compareceu em algumas sessões da comissão econômica. Nesse meio tempo entre as comissões, inúmeros relatórios, produzidos pelas mais diversas entidades patronais, foram entregues ao presidente da República, aos presidentes da Câmara e do Senado, parlamentares e líderes de partidos, elencando as mais distintas razões pelas quais o Congresso não deveria aprovar a lei. Dentre as críticas colocadas pelo setor, também destacam-se a ausência da caracterização do monopólio, ausência de uma conceituação de abuso de poder econômico e as atribuições cedidas ao órgão regulador (Cadec), órgão comparado a uma instituição típica dos ‘regimes comunistas’, por um dos diretores da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), José Luiz de Oliveira.

A burguesia passou a acompanhar toda a tramitação do projeto, principalmente a Fiesp e a ACSP que tiveram uma decisiva influência no formato final do texto. Na tentativa de aprovar alguns pontos fundamentais no texto, um deputado trabalhista realizou cotação com quórum reduzido. Deputados contrários ao texto, levantaram a proibição da câmara em realizar

sessões sem um quórum mínimo, invalidando a sessão anterior. A ação teve repercussões e levou à retirada do relator da comissão (favorável à lei antitruste), que se disse ‘moralmente impedido’ de continuar a redação e, em solidariedade, outros deputados trabalhistas também se retiraram. O deputado responsável pela denúncia foi congratulado pelo presidente da ACSP, defendendo que a associação tinha o “dever com esse deputado, dando-lhe cobertura, apoiando-o no que fez em prol da empresa privada” (Loureiro, 2018, p. 132).

Com o enfraquecimento da bancada favorável à aprovação da lei antitruste nos moldes apresentados por Quadros, houve diversas alterações cruciais, tornando-o muito mais brando e aceitável para a classe dominante. O projeto chega na câmara dos deputados em meados de setembro de 1961, e foi aprovado sem dificuldade. A aprovação no Senado será concretizada durante o governo Goulart, que trataremos no capítulo seguinte. O projeto não afetava somente a economia nacional, mas também o imperialismo, que poderia ter seus documentos apreendidos se fossem enquadrados na lei.

### 3.7.5 Sobre a Política Externa e a “Aliança para o Progresso”

No cenário internacional, o temor diante de uma América Latina vermelha proporcionou maior abertura para a cooperação com o desenvolvimento do Cone Sul. O lançamento da “Aliança para o Progresso” em março de 1961 pelo governo Kennedy é um marco nessa manobra geopolítica. O imperialismo estava disposto a fornecer uma assistência econômica a longo prazo, desde que estes se comprometessem a promover uma “revolução” em suas sociedades. Essa revolução seria caracterizada por executar “as reformas sociais de caráter vital, por meio de planejamento com respeito à democracia.” (Loureiro, 2017, p. 43) Kennedy tinha ciência a respeito da importância do Brasil para a América Latina. Seu vice, Lyndon Johnson, chegou a dizer que “se o Brasil virar comunista, teremos uma segunda China no mundo, e não uma segunda Cuba.” (Smith citado por Loureiro, 2017, p. 43).

Uma de suas características mais notáveis durante o mandato de Quadros foi a condução da política externa. Com a vitória da revolução cubana em 1959, os Estados Unidos estavam em intensa atividade procurando formas de intervenção, tanto a nível militar como político para obstruir a consolidação da revolução. O presidente não se furta de expressar abertamente sua simpatia pela Revolução e pelo seu líder, Fidel Castro. Em fins de fevereiro de 1961, Quadros recebe o embaixador americano Adolf Berle que disponibiliza 100 milhões de dólares caso o presidente aceitasse cooperar com a intervenção em Cuba. Após o embaixador expor as suas razões e procurando cooptar o presidente para a invasão cubana, Jânio disse que concordava plenamente com a análise do embaixador e que não compactuava com os ideais da revolução, prezando pelo “modo de vida livre no Brasil”. Porém, argumentou que a sua preocupação mais imediata era resolver os problemas internos, pois se trilhasse o “caminho errado” o Brasil pavimentaria as trilhas revolucionárias por toda a América Latina, indicando também que a quantia dos recursos oferecidos pelo embaixador não era suficiente para resolver os problemas financeiros do Brasil. (Bandeira, 2001/2010).

A atuação de Quadros em relação a Cuba não se deve a uma simpatia pelo marxismo-leninismo ou ao socialismo real. Jânio tinha como plano de ação a Política Externa Independente (PEI) que visava conduzir a política externa, a “adotar posturas anti-americanas, não só para fins de barganha com os EUA, levando-os a conceder maior assistência financeira ao seu governo, como também para fins de propaganda interna, de modo a reforçar seu carisma” (Bandeira, 2001/2010, p 118), principalmente com setores do movimento operário. A partir desta manobra política, tentava renegociar a dívida externa e obter mais créditos não só dos EUA, mas também Europa, Japão e, após alguns meses, com o bloco socialista, retomando o diálogo com a URSS para uma possível recuperação das relações diplomáticas e econômicas com o país.

Quadros tinha a consciência de que, ao contrário de Goulart, o imperialismo não o encarava como uma ameaça real. Não era um político que tinha ligações orgânicas com o sindicalismo e sua atuação nunca tivera um cunho abertamente de esquerda. No contexto de Guerra Fria, Revolução Cubana e falência da invasão americana na Baía dos Porcos, um presidente notoriamente anticomunista e alinhado com o Ocidente em um país de dimensões continentais não era algo a ser desprezado. Quadros procurou se aproveitar dessa vantagem da conjuntura para impulsionar um programa de desenvolvimento e estabilização nacional, captando recursos por meio da PEI. (Loureiro, 2017)

Os investimentos americanos no Brasil antes da “Aliança Para o Progresso” caracterizavam-se principalmente por investimentos privados, que procuravam de forma autônoma ter sucesso em suas empreitadas. A partir do novo plano de investimento americano, é Washington o principal responsável por coordenar os investimentos, indicando a insuficiência dos investimentos espontâneos, produzindo “desenvolvimento econômico com equidade na América Latina e deixando o hemisfério longe do comunismo” (Loureiro, 2017, p. 44).

A Aliança promete cerca de 20 US\$ bilhões de dólares para o continente, sendo metade financiamento público americano, disponibilizado paulatinamente por um período de 10 anos. Essa quantia nunca chegou a ser disponibilizada em sua totalidade, mas é notável a movimentação que a Casa Branca estava realizando para manter a região sob seu domínio. Os 100 US\$ milhões oferecidos por Berle a Quadros em fevereiro de 1961 gerou grande crise no cenário internacional. O Brasil ainda não tinha retomado laços formais com o FMI. O dinheiro foi disponibilizado diretamente de Kennedy para Quadros, sem consulta ou aprovação de qualquer entidade internacional. Segundo Loureiro (2017), o diretor administrativo do FMI, Per Jacobsson, ficou furioso com o empréstimo oferecido antes de Quadros reatar as relações com a entidade e se comprometer a um programa macroeconômico de austeridade. Os

empréstimos nunca são concedidos sem estarem amarrados a diversas demandas que possibilitem a máxima estabilidade político-econômica para assegurar a efetividade do investimento. Quadros tinha ciência de que as premissas colocadas pela Aliança deveriam ser cumpridas a rigor, especialmente na contenção das demandas do movimento operário.

Até mesmo a embaixada britânica considerou o empréstimo como uma política de “linha branda” para o novo presidente brasileiro. Por maiores que fossem as provocações de Quadros em relação ao domínio americano, como a condecoração de Guevara e a recusa em cooperar com a invasão americana a Cuba, as negociações dos fundos nunca sofreram severas restrições. Ao final de março, o embaixador Moreira Salles, recebeu de Brasília o encaminhamento para uma proposta de aproximadamente 1 bilhão de dólares, concedidos pelos EUA e FMI. O governo americano não autorizou a sua parte do empréstimo de imediato, mas Kennedy sinalizou que os EUA estavam “prontos a dar inteira colaboração ao Brasil” (Loureiro, 2017, p. 153).

Durante o mesmo período, outro embaixador brasileiro, Roberto Campos, foi incumbido da tarefa de arrecadar fundos na Europa Ocidental. Em todos os países recebeu uma resposta padrão: crédito e renegociação de dívidas somente após a retomada de laços com o FMI. Essa postura inflexível é contrastada pela “linha branda” adotada pelos EUA, pressionados pelo receio dos ventos cubanos soprarem em outros países do cone sul. Diante dessas dificuldades, em abril o FMI é convidado a organizar uma missão de caráter sigiloso ao Brasil com duração de 2 semanas, porém, a viagem teve de ser encurtada pois, segundo o Ministro da Fazenda, Clemente Mariani, “dificuldades políticas emergiriam se a presença da missão se tornasse conhecida” (Loureiro, 2017, p. 156).

Ao final de abril, os laços com o FMI ainda não haviam sido retomados, porém, o governo Kennedy sinaliza a possibilidade de concessão de 628 milhões de US\$ ao Brasil. Kennedy ainda contava que, com o auxílio dos EUA, o Brasil poderia obter mais 569 milhões

de US\$ do FMI, Europa e Japão, totalizando uma quantia superior a de 1 bilhão de US\$. Com o fim de atingir estas concessões, em maio Quadros envia uma proposta formal de empréstimo ao FMI cedendo em alguns pontos de sua política econômica. Porém, o FMI não a considera suficiente e o Brasil não recebe a abertura que esperava. É somente por meio da intervenção de Kennedy, que pressionou o fundo para que “relaxasse as suas regras em favor do Brasil” (Loureiro, 2017, p. 159), obtendo a liberação de recursos maiores que os esperados, atingindo o total de 300 milhões de US\$.

Ao final de junho de 1961, o Brasil já tinha obtido mais de 1,6 bilhões de dólares. Os acordos foram considerados por Adolf Berle, chefe da Aliança para o Progresso como “o pacote de ajuda “mais generoso da história”. Roberto Campos classificou como a “melhor negociação financeira que o Brasil já fez”. Kennedy queria transformar Quadros e o Brasil em um símbolo de sucesso da Aliança, favorecendo a implementação do programa em todo o continente.

Até a renúncia de Quadros, dois meses depois, a Europa e os Fundos bloquearam parcialmente os empréstimos devido ao não cumprimento de algumas medidas, esfriando o clima de sucesso e euforia de junho. Porém, os EUA não congelaram as parcelas e continuou apostando em manter boas relações com o presidente. Com a saída de Quadros e a entrada de Goulart, há uma mudança radical na postura de Washington, que passa a conduzir as negociações de forma completamente distinta e fechando o canal de comunicação estabelecido com o Brasil durante o governo de Quadros.

### 3.7.6 A tentativa de Golpe

Munido do aval dos EUA, Quadros executava um programa de austeridade mais intenso que os dois últimos governos anteriores, intensificando gravemente a situação da classe trabalhadora, porém, na política externa, adotou posturas que, em aparência, não o colocavam como um mero serviçal do imperialismo, procurando criar a imagem de um político que não se rendia às pressões externas, como bem exemplificado no caso de Cuba. É por meio desta

ambiguidade que Quadros almejava conservar a sua base política e refrear a perda de popularidade, procurando apagar as consequências da repressão e da austeridade econômica por meio de ações que indicassem uma certa exigência de respeito à soberania nacional e visando conter a inflação e aquecer a economia por meio dos ganhos obtidos na política externa.

Com fim de concentrar poder, ao longo de seu curto mandato (de 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961), rodeou-se de uma equipe ministerial inexpressiva, colocando-os em posição representativa e sem real poder político. Por meio desta medida, sinalizava uma centralização do poder em suas mãos, não delegando ministérios importantes em troca de influência no Congresso ou manobra política semelhante. Continuamente tensionou com o Congresso, procurando acumular a centralidade do comando do Estado para o executivo, procurando ostracizar o legislativo. A situação inflacionária exigia medidas que o contexto democrático do período não poderia suportar. Haveria de desmobilizar as entidades dos trabalhadores e romper com a legalidade sindical. Para atingir este fim, não tinha pretensão de cumprir a integralidade do mandato. Executar a velha fórmula política de articulação com diversos setores do Congresso para a aprovação de um simples projeto não parecia estar nos planos de Quadros. A demora e burocracia da lei antitruste demonstrou a inabilidade legal de executar as tarefas necessárias para a contenção da inflação. A sua atuação presidencial é marcada pelo esforço em construir uma imagem ambígua para os diversos setores sociais, favorecendo a vinculação de sua imagem como um governante que governa para o ‘povo’ (Marini, 1969/2012).

Para que a política de austeridade desejada pela classe dominante tivesse sucesso, era necessário maior nível de autonomia presidencial, que só o rompimento com a institucionalidade poderia conferir. O plano de Quadros consistia em

renunciar ao governo, comovendo as massas, e levar as Forças Armadas, sob o comando dos ministros extremamente conservadores, a admitir sua volta como ditador,

para não entregar o poder a João Goulart, que se reelegera vice-presidente. O Congresso delegar-lhe-ia as faculdades legislativas, coagido pelos acontecimentos, sem prejudicar, aparentemente, ‘os aspectos fundamentais da mecânica democrática’. (Bandeira, 2001/2010, p. 122)

Goulart era visto como ameaça aos interesses dos EUA e não gozava de grandes simpatias da burguesia brasileira. Quadros considerava que a soma da possibilidade de posse de Goulart em conjunto com a comoção das massas pela sua saída, criaria o clima político perfeito para o seu retorno como um “ditador de feições democráticas”.

Os ventos golpistas da burguesia já haviam se anunciado nas eleições de 1955 e voltavam a soprar com a renúncia de Quadros em 25 de agosto de 1961. Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, delatou o plano de Quadros antes de sua renúncia, arrefecendo os ânimos provocados pela surpresa. Com a viagem de João Goulart à China em missão diplomática, encontrava-se o momento exato para a renúncia. Jânio divulgou uma carta com teor similar à carta de suicídio de Getúlio em 1954, dizendo que foi “vencido pela reação” e que “forças terríveis se levantaram contra ele”, forçando a sua renúncia (Bandeira, 2001/2010). Os ministros militares aliados de Quadros, embora não fossem favoráveis a Jango, não conseguiram obter respaldo das Forças Armadas para a concretização de um golpe.

Com a certeza de que contava com o apoio do governo americano, da direita, da burguesia e respaldado pelas bases que o teriam como preferência ao invés de Goulart, Jânio inicia sua tentativa de golpe no dia 25 de agosto de 1961. O plano foi um fracasso retumbante, o Congresso acatou a renúncia com tranquilidade e a convulsão das massas, tal como ocorreu após a morte de Getúlio, ponto base para a concretização do golpe, simplesmente não aconteceu. Por mais que a classe dominante tivesse uma rejeição absoluta pela candidatura de posse de Jango, o retorno de Quadros não foi um caminho a ser considerado. Por ironia da história, no período subsequente à saída de Jânio, o povo saiu às ruas, porém, não para

reivindicar a volta de Quadros, mas para assegurar a posse legítima de João Goulart à presidência.

O salto quantitativo e qualitativo da organização da classe trabalhadora, promoveu um panorama completamente distinto da década anterior. O nível das contradições e tensões entre as classes no início dos anos 50 era muito inferior ao nível de complexidade e intensidade das mobilizações da classe trabalhadora, que durante os anos 50 tinha um poder inferior se comparado ao início dos anos 60. É somente por meio dessa movimentação que a posse de João Goulart à presidência é assegurada.

### 3.8 - GOVERNO DE JOÃO GOULART

#### 3.8.1 A Posse de Goulart

Com a saída de Jânio da presidência, o Brasil encontrava-se sem presidente e com o vice do outro lado do mundo. A direita, em conjunto com a classe dominante e o imperialismo não suportavam a figura de Goulart, acusando-o de inexperiente, aventureiro e incapacitado para o cargo. Bandeira (2001/2010) aponta como essa acusação é infundada. Goulart provavelmente era até mais capacitado que os seus dois últimos antecessores, bacharel em Direito, foi secretário de Justiça no Rio Grande do Sul, deputado estadual e deputado federal, ocupou o ministério do Trabalho no segundo mandato de Vargas e por duas vezes consecutivas se reelegeu vice-presidente da República. Os ataques que sofria eram a clara manifestação do repúdio que a sua figura inspirava, não tendo como alvo a sua origem ou sua personalidade, até porque era um homem rico, possuindo milhares de cabeças de gado em diversas fazendas espalhadas pelo Brasil, Uruguai e Argentina. Porém, personificava um projeto político que não era inteiramente dedicado às exigências da classe dominante, sendo defensor da reforma agrária, do aumento na qualidade de vida dos trabalhadores, sindicalização urbana e rural e do desenvolvimento das forças produtivas, procurando aprimorar a realidade político-econômica do país, de forma autônoma e soberana.

Com as movimentações golpistas que não tinham interesse em restituir a presidência a Quadros e nem concedê-la a Goulart, houve tentativas de impedir a posse do novo presidente. O alto escalão do exército chegou a encaminhar ao Congresso um pedido de votação extraordinária do *impeachment* de Goulart. A aprovação ou não deste pedido seria resultado da luta de classes travada nos dias seguintes.

A classe trabalhadora orquestrou a resposta necessária para a investida golpista dando início à ‘campanha da legalidade’, encabeçada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de Goulart e um dos principais expoentes do PTB. Ocupou estações de rádio em Porto Alegre denunciando a iminência de um golpe de Estado e o não cumprimento da constituição. A voz de Brizola passou a circular não só no seu estado, mas alcançou projeção nacional. No Rio Grande do Sul e em diversos outros estados a classe trabalhadora saiu às ruas exigindo que a posse de Jango fosse assegurada, deflagrando greves nas principais cidades brasileiras. O episódio é um bom demonstrativo do nível de organização e consciência da classe trabalhadora.

Brizola não convocou apenas civis a participarem da campanha, contando com adesão do III Exército e com figuras do alto escalão do exército. Rio de Janeiro e São Paulo subjugarão os oficiais, promovendo a cisão da unidade do exército e desestabilizando os golpistas. O governador de Goiás também aderiu à campanha e convocou civis e militares para o enfrentamento. O clima de resistência e a iminência de uma guerra civil entre os legalistas e golpistas, arrefeceu a consolidação do golpe.

É de suma importância salientarmos que o exército é historicamente uma instituição conservadora com diversos momentos golpistas em sua atuação, porém, o período de 1945 a 1964 demonstra que ele não é politicamente homogêneo. Houve ao longo da história militares brasileiros abertamente comunistas, como é o caso de Nelson Werneck Sodré, mas também nacionalistas de esquerda e legalistas. (Ribeiro, 2018) Essa parcela abriu margem para que uma

parcela das forças armadas pudesse ser cooptadas pelos setores democráticos, como o foram durante a campanha da legalidade.

Apesar da movimentação da classe trabalhadora em prol da campanha da legalidade, os anseios golpistas foram refreados, mas não completamente derrotados. O objetivo final da burguesia era retirar qualquer possibilidade de Jango ocupar o cargo para a presidência. Temendo o derramamento de sangue, Jango aceita a proposta feita pelo Congresso em assumir o mandato sob o regime parlamentarista. Podemos considerar essa movimentação como a consumação de um golpe brando, diminuindo os poderes do presidente e instituindo um político da ordem, Tancredo Neves, como primeiro-ministro brasileiro.

Diante desse panorama, há uma rachadura no trabalhismo de acordo com a forma que situação deveria ser encaminhada. De um lado, Brizola considerava que a única resposta possível era decretar o fechamento do Congresso e instituindo Jango como presidente. Brizola apostava que com o apoio da classe trabalhadora em conjunto com os setores legalistas do exército, Jango poderia sair em marcha do Rio Grande do Sul até Brasília com os destacamentos do III exército, impondo por meio da força a sua posse como presidente, consolidando um processo autenticamente popular.

Goulart sabia que se optasse por essa via, colocaria o país na iminência de uma guerra-civil, considerando que a burguesia, o exército e a direita não aceitariam passivamente este processo e responderiam a altura. Sua visão política não era afeita a grandes convulsões políticas, procurando pautar-se pela institucionalidade e apostando que as próprias garantias democráticas assegurariam seu mandato como presidente, chegando a declarar que não participaria “de qualquer fórmula extralegal para a solução da crise brasileira. Prefiro renunciar a desmentir minhas convicções.” (Goulart citado por Bandeira, 2001/2010).

O manejo de Goulart certamente evitou que a situação se agudizasse, procurando acalmar o clima político por meio da conciliação. O evitamento de derramamento de sangue é

a grande e única vantagem do caminho adotado por Jango, pois assume a cadeira despida de seus plenos poderes e mediado por um primeiro-ministro da ordem. Certamente o golpe em sua integralidade só será consumado em abril de 1964, porém, é importante ressaltar que Jango ao assumir a cadeira presidencial em regime parlamentarista, já constitui um golpe.

O governo de Goulart compreende o período de setembro de 1961 a março de 1964, totalizando aproximadamente 34 meses. Deste total, 19 foram sob o regime parlamentarista, e somente 15 meses com Goulart tendo plenos poderes. Mais da metade do mandato foi cumprido sob a tutela do regime parlamentarista. A burguesia conquistou um afastamento significativo de Goulart a presidência, retirando seus plenos poderes e, após pouco mais de 1 ano do exercício da presidência efetiva, Goulart foi deposto do cargo. O receio com Jango era uma preocupação antiga da burguesia brasileira e do imperialismo, o clima tenso provocado pela renúncia de Quadros e as condições que Goulart assume somente fazem aumentar este receio com a sua figura. A classe dominante passa a se articular em prol de seus interesses, portanto, faremos uma breve exposição sobre a criação de dois institutos criados e financiados pela burguesia que são essenciais para a compreensão do período em questão.

### 3.8.2 Criação do IPES e IBAD

A burguesia e o imperialismo sentiram a necessidade de, para além das entidades patronais, articular a criação de institutos de divulgação de ideias anticomunistas e organizar a atuação da direita no Brasil. Para esse fim, foram criados o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Ambos foram concebidos em estreito contato com a CIA, que forneceu orientação, experiência e recursos financeiros (Bandeira, 2001/2010).

Com o intuito de acentuar o radicalismo de direita e articular de forma mais profissionalizada a disseminação de ideias anticomunistas as duas entidades tinham caráter bastante similar em seus propósitos, porém, o IPES voltava-se mais a atividades de inteligência

e divulgação de ideias liberais e conservadoras. Durante seus primeiros anos de existência passou a contratar militares reformados para montar um serviço de inteligência, “cuja função consistia em colher dados sobre pretensa infiltração comunista no governo de Goulart e distribuí-los, clandestinamente, entre oficiais que ocupavam postos de comando em todo o território nacional.” (Bandeira, 2001/2010, p. 175). Estima-se que o IPES tenha gastado com esse tipo de serviço uma média de US\$ 200 mil a US\$ 300 mil no período entre 1962 a 1964. Com sede em São Paulo e no Rio de Janeiro, destacavam-se entre seus membros notórios burgueses, como Raphael Noschese, presidente da FIESP, Paulo Barbosa, presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e Gilberto Huber Jr., presidente do Conselho das Classes Produtoras (Conclap), porém, a lista de participantes consiste em diversos membros das classes dominantes, das mais distintas frações e ramos produtivos. O financiamento da entidade contava, para além da contribuição das classes dominantes brasileiras e da CIA, com a contribuição de empresas estrangeiras, como a Light & Power, que contribuiu com quantias significativas desde a sua fundação.

Já o IBAD foi fundado em 1959, porém, suas atividades se intensificaram somente após a posse de Goulart. O instituto, para além de ter tido colaboração da CIA para a sua criação foi, segundo Bandeira (2001/2010), comandado pela agência americana por meio de um agente, Ivan Hasslocher. A entidade interveio abertamente nas eleições realizadas em 1962, investindo diretamente em candidatos que defendiam pautas favoráveis ao imperialismo e a burguesia nacional. Estima-se que somente nesta eleição o instituto tenha injetado de US\$ 12 milhões a US\$ 20 milhões nessas campanhas, provenientes de empresas norte-americanas e da própria CIA, admitida pelo próprio embaixador Lincoln Gordon (Bandeira, 2001/2010. p. 178). Em sua organização interna, contava com diversos dirigentes das classes dominantes, de diferentes frações.

Devido ao seu crescimento e dinheiro investido, o IBAD passou a funcionar como uma espécie de *holding* com diversas subsidiárias de organizações de cunho político semelhante, tal como a Campanha da Mulher Democrática (CAMDE) e a Ação Democrática Parlamentar (ADP) que financiava diversos congressistas, e o movimento sindical por meio do Movimento Sindical Democrático (MSD). Por meio dessa complexa frente de atuação, a “CIA não somente aliciou empresários, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, governadores de Estado, jornalistas, mas donas de casa, estudantes, dirigentes sindicais, padres e camponeses, enfim, elementos de todas as classes e categorias sociais da sociedade civil brasileira.” (Bandeira, 2001/2010, p. 179).

Os dois institutos são essenciais para a compreensão do período, primeiro devido ao peso da influência política que atingiam por meio da sua atuação nos mais variados setores sociais durante todo o governo de João Goulart, atuando insistentemente no Congresso e aliado com os principais governadores reacionários. Um outro elemento importante é a relação umbilical entre a burguesia brasileira e o imperialismo nestes institutos, que atuavam em consonância nas mais variadas pautas, como bem apontam os teóricos da dependência como Marini (1969/2012) e Bambirra (1972/2019). Um último elemento se destaca devido a importância destes institutos para a articulação do golpe em abril de 1964. Foi por meio do apoio das entidades patronais, em conjunto com o imperialismo, militares, IBAD e IPES que o golpe foi orquestrado e coordenado para seu sucesso. Após este breve desenvolvimento, voltemos ao início do governo de Goulart.

### 3.8.3 Contexto do Governo Jango

O governo de Jango é essencial para a compreensão da burguesia brasileira pois representa o ápice da efetivação das teses acerca de uma aliança do proletariado em conjunto com a burguesia em prol de uma revolução democrático-burguesa. Jango nunca se colocou como um líder proletário com raízes marxistas, defendendo a ditadura do proletariado e a

tomada dos meios de produção. Pautava-se pela institucionalidade e nos marcos da propriedade privada e do capitalismo, a sua defesa consistia em um Brasil com maior desenvolvimento produtivo e que a classe trabalhadora pudesse obter um número maior de concessões, visando diminuir a desigualdade social.

Por mais que o PTB e o PCB discordassem em diversos pontos, a tese estratégica do PCB à época se confundia com o projeto de Goulart. De acordo com o PCB, a fração nacionalista da burguesia (notadamente industrial), ao se desenvolver, apresentaria antagonismos com a lógica agroexportadora e o imperialismo, desenvolvendo um capitalismo de cunho nacionalista, promovendo o crescimento das forças produtivas. O proletariado não encabeçaria esta etapa, mas fazia alianças com estes setores progressistas da burguesia nacionalista, respaldando este processo. A formulação das reformas de base propostas durante o governo Goulart são o ápice desta tentativa de capitanear a burguesia em prol de um desenvolvimento nacional. É durante o governo de Jango, especialmente após a dissolução do parlamentarismo em janeiro de 1963, que a conjuntura parecia apresentar a vitória desta tese, “preconizada pelo PCB, de um governo da burguesia industrial respaldado pela classe operária.” (Marini, 1969/2012, p. 98)

Ao cabo de pouco mais de um ano, há a efetivação do golpe militar em 1 de abril de 1964, derrubando o governo e a tese etapista do PCB. A burguesia tentou impedir a todo custo a posse de Jango, aceitando amargamente a sua posse, mesmo despido de plenos poderes. Ao longo de seu mandato, sofrerá pressões de toda a classe dominante, principalmente com o aumento do custo de mão-de-obra, que com o fortalecimento do movimento operário, vai conquistando cada vez mais força para reivindicar suas pautas. As reclamações patronais sobre uma ‘República sindical’ ou ‘ditadura grevista’ são constantes, e Jango ao longo do mandato é encarado pelas classes dominantes como um selvagem mantido sob controle, mas que pode atacar a qualquer momento.

Jango construiu a sua carreira política em diálogo com diversos líderes sindicais, de vários espectros políticos, de comunistas aos setores mais moderados. Tinha contato pessoal com estas lideranças e era muito bem aceito neste meio. Mesmo enquanto vice-presidente ou Ministro do Trabalho, não interferia nos resultados das eleições de qualquer entidade e respeitava o direito à organização dos trabalhadores. Inclusive, Goulart chegou a destacar o exército para assegurar o direito a reunião de um sindicato em Santos, que enfrentava problemas com a polícia estadual. Ao longo de seu mandato, as repressões contra greves e manifestações dos trabalhadores não são adotadas como práticas centrais, como presidentes anteriores. Não deixaram de ser utilizadas por completo, mas foram usadas com menor intensidade.

Quando necessário, Jango procura se utilizar de algumas ferramentas para arrefecer o movimento sindical, intervindo a partir do diálogo com as lideranças sindicais e solicitando que não deflagrassem greves em momentos de grande tensão. Chegou a criar alternativas sindicais tuteladas pelo governo, de forma a fragmentar e desmobilizar as entidades dos trabalhadores. Porém, é notório que seu governo tem o compromisso de não tornar o movimento sindical ‘caso de polícia’. Essa recusa é um dos principais motivos para que a burguesia, em busca de manter a suas taxas de lucro, baixando o custo da mão-de-obra e manter as condições necessárias para os investimentos realizados, esteja inclinada a retirar Jango do poder.

Tal como no governo Quadros, um dos principais problemas a serem enfrentados pelo governo de Goulart é a inflação, que apresenta uma curva ascendente desde o fim do governo de J.K. No ano de 1961 a taxa de inflação era de 31%, em 1962 já atinge o patamar de 51%. Há também uma queda na taxa de crescimento do produto nacional de 7,7% em 1961 para 5,5% em 1962. (Marini, 1969/2012) Os programas elaborados sob seu mandato sempre terão respaldo na prerrogativa de conter o crescimento inflacionário. Algumas destas tentativas ainda

sob o regime parlamentarista de Tancredo Neves foram o “Plano de Emergência” e o “Plano de Economia”, elaborados entre setembro de 1961 a março de 1962. Com o retorno de Goulart ao regime presidencial em janeiro de 1963, aplica-se o “Plano Trienal”, elaborado ao final de 1962 por Celso Furtado para o triênio de 1963 a 1965. As aplicações de todos os programas foram abandonadas com pouco tempo de aplicação, devido a pressão das entidades sociais, tanto da burguesia como da classe trabalhadora.

No cenário internacional, as relações de Jango com os sindicatos e entidades da classe trabalhadora transformam as relações de Kennedy com o Brasil. Se no governo Quadros o governo americano abrandou a sua margem de tolerância, podemos dizer que com Goulart esta relação se inverte. Mesmo que Jango não fizesse as manobras espalhafatosas de Quadros, os EUA passaram a estreitar as possibilidades de negociações dos investimentos realizados pela “Aliança pelo Progresso”, inviabilizando as negociações e impondo uma série de exigências que não eram colocadas para Quadros. Se antes os EUA tinham a certeza de que Jânio era um aliado sólido para os seus interesses na América Latina, Goulart representa antes o contrário, a incerteza da continuidade dos interesses americanos no Brasil. Kennedy, em determinado momento, chega até a exigir o rompimento de relações com dirigentes sindicais que eram considerados ‘extremistas’. Portanto, é notório como ao contrário do seu predecessor, Goulart enfrenta uma série de obstáculos para obter fundos do governo americano.

#### 3.8.4 A Lei Antitruste

Como mencionado no capítulo anterior, a lei antitruste foi encaminhada ao Congresso em abril de 1961. A lei original continha uma importante manobra do governo para lidar com a formação de monopólios e aumentar o alcance do Estado nas intervenções das questões inflacionárias provocadas pelo empresariado. Porém, o texto original encaminhado por Quadros sofreu diversas alterações ao circular pelas comissões cabíveis antes de ser aprovado pela câmara seis meses depois, em setembro de 1961. Agora, ao ser encaminhada ao Senado,

o texto sofreu ainda mais alterações devido ao *lobby* realizado pela classe dominante. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) chegou a propor por meio de um deputado financiado pelo órgão (Sérgio Marinho, PSD-RN), uma nova versão do texto, muito mais branda e submissa aos interesses do empresariado, procurando encetar uma versão ainda mais rebaixada da lei enviada pelo Congresso. Esta nova redação proposta pelo Ipes contava com a punição direcionada somente a pessoas jurídicas, impossibilitando abertura de processo criminal contra gestores e a extinção da Cade, passando a responsabilidade de supervisão para o Conselho Nacional de Economia (CNE), órgão notadamente mais conservador. O texto proposto por Marinho foi rejeitado pelo Senado e encaminhou-se a proposta enviada pelo Congresso, que foi aprovada sem maiores percalços.

Nesta versão o texto também contou com uma série de modificações que colocavam entraves para constituir uma determinada infração, incorrendo em crime somente quando a empresa elevasse os preços de seus produtos “sem justa causa”, “nos casos de monopólio natural ou de fato” e “com o objetivo de aumentar os lucros sem aumentar a produção”, colocando uma série de condições que tornavam, na prática, uma lei de difícil aplicação. São colocados uma série de enclaves para a abertura de um processo administrativo, impondo uma porção de exigências burocráticas que visavam dificultar e retardar a instauração deste processo, tornando-o longo e burocrático, ao contrário do projeto original de Quadros, que visava instituir etapas rápidas, procurando agilizar o processo.

A aprovação da lei no Senado se deu durante os primeiros meses de 1962, sendo sancionada por Goulart logo em seguida. O texto final ficou bastante distinto do original, tornando a tipificação de crime, a abertura de processo e a punição, inexistentes ou de muito difícil aplicação. Pode-se dizer que

o texto final mais incorporou do que rejeito as demandas do empresariado. Segundo palavras de Giulio Lattes, diretor da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), a lei

aprovada pelo Congresso era ‘muito mais suave e menos repressiva, educativa’, apresentando ‘melhora sensível quando comparada com os outros projetos, quase de caráter policial. (...) A própria Fiesp, que tanto havia combatido o projeto original da lei antitruste, destacou, em memorial enviado pela Câmara poderia ‘pode ser um instrumento útil nas mãos do governo’ no combate à inflação” (Loureiro, 2017, p. 138).

A organização da classe empresarial foi determinante para que a lei fosse alterada. É difícil precisar a medida exata do peso da influência exercida pelo empresariado. Quadros elaborou com o intuito de dificultar que a classe dominante repassasse os custos dos programas de estabilização para a população. O projeto dava embasamento jurídico para que o Estado tivesse capacidade de intervir contra o aumento dos preços. Com a aprovação do texto final, torna-se inviável que ela pudesse ser instrumentalizada como meio de controle ao aumento de preços arbitrários por parte da burguesia, mantendo sob seu domínio o poder de repassar os custos dos programas de combate à inflação sem qualquer temor de uma séria fiscalização. É notório como as entidades patronais e seus órgãos de propaganda influenciaram no curso do desenvolvimento final do texto, pressionando o Congresso a adotar uma linha mais branda e retirando a principal finalidade da lei, que consistia na maior efetividade no controle de preços.

Apesar desta derrota, a tentativa de conter a inflação é uma prioridade para o governo parlamentarista, portanto, analisaremos as medidas propostas pelo gabinete de Tancredo Neves.

### 3.8.5 Os Planos de Tancredo

Por meio do golpe branco, Tancredo Neves assume como primeiro-ministro do Brasil em setembro de 1961. Cercado de um conselho ministerial com políticos da ordem, realizou duas grandes tentativas de estabilizar a crise inflacionária que vinha se aprofundando desde o final do governo J.K.. A primeira chamada de “Plano Emergencial”, elaborada e aplicada a partir do primeiro mês de seu exercício, e a segunda, elaborada diante do fracasso do plano

anterior, denominada “Plano de Economia”, aplicada a partir de março de 1962. Trataremos apenas do primeiro, tendo em vista que o segundo guarda muitas semelhanças com o primeiro e teve o mesmo destino, não atingindo as suas metas e abandonados antes do tempo previsto.

O parlamentarismo emergiu em meio a uma grave crise política. Havia uma grande fragilidade institucional neste processo que tornava necessária a consolidação de uma base social entre a classe dominante e a classe trabalhadora. Caso o regime parlamentar obtivesse sucesso no controle da inflação, se utilizaria deste êxito como base para a construção de sua legitimidade e distanciando Jango do retorno ao presidencialismo. Há um compromisso do governo em efetivar as exigências de austeridade colocadas nos planos, porém, a reação da classe trabalhadora obriga o gabinete a ceder em vários pontos durante a execução dos programas. Eles nunca foram concretizados da forma como foram idealizados, e as pressões exercidas pelas entidades civis foram essenciais para este processo.

#### 3.8.6. O Plano Emergencial

A renúncia de Jânio não teve somente consequências políticas, mas também econômicas. O intervalo entre a renúncia de Quadros e o acordo parlamentarista gerou um cenário de instabilidade, demandando emissão de papel-moeda para contemplar a liquidez dos que foram sacar seus depósitos. Durante este breve período foram emitidos mais cruzeiros do que durante todo o ano de 1960, chegando a emissão de 30 bilhões de Cr\$. (Loureiro, 2017)

Visando conter a grande disponibilidade de cruzeiros, Tancredo Neves emite a Instrução 214, que estipula o recolhimento compulsório de 80% dos depósitos efetuados em bancos comerciais desde julho de 1961. A burguesia acha a medida ‘precipitada’ e propõe como alternativa o recolhimento de 40% a partir do mês de setembro, enquanto o percentual restante poderia ser recolhido aos poucos até atingir os 80% requeridos. Na teoria, o governo não cedeu, mantendo a Instrução tal como foi formulada, mas na prática atendeu ao pedido da Fiesp, recolhendo pouco mais de 40% desde julho e recolhendo o restante ao longo dos meses

até novembro. Enxugando a disponibilidade de papel-moeda, visava uma conseqüente queda da inflação. As outras medidas do Plano consistiam em limitação da oferta de crédito, concessão de reajuste salarial limitado e diminuição dos gastos públicos. Um plano típico de austeridade fiscal.

Além destas medidas, o ano de 1961 deveria fechar com um déficit aceitável de acordo com as medidas do Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo em vista a necessidade de retirar os empréstimos concedidos pelo Fundo ainda no governo Quadros. Esses empréstimos não estavam contidos nas metas do Plano, mas eram essenciais para o seu sucesso. A dificuldade em obter esses fundos devido ao novo governo brasileiro podem ser ilustradas quando o embaixador Roberto Campos teve de negociar por cerca de um mês para que conseguisse sacar US\$ 40 milhões dos fundos da Aliança, já previstos no acordo.

A inflação provoca uma ampla desvalorização da moeda nacional frente ao dólar. Intensificada ainda mais pela emissão durante a crise da posse de Goulart, o empresariado passa a reclamar sobre o encarecimento dos insumos importados. A classe trabalhadora estava cada vez mais combativa, apresentando um nível de organização e consciência superior aos meses anteriores, aumentando o custo da mão de obra. Os dois fatores apresentam uma elevação dos custos totais, que se não forem repassados ao consumidor, repercutirão em uma diminuição das taxas de lucro.

Porém, a classe trabalhadora não pretendia arcar sozinha com os efeitos da inflação. No início de setembro, diversos dirigentes sindicais reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo para fixar as diretrizes de uma campanha de reivindicação salarial. Desse encontro, resultou um manifesto demandando reajuste imediato dos salários “a fim de repor o poder aquisitivo perdido com a elevação assustadora do custo de vida.” (Loureiro, 2017, p. 199) Alguns dias depois, o Ministro do Trabalho fez um discurso a favor da revisão salarial e que

medidas deveriam ser tomadas a fim de aproximar o salário dos preços. A fala foi aplaudida por diversos líderes sindicais presentes na solenidade.

O apoio do ministro do Trabalho ao manifesto dos trabalhadores deixou a burguesia irritada. A Associação Comercial do Rio de Janeiro, salientou que o aceno às demandas operárias foi demasiadamente inoportuno, tendo em vista o objetivo de controlar a inflação e que o “aumento de salário faria com que empresas privadas descarregassem de imediato tal peso sobre os consumidores” (Loureiro, 2017, p. 199). A Fiesp apresentou-se mais branda que a ACRJ, colocando-se favorável à revisão do salário-mínimo, desde que não excedesse a correção inflacionária. A motivação para essa postura pode ser elucidada pelo presidente do Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo, que apelou para Goulart fixar os novos índices do salário-mínimo o quanto antes, pois “seria melhor que o governo e as classes produtoras fossem ao encontro das classes trabalhadoras do que o inverso.” (Loureiro, 2017, p. 200).

Munido do aval da burguesia, uma semana depois Jango concede um reajuste de 40% para o salário-mínimo. Porém, os estudos do Ministério do Trabalho sobre a elevação do custo de vida ainda não tinham sido concluídos, sendo que os reajustes tradicionalmente eram baseados nestes dados. Quando os resultados foram divulgados, o líder da Fiesp, Antônio Devisate acusou Jango de decretar um reajuste “em base que consideramos acima dos níveis apurados do aumento do custo de vida” (Loureiro, 2017, p. 200). A direção da Federação das Indústrias da Guanabara (Fiega) caracterizou a atitude como “desprovida de amparo legal”.

A classe trabalhadora não recuou diante dos aborrecimentos das entidades patronais. O Sindicato do Metalúrgicos de São Paulo conclamou que os trabalhadores deveriam se mobilizar para pautar aumentos salariais para além dos 40% e garantir novos direitos como o 13º salário, aumento das férias remuneradas de 20 para 30 dias e instituição do salário-família, concedendo bonificação para cada filho abaixo de 12 anos. O Sindicato dos Bancários de São Paulo lançou uma campanha intersindical pelo aumento de 60% nos salários. Decretaram greve e o

movimento se alastrou a nível nacional, resultando em uma greve de uma semana e conquistando aumentos salariais de 50% a 70%.

A classe trabalhadora sentia o aumento do custo de vida avançando sobre o seu cotidiano, achatando o poder de compra. Com as mobilizações em prol da campanha pela legalidade, viu a força de sua organização e partiu para o ataque, aumentando seu nível de combatividade e exigindo para além das necessidades mais imediatas. É notório como o movimento sindical cresceu qualitativamente se comparado com os primeiros meses do governo Quadros, que durante o início do governo anterior decidiram esperar as ações do presidente para avaliação posterior das ações a serem tomadas.

O aumento salarial e a possibilidade da instauração do 13º salário e aumento das férias para 30 dias deixou a burguesia apreensiva. Passando para a ofensiva, a Fiega alegou que o aumento do custo da mão de obra “levaria a um novo impulso nos preços e, portanto, a um incremento do processo inflacionário arraigado à nossa economia” (Loureiro, 2017, p. 202). A Fiesp também declarou que qualquer aumento no custo da mão de obra teria de ser repassado aos consumidores. Já no mês seguinte foram registrados aumentos de 10% no custo de vida, mostrando que a burguesia não toleraria os aumentos concedidos pelo governo e que não teria suas taxas de lucro prejudicadas pelos aumentos salariais.

De acordo com a burguesia, a concessão de aumentos salariais e maiores direitos aos trabalhadores não estaria alinhado com o compromisso de reduzir a inflação por meio do corte de custos. Se a burguesia fosse obrigada a conceder maiores salários e direitos sem aumentar o preço final do produto ou elevar a produção, seu lucro seria achatado. A superexploração do trabalho, tal como demonstrada por Marini (1969/2012) é imprescindível para compensar as taxas de lucros deficientes na América Latina em relação aos países centrais. Dividir as consequências dos cortes de gastos orquestrados pelas próprias entidades patronais, diminuindo as taxas de lucros não era uma alternativa concreta para a burguesia. A premissa de redução

dos gastos somente se tornava aplicável a partir do momento da contenção salarial dos trabalhadores e redução da máquina pública, mas não em seus lucros. Para melhor efetivar essa política de austeridade, a disseminação sistematizada de ideias anticomunistas e direitistas por meio do Ipes e Ibad eram essenciais para conter o aumento da organização e consciência da classe trabalhadora.

Devido a mobilização da classe trabalhadora e sua recusa em arcar com os efeitos do Plano Emergencial, a estratégia é abandonada poucos meses após a sua aplicação. Há uma nítida dificuldade do governo brasileiro em aplicar os programas de contenção da inflação sem desmobilizar a crescente organização sindical. Com a burguesia também indisposta a arcar com os efeitos do Programa, ele paulatinamente vai perdendo sua força de aplicação. A dificuldade em sustentar a insatisfação de uma classe ou de outra é o grande desafio da aplicação dos programas elaborados durante o período de Goulart, cedendo a pressões dos sindicatos, das entidades patronais e do imperialismo.

Jango tinha o entendimento que se quisesse ter uma atuação mais consistente e que pudesse propor as reformas que considerava essenciais para enfrentar os principais problemas do Brasil, deveria combater o regime parlamentarista e resgatar seus plenos poderes enquanto presidente. A atuação presidencial no modelo parlamentarista era atravessada pelo primeiro-ministro e pelo Conselho de ministros, estreitando a margem de manobra de Jango. Portanto, trataremos sobre seu retorno enquanto presidente e a importância do movimento sindical para tal.

### 3.8.7 Retorno ao Presidencialismo

O caráter 'democrático' de Goulart o inclinou a adotar um pacto conciliatório com o golpe parlamentarista, rejeitando a via proposta por Brizola de Jango assumir com plenos poderes e fechar o Congresso. Goulart não encarou a guerra como perdida, mas que ainda haviam diversas batalhas a serem travadas, apostando no campo institucional para barrar o

golpe parlamentarista via plebiscito. Pautou insistentemente pelo retorno ao presidencialismo, deixando que essa pauta muitas vezes virasse uma espécie de obsessão, chegando até a receber críticas do movimento sindical. Desde a posse em setembro de 1961 até janeiro de 1963 nunca deixou de ter o fim do parlamentarismo como uma de suas principais metas.

Os sindicatos eram uma das principais bases de sustento de Jango. Mesmo sendo um movimento que não se constitui a partir de uma unidade coesa e dotado das mais diversas expressões ideológicas, havia um certo consenso no movimento operário sobre a relevância de Jango estar no poder, possibilitando maior liberdade organizativa e de ação. Há uma certa concepção de que Jango ‘controlava’ os sindicatos (Bandeira, 2001/2010), dando a entender que as entidades ficavam à espera de seu comando para pautar a sua atuação política.

Por mais estreitas que fossem as relações de Jango com as lideranças sindicais, as entidades tinham autonomia própria, entendendo muitas vezes que as propostas de Jango deveriam ser apoiadas por eles e dando abertura para sua influência no meio operário, porém, caso houvesse o entendimento da categoria que alguma proposta do governo deveria ser rejeitada ou que a deflagração de uma greve era necessária, os sindicatos a realizavam. A fala de Dante Pelacani, um dos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais (CNTI), durante a deflagração de uma greve em julho de 1962 é significativa a esse respeito: “Várias vezes recebemos apelo do governo para que não fizéssemos greve porque não era necessária na perspectiva do governo, etc. Mas nós, depois de discutirmos internamente com os sindicatos, se chegássemos à conclusão da necessidade da greve, nós fazíamos.” (Pelacani citado por Loureiro, 2017, p. 286)

As relações de Jango com os sindicatos são essenciais para compreender a dinâmica política do seu retorno ao posto presidencial. Goulart durante o ano de 1961 procurou enfraquecer a institucionalização do parlamentarismo no Brasil, engavetando decretos administrativos que visavam dar maior autonomia e poder ao Conselho de Ministros. No início

de 1962, contando com alianças estratégicas nas forças armadas e apoio da base sindical, Jango passou a atuar de modo mais incisivo para a derrubada do regime parlamentar.

A principal arma aparelhada por Jango para deslegitimar o parlamento foi a defesa das ‘reformas de base’, um conjunto de medidas que visavam alterar diversas áreas, da agricultura a universidade, e atingir maior nível de autonomia econômica e política. Alegou já em 1959 durante um Congresso sindical que “as dificuldades da nação só poderiam ser superadas através de uma mudança radical na estrutura socioeconômica do país.” (Goulart citado por Loureiro, 2017, p. 269). Uma de suas principais alterações residia na alteração da lei de reforma agrária, simplificando-a. O objetivo não consistia somente em mudar o texto, mas também aplicá-lo de forma devida, procurando alterar o panorama social do campo. As reformas de base como um todo procurava ser um projeto que atendesse as demandas da classe trabalhadora, desenvolvendo o Brasil sob um molde mais igualitário e democrático.

A principal alegação de Jango para que essas reformas ainda não tivessem sido implementadas era o sistema parlamentarista. Goulart passou a condicionar o retorno ao regime presidencial a possibilidade concreta da aplicação destas reformas. Em um discurso feito no dia 1º de maio aos trabalhadores em Volta Redonda, Goulart disse que somente por meio da convocação de uma Constituinte que as reformas seriam passíveis de implementação, colocando também em xeque o regime parlamentarista, que seria retirado da nova constituição. A tensão entre Goulart e Tancredo foi crescente. Com a aproximação de novas eleições em outubro de 1962, abre-se a possibilidade da saída dos ministros como candidatos a fim de estender seus próprios mandatos parlamentares. Ao final de maio do mesmo ano, a equipe presidencial de Goulart chegou a espalhar rumores diários sobre a saída do gabinete parlamentar, sendo desmentido pelo *premier*.

A tensão só se dissolve quando Tancredo renuncia em julho de 1962. Sob as novas regras do parlamentarismo, a indicação para o novo primeiro-ministro viria do presidente,

mediante aprovação do Congresso. O nome indicado foi San Tiago Dantas, que havia se destacado no gabinete de Tancredo Neves por duas ações. A primeira sendo responsável pelo processo de reconhecimento diplomático da União Soviética no final de 1961 e a segunda pela atuação na Conferência de Organização do Estado americanos (OEA), encontro que Dantas teve um papel importante na defesa da autodeterminação de Cuba. Ao contrário de Tancredo, Dantas seria um nome muito próximo da agenda de Goulart, principalmente no tocante às reformas de base.

Em menos de 24 horas após o anúncio do nome de Dantas, lideranças dos principais partidos com inserção no Congresso, com exceção do PTB, manifestaram que eram contrários ao nome indicado por Jango. Goulart não recuou e manteve o nome de Dantas. Com a renúncia de Tancredo e o clima de instabilidade diante de uma indicação já rejeitada pelo Congresso, passaram a surgir especulações sobre a possibilidade de movimentações golpistas, inibindo a possibilidade da posse de um gabinete alinhado com as reformas de Jango.

As condições para convocar o movimento sindical e iniciar uma ampla mobilização pela posse de Dantas eram favoráveis. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), Clodsmith Riani, fez um discurso em Minas Gerais pedindo à classe que ficassem atentos a movimentos anti-Goulart e que ficassem preparados para deflagrar greve geral caso a situação se agudizasse. No mesmo período, a CNTI passou a fazer contatos com outras confederações para promover o 4º Congresso Nacional Sindical para agosto. O objetivo final deste encontro era consolidar uma central sindical que congregasse diversas confederações e federações, rompendo com a fragmentação da CLT. Por boicote das federações tomadas por lideranças de direita, a central não se consolida.

Dias depois, em reunião no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e contando com a presença do próprio San Tiago Dantas, um documento é lido, declarando que “na ocasião em que se exigem, num clamor nacional, as reformas de base, de novo surgem das trevas, (...)”

golpistas e traidores do povo brasileiro. Dessa vez, porém, as forças patrióticas e democráticas estariam com maior experiência e organização.” (Loureiro, 2017, p. 274). Há menção da organização de “assembleias e reuniões nos locais de trabalho para unir esforços na construção da greve geral” (Loureiro, 2017, p. 274). O próprio conteúdo proferido nas entidades sindicais assume um tom mais combativo e radicalizado, tornando a greve instrumento de ação comum na luta sindical.

Quando Goulart oficializa a indicação de San Tiago Dantas, a CNTI organiza um ‘comício-monstro’ reunindo diversas entidades sindicais como a Pacto de Unidade e Ação (PUA), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec) e Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Guanabara (CPOS), com o intuito de ratificar a indicação. O comício é uma demonstração de maior horizontalidade entre as entidades sindicais e passando a mensagem de que, caso o nome de Dantas não fosse aprovado, uma greve geral seria decretada.

A mobilização dos trabalhadores e a possibilidade de greve comumente ventilada pelas principais entidades sindicais passam a amedrontar a burguesia. Além das ameaças grevistas, há uma crise no abastecimento de alimentos. Com o intuito de barrar a subida dos gêneros alimentícios básicos, Goulart por meio da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap), tabelou os preços. Considerando o preço abaixo do esperado para venda, diversos produtores passaram a estocar alimentos para venda posterior, provocando escassez em grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. As organizações patronais passam a temer o cenário de ameaças de greve geral em conjunto com a falta de gêneros alimentícios básicos. É nítido o receio das classes dominantes, que passam a criar conspirações diante da situação. Conforme Bhering de Matos, presidente do Conselho Superior das Classes Produtoras (Conclap-Rio) e diretor da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (Fiega) a escassez de alimentos estava sendo provocada por “grupos no país interessados na agitação e na subversão da ordem,

visando atirar as massas contra as elites e homens de empresa.” (Loureiro, 2017, p. 275) A preocupação foi compartilhada pela Associação Comercial paulista, cujo um dos diretores especulou que havia “um plano organizado do governo para aumentar a desorganização social”.

Neste meio tempo, foi encaminhado ao Senado a lei de 13º salário, medida essencial no combate a diminuição do poder de compra salarial. Pelo 13º e em conjunto com a indicação do nome de Dantas, organizou-se uma “marcha a Brasília”, reunindo caravanas de seis estados, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, a fim de pressionar o legislativo. Os trabalhadores foram recebidos por sete pelotões de paraquedistas, enviados pelo presidente da Câmara, bloqueando a entrada dos manifestantes. Os pelotões só foram removidos por ordem de Goulart e os sindicalistas acompanharam a votação do 13º salário, que termina vitoriosa. O mesmo não ocorre com a indicação de Dantas, derrotada com folga pelo Congresso.

Aparentemente rendido aos desejos dos partidos da ordem no Congresso, indica Auro Moura de Andrade, presidente do Senado e membro da elite agrária paulista. Dois dias depois, o Congresso aprova seu nome. As classes dominantes sentiam-se vitoriosas. O líder da Associação Comercial paulista felicitou-se com a escolha do novo primeiro-ministro: “um respiro depois desta fase perigosa de pressão esquerdista, sindicalista de toda ordem, para a investidura do Sr. San Tiago Dantas”. (Loureiro, 2017, p. 278).

Em seguida, Goulart divulgou uma nota afirmando que já teria cedido duas vezes ao Congresso e que não pretendia mais fazê-lo, principalmente em um momento de inflação e carestia de produtos alimentícios. Jango deixou claro que não assinaria a nomeação de nenhum ministro ‘golpista e reacionário’, defendendo que a composição do gabinete deveria ser formada por forças nacionalistas. No dia seguinte à divulgação da nota, a CNTI já estava em reunião para deliberar sobre a deflagração de greve geral. Porém, acontece o inesperado, Auro Moura de Andrade renuncia a indicação de primeiro-ministro, dizendo-se impossibilitado de compor

um Conselho de Ministros que “merecesse a aprovação da Câmara e da opinião nacional sem quebra do respeito do presidente Goulart.” (Loureiro, 2019, p. 279).

Temendo as pressões da burguesia, Jango envia dois assessores sindicais ao Rio de Janeiro na tentativa de convencer as lideranças a não deflagrarem greve geral. Apesar dessa investida, a CNTI decide manter seu posicionamento e decreta uma paralisação de 24 horas para o dia seguinte. Deliberou-se também a criação de um Comando Geral da Greve (CGG), congregando diversas organizações sindicais. O alcance da paralisação foi significativo, interrompendo por completo as atividades em Santos, Fortaleza e o estado da Guanabara. Houve paralisações de fábricas em São Bernardo, mas logo reprimidas pelo governador. Estados como Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul tiveram as capitais paralisadas. A situação mais crítica foi no município de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, quando a população ficou irritada por conta da falta de transportes e passou a depredar os ônibus e a saquear lojas no centro da cidade. Cinco comerciantes que tentaram resistir ao arrombamento das lojas foram assassinados e vários ficaram feridos, criando uma situação caótica na cidade.

Nas últimas horas ao final das 24 horas de paralisação, Goulart estava em reunião a portas fechadas com diversos líderes sindicais, que decretaram o seu fim e a retomada da normalidade no país.

Com o Congresso desmoralizado, Goulart tentou pressionar os parlamentares a antecipar o plebiscito para outubro de 1962, em conjunto com as eleições gerais. Após reunião com deputadas udenistas, Jango apresentou um ultimato que recebeu das Forças Armadas escrito de forma anônima e alegando que a única opção legal para a manutenção da ordem era a convocação do plebiscito, enquanto as outras teriam de recorrer a meios à margem da constituição. Após quase duas semanas sem a indicação de um nome definitivo, as negociações terminam por Goulart abandonar o adiamento do plebiscito e em troca, o Congresso

aprovaria um primeiro-ministro comprometido com a política janguista. O nome indicado por Goulart é Brochado da Rocha, ex-secretário de Justiça do governo de Brizola, aceito prontamente pelo Congresso e encerrando os 14 dias de ausência do gabinete ministerial.

O novo primeiro-ministro parece assumir como um ultimato de Goulart para a antecipação do plebiscito, que em suas primeiras declarações ressaltou que o Conselho de Ministros usaria “de todos os meios legais ao seu alcance para obter a realização do plebiscito, já que isso representaria uma condição de legitimidade das instituições. (...)” e reforçou que “não podemos mais retardar a consulta ao povo, que é o verdadeiro titular de todos os poderes” (Loureiro, 2017, p. 289). Caso o plebiscito não fosse adiantado, o primeiro-ministro ameaçava renunciar, criando nova instabilidade política. Brochado da Rocha passou a ser chamado como o “*premier* do sacrifício”, sendo uma testa de ferro de Goulart para o adiantamento do referendo. É importante lembrar que o retorno presidencial era apenas uma das pautas, havendo muitas outras demandas essenciais para a classe trabalhadora, principalmente relacionadas com a implementação das reformas de base e o combate à diminuição do poder de compra.

A insistência de Goulart no retorno ao presidencialismo em detrimento de outras pautas, passa a incomodar setores do movimento sindical. Em manifesto, o Comando Geral da Greve (CGG) declara que tem o “dever de alertar os trabalhadores de que, por si só, sem conteúdo social e econômico, o plebiscito não dará solução nenhuma aos problemas que afligem o povo” (Loureiro, 2017, p. 289).

No dia seguinte o gabinete ministerial divulgou uma mensagem que continha 22 projetos legislativos a serem colocados para votação, transitando pelas mais diversas áreas. Dentre elas, destacam-se algumas mais polêmicas, como elaboração de um Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), a regulamentação de desapropriação de terras por interesse social, a lei antitruste, a implementação de uma lei que limitava a remessa de lucros de empresas estrangeiras e a regulamentação do direito a greve. Esse pacote foi entregue em conjunto com

um novo projeto de lei de antecipação do plebiscito, fixando a data de 20 de dezembro de 1962. O conjunto da proposta caminha na perspectiva desenvolvimentista a partir da modernização do capitalismo no Brasil, principalmente nas leis referentes a questão agrária, estritamente necessária para o aumento do mercado interno brasileiro, e da lei de remessa de lucros, procurando reter o excedente produzido no Brasil para ser reinvestido no próprio país, visando diminuir a transferência de renda para os países centrais.

O desenvolvimento de maior soberania nacional, limitando a atuação do imperialismo e procurando aumentar o mercado interno não parece ser uma pauta que interessa à burguesia brasileira. Diante de um contexto ‘pré-revolucionário’ com a paralisação em julho e as ameaças contínuas de greve, as principais entidades patronais, as Federações da Indústria e do Comércio, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e até a Bolsa de Mercadorias se uniram para redigir um manifesto contra o pacote proposto pelo primeiro-ministro. O texto acusava as leis de terem clara ‘inspiração comunista’ e que o problema do Brasil não seria a falta de leis, mas a ‘crise de autoridade’ e que o momento era de uma grande ‘crise moral’. (Loureiro, 2017. p. 291).

A manobra de Goulart ao enviar o pacote de medidas tinha como objetivo último criar uma deslegitimação do Congresso, demonstrando que o gabinete presidencial estava a procura de implementar as reformas de base, mas estaria sendo barrado pelo Congresso. Com isso, reforçava-se a ideia de que o próprio parlamentarismo carecia de base social suficiente para implementar as reformas, e que elas só teriam chance de obter sucesso por meio do regime presidencialista.

O Congresso reagiu aprovando algumas leis de menor importância e montando uma comissão especial para analisar o pacote de leis, procurando demonstrar ao conjunto da sociedade de que as medidas poderiam ser encaminhadas e que se a sociedade assim o desejasse, não seria o Congresso que as impediria de serem concretizadas. Em agosto foi

aprovada a lei de limitação da remessa de lucros, o que desagradou setores da burguesia. Porém, o texto aprovado era de teor político mais brando que o proposto por Brochado, tendo sido modificado pela passagem na comissão especial.

O novo primeiro-ministro havia se comprometido com o retorno ao regime presidencial, colocando que caso isso não fosse concretizado, renunciaria ao cargo. A data limite para a renúncia havia sido estipulada para o dia 18 de agosto. No dia 17, já sabendo que o pedido enviado por Brochado não foi acatado pelo Congresso, restava saber se o *premier* cumpriria com o prazo. Ao longo do dia foram realizadas diversas reuniões entre o executivo e as principais lideranças do Congresso. Conseguiram chegar ao consenso pela manutenção de Brochado como primeiro-ministro, evitando uma nova crise institucional, desde que a votação para a realização do plebiscito se tornasse pauta prioritária, sendo realizado no máximo entre abril e agosto de 1963.

Neste mesmo período, ocorria um evento histórico para o movimento sindical brasileiro, o 4º Encontro Sindical Nacional. O objetivo deste encontro era conseguir transformar o Comando Geral da Greve (CGG), criado para comandar as greves de julho, em uma entidade permanente, denominada Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Mesmo com o boicote do ‘sindicalismo democrático’, houve participações de diversos estados e entidades, obtendo legitimidade suficiente para que aprovassem o apoio a reformas de base e medidas para a contenção do aumento do custo de vida e aumento salarial, além de consolidar a criação da CGT. No manifesto aprovado ao final do evento, defendia-se que os “trabalhadores lutariam mais do que nunca pela constituição de um governo nacionalista, capaz de executar as reformas que o país exige.” (...) a oportunidade para tanto viria com o período de esforço concentrado do Congresso Nacional”. A criação da CGT não foi devido a uma ordem direta de Goulart, como aponta Bandeira (2001/2010), mas uma iniciativa do próprio movimento operário que conseguiu romper com as barreiras impostas pela CLT desde o governo Vargas.

O momento era perfeito para Goulart pressionar o Congresso a aprovar o referendo o mais próximo possível, trabalhando ativamente para garantir que o quórum de votação estivesse satisfeito. A CGT, em apoio a Goulart, passa a articular uma nova greve geral caso o plebiscito não fosse antecipado. Parecia que agora não haveria mais opções a não ser dobrar o Congresso para a aprovação da lei. Porém, a redação encontrava-se ambígua e não contemplava o retorno ao regime presidencial, tal como idealizado por Goulart. O texto indicava que o plebiscito não necessariamente deveria ser a respeito da escolha entre o retorno regime presidencial ou manutenção do parlamentarismo, mas comportava margem para que o plebiscito fosse realizado entre duas opções ainda dentro do regime parlamentarista, uma que diminuiria ainda mais os poderes de Goulart e outra que manteria o *status quo*. Após um esforço homérico para conquistar o referendo, Jango voltava ao mesmo lugar.

Jango parte para o ataque, recorrendo a suas duas bases sociais mais sólidas, os setores alinhados das Forças Armadas e o movimento sindical. Em relação ao último, procurou articular com a CGT a possibilidade de deflagração de uma greve geral como forma de pressionar o Congresso. A entidade não acatou o pedido de Jango como mera massa de manobra, mas construiu uma série de demandas que deveriam passar pelo Congresso até o dia 15 de setembro. Dentre as medidas destacavam-se a antecipação do plebiscito para 7 de outubro, a revogação da Lei de Segurança Nacional, aumento de 100% do salário mínimo e a concessão do direito de voto para analfabetos e soldados, aprovação de um projeto de lei que regulamente o direito a greve, além da implementação de uma reforma agrária radical (Loureiro, 2017). Se Jango procurou aparelhar o sindicato, o sindicato também se aproveitou do pedido de Goulart para avançar em suas pautas.

No setor militar, articulou com o alto comando das Forças Armadas, aliados ao retorno do regime presidencial. O general Peri Bevilacqua, comandante do II Exército, em conjunto com os comandantes do I e do III exército, defendeu em solenidade a necessidade da

antecipação do plebiscito. O general Dantas Ribeiro, comandante do III Exército (fração responsável pela região Sul), enviou um telegrama ao Ministro da Guerra Nelson de Melo afirmando que não teria condições de assegurar a ordem caso o povo se insurgisse contra a recusa do antecipamento do plebiscito. A mensagem referia-se à possível eclosão da greve geral convocada pela CGT.

A situação fica insustentável a partir do dia 13 de setembro. Com toda essa pressão, Brochado insiste na votação a ser realizada no dia 7 de outubro, porém, seu pedido não é acatado e, horas mais tarde, o *premier* anuncia sua renúncia como primeiro-ministro. No dia seguinte, a CGT convoca a deflagração de greve geral em protesto a saída de Brochado. A adesão não foi massiva, tal como em julho do mesmo ano, principalmente pela força da repressão realizada pelas polícias estaduais. Em São Paulo, com exceção de Santos, a greve teve pouca adesão. A polícia invadiu a sede de sindicatos, prendendo líderes e impedindo a formação de piquetes nas portas das fábricas. Carlos Lacerda, governador da Guanabara, prendeu mais de 400 lideranças sindicais, e a sede da CNTI foi invadida. A greve ficou circunscrita a algumas indústrias e ao setor de transportes, porém, o medo de maior adesão de outros setores e a eclosão de uma situação política tal como em julho, surtiu efeitos no Congresso.

Na própria madrugada do dia 13 de setembro, com a saída do primeiro-ministro, abrindo um novo vácuo no poder, e a iminência de uma outra greve geral, a solução encontrada entre Jango e o Congresso foi o engavetamento da emenda Oliveira Brito, colocada por Brochado da Rocha, que continha diversas medidas que visavam iniciar as reformas de base, em troca do adiamento do plebiscito para o início de janeiro de 1963. Após horas de negociações por telefone, Goulart aceitou a proposta, prometendo arrefecer os ânimos grevistas e retornar a estabilidade no país.

O caminho adotado por Goulart foi considerado por Brizola como o de um traidor, dizendo que “de todo o episódio o único beneficiário foi Jango (...). O que realmente interessava aos setores populares - as reformas - ficou no limbo.” (Loureiro, 2017, p. 301). Goulart tinha consciência de que o plebiscito restituiria o regime presidencialista com folga, o que de fato acontece em janeiro de 1963. Porém, diante de seu espírito institucional e diante da perspectiva de dar fim a sua obsessão com o tema presidencial, Jango trocou as reformas de base pelo regime presidencial. A contradição é apontada inclusive pelo embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, que considerou “irônico, o fato de Jango, que havia construído parte de sua carreira política em cima da defesa das reformas de base, ter se mostrado preparado para sacrificar a emenda Oliveira Brito” (Loureiro, 2017, p. 301).

O fato incomodou alguns dirigentes comunistas e setores mais radicalizados do movimento trabalhista, porém, esse incômodo não parece ser partilhado com a base do movimento operário, que enxergava na movimentação de Jango uma manobra para reunir maior poder institucional e ‘fazer mais’ pela classe trabalhadora. Em janeiro de 1963 o referendo é realizado e Goulart retoma as prerrogativas legais do regime presidencial.

#### 3.8.8 A Reação da Burguesia

Diante de toda essa movimentação ao longo de 1962, a situação com o setor empresarial estava bastante fragilizada, principalmente após a crise de julho de 1962. Um dos líderes da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Rui Gomes, disse que

até o final abril de 1962, o presidente Goulart como que atendia às ponderações que lhe eram feitas, (...) A impressão que tivemos foi que, realmente o Presidente queria imitar o Sr. Getúlio Vargas. Lamentavelmente, os fatos mais recentes estão mostrando que nós perdemos nossas esperanças. (Loureiro, 2017, p. 303).

Na Associação Comercial de São Paulo a percepção foi bastante similar, com membros exigindo que a associação tivesse uma atuação mais incisiva “contra a marcha acelerada para

a República Sindicalista”. O presidente da associação, Paulo Barbosa, concorda que as atitudes do presidente estão levando a uma queda da República e do regime capitalista:

seja ou não o Sr. João Goulart um comunista, a verdade é que todos os seus atos, todas as suas maquinações, para a recuperação de um poder (...) estão levando o país à condição de campo aberto, fácil, para a instalação do regime comunista. Confesso aos senhores, com os elementos de que disponho, que nada me leva a crer numa solução extralegal. (Loureiro, 2017, p 303)

A burguesia via que a organização da classe trabalhadora estava acompanhada de uma guinada à esquerda, tornando a greve instrumento político comum a ser usado para pressionar o governo e as classes dominantes a atenderem suas demandas, tal como a greve de julho. A preocupação com um regime ‘comunista’ prestes a ser instaurado é fruto desta mobilização. A exigência de uma postura mais ‘firme’ do presidente é marcada pela ausência da repressão sistemática contra a classe trabalhadora. Para a classe dominante, o movimento operário deveria ser combatido, tal como os governos estaduais fizeram na segunda greve deflagrada pela CNTI, prendendo lideranças sindicais e reprimindo os focos de luta. Um outro ponto a ser destacado é a menção a uma solução extralegal. Mesmo que rejeitada no trecho citado, ela já configura como uma alternativa cogitada. Os elementos necessários ainda não estariam maduros o suficiente, mas caso o estivessem, poderiam se colocar como uma alternativa viável.

A relação entre Goulart e a burguesia se deteriorou ainda mais durante setembro, mês da renúncia de Brochado da Rocha e nova deflagração de greve pela CGT. Campos Salles, diretor da ACSP, afirmou que “havia na presidência da República um homem que não nos merece toda confiança, em termos ideológicos. (...) estamos em guerra e é em termos de guerra que o assunto [eleições de outubro de 1962] deve ser tratado.” (Loureiro, 2017, p. 304). Em reunião no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes-Rio), o diretor da instituição disse que “ninguém pode acreditar em João Goulart: dá um no cravo, outro na ferradura. Está cada dia

consolidando mais sua posição nas Forças Armadas e nos sindicatos” (Loureiro, 2017, p. 304). Um dos integrantes do Conselho das Câmaras de Comércio Estrangeiras, “hoje nós temos um governo realmente de esquerda. É inútil fechar os olhos a isto (...). O fato é que temos diante de nós uma orientação puramente marxista” (Loureiro, 2017, p. 305). As falas carregam uma franca oposição a Goulart e como as suas ações parecem passos estrategicamente coordenados para romper com o regime democrático e partir para uma revolução bolchevique.

Para o empresariado, além das críticas em relação às táticas empregadas por Jango para pressionar o retorno ao presidencialismo, o presidente teria dado demasiada ênfase no seu retorno ao regime presidencial e que aparentemente havia esquecido dos compromissos presidenciais. Os reflexos econômicos desta negligência, conforme Egídio Martins, membro da ACSP, eram uma “quase total ausência de direção por parte do governo. Sentimos que, afinal de contas, o Ministério da Indústria e do Comércio está vago, o Ministério da Fazenda está vago, (...) Por quanto tempo conseguiremos aguentar esse desgoverno que está aí?” (Loureiro, 2017, p. 304). As relações entre Jango e a burguesia estavam cada vez mais desgastadas, porém, como apontado por um dos membros da ACRJ, as condições para uma ‘solução extralegal’ ainda não apareciam como alternativa concreta.

É no ano seguinte, em 1963, que Jango passa a assumir a presidência com plenos poderes. Tendo se distanciado da burguesia em 1962, pretende estreitar estes laços. Uma das formas desta aproximação, se dá por meio da aplicação do Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado e que visava combater a inflação, que não cessou de subir nesse turbulento ano.

### 3.8.9 O Plano Trienal

O Plano Trienal estava em elaboração desde os últimos meses de 1962. O início do governo Goulart no regime presidencial se confunde com a sua aplicação. Será o último grande plano para estabilizar a economia, que tinha ainda como principal problema a subida galopante

da inflação. Ao final de 1962 a inflação atingia a taxa de 50%, tornando o clima de instabilidade econômica ainda mais agudo, em 1963 o problema se intensifica, atingindo a taxa de 78%.

O Plano consistia em promover crescimento econômico em conjunto com a redução da inflação. Como o próprio nome indica, o plano teria duração de 3 anos, iniciando sua implementação já em 1963 e seguindo um plano de metas até o final de 1965. O período coincidiria com o tempo restante do mandato de Goulart, que se encerraria no mesmo prazo. Os principais objetivos do plano consistia em promover uma taxa de crescimento de 7% ao ano, redução gradual da inflação e implementação das reformas de base, dando ênfase para a reforma agrária. O combate à inflação era prioridade, procurando reduzir a inflação de 50% de 1962 para 25% em 1963 e atingindo 10% ao final do plano em 1965.

Para atingir esses objetivos, o plano tinha como premissa duas áreas principais a serem enfrentadas. A primeira relacionava-se com o refinanciamento de dívidas externas, que durante o período de 1963 a 1965, totalizavam mais de 1,5 US\$ bilhões a serem retirados dos cofres públicos, quantia que representava metade do total da dívida. A outra área consistia em uma ‘contenção de gastos’ clássica, que dentre as medidas, estipulava-se o teto de 40% de reajuste salarial ao funcionalismo público, tanto na área civil como militar, assim como a progressiva diminuição dos subsídios para consumo, em especial os voltados para o trigo e petróleo. É importante assinalar que a inflação já estava em 50%, portanto, mesmo com o aumento salarial até o teto estipulado, ainda haveria diminuição do poder de compra.

Em relação ao salário de setores privados, o Plano pouco dizia. Sem estabelecer nenhuma meta específica, colocava noções vagas defendendo que o “objetivo básico” do programa consistia em garantir salários com “taxa pelo menos idêntica à do aumento da produtividade do conjunto da economia” (Loureiro, 2017, p. 317). Se o funcionalismo público já estava com seu salário extremamente comprimido e com aumento abaixo da inflação, apontando que o plano contava também com a diminuição do poder de compra dos

trabalhadores dos setores privados como uma das principais ferramentas para a contenção de gastos. O plano previa uma manobra bastante comum nos governos liberais, impondo austeridade fiscal e diminuição do poder de compra como forma de compensação dos gastos.

Uma das principais reclamações do movimento sindical nos últimos anos era a respeito da diminuição do poder de compra do salário, achatado pelo crescimento da inflação. Jango ainda estava com bastante influência no movimento sindical devido aos últimos acontecimentos, porém, caso não fizesse um movimento real para atender as demandas da classe trabalhadora, essa base seria paulatinamente minada. A reação não poderia ser diferente, ao receber o Plano, a CGT organizou uma série de reuniões para debatê-lo e, com o acúmulo dos debates, foi produzido um manifesto. O documento dizia que

o Plano Trienal pretende descarregar peso da crise da crise nas costas do povo. Os empresários que obtiveram lucros incalculáveis com a inflação é que deveriam pagar agora o custo da política anti-inflacionária, e não os trabalhadores, que sempre foram grandes vítimas da alta do custo de vida. Não podemos aceitar, portanto, nenhuma sugestão de trégua em nossa luta reivindicatória. Agora, mais do que nunca, precisamos defender o valor real de nosso salário. O aumento de 40% de reajuste salarial para o funcionalismo público, fixado arbitrariamente no Plano Trienal seria um verdadeiro escárnio e poderia constituir como um precedente ameaçador para as lutas salariais dos trabalhadores. (Loureiro, 2017, p. 345)

O documento encerra com a convocação para a deflagração de uma greve geral. O movimento operário sabia que o Plano havia sido elaborado com o intuito de que o peso da crise fosse pago pela classe trabalhadora. Apesar do plano contar com menções a reforma de base e reforma agrária, a base de sustento para sucesso das medidas recai primordialmente no aumento do custo de vida por meio do achatamento de salários e aumentos dos bens essenciais.

Coincidência ou não, alguns dias após o lançamento deste manifesto, San Tiago Dantas, na posição de ministro da Fazenda, compareceu à sede da CNTI para prestar esclarecimentos sobre o Plano. Argumentou que apesar do plano coincidir com políticas defendidas por setores conservadores, o governo estaria agindo de acordo com os os interesses populares, pois o fim da inflação beneficiaria principalmente a classe trabalhadora. Também disse que o plano não era ingênuo em relação à atuação da burguesia e que, caso fosse necessário, medidas extremas seriam tomadas, como tabelamento de preços e intervenção direta em empresas que cometessem crimes de abuso de poder econômico.

Em resposta a Dantas, Osvaldo Pacheco, uma das lideranças do CGT, apontou que a saída apresentada “nada tem de originalidade. É a mera repetição dos princípios clássicos da economia política dogmática ensinada nas universidades. Então ela deve funcionar em cima dos que vivem de salários.” (Loureiro, 2017, p 347). Ressaltou ainda que a CGT prestaria solidariedade aos funcionários públicos, que reivindicavam 70% de reajuste salarial ao invés dos 40% tolerados pelo Plano.

Se a classe trabalhadora desaprovou os princípios do plano, a burguesia não partilhou da mesma desaprovação. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), em conjunto com a Fiesp, avaliaram que o projeto contaria com “vivo apoio ao desejo de corrigir o crônico desequilíbrio orçamentário” (Loureiro, 2017, p. 338), apoiando a redução gradual da inflação, que rejeitaria a “tese monetarista da estabilização de preços a todo custo”, que comprometeria o desenvolvimento. Algumas exigências foram feitas pela entidade para que Goulart contasse com a sua colaboração. As duas principais eram o compromisso do governo em conter o gasto público e uma política salarial ‘isenta de pressões demagógicas’. As duas exigências são, em suma, a mesma, contar com a diminuição do poder de compra da classe trabalhadora. Em troca, a indústria reajustaria os preços somente quando houvesse elevação de custos, minimizaria a compra de estoque e diminuiria o número de vendas a crédito para consumidores.

Segundo o vice-presidente da CNI, Fábio de Araújo Mota, o Plano só poderia ser bem sucedido caso houvesse “compreensão e colaboração das classes trabalhadoras” e, para isso, “o governo deveria agir com firmeza contra uma pequena minoria de líderes sindicais encastelada” (Loureiro, 2017, p. 339). Outro membro da entidade, durante uma reunião com Celso Furtado, assinalou que existia uma compreensão da classe industrial do momento que atravessamos, mas que o mesmo não poderia ser dito “por parte dos que se investiram de funções de líderes das classes trabalhadora e que estão transformando o país em uma verdadeira ‘grevelândia’”. (Loureiro, 2017, p. 339).

A Associação Comercial de São Paulo (ACSP) emitiu um documento produzido pelo economista Antônio Delfim Neto, assinalando que o plano era aceitável, mesmo que contivesse algumas falhas. Porém, o real problema se encontraria na parte política, pois a ACSP julgava que o governo de Jango tinha amplo sustento na própria esquerda, dificultando o processo de adesão necessário para a execução do Plano. Dantas convidou alguns membros da entidade para uma reunião em São Paulo. Nesta, os empresários exigiram que a contenção de gastos no setor público fosse seguida à risca. Caso o governo cumprisse com essa agenda, a associação prometia ‘conscientizar’ seus membros a reajustar os preços somente quando houvesse aumento real dos preços.

Cabe notar que a lei antitruste aprovada pelo Congresso ao final de 1962 impossibilitava uma ação rigorosa do Estado ao combate de elevação de preços com fins de especulação, exigindo uma série de requisitos para serem tipificados como crime e burocratizando a legalidade da abertura de um processo. Um outro problema encontra-se na excessiva confiança depositada na burguesia. Se à classe trabalhadora os objetivos eram traçados com objetividade, como o teto de 40% de aumento salarial e a perspectiva de corte ao subsídio de bens essenciais como trigo e petróleo, à burguesia a parte do Plano a ser seguida a risca dependeria de uma boa

‘conscientização’, não havendo punições e mecanismos concretos que os pressionem a seguir as diretrizes do plano.

Nas associações do Rio de Janeiro, as manifestações foram um pouco distintas. Marcado por um maior vínculo com o Ipes-Rio, a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), antes mesmo de receber o plano, o presidente da entidade, Rui Gomes, já declarava que o projeto teria um viés marxista, devido ao seu elaborador, Celso Furtado: “sendo o Sr. Celso Furtado de formação marxista, provavelmente o Plano trará em seu bojo a eliminação ou sacrifício da iniciativa privada e, sendo assim, a Associação Comercial não poderia dar sua anuência a um Plano que tenha esse objetivo” (Loureiro, 2017, p. 341) Outro diretor da associação, João Alberto Leite, disse que a proposta de criação de um Ministério do Planejamento contida no Plano Trienal pretendia “subordinar toda a economia nacional, a ponto de ter o ministro da pasta o direito de vetar as decisões da Sumoc” (Loureiro, 2017, p. 341).

O posicionamento da entidade carioca gerou atritos com a associação paulistana, o presidente desta última, Paulo Barbosa, disse que “o sr. Rui Gomes entende que não há conversa com o sr. Celso Furtado, está desgostoso por nós o termos recebido e deu uma nota muito pouco hábil (...) dizendo que nós nos agremiamos à Fiesp” (Loureiro, 2019, p. 341). A diferença na aceitação entre as duas entidades ficou ainda mais visível ao consideramos que a Fiesp recebeu o documento completo com as diretrizes do plano quinze dias antes da ACRJ, que mesmo tendo recebido duas semanas depois, recebera somente um resumo do plano. Esse resumo parece ter removido o preconceito com o Plano, tendo a ACRJ e a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (Fiega), enviado representantes para uma reunião com Celso Furtado no Conselho Superior das Classes Produtoras do Rio de Janeiro (Conclap-Rio).

A reunião foi decisiva. Principalmente por dois fatos colocados por Furtado, o primeiro seria a limitação de reivindicação salarial para as entidades privadas. O teto de 40% também

seria aplicado a todo o setor privado, mesmo que isso não estivesse descrito no Plano. O segundo seria que a lei de remessa de lucros não seria de caráter restritivo, na medida em que o limite de 10% de imposto aos lucros enviados ao exterior não proibiria remessas adicionais, desde que fossem feitas na forma de capital. O mais interessante é que Loureiro (2017) aponta para o fato de que a embaixada americana estava surpresa pelo ministro ter exposto essa informação pela primeira vez fora do gabinete presidencial. O imperialismo já estava ciente destas informações quando foram expostas à burguesia carioca. Algumas semanas após este encontro, a ACRJ declarou que a entidade se encontrava disposta a colaborar com o Plano.

A única fração da burguesia que manteve uma postura crítica em relação ao Plano foi o latifúndio. A Sociedade Rural Brasileira (SRB) soltou uma nota dizendo que não aceitava as indicações sobre a reforma agrária contida no plano, pois violava “de maneira insólita o direito a propriedade”, e que o projeto não continha nenhuma referência ao desenvolvimento agropecuário, dando demasiada ênfase ao setor industrial e aumentando a diferença entre os dois setores.

Apesar das divergências entre as entidades comerciais do Rio de Janeiro e de São Paulo, resolvidas após a interferência de alguns ministros e do setor latifundiário, a burguesia estava de acordo com as diretrizes colocadas pelo Plano. O intuito inicial é que o encargo do programa de austeridade fosse dividido entre todos os setores da sociedade, diminuindo os gastos do Estado, limitando os lucros da burguesia e achatando o poder de compra da classe trabalhadora, porém, como apontado pelas entidades sindicais, o encargo real da diminuição dos gastos recairia sobre a classe trabalhadora, que era a única que tinha metas e objetivos estipulados de forma clara e objetiva. No papel, o Plano parecia ser aplicável com as manobras políticas corretas, porém, a prática implica em uma série de determinantes que não estão contidos na elaboração.

### 3.8.10 A Execução do Plano Trienal

O início da implementação do plano, como era de se esperar, foi de grandes choques com o movimento sindical. O primeiro semestre de 1963 foi marcado por um aumento de paralisações dos trabalhadores urbanos. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o número total de greves não somente aumentou, mas também ampliou a participação em cada uma delas (Loureiro, 2017). Se Goulart contava com a baixa do movimento sindical para a aplicação do plano, as centrais sindicais não pareciam dispostas a arcar sozinha com a austeridade da proposta.

Uma das principais bases do programa, o teto de aumento salarial para funcionários públicos e privados em até 40% foi uma das primeiras a serem rompidas. Cerca de 80% a 90% das greves tinham como demanda principal a questão salarial. Algumas greves, como a dos metalúrgicos na Baixada Santista conquistou 70% de aumento salarial. Em alguns casos, apenas a ameaça de deflagração de greve já era suficiente para que se concedesse aumentos de mais de 60%. Os trabalhadores urbanos terminaram por incentivar a luta dos funcionários públicos, que passaram por meio da União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP) a reivindicar aumentos salariais de 70%, deslocando militantes para diversos estados com o fim de unificar a luta em torno da bandeira salarial. Os setores militares passaram a aderir a campanha, porém, Goulart não cedeu, enviando um projeto ao Congresso pelo aumento de 40%, em conformidade com as metas estipuladas pelo Plano Trienal.

As centrais sindicais, insatisfeitas com a proposta do presidente, passaram a ameaçar decretar greve geral. Temendo um panorama semelhante ao de julho de 1962, Goulart cede e propõe o aumento de 60% em maio, condicionada a uma elevação do imposto de renda. A medida visava conceder o aumento, mas sem interferir nas metas do Plano, que com o aumento do imposto equilibraria os aumentos salariais. A reação foi desastrosa, as centrais sindicais insistiram no aumento de 70% e novos opositores entraram em cena, como a burguesia, que

reclamou um aumento fiscal já no final de 1962 e que não estava disposta a arcar com um novo aumento.

Neste mesmo período, a CGT propõe uma greve geral para pressionar o Parlamento a aprovar uma série de medidas como reforma agrária, salário família, auxílio enfermidade e concessão de 70% de reajuste salarial para o funcionalismo. É neste momento que Goulart decide colocar em prática a criação de central sindical alternativa, denominada de União Sindical dos Trabalhadores (UST), combatendo a influência dos comunistas no movimento sindical. Segundo Lincoln Gordon, embaixador americano no Brasil, este era um projeto que Goulart cogitava desde a concepção do Plano Trienal. Encontrando resistência ao cumprimento da austeridade do Plano, Jango coloca em execução seu plano.

O projeto saiu do papel em poucas semanas e contando com lideranças pelegas para a sua direção, uma de suas primeiras decisões foi soltar um manifesto para que os trabalhadores se “mantivessem alheios a quaisquer convite ou instigações por parte de grupo desagregadores da harmonia e da paz social, visando benefícios escusos, contrários aos reais interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro.” (Loureiro, 2017, p. 354) Na conclusão, o manifesto pedia confiança no Congresso Nacional e no presidente João Goulart. A iniciativa da entidade era desmoralizar a CGT e procurar maior apoio social ao Plano Trienal. A estratégia de Jango parece ter dado certo. A decisão da CGT em convocar uma greve geral foi adiada, mas concedendo aos líderes do Comando a deflagração da greve quando julgasse conveniente.

Mesmo arrefecendo os ânimos, o clima ainda estava bastante tenso, que para além do movimento sindical, contava com a insatisfação dos servidores e dos militares, que não tiveram seus aumentos concedidos no mesmo montante que os trabalhadores privados. Diante disso, o Congresso aprovou o aumento de 70% para o funcionalismo público. O aumento fiscal também foi aprovado, mas em condições pouco satisfatórias. Um dos primeiros pilares do Plano já se dissolvera nos primeiros meses de sua aplicação, aumentando os gastos com os servidores para

210 US\$ bilhões no ano, enquanto a receita gerada pelo aumento do imposto seria de 70 Cr\$ bilhões.

Durante a apresentação do Plano às entidades empresariais, um dos principais focos da burguesia foi a exigência do cumprimento do governo em relação a contenção de gastos públicos e a tranquilidade social durante a sua aplicação. Com o aumento das movimentações sindicais e a iminência de uma greve geral, a Fiesp ressaltou que o país estaria “atravessando dias duros e difíceis, mas que não seria com paralisações de trabalho e greves de solidariedade ou de natureza política que melhoraremos a situação. O que todos desejam (...) é tranquilidade para que possamos continuar a produzir.” A diretoria da ACSP apontou que “greves políticas, ostensivamente fomentadas por maus patriotas, deveriam ser coibidas pelos poderes públicos, de quem se espera, neste momento conturbado, o mais rígido propósito de impedir a subversão” (Loureiro, 2017, p. 356).

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) em um artigo publicado no periódico “Desenvolvimento e Conjuntura” assinalou que o crescimento econômico se mantinha estável até o governo de Quadros, pois “as reivindicações salariais, as greves e outras manifestações de um desejo de padrões de vida mais elevado tinham ficado dentro de limites razoáveis”. A partir da renúncia do governo anterior o que poderia esperar era a “manifestação aberta, e cada dia mais virulenta, da insatisfação da massa com a atual situação. (...) Tudo isso apoiado em greves e agitação de toda ordem.” Segundo o escrito, o crescimento econômico só seria viável caso fosse “preservado o necessário clima de trabalho eficiente” (Loureiro, 2017, p. 357).

A burguesia manifestava cada vez mais seu receio das manifestações políticas ocorridas em todo o país. A demanda por ‘tranquilidade’ e ‘paz social’ podem ser traduzidas pelo apelo à repressão que deveria ser exercida contra o movimento operário, impedindo a sua organização e atuação grevista.

O tom de ameaça ficou ainda mais incisivo quando a disponibilidade de crédito para o setor empresarial passou a ficar cada vez mais enxuto. De acordo com o Plano, a oferta de crédito ficaria restrita ao crescimento econômico, retirando a disponibilidade de cruzeiros na economia e, conseqüentemente, diminuindo a inflação. Porém, essa redução passou a gerar dificuldades para as ‘classes produtoras’ em obter crédito e sustentar a cadeia produtiva. Em artigo escrito para um periódico, a CNI colocava que caso “a política creditícia não fosse alterada, a indústria teria que dispensar em massa mão-de-obra.” Além disso, os empresários passaram a ameaçar sua retirada dos acordos com o governo, pois não teriam mais como “cooperar para conter os preços diante do aumento de custos relacionados à desvalorização da taxa cambial (...) e a elevação dos salários em várias categorias trabalhistas” (Loureiro, 2017, p. 361). A ameaça foi logo cumprida e os preços em junho sofreram um aumento de até 8,3%.

Em negociações com Goulart, a burguesia conseguiu fazer com que o governo cedesse, aumentando o teto de créditos às empresas nacionais. Este aumento, em conjunto com a concessão de reajuste de 70% nos salários do funcionalismo público, explicitou que o Plano Trienal, durante seu primeiro semestre de aplicação, já havia fracassado. O próprio governo federal ao longo do segundo semestre não considerava as metas estipuladas pelo Plano para balizar as suas ações. O Plano Trienal terminou por se transformar em um “Plano Semestral”.

O segundo semestre de 1963 é marcado pela intensificação dos embates entre o movimento sindical e as entidades patronais, principalmente pela ascensão de greves. A criação da UST, alternativa sindical criada por Jango, se deu em meados de maio. A manobra de Goulart parece ter dado certo, pois a greve-geral convocada pela CGT foi um fracasso, não ganhando a dimensão esperada e tendo baixa adesão. Este fracasso parece ter refreado os ânimos, o Comando passou a abrandar sua postura, tornando seus discursos mais suaves, realizando manifestações pacíficas e excluindo a convocação de greve como um instrumento

prioritário de luta. Há um hiato de 2 meses que a entidade não incita greve geral e a instauração de cessar-fogo entre a CGT e Goulart.

As tensões voltam a partir de um encontro realizado em agosto, em que alguns delegados se manifestaram favoráveis e a realização de uma greve geral, tendo em vista a alta dos preços e o esgotamento do poder de compra. Ao final de agosto, há a deflagração de uma greve dos enfermeiros em Santos. O Fórum Sindical de Debates declarou greve geral na Baixada Santista em apoio aos enfermeiros, paralisando por completo a cidade. O governador Ademar de Barros reprimiu duramente a manifestação, invadindo o prédio da CGT e prendendo mais de 200 sindicalistas, sob a alegação de desrespeito à Lei de Segurança Nacional.

A greve de Santos incomodou profundamente a burguesia. A diretoria da Fiesp ressaltou que “a economia do nosso estado não suportará indefinidamente essas interrupções sucessivas de trabalhos em atividades fundamentais.” O presidente da ACSP fez duras críticas em relação a postura de Goulart no manejo da greve, acusando-o de não atuar da forma esperada e de só se “preocupar com seus amigos sindicais, que estão presos”, declarando-o como “autor dessas greves, ou seus assessores mais imediatos, já que o presidente perdeu a rédea do controle da situação. Criou um monstro maior que ele.” (Loureiro, 2017, p. 369). A fala é interessante pois assinala que a burguesia não parecia mais acreditar que Goulart poderia refrear o movimento operário. Se antes a classe dominante rejeitava a abordagem de Goulart, criticando-o e cobrando uma postura mais incisiva, agora já não parece possível que a situação esteja mais sob o controle de Jango.

Outro episódio que ilustra essa inabilidade do governo, é a ‘greve dos 700 mil’ ocorrida no estado de São Paulo. A CNTI em conjunto com o Pacto de Ação Conjunta (PAC), deflagraram greve geral no estado reivindicando um aumento salarial de 100%. A greve teve larga adesão e foi duramente reprimida pelo governador Ademar de Barros, que em dois dias de movimento prendeu mais de mil pessoas. Não havendo mais espaço nas prisões, os detidos

tiveram de ser encaminhados para o hipódromo da capital. Em algumas regiões a situação ficou ainda mais crítica, como em São Miguel Paulista que a polícia atirou em dois manifestantes, deixando ferimentos leves e mesmo assim, a polícia não conseguiu conter a revolta provocada pela atitude, com trabalhadores virando radiopatrulhas e tomando armas dos oficiais (Loureiro, 2017). A CNTI ordenou que as entidades sindicais ficassem em alerta para uma greve geral.

A deflagração de uma greve estadual em um dos principais polos econômicos brasileiros aumentou ainda mais as tensões entre Jango e a burguesia. Raphael Noscheses, presidente da Fiesp, defendeu a repressão feita pelo governador Ademar de Barros, classificando-a como uma “atitude serena e firme mantida pelo governador do estado, o qual assegurou a ordem e a tranquilidade, permitindo aos trabalhadores que desejassem trabalhar que assim o fizessem.” (Loureiro, 2017, p. 372). O ministro do Trabalho, Amaury Silva, foi diretamente ao local intervir nas negociações e criticou duramente as atitudes repressivas do governo estadual. A greve não gerou os resultados esperados, não conseguindo tornar a CNTI representante oficial das negociações entre patrões e empregados, mas conquistaram um aumento significativo de salário. A burguesia, para além do temor da mobilização operária, percebeu que a reivindicação da classe trabalhadora poderia instrumentalizar a CNTI para romper com a fragmentação imposta pela CLT, aumentando seu nível de combatividade também nas instâncias jurídicas. Com o conflito chegando ao fim, o presidente da Fiesp disse que não gostaria mais de ter contatos com o ministro, acusando-o de ter sido negligente com a classe empresarial e inviabilizando o diálogo com a classe empresarial.

Goulart tenta manter uma atitude conciliatória, enviando ao Congresso um projeto de ‘salário móvel’, que consiste no reajuste semestral automático dos salários a partir do custo de vida calculado pelo Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho (Sept). Segundo Goulart, o projeto também beneficiaria a burguesia, pois eliminaria as causas dos últimos movimentos grevistas dos últimos meses. A Fiesp não concordou com a defesa de Goulart, apontando que

o projeto “beira ao absurdo. (...) ninguém põe em dúvida que a instabilidade salarial é consequência da inflação. O paradoxal é a terapia (...) querendo curar o mal com o próprio mal, acelerando ainda mais não a espiral inflacionária, mas o foguete inflacionário.” (Loureiro, 2017, p. 374) Para o diretor da ACSP, a única proposta realmente efetiva no trato a inflação era “reajustar os salários abaixo do custo de vida.”

A proposta do salário-móvel não foi bem aceita nem pela CGT. O Comando julgava o intervalo entre os aumentos muito largos e desejava que os aumentos ocorressem de quatro em quatro meses, ao invés de a cada semestre. Outra discordância foi em relação a entidade responsável por estabelecer o aumento do custo de vida, segundo a CGT, o Sept era uma entidade conhecida por subestimar o aumento do custo de vida, exigindo que a avaliação do aumento do custo de vida deveria ser feito pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Um último ponto é que a evolução do aumento salarial de dois em dois anos segundo a evolução *per capita* teria sido abaixo do esperado.

Não agradando nem o sindicalismo e nem a burguesia, o projeto de salário móvel foi descartado poucos meses depois. O mais notável de todo esse imbróglio reside na incapacidade de Goulart oferecer alternativas que pudessem arrefecer os ânimos por meio da conciliação. A situação se tornava cada vez mais agudizada e, com o decorrer do tempo, as saídas apontadas pelo governo pareciam completamente descabidas para todos os setores. Com o fracasso do Plano Trienal já no primeiro semestre, o governo carecia de uma direção objetiva, tornando-se uma espécie de impotente mediador entre as classes.

A última tentativa de Goulart para arrefecer os ânimos foi a tentativa de interferir diretamente nas eleições da CNTI para o ano seguinte, tomando o sindicato por meio das eleições a partir de uma chapa janguista. A articulação foi feita a partir de seu assessor sindical, Gilberto Crockat de Sá (idealizador da UST), estruturando uma chapa de pelegos, lideranças anticomunistas e membros da UST. A chapa da oposição enfrentou os atuais diretores da CNTI,

uma mistura de comunistas com petebistas, que paulatinamente foram adquirindo maior autonomia em relação a Goulart e construindo um sindicato cada vez mais combativo.

A eleição foi marcada por fortes tensões. Há indícios de que o assessor de Goulart, Crockat de Sá, pagou propina a vários delegados, alugando um hotel no Rio de Janeiro e trazendo suas famílias para ficar se hospedar na Guanabara durante a eleição. Por outro lado, um dos integrantes da chapa adversária, Antônio Chamorro, confessou em entrevista posterior que fizeram as “eleições com cédula marcada. Cada cédula tinha uma marca, né, para garantir a eleição porque se num determinado momento eles estivessem ganhando, nós ia ganhar na marreta.” (Loureiro, 2017, p. 377), demonstrando o nível de tensão. A estratégia de Jango não vingou, com a antiga chapa se reelegendo para a diretoria da CNTI por 33 votos a 20. Um dos cabeças da chapa vitoriosa, Clodsmith Riani, exigiu que Goulart demitisse o assessor sindical, Gilberto Crockat de Sá. Dias depois, o assessor foi demitido e, compreendendo que a conciliação não se constituía como uma via possível, deu-se início a um retorno a suas posições antes de assumir a presidência, voltado à esquerda, comprometido com as reformas de base, com o povo trabalhador e procurando cumprir as tarefas democráticas a partir de um desenvolvimento capitalista.

Em dezembro de 1963, Goulart abandonou a posição de árbitro impotente diante dos embates entre a burguesia e o movimento sindical e passou a ter maior clareza que, se mantivesse a mesma postura dos meses anteriores, a oposição avançaria e ele não teria condições de permanecer no poder, procurando a partir de então, conduzir a presidência com maior combatividade e proximidade ideológica com o movimento sindical. A nova postura tem curta duração, interrompida pelo golpe de Estado. A dificuldade do governo Goulart consiste justamente na contradição da conciliação entre duas classes antagônicas. Mesmo procurando se aproximar do movimento operário, o projeto de governo de Goulart expressa um projeto

impossível de ser realizado, cujo Plano Trienal é a máxima expressão dessa impossibilidade, como aponta Marini (1969/2012)

em curto prazo, tratava-se de disciplinar o mercado existente, contendo o movimento reivindicativo das classes assalariadas. Ou seja: trazendo o selo de um governo popular, exigia-se que o governo de Goulart tivesse uma atuação impopular, reprimindo as reivindicações das massas. (...) não fazia, na verdade, mais que confessar a impossibilidade de sua ‘frente única’ operário-burguesa. (p. 100).

### 3.8.11 A Esquerdização de Goulart

Coloca-se uma bifurcação diante de Goulart, implementado pelo forte antagonismo naquele contexto, ou Goulart promovia um programa de austeridade achatando o poder de compra e se utilizando do aparato repressivo para conter o movimento operário ou se aliava com os sindicatos, procurando fomentar a sua base e combater a classe dominante. O caminho escolhido por Jango foi o último. Em síntese, Bandeira (2001/2010) aponta que “as atitudes de Goulart, antes sempre inclinadas ao entendimento, indicavam que ele aceitaria o desafio e demonstravam claramente, que já não nutria mais qualquer ilusão de compromisso, muito menos com os Estados Unidos.” (p. 290).

No dia seguinte a vitória da chapa da CNTI, Goulart concede o aumento de 100% no salário mínimo, tal como exigido pela CGT e, após dois anos de adiamento, decretou a regulamentação da remessa de lucros. Em fevereiro de 1964, o governo passou a convocar comícios pela implementação das reformas de base e dando início a reforma agrária, iniciando um processo de desapropriação de terras adjacentes à ferrovias e obras públicas. Em uma fala realizada em novembro de 1963, Goulart defende abertamente a reforma agrária, pois em “um país com 3 milhões de proprietários e quase seis milhões de posseiros tem que realizar sua reforma agrária, antes que a terra seja conquistada contra a vontade dos que a possuem.” (Goulart citado por Bandeira, 2001/2010, p. 288).

É nesse período que instaura assistência médica, auxílio-doença, previdência social e aposentadoria por invalidez e por idade aos trabalhadores do campo. Buscando estender os direitos dos trabalhadores urbanos aos camponeses, também assinou um decreto obrigando empresas industriais, comerciais e agrícolas com mais de cem empregados a proporcionar ensino elementar gratuito.

Mesmo com essa guinada, Goulart não pretendia seguir um caminho mais radicalizado, tal como colocado por Brizola ou a implementação de uma ditadura do proletariado. Porém, é uma nítida tentativa de ter maior autonomia na presidência, sem romper com o espaço institucional, enquanto retoma sua base social e procura, por meio dela, avançar nas pautas e se defender em caso de um golpe de Estado.

Goulart se encontrava completamente apartado da classe dominante. As diversas manifestações das entidades patronais ao longo de 1963 deixavam isso claro, e sua postura adotada diante das greves foi considerada demasiadamente insuficiente. O manejo do presidente contrastava com a postura de governadores reacionários, como Ademar de Barros e Carlos Lacerda, que chegaram a invadir a sede de sindicatos, usar da violência policial para reprimir, prender manifestantes e até efetuar disparos contra a classe trabalhadora. Goulart usou de diversas táticas para refrear o movimento operário, criando uma alternativa sindical (UST), procurando arrefecer os ânimos em negociações com lideranças sindicais e, em alguns casos, até mesmo lançando mão da repressão policial, porém, a classe dominante esperava do presidente uma postura similar à dos governadores, o que não ocorreu.

Durante os 3 primeiros meses de 1964, a direita e os grupos dominantes passam a uma radicalidade cada vez maior. A Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) defendeu em reunião do Conselho das Classes Produtoras (Conclap), a luta armada para depor Goulart. As exortações para depor o presidente por meio de uma guerra civil com auxílio dos EUA já não era algo escamoteado. Um dos diretores da ACRJ, Jorge Behring de Mattos, proclamou a

setores da oposição: “Armai-vos uns aos outros, porque nós já estamos armados.” As afirmações não tinham caráter puramente provocativo, Bandeira (2001/2010) aponta que dias depois ele comprou dois carregamentos de armas, com dinheiro fornecido pelo empresariado. Porém, o golpe não poderia ocorrer somente a partir de elementos da burguesia nacional. O movimento operário vinha demonstrando a sua força e a possibilidade de uma guerra civil era iminente, sendo necessário a chancela dos EUA, principalmente no suporte bélico em caso de uma resposta da classe trabalhadora.

### 3.8.12 A Política Externa no Governo João Goulart e o Golpe de Estado

Se durante os sete meses de mandato de Quadros, os EUA mantiveram relações amistosas e viabilizando ótimas condições de negociação com o Brasil, com a entrada de Goulart a postura é completamente outra. Até o final do mandato de Goulart, o governo americano não fará novos acordos, e dificultará a liberação de recursos firmados com o presidente anterior por meio da “Aliança pelo Progresso”. Se Kennedy considerava Quadros uma figura alinhada com os EUA, Goulart é recebido como exato oposto, sendo considerado um agitador e alinhado com comunistas, responsável por uma esquerdização do Brasil e com possibilidades de tornar o país uma “República Sindicalista”. O receio de que os ventos vermelhos da Revolução Cubana chegassem ao Brasil, fizeram com que a figura de Goulart fosse encarada como um meio para o fortalecimento dos comunistas no Brasil.

O receio com a figura de Jango não é novo e se perpetua desde a época em que atuou como ministro do Trabalho durante o segundo governo de Vargas, entre 1953 e 1954, principalmente por ter proposto um aumento de 100% do salário-mínimo. Recebendo diversas críticas da imprensa, foi obrigado a renunciar ao cargo. A sua proximidade com o meio sindical e a indicação de ‘comunistas ou simpatizantes’ a postos governamentais foram determinantes para a mudança de atitude de Washington. A embaixada americana declarou que “as associações passadas de Goulart com os comunistas” justificariam esta mudança.

Para além do histórico de Goulart, outros três fatores que prejudicaram a relação entre os dois países são, segundo Loureiro (2017), primeiro, a lei de limitação das remessas de lucros, que já havia sido aprovada na Câmara dos Deputados. Mesmo que ainda tivesse de passar pelo Senado, a lei era considerada como uma séria ameaça aos interesses americanos no Brasil, impondo um limite anual de 10% para lucros e dividendos do capital das empresas. O segundo seria a abstenção da delegação brasileira, liderada por San Tiago Dantas, a uma série de medidas que visavam prejudicar o governo de Fidel Castro, sendo uma delas a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), durante a Conferência de Punta del Este, em janeiro de 1962, que mesmo tendo sido aprovada, prejudicou a legitimidade e alcance da resolução. O último apontamento consiste na encampação feita por Brizola da Companhia Telefônica Nacional (CTN), subsidiária da Telephone and Telegraph (ITT). A estatização da empresa ocorreu devido à precariedade dos serviços prestados, obsolescência da infraestrutura da empresa e à remessa ilegal de lucros ao exterior. Como indenização, Brizola depositou 500 US\$ mil na conta da empresa. A ITT exigiu de Kennedy uma postura firme com o Brasil para que fosse paga uma “indenização justa”. O problema foi agravado pela intervenção da ITT em conjunto com a American & Foreign Power (Amforp), que também teve uma de suas subsidiárias encampadas por Brizola e que passaram a exigir em conjunto uma ‘indenização justa’ e uma postura mais incisiva de Kennedy em relação ao Brasil.

A liberação dos empréstimos era essencial para que Jango pudesse conduzir a política de estabilização com maior margem de manobra. Executar uma política de contenção de gastos, mas sem dispor de capital externo para auxiliar neste processo, tornaria o processo desinflacionário uma medida de maior dificuldade a ser atingida.

É a partir do momento que Goulart assume a presidência que o secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk, anuncia que os empréstimos só seriam liberados quando Goulart se comprometesse a perseguir as metas negociadas estipuladas pelo FMI. A vinculação dos

empréstimos americanos ao Brasil estarem condicionadas às metas do Fundo são inéditas na gestão Kennedy. Os acordos anteriores não seriam desfeitos, mas seriam realizados sob outras condições. Os EUA pretendiam intensificar as suas ferramentas para exercer seu domínio de forma muito mais imperativa com Goulart. Desconfiados, Washington esperava resultados e ações concretas do governo brasileiro, para além das promessas.

A liberação dos recursos obtidos por Quadros foi conquistada sob tensas negociações. Apesar de algumas parcelas menores terem sido concedidas a Goulart no início de seu governo, o ministro da Fazenda, Moreira Salles, teve de conduzir a retirada de novos fundos sob pressão do gabinete americano. Como a retomada dos laços com o FMI era considerada fundamental, uma comitiva dos Fundos foi convidada a analisar as contas brasileiras. Só houveram liberações de recursos em abril de 1962, após Moreira Salles ameaçar renunciar ao posto de ministro caso uma parcela dos fundos não fossem liberados (Loureiro, 2017). O empréstimo foi liberado a partir de uma política de ‘rédeas curtas’ que condicionavam os empréstimos a um pagamento de curtíssimo prazo (45 dias). Essa seria a única forma que o governo Kennedy estaria disposto a ceder os fundos, obrigando o Brasil a recorrer com frequência aos EUA e aumentando seu poder de controle sobre as finanças brasileiras. Apesar das tentativas empregadas pelo ministro, o FMI votou por não retomar os laços com o Brasil, prejudicando o poder de barganha de Goulart para obter os fundos.

Em maio de 1962, para analisar a situação econômica, política e social do país e ter maior precisão de como proceder em relação ao governo de Jango, foram enviados uma equipe de especialistas sob o comando do Coordenador da Aliança para o Progresso em Washington, Teodoro Moscoso. Em diversos relatórios enviados pelos técnicos, disseram que a administração de Goulart era ‘incompetente e infiltrada por comunistas ou simpatizantes’, recomendando que os recursos não fossem completamente congelados, devido a importância geopolítica do Brasil, mas apenas segundo as necessidades brasileiras imediatas e ‘mantendo

Goulart sob rédeas curtas' (Loureiro, 2017, p. 386). Porém, a principal questão envolvida neste processo era a recomendação para o fortalecimento de 'forças democráticas no Brasil' que, segundo o documento, eram alguns

governantes brasileiros que deveriam ser tratados diferentemente: aqueles que são amigos dos Estados Unidos, apoiando a democracia, tais como Carlos Lacerda (Estado da Guanabara), Juraci Magalhães (BA) e Cid Sampaio (PE), quando solicitarem recursos para projetos em seus estados, deveriam obter aprovação quase que imediata, com o mínimo de análise possível. Por outro lado, pedidos de inimigos como Leonel Brizola (RS) e Miguel Arraes (Recife), deveriam receber tratamento gelado. (Loureiro, 2017, p. 387)

O relatório teve efeitos. Os recursos liberados de julho a dezembro de 1962 foram enxugados de 469 US\$ milhões no 1º semestre para 80 US\$ milhões. Parte destes recursos foram destinados às 'ilhas de sanidade de sanidade administrativa' em que os governadores considerados, de acordo com Moscoso, 'democráticos' estavam no poder. Essa política vai se intensificar durante o ano de 1963, quando o governo federal já não podia mais criar embargos para a liberação destes recursos. Para se ter uma dimensão do financiamento, de 1962 a 1965, o estado da Guanabara recebeu 4,5 US\$ milhões para a construção de moradias populares com o selo da "Aliança para o Progresso".

Essa aliança não será meramente econômica, mas também política. É a partir destes estados considerados 'democráticos' que o governo americano passa a ter uma base concreta para a aplicação do golpe com apoio interno. O governo americano mantinha a entrada de soldados estadunidenses desde o final dos anos 50, infiltrando-os em diversas localidades do Brasil. Porém, até 1960 os números oscilavam entre 1000 a 2000. Em 1962 a entrada de estadunidenses no Brasil chega a praticamente 5 mil, praticamente superando os registros durante os anos da Segunda Guerra Mundial. Segundo Bandeira (2001/2010), a maioria destes

números eram militares americanos “instruídos e treinados em táticas e técnicas militares e paramilitares para o combate à insurgência subversiva. Integravam uma espécie de Exército secreto dos Estados Unidos (...), com a tarefa de combater movimentos de esquerda e reprimir intentos de insurreição.” (p. 268).

Com essa infiltração, facilitava-se o processo de repressão e contrainsurreição sob comando dos EUA em território nacional. Com a ascensão da luta de classes tanto no território urbano como rural, o Pentágono receava que o Brasil se tornasse um polo pró-soviético ou com tendências esquerdistas. Lembremos que o ano de 1962 é marcado pela grande greve de julho e início de atuação mais combativa dos trabalhadores, principalmente em torno da CGT. A maior parte das repressões executadas durante as movimentações grevistas foram nos estados considerados pró-americanos pelo relatório de Moscovo.

Com a retomada do regime presidencial em janeiro de 1963, Goulart tem a sua última chance para conseguir mostrar os ‘resultados’ tão cobiçados por Washington e o FMI. O Plano Trienal contava que a austeridade poderia ser instrumentalizada como meio de reduzir a inflação e conseguir equilibrar a balança comercial. Caso estes objetivos fossem de fatos atingidos, Goulart poderia se utilizar deles para conseguir melhorar o fluxo de retirada dos empréstimos concedidos ainda ao governo Quadros e, na medida do possível, procurar firmar novos acordos.

Prova dessa vontade de melhorar as relações entre Goulart e Kennedy é a apresentação do Plano para membros do governo americano antes do programa ter sido apresentado ao próprio gabinete presidencial. A apresentação tinha como finalidade que Washington recebesse uma “descrição preliminar dos trabalhos e pudesse fazer comentários em uma fase inicial.” (Loureiro, 2017, p. 403). A resposta americana foi que o projeto ainda estava muito embrionário, e não continha números exatos, dificultando um parecer apropriado sobre a

viabilidade do projeto, porém, os adidos americanos salientaram da necessidade do restabelecimento dos laços com o FMI, sem o qual não seria possível que o Plano fosse viável.

Tendo ciência de que a situação econômica brasileira estava em crise, Kennedy resolveu liberar mais uma parcela dos empréstimos no início do ano. O valor de US\$ 30 milhões foi concedido para pagamento em 90 dias e só foi liberado após Goulart ter pago uma “justa indenização” à ITT. A restituição foi uma forma de aliviar um pouco as tensões entre os dois países, assim como a tentativa de estreitar laços novamente com o FMI, que foram contatadas ainda em janeiro para o envio de uma nova delegação ao Brasil. Mesmo com as tentativas de retomar os laços com o FMI, aplicar um programa de austeridade contra a população e se mostrado disposto a ceder em diversos pontos, Washington não parecia disposta a ceder mais do que os empréstimos emergenciais, evitando somente que o país decretasse bancarrota.

Os primeiros meses de aplicação do Plano Trienal agradaram aos EUA, que em relatório do embaixador Lincoln Gordon a Kennedy, avaliou-o como positivo devido a “firmeza demonstrada pela equipe econômica do governo em perseguir a meta de estabilizar a economia” dizendo inclusive que o Plano vinha sendo aplicado “com uma firmeza de propósitos incomparável no Brasil dos anos recentes”. (Loureiro, 2017, p. 408) Mesmo com estes elogios à execução do Plano, o convite ao FMI e o pagamento da indenização à ITT, Kennedy ainda enxergava Goulart com desconfiança. Um dos principais motivos para tal, se deve a permanência de diversas figuras ‘contrárias aos Estados Unidos’ no governo Federal, como o “‘cripto-comunista’ Almino Afonso (ministro do Trabalho), o ‘provável comunista’ Evandro Lins (chefe do Gabinete Civil), o ‘protegido de Brizola’ João Caruso (diretor da Superintendência de Política Agrária, Supra)” (Loureiro, 2017, p. 408). No entendimento do governo americano a retirada da ‘infiltração comunista’ deveria ser uma das prioridades do

governo de Jango e, caso estas não fossem atendidas, as negociações e o cumprimento dos empréstimos não seriam realizados.

É com este clima de incertezas que Goulart envia San Tiago Dantas em março de 1963 para procurar negociar um novo plano de empréstimos que desse suporte ao Plano Trienal. A proposta levada por Dantas era que os Estados Unidos liberassem 839 milhões de dólares durante 3 anos, que coincidiriam com a aplicação do Plano. Dantas salientou que o Plano Trienal era a única forma de estabilizar a economia brasileira e, caso os pedidos não fossem aceitos, o Plano sofreria dificuldades para ser aplicado e aprofundaria a crise político-econômica vivenciada pelo país. A proposta não comoveu o governo Kennedy, que disse não ter recursos disponíveis e que as possibilidades dos empréstimos estavam condicionadas com o desenvolvimento do programa de estabilidade.

Após intensas negociações, os EUA fizeram a proposta de conceder US\$ 314 milhões de dólares, condicionando a liberação dos empréstimos mediante o cumprimento de metas de desempenho, estabelecidas por eles. Algumas destas metas colocavam datas limites para o corte de subsídio brasileiro às companhias ferroviárias e marítimas e estipulavam prazos para a implementação de políticas cambiais, além do imperativo retorno de laços com o FMI, que deveriam ser realizados até junho de 1963. Caso esse último fosse descumprido, Kennedy poderia rever os termos do auxílio econômico. O aceite deste acordo por Goulart, em conjunto com a concessão aos investidores estrangeiros no caso da ITT e da AMFORP e os esforços do gabinete presidencial para provocar cisões no movimento sindical por meio da criação da União Sindical dos Trabalhadores (UST) “levaram membros do governo Kennedy a afirmar que o presidente estaria apresentando indícios de uma mudança de coração.” (Loureiro, 2017, p. 422).

Procurando manter boas relações com os EUA e receber os empréstimos, Goulart cedia em diversos aspectos e estava em sua época de maior direitização, perdendo cada vez mais terreno com a esquerda brasileira. As críticas ao acordo firmado por Dantas foram diversas,

mas a mais contundente foi a dos comunistas, que acusaram Goulart de ter vendido o Brasil ao “diabo” por um “prato de lentilhas” (Loureiro, 2017, p. 417). Esse afastamento será significativo para pensar o nível de influência exercido pelo presidente no movimento sindical durante seu período de maior esquerdização, ao final de 1963.

A missão do FMI negociada desde janeiro chega ao Brasil em maio do mesmo ano. O embaixador americano sabe da importância da missão e procura interferir na avaliação do Fundo, pedindo que os representantes flexibilizassem as suas exigências, “com o intuito de minimizar oportunidades para aqueles que desejavam sabotar um genuíno entendimento entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário” (Loureiro, 2017, p. 422). Mesmo com a intervenção da embaixada, o resultado não foi como esperado. Apesar do Fundo liberar US\$ 60 milhões de dólares devido ao déficit analisado, concluíram que ainda estavam com “sérias reservas” com o país, principalmente por entender “que a administração Goulart não possuiria as condições políticas para implementar um adequado programa de estabilização.” (Loureiro, 2017, p. 423). A perspectiva de uma retomada dos laços com o FMI ainda estava longe de acontecer, podendo prejudicar o acordo obtido a muito custo por San Tiago Dantas em março do mesmo ano.

No segundo semestre de 1963 o Plano Trienal já tinha dado claros sinais de esgotamento e o governo brasileiro já não tomava as suas metas como parâmetro para futuras ações. O governo brasileiro intercedeu ao governo americano para que o último acordo de março ainda estivesse em vigor, porém, sabendo que o Plano Trienal fracassara e acrescida da negativa da retomada dos laços com o FMI, Kennedy decide congelar os empréstimos acordados por Dantas. Futuras liberações só seriam realizadas quando Goulart ajustasse as metas do Plano e retomasse com firmeza o projeto de austeridade.

A abordagem moderada e as concessões realizadas por Goulart não surtiram o efeito esperado. O presidente conseguiu recursos escassos e sempre condicionados a retornos de curtíssimo prazo. Kennedy não sinalizava que a ‘política de rédeas curtas’ seria abandonada

em breve. A liberação de empréstimos que poderiam auxiliar na execução do Plano Trienal foi muito mais reduzida do que o pedido realizado por Dantas. Adquirindo maior consciência de que sua atitude moderada, além de não proporcionar os resultados esperados, também estava o colocando em condição cada vez mais difícil na política interna, Goulart passa a manifestar maiores tendências em negociar com os sindicatos e adotar uma agenda político-econômica que não tivesse como horizonte a aceitação de Washington.

É a partir deste momento que Kennedy adota uma postura mais incisiva com Goulart. Desde a sua posse, os EUA encaravam que Goulart poderia ser contido ou até mesmo reorientado ideologicamente. Tendo isso em vista, a Casa Branca baseava a sua atuação na política externa a partir de contatos com o governo federal e com os governos estaduais, principalmente aqueles considerados alinhados aos EUA. A partir deste momento, adota-se uma abordagem unilateral, que consiste na perspectiva de substituir o presidente ao invés de controlá-lo. A partir desse novo enfoque, seria dado maior ênfase aos ‘polos democráticos’, cujos governadores eram alinhados com os EUA. Loureiro (2017) aponta que é difícil precisar o quanto esses estados receberam, mas que a quantia total de fundos americanos totalizou US\$ 144,6 milhões, sendo majoritariamente investidos em São Paulo, Minas Gerais e Guanabara.

Estes estados serão essenciais para que o golpe de 1964 se consolide. Diversos governadores estavam em conluio com o golpe de Estado, mas quem encabeçaria o início do processo seria Minas Gerais, com vinte mil soldados da polícia mais as tropas do Exército comandadas pelos generais Guedes e Mourão Filho, contando com a adesão dos governadores Carlos Lacerda (Guanabara), Adhemar de Barros (São Paulo), Nei Braga (Paraná) e Ildo Menegheti (Rio Grande do Sul). O levante contou com apoio massivo do imperialismo estadunidense, que por meio do embaixador Lincoln Gordon, reconheceria o estado de beligerância de Minas Gerais, fornecendo todo o apoio material necessário. No dia da eclosão,

em 31 de março de 1964, o cônsul norte-americano ratificou ao governador de Minas que os Estados Unidos o apoiaria com dinheiro, armas, munições e alimentos.

Em conjunto a este apoio aos estados golpistas, o embaixador Lincoln Gordon acionou a Operação Brother Sam, que consistia no envio de um porta-aviões, *destroyers* de apoio, com um deles contendo mísseis teleguiados, navios carregados de armas e mantimentos e quatro navios petroleiros, trazendo um total de 136 mil barris de gasolina, 272 mil de combustível para jatos, 87 mil de gasolina de avião, 35 mil de óleo diesel e 20 mil de querosene. Além do apoio marítimo, havia também apoio aéreo com sete aviões de transporte C135, com 110 toneladas de armas, oito aviões de caça, oito aviões-tanque, um avião de comunicações e um posto-aéreo de comando, estabelecendo uma ponte aérea, ligando as bases norte-americanas com as brasileiras.

A operação não contava somente com apoio logístico, mas estava preparada para interferir diretamente no país. Mesmo que a aparência de uma movimentação política interna e legal, sem a interferência direta dos EUA fosse preferível, não se descartava em absoluto a possibilidade de, caso Goulart resistisse, os estados rebelados formarem seu próprio governo e, em conjunto com as tropas americanas, reprimiriam as forças legalistas, destituindo o presidente e estabelecendo o general Castelo Branco como chefe supremo do Executivo.

Com todo o apoio logístico dos Estados Unidos e com importantes estados da federação aliados a deposição de Goulart e com as entidades patronais colocando a público que a classe patronal deveria se armar pois estavam em guerra, o golpe é consolidado no dia 31 de março a espera de resistência da classe trabalhadora, porém, a resposta não aparece e o presidente adotando costumaz postura institucionalista, sob a prerrogativa de evitar o derramamento de sangue, prefere não resistir e segue para o exílio no Uruguai.

O golpe de Estado no Brasil não foi incitado pela população. Por mais que alguns setores da classe-média tenham saído em manifestações reacionárias em março de 1964, 76%

da opinião pública estava a favor de Goulart. O processo foi resultado de articulações entre as diversas frações da burguesia e o imperialismo estadunidense, não contando com largo respaldo da sociedade civil (Bandeira, 2001/2010). Uma das principais dificuldades enfrentadas pelos militares no início da ditadura é o apoio social do regime se sustentar a partir da burguesia e das camadas militares, com dificuldades de formar consenso nas massas. O uso da repressão e da violência se tornarão instrumentos necessários para remediar a ausência de apoio social para o novo regime. O AI-5 é o maior representante dessa ausência, dando um ‘golpe dentro do golpe’ e intensificando o aparato repressivo.

Os principais alvos dessa repressão são as organizações de trabalhadores, os comunistas e os setores legalistas do exército. Com o crescimento quantitativo e qualitativo das entidades sindicais, os trabalhadores estavam cada vez mais ativos na política nacional, tornando-se um ator incontornável na conjuntura brasileira e dificultando as políticas de austeridade, principalmente a partir de 1962. Os comunistas não eram majoritários na esquerda brasileira, mas consistiam em uma fração importante, dirigindo entidades sindicais de peso, com influência nas massas e no movimento operário. Os setores legalistas do exército tiveram um papel fundamental na ‘campanha pela legalidade’ e parcialmente demonstrava uma tendência legalista, tendo até comunistas de reconhecimento nacional em suas fileiras. A ditadura, implementada pela burguesia nacional em conjunto com o imperialismo, entra em cena para colocar um fim definitivo nessa esquerdização que o Brasil vinha manifestando nos últimos tempos, aplicando o programa de austeridade tão desejado pela burguesia, congelando os salários abaixo do custo de vida por meio da repressão contra o movimento operário e a classe trabalhadora em geral.

## **4 A CARACTERIZAÇÃO DA BURGUESIA BRASILEIRA NO PERÍODO PRÉ-GOLPE (1961 A 1964)**

### **4.1 ELEMENTOS GERAIS, HISTÓRICO E ECONÔMICOS.**

Para que possamos pensar a atuação da burguesia brasileira, devemos considerar sua forma de entificação, a sua gênese e a forma como assumiu a hegemonia no Brasil. Esse debate não se inicia a partir de autores brasileiros, mas tem grande influência de Lênin (1908/2002), que em seu livro sobre o programa agrário do partido russo, estabelece uma relação entre a forma de entificação do capitalismo e o modo como este modo de produção capitalista opera em cada país, ou seja, distintos processos de estabelecimento do modo de produção capitalista fazem com que haja diferentes arranjos de conformação ideológicas e atuação política das classes sociais, em especial a burguesia de cada país.

Neste mesmo texto, Lenin indica várias vias para a consolidação do capitalismo, mas daremos destaque para duas delas que Mazzeo (1989/2015) aponta como as principais interpretações para compreender a forma da burguesia se estabelecer no poder e consolidar um regime de tipo capitalista. A primeira pode ser considerada como a via clássica, em que a burguesia impõe uma nova forma social a partir do enfrentamento com a nobreza feudal e a derrubada da ordem anterior, cujo exemplo maior se configura na revolução francesa. Já a via prussiana, procura consolidar o regime capitalista por meio dos elementos da conciliação, não impondo um confronto direto entre uma nova ordem que urge em aparecer em detrimento da anterior, mas se estabelece por meio de pactos conciliatórios entre os elementos dominantes, por meio de um processo que dispensa rupturas e assume uma temporalidade mais lenta.

O caso brasileiro à primeira vista poderia ser interpretado a partir da ‘via prussiana’, pois a nossa história não conta com nenhuma brusca ruptura e grande confronto entre a burguesia ascendente e o latifúndio agroexportador, sendo os processos de maior transformação do Brasil como a Independência e a consolidação da República como processos

que são frutos de contradições sócio-econômicas, mas que foram resolvidos em maior ou menor medida, sem provocar uma disrupção estrutural com a ordem prévia. A história brasileira é marcada pela luta entre as classes em oposição, repleta de insubordinações em prol de causas justas que não podem ser desconsideradas a partir da sua exclusão na escrita da nossa história.

Porém, há um importante questionamento que Mazzeo (1989/2015) coloca nessa interpretação de ‘via prussiana’ para o Brasil, pois ambas configuram-se como caminhos distintos que consolidam um capitalismo de tipo maduro, com alto desenvolvimento das forças produtivas, elevação da demanda do mercado interno, aumento da qualidade de vida e industrialização de ponta. Diferentemente dos países europeus, o Brasil ao consolidar o capitalismo como modo de produção hegemônico, não desenvolve um capitalismo de tipo maduro, mas estabelece um capitalismo dependente e débil, que alija parcialmente o mercado interno como fator fundamental para a esfera da circulação das mercadorias e desenvolve suas forças produtivas de forma subordinada ao imperialismo, de forma que haja também a consolidação de um capitalismo desenvolvido no Brasil, mas de caráter dependente. Mazzeo (1989/2015) propõe que a ‘via brasileira’ de entificação do modo de produção capitalista deva ser interpretada a partir do conceito de ‘via prussiano-colonial’, por compreender que o desenvolvimento brasileiro fica muito aquém das nações europeias, consolidando um capitalismo subordinado e dependente aos países do centros. O conceito guarda semelhança com o processo prussiano, principalmente pelo caráter gradual, lento e de arranjos internos a classe dominante, retirando a participação popular no processo, porém, destaca a “condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil.” (Mazzeo, 1989/2015, p. 105).

É sob uma ótica bastante semelhante que Florestan Fernandes (1975/2020) realiza o debate sobre o caráter da “Revolução Burguesa” no Brasil. O pensador não adota a premissa das vias de consolidação do capitalismo leninistas, mas defende a ideia de que o

estabelecimento do modo de produção capitalista no Brasil passou por um processo *sui generis* da Revolução Burguesa, bastante distinto dos processos europeus. Considerar a revolução burguesa na periferia do capitalismo como uma revolução a ser concretizada, pode incorrer em diversos erros políticos, como elucidado nos capítulos anteriores acerca das interpretações hegemônicas durante os primeiros 60 anos não só do PCB, mas do movimento comunista internacional, que sancionava estas mesmas teses.

De acordo com Florestan (2020), a Revolução Burguesa no Brasil se dilata no tempo histórico, não sendo um momento de grandes tensões que irão decidir o destino do país a depender da vitória ou derrota dos agentes políticos em disputa, mas uma revolução burguesa que procura muito mais salvaguardar a ordem estabelecida, sem modificar por completo as regras do jogo. A burguesia brasileira “quer manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriorem.” (Florestan, 2020, p. 292).

A revolução nacional-democrática defendida por Sodré (1964/1976) e pelo PCB dos anos 60 (Mazzeo, 1999), tinham como norte uma revolução de cunho nacional-democrático que seria liderada pela fração nacionalista da burguesia brasileira, que por meio da natureza de suas atividades econômicas industriais, desenvolveu contradições com as forças imperialistas e a lógica agroexportadora (latifúndio). Estas contradições se sustentavam a partir do desenvolvimento do mercado interno, essencial para a reprodução de parte burguesia industrial, que se beneficiaria do aumento do poder de compra da classe trabalhadora e de medidas de desenvolvimento econômico interno, por meio de medidas protecionistas, incentivando a complexificação da produção nacional e favorecendo um aumento limitado ao poder de consumo da classe trabalhadora, disseminando em quantidade e qualidade o trabalho assalariado em todo o território brasileiro. Portanto, a linha política consistia na tentativa de conduzir o proletariado e o campesinato para que formassem alianças com estes setores da

burguesia ‘nacionalista’, formando um bloco anti-imperialista e pudessem executar a revolução nacional-democrática, executando medidas de melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro e desenvolver as forças produtivas, ainda que na moldura do capitalismo.

O raciocínio sofria forte influência do primeiro volume do Capital de Marx (1867/2013), que tinha como objeto de exposição o capital europeu, principalmente inglês ainda na primeira metade do século XIX. Marx considerava que o capitalismo tinha como fundamento de sua reprodução o consumo dos objetos produzidos pelo próprio capital, ou seja, para que o ciclo do capital se conclua, é necessário que haja um consumidor final da mercadoria. Para a burguesia, o capital (D) entra como o elemento que inicia a produção da mercadoria (M). Após ser vendida para um terceiro, será convertida novamente em dinheiro, mas desta vez com uma soma maior que a aplicada no início do processo (D’). Para o capitalista, o ciclo de reprodução de capital se estrutura como D-M-D’. Porém, há a possibilidade da pessoa que comprou esta mercadoria refazer o processo final, procurando revendê-la por um valor maior que o da compra, especulando com a precificação da mercadoria e gerando maior lucro (D’). Porém, caso esse processo sempre se repita e não haja um consumidor final do processo, ele vira infinito e impossibilita a reprodução do capital.

É essencial para o capital que aquele que comprou a mercadoria a consuma em algum momento e quebre com o processo de especulação. Para a classe trabalhadora, que consome a mercadoria, o processo ocorre de forma distinta, se iniciando a partir da venda de sua força de trabalho (M), a ‘mercadoria especial’ que produz o valor, em troca de sua remuneração (D) para obter mercadorias que possibilitam a reprodução de sua própria vida (M’), retirando de circulação a mercadoria e criando a demanda contínua por mais mercadorias, ou seja, a classe trabalhadora é aquela que encerra o processo de especulação da mercadoria e a consumindo, possibilitando a reprodução do capital.

A partir desta elaboração, podemos concluir que a própria burguesia pode se beneficiar do aumento do consumo da classe trabalhadora, pois aumentando o poder de compra desta, mais mercadorias serão consumidas, aumentando a demanda do mercado interno e intensificando o ciclo produtivo. As revoluções burguesas nos países centrais atingiram, em maior ou menor grau, aumento no poder de consumo para boa parte da classe trabalhadora, principalmente se comparada com as limitações impostas pelo modo de produção feudal. Marx (2017), mesmo tendo elaborado uma crítica ao capitalismo, nunca deixou de reconhecer alguns avanços que o capitalismo e as revoluções burguesas trouxeram principalmente para a Europa Ocidental. Porém, é necessário que haja uma avaliação acerca de até que ponto essa mesma lógica se aplica ao Brasil.

De acordo com Ruy Mauro Marini (1973/2017), no capitalismo dependente se estabelece uma outra relação com o poder de consumo da classe trabalhadora. Historicamente, a produção brasileira no capitalismo dependente, seja ela a cana-de-açúcar, o algodão, o café, a pecuária ou a borracha, é ditada pelas necessidades das economias centrais, que definiam a produção nos países periféricos, tornando-os uma espécie de ‘satélites’ do centro europeu. A consolidação de uma economia exportadora não tinha como finalidade a circulação interna, sendo a sua maior parte voltada para a venda no mercado externo dos países centrais. Com o grosso da produção nacional completando seu ciclo produtivo em terras estrangeiras, o Brasil divorcia parcialmente a sua produção nacional dos rumos do mercado interno. Nos países periféricos, há uma diferença em relação à dinâmica dos países centrais apresentada por Marx, o ciclo da mercadoria tem maior tolerância e autonomia em relação ao mercado interno, pois a própria fase final da produção de mercadorias no Brasil, o estágio (M-D’) se concretizava além-mar.

Essa relação não é estática e varia ao longo da história brasileira. Durante o período colonial, que não contava com o aparelhamento de um Estado nacional, dotado de uma

economia de baixa complexidade e com praticamente a totalidade de sua produção voltada ao mercado externo, essa relação se inscrevia a ponto de bens essenciais como a própria comida muitas vezes ser escassa na colônia, mesmo sendo um grande produtor agropecuário. Já na primeira metade do século XX, período de consolidação e aumento da industrialização brasileira, este divórcio ainda se mantém, mesmo que sob níveis completamente distintos. Luce (2018) denomina este processo de ‘cisão no ciclo do capital’, ou seja, há uma separação entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas. Segundo o autor, este não é um “momento transitório que será simplesmente deixado para trás com as autoproclamadas receitas do crescimento econômico (...), o divórcio que estamos falando é um traço estrutural de nossas economias.” (Luce, 2018, p. 85).

Neste ponto é essencial que o conceito de imperialismo elaborado por Lênin (1917/1986) norteie as nossas teorizações. A relação imperialista dos países centrais com a periferia produz uma relação de subordinação político-econômica dos últimos com os primeiros. É por meio da transferência de renda, da superexploração da força de trabalho e da deficiência tecnológica que essa subordinação econômica se sustenta. Como já elucidado no capítulo 1 deste texto, o mecanismo de transferência de renda por parte do imperialismo gera um sequestro do valor produzido no país autóctone. Os países centrais para além de sua produção interna, também contam com a apropriação de valor gerada pelos países de sua zona de dominação, gerando maior apropriação do excedente produzido e podendo trabalhar com concessões mais generosas para o proletariado destes países.

O atraso tecnológico é apontado por Bambirra (1972/2019) que mesmo com o avanço da industrialização brasileira da primeira metade do século XX, há um déficit estrutural em relação aos países centrais. Este atraso impacta negativamente na capacidade produtiva de um país, colocando-o em uma posição inferior na concorrência nacional e internacional. Pela retenção de patente e a capacidade produtiva se intensificar em relação aos demais países, há

um processo gerador de mais-valia extraordinária, que permite a produção de uma mesma mercadoria com um custo menor. A partir disso, gera-se uma grande vantagem por um determinado período de tempo, até que essa tecnologia seja incorporada pelos demais países. Este processo é cíclico e ocorre diversas vezes ao longo da história, se consolidando como uma importante ferramenta de gerador de excedente para os países centrais. Somente após o tempo da vantagem comercial entrar em declínio é que a tecnologia é exportada para outros países mais atrasados, como o Brasil, ainda sob o fardo de se pagar *royalties* para as empresas desenvolvedoras. Além da compra das máquinas, há uma contínua transferência de renda por meio de manutenção e pagamento pelo direito de uso destas.

O imperialismo e seus mecanismos de controle e extração econômica de países periféricos culminam em uma vantagem para conseguir executar manobras políticas e concessões às reivindicações do proletariado dos países centrais. Esse mecanismo já foi observado por Lenin (1917/1986), cuja parcela do proletariado encontra possibilidades de atingir uma qualidade de vida superior em relação a outros setores desta mesma classe ou em relação ao proletariado de outros países, denominando este agrupamento de ‘aristocracia operária’. Há de se pontuar como os mecanismos de extração de excedente de outros países é essencial para que se possam sustentar estas concessões e, conseqüentemente, maior nível de consenso social.

Não propomos uma distinção entre economia e política. Ambas compõem uma unidade dialética e não se pode analisar a partir da premissa de plena autonomia de um campo em relação ao outro. A burguesia dos países centrais não se orienta somente pelo diálogo, concessões econômicas e respeito ao jogo democrático, há uma estrutura comum a reprodução do capitalismo em todos os países que não dispensa o uso da força e da repressão em momentos de maior tensão social. Porém, não há de se recorrer a essa ferramenta com tamanha facilidade, tendo em vista as manobras possíveis diante do acúmulo de excedente.

Já nos países periféricos, há um panorama sócio-político completamente distinto. Se o centro do capital saqueia o excedente produzido nos países periféricos, o país saqueado sofre com o desfalque do valor produzido nacionalmente. A burguesia dependente no plano econômico-político subordina-se aos países centrais, pois não consegue ter a mesma capacidade produtiva, importa tecnologia estrangeira, permite que as remessas de lucros sejam enviadas à matriz com taxas baixíssimas e paga pelo uso de *royalties*, estabelecendo uma relação fisiológica de subordinação com os países do centro. Foi durante o período de industrialização do governo J.K., período em que se deu a maior abertura para a entrada não só do capital externo, mas da instalação de um complexo industrial estrangeiro e a facilitação de compra de máquinas da Europa, obsoletas e já dispensada pela indústria europeia, permitidas em grande parte pela Instrução 113.

Em tese, por meio deste panorama sócio-econômico, a burguesia periférica teria suas taxas de lucro rebaixadas, tendo em vista que uma parte significativa do excedente produzido não se encontra mais disponível no país de origem para operar com políticas distributivas. Portanto, a própria burguesia brasileira desenvolve formas de compensar essa perda de excedente por meio daquilo que Ruy Mauro Marini (1973/2017) denominou de superexploração do trabalho. A superexploração do trabalho tem como alicerce o imperialismo e a ‘necessidade’ da burguesia dependente procurar compensar as suas taxas de lucro deficitárias. Seguimos com Luce (2018) ao apontar que

devido aos desníveis de produtividade no seio da economia mundial, as economias dependentes configuram perdas estruturais e sistemáticas de riqueza na concorrência intercapitalista que expressam transferências de valor. Diante destas, os capitais que operam com maior dificuldade para perseguir o lucro extraordinário lançam mão de contratendências específicas. Assim, a tendência negativamente determinada das

transferências de valor é respondida através do recurso à superexploração como mecanismo de compensação. (p. 173)

Há uma tendência permanente e estrutural na própria dinâmica do capitalismo dependente que lança mão da superexploração da força de trabalho por meio da acentuação das formas de exploração do trabalho. Lembrando que a superexploração não pode ser compreendida a partir da redução a uma característica negativa específica do trabalho, como o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor ou o aumento da intensidade de trabalho além dos limites normais, mas é uma tendência a agudizar a expressão desse aumento de exploração por uma ou mais formas de intensificação da extração de mais-valia. Pode haver uma combinação entre uma remuneração abaixo do valor em conjunto com o aumento da intensidade além dos limites normais, assim como elas podem ser expressas de forma independente.

Lembrando que a burguesia brasileira parte de um lugar já deficitário em relação às burguesias dos países do centro, portanto, caso não lancem mão de recursos para se aproximarem das taxas de lucros obtidas pelas burguesias do centro, há uma tendência em tornarem-se obsoletos a médio e longo prazo e serem assimilados por algum conglomerado imperialista. Não se trata de uma prática particular de um pequeno grupo de capitalistas, mas uma tendência geral da reprodução do capitalismo brasileiro.

Uma das formas de superexploração da força de trabalho consistem no baixo nível de remuneração do trabalhador brasileiro. No capitalismo todo trabalho assalariado consiste em receber uma parcela do valor produzido nas horas trabalhadas. A apropriação desse excedente por parte dos capitalistas é uma das premissas que mantém a reprodução do capital. A burguesia periférica necessita desta baixa compensação para que possa manter suas taxas de lucro..

Agregada a esta necessidade, podemos acrescentar mais dois mecanismos que contribuem com a manutenção da superexploração do trabalho. O primeiro deles consiste na

manutenção do exército industrial de reserva, agrupamento que consiste em parcela da classe trabalhadora que está apta a trabalhar mas não encontra espaço para vender sua força de trabalho. O segundo consiste na separação que há entre o ciclo produtivo do capitalismo dependente e as necessidades dos trabalhadores. Como os trabalhadores não cumprem papel preponderante na realização do ciclo do capital dependente, há maior margem para que possam manter os baixos salários sem acarretar em uma diminuição no consumo das mercadorias.

Há um constante movimento político da classe dominante brasileira para que a classe trabalhadora esteja subjugada a uma lógica de trabalho extenuante e privada de gozar dos bens de consumos básicos, sustentando que uma série de pessoas aptas ao trabalho permaneçam constantemente desempregadas, utilizando-as como ferramenta de controle para manter a superexploração e dificultar a organização desta classe. Para sustentar esta estrutura, erige-se um aparato repressivo a partir do Estado que entra como um dos principais sustentáculos para retirar qualquer agente que procure contestar essa lógica. O capitalismo dependente não pode ser compreendido como etéreo, mas sustenta-se a partir da ação concreta de agentes políticos que necessitam desse *modus operandi* para elevar suas taxas de lucro.

Diante deste panorama extremamente problemático, a classe trabalhadora procura elevar seu nível salarial mediante a organização e a convocação de greves, lançando mão das ferramentas que possui para que suas reivindicações sejam atendidas. Diante da necessidade estrutural da superexploração da força de trabalho, a burguesia brasileira faz um uso contínuo e abrangente da violência para conter os movimentos populares. Mazzeo (1989/2015) assinala como a burguesia brasileira, por meio do Estado, termina por lançar mão da repressão e “desprege a violência e o favor deletério, para manter intacta sua estrutura fundamental, com as massas populares sempre fora do cenário político.” (p. 108). Aqui conseguimos estabelecer um ponto de íntima conexão entre os fundamentos econômicos do capitalismo dependente e a efetivação da política empregada contra a população.

Especialmente no período de Jango, há uma intensificação da organização e mobilização dos trabalhadores, aumentando o número de greves, conseguindo maior liberdade organizativa e que com importantes sindicatos sob o comando de membros do PCB e da ala esquerda do trabalhismo brasileiro, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais (CNTI), e passavam a exercer suas reivindicações de forma cada vez mais hábil. Como demonstrado no capítulo 2, as manifestações das principais entidades patronais, tinham como norte a desmobilização da classe, acusando o governo de uma ‘ditadura sindical’ e demandando reiteradas vezes que o governo federal deveria reprimir de forma sistemática as greves e a organização dos trabalhadores em sindicatos, tal como os governos estaduais estavam efetivando. Com o crescimento da inflação desde os últimos anos do governo de Kubitschek, a questão salarial ganhava o protagonismo do debate público e da ação dos governantes.

Ao final de 1963, a inflação atingia cerca de 70% ao ano, provocando uma contínua e gritante queda no poder de compra da classe trabalhadora. Para a burguesia, manter o poder de compra inferior à inflação era uma das principais formas de combater a alta de preços, portanto, qualquer movimentação dos setores populares para quebrar com essa lógica era encarada como nociva pelos setores dominantes. No governo anterior, Quadros não hesitou em aplicar as medidas de austeridade combinadas com a desmobilização dos sindicatos. Porém, Goulart chega ao poder por meio de uma intensa mobilização social e por meio de ampla influência no meio sindical, proferindo um discurso que visava aumentar a qualidade de vida do povo trabalhador. Por mais que tenha lançado mão da repressão uma vez durante seu governo, tinha uma enorme repulsa em aparelhar as forças repressivas do Estado contra as mobilizações populares e se recusava a ceder às pressões das entidades patronais que exigiam contenção do movimento sindical.

A maior parte do mandato de Goulart, salvo seus últimos meses, foi marcado por medidas econômicas de austeridade clássicas, principalmente ao considerarmos a elaboração do Plano Trienal, que tinha como alvo o arrocho salarial e o enxugamento da máquina pública, em conjunto com as diversas tentativas de negociação por parte do gabinete de Jango com o governo dos Estados Unidos e o FMI, movendo esforços para que a casa branca concedesse os fundos de investimentos disponibilizados pela ‘Aliança para o Progresso’ ainda durante o governo Quadros. Kennedy não confiava em Jango e na sua íntima relação com lideranças sindicais, mantendo as concessões sob rédeas curtas e pressionando o presidente a aplicar à risca seus programas de austeridade.

Segundo Loureiro (2017), o Plano Trienal tinha como meta a contenção de aumento salarial de 40% para todo o serviço público, 30% a menos que a inflação e configurando uma condição de arrocho salarial após vários anos de aumentos salariais tímidos. Esse teto se estenderia também aos funcionários das empresas privadas. Insatisfeitos, diversos setores passaram a se organizar, exigindo aumento salarial de 100%, em conjunto com alguns benefícios como o salário-família, que concedia uma quantia salarial extra para cada filho. A notícia chega como uma bomba na Fiesp, que prevê o colapso econômico caso o aumento seja concedido. Jango estava sob forte pressão do governo estadunidense para conseguir os empréstimos que poderiam aliviar um pouco a situação inflacionária brasileira, e sabia que se concedesse esse aumento aos trabalhadores, estaria cada vez mais distante desse empréstimo por Kennedy. Jango terminou por ceder à pressão dos trabalhadores e concedeu aumentos de diferentes porcentagens para vários setores sociais, rompendo com o teto do Plano em menos de 3 meses após o início de sua execução.

Como Jango se recusava a se utilizar do aparato repressivo contra os trabalhadores, tinha dificuldade em refrear as movimentações sindicais e, por mais que tenha feito movimentações para desmobilizar os sindicatos, como a criação de uma corrente sindical

governista e disputar os trabalhadores com os sindicatos mais combativos, as ações não resultaram tal como o esperado, e as greves só aumentavam em quantidade e qualidade (Loureiro, 2017). Jango ao ceder, tensionava com um ponto basilar do capitalismo dependente, a superexploração do trabalho. A burguesia tinha plena ciência de que, com as dificuldades decorrentes do aumento inflacionário em conjunto com o aumento salarial, a manutenção das taxas de lucro ficavam cada vez mais difíceis de serem mantidas e que o caminho mais efetivo para que a austeridade fosse aplicada, seria lançar mão do aparato repressivo contra a classe trabalhadora.

Em conjunto com as concessões salariais, Jango estendera a carteira de trabalho para trabalhadores do campo. A sua efetividade concreta pode ser discutida, porém, a perspectiva da redução da livre atividade empregatícia entre os trabalhadores rurais e o latifúndio, dificultavam que a reprodução de relações de superexploração do trabalho fossem perpetuadas sem consequências.

Com o aumento do movimento sindical e das greves durante o governo de Jango, é notório como as entidades patronais aumentam as suas exigências para que o Estado tomasse providências em relação às greves, o que pode ser facilmente traduzido por mimetizar as ações dos governos estaduais, que tratavam o assunto como caso de polícia. Durante os dois primeiros anos de governo, Jango investiu muita energia política articulando o plebiscito pela manutenção ou não do regime parlamentarista. As tensões voltam a subir depois da grande movimentação grevista ocorrida a nível nacional no meio do ano de 1962, que atingiu variados setores produtivos e teve grande repercussão nacional, inflamando o cenário político. Durante todo o ano de 1963, Jango sente cada vez mais dificuldade em conciliar com o imperialismo, com a burguesia brasileira e com as pressões sindicais, vindos da cidade e do campo. Após perceber que não haveria forma de estabilizar o país por meio da conciliação, Goulart inicia seu período de maior radicalidade à esquerda, que vai de dezembro de 1963 ao final de março

de 1964. Jango já não se preocupa em montar um cenário ‘de confiança’ para os EUA e FMI e passa a cada vez mais a apoiar medidas de democratização do capitalismo, buscando apoio social para as suas reformas de base, conferindo aumento salarial, iniciando um processo (tímido), de reforma agrária e estreitando laços com setores combativos do movimento sindical.

Esse último movimento foi decisivo para que a burguesia, já descontente com a postura vacilante de Jango, parta para a ofensiva e passe a articular em conjunto com o imperialismo e o exército, um golpe de Estado. É com os militares, após o golpe, que as exigências de austeridade econômica sob a guarda da repressão policial passam a ser executadas pelo Estado brasileiro, tal como reclamado pela classe dominante.

A orquestração do golpe de Estado foi uma ação coordenada que necessitou de grande articulação política para ser efetivada. Podemos questionar a ideia de uma ‘burguesia débil’ como colocada por Sodré (1962/1970). Compreendemos que diante das tarefas cumpridas pelas revoluções clássicas, a burguesia brasileira passa ao largo de guardar alguma semelhança com estes avanços, porém, assinalamos em conjunto com Fernandes (1975/2020) que considerar a burguesia brasileira como ‘débil’ é um erro analítico, pois

ao contrário do chavão corrente, as burguesias não são, sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido, meras ‘burguesias compradoras’ (típicas de situações coloniais e neocoloniais, em sentido específico). Elas detêm um forte poder econômico social e político, de base e de alcance nacionais; possuem o controle da maquinaria do Estado nacional; e contam com suporte externo para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão inerentes à dominação burguesa. (...) A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de interesses materiais privados, de fins políticos particularistas; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento. O

‘nacionalismo burguês’ enceta assim um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo. (p. 293-294).

A burguesia brasileira, mesmo não partilhando dos anseios de uma ‘revolução nacional-democrática’ tal como nos países centrais, certamente não pode ser encarada como vacilante diante do contexto em que está inserida. Dentre as suas próprias necessidades e formas de se manter no poder, a burguesia brasileira deve ser encarada como uma burguesia extremamente preparada e hábil para atingir seus fins. Diante da tarefa de manter um exército industrial de reserva capaz de pressionar pelo achatamento salarial, diminuir o poder de barganha da classe subalterna, sustentar as condições de superexploração do trabalho e executar as medidas necessárias para sustentar taxas de lucro competitivas com a realidade do mercado mundial, a burguesia pode ser considerada como extremamente madura e organizada. A burguesia brasileira é ótima se considerarmos que a sua principal tarefa é sustentar as condições da acumulação nos moldes do capitalismo dependente, se utilizando principalmente da repressão para sustentar esta tarefa.

Em diversos momentos, principalmente durante a greve de julho de 1962, toda a burguesia, por meio de suas entidades civis, passou a cobrar maior repressão do Estado e a necessidade de endurecer o combate contra o movimento sindical. Se ao avaliar as políticas implementadas para combater a inflação há uma clara divergência em uma das principais entidades patronais do país, gerando debates e disputas pela aprovação ou não da totalidade das medidas, em momentos de contenção do movimento operário essa clivagem se ofusca diante do terror provocado pelas massas na reivindicação de uma pauta justa e ganha consenso imediato entre a classe dominante. Se a burguesia interna dos países europeus analisados por Poulantzas tinham maior margem para negociar com os trabalhadores, no Brasil esse limiar de negociação encontra um limite menor, reduzindo as possibilidades de diálogo com a classe trabalhadora, primeiro pela necessidade da superexploração como fundamento da

competitividade da burguesia brasileira e, também pelo lastro histórico da objetificação da classe trabalhadora como um mero utensílio de trabalho, influenciado principalmente pela escravidão e que desconsidera o explorado como um sujeito pleno para gozar dos bens de consumo que produz, marginalizando este acesso aos trabalhadores.

A crise de julho de 1962 foi fruto da mobilização dos trabalhadores pelo 13º salário, com várias entidades sindicais organizando uma marcha para Brasília no dia da votação na câmara, que obteve sucesso e fora aprovada na assembleia mediante forte pressão do movimento sindical. No mesmo dia estava prevista a ratificação da nomeação do primeiro-ministro indicado por Jango após a renúncia de Tancredo Neves, San Tiago Dantas, cujo nome não era bem quisto pela burguesia, principalmente pela sua atuação contra a aprovação da invasão de Cuba proposta pelos EUA. Jango tensiona o cenário político soltando uma nota afirmando que “já teria transigido duas vezes às vontades do Congresso e que não pretendia transigir mais, (...) deixando claro a auxiliares, segundo o periódico Última Hora, que ninguém esperasse sua assinatura para ratificar a nomeação de ministros reacionários golpistas.” (Loureiro, 2017, p. 278).

A partir desta nota que os sindicatos se reúnem e decretam uma greve geral, que após a renúncia em menos de 24 horas do nome aceito pela câmara, Moura Andrade, tornou-se uma paralisação de 24 horas como “advertência para as forças golpistas” (Loureiro, 2017, p. 279). No dia 05 de julho, os estados da Guanabara e as cidades de Fortaleza e Santos foram completamente paralisadas. Outros estados como Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul também aderiram à paralisação nas capitais. Em São Paulo houve a adesão por parte de operários que paralisaram fábricas em São Bernardo e no Rio de Janeiro ocorreram sérios conflitos, como na cidade de Caxias que houve depredação de ônibus e saque a lojas no centro da cidade. Alguns comerciantes tentaram resistir aos saques e terminaram assassinados pela população, além de vários feridos. O episódio causou comoção

nas classes dominantes, que sofreu duras críticas das principais entidades patronais brasileiras, como a diretoria da ACRJ que em reunião afirmou que não tinham mais esperanças com o governo de Jango, a Associação Comercial em São Paulo enxergava uma iminente influência comunista no *modus operandi* de Jango, que em “todos os seus atos, todas as suas maquinações (...) estão levando o país à condição de campo aberto, fácil, para a instalação do regime comunista” (Loureiro, 2017, p. 303). Alguns membros já visavam uma solução mais drástica, exigindo que a associação parasse de emitir pronunciamentos e tomasse uma série de “atitudes radicais e definitivas, porque nós não nascemos livres para sermos escravizados pela ditadura da incompetência. (Loureiro, 2017, p. 303). Não só setores da burguesia nacional pareciam descontentes com as atitudes do presidente, mas o imperialismo também manifestava sua insatisfação por meio do presidente da Câmara de Comércio Norte-Americana, que defendia “cortar todos os tipos de ajuda e de suprimentos para o governo brasileiro”, assim como “fomentar uma saída rápida do presidente Goulart do poder.” (Loureiro, 2017, p. 305).

A atitude da burguesia frente a divergências pontuais entre frações do bloco no poder em relação a determinadas medidas contidas nos planos de estabilização econômica foi de caráter privado, sem expressão pública ou a tentativa de realizar um debate com a sociedade civil. Essas diferenças entre um ponto e outro são significativas se compararmos a coesão das entidades patronais brasileiras e o imperialismo ao apontar a ausência da repressão desejada ao movimento operário. A execução do golpe em 1964 não ocorreu de forma repentina, mas parte de uma longa construção ideológica e política entre a burguesia em conjunto com o imperialismo. No capitalismo a classe trabalhadora é intencionalmente desorganizada, enquanto há um contínuo esforço em organizar a burguesia. A intensificação da autocracia por meio da quebra de uma moldura institucional é colocada em jogo no exato momento em que a classe passa a demonstrar a sua potência organizativa e combativa, colocando em xeque a viabilidade de medidas de austeridade sem uma resposta à altura da classe trabalhadora.

Concordamos com Florestan Fernandes (1975/2020) ao reiterar que em nenhum momento da história brasileira “as ameaças à hegemonia burguesa nunca chegaram a ser decisivas e sempre foram exageradas pelos grupos oligárquicos” (p. 216). Porém, é inegável que durante o governo Jango a classe trabalhadora, por meio do crescimento do Partido Comunista, maior ação do movimento operário e crescimento das organizações camponesas, atingiu um de seus ápices e teve um de seus maiores momentos de combatividade e organização na história brasileira.

Somada a atuação de um presidente que não tinha como premissa a repressão aberta e sistemática contra o movimento operário, a desconfiança do imperialismo com a figura de Jango, sua guinada à esquerda nos últimos meses de governo, o aumento da inflação em conjunto com a dificuldade em aplicar os planos de austeridade para combatê-la, reunimos condições suficientes para que a burguesia intensificasse a sua veia autocrática e desnudasse sua real faceta de atuação, lançando mão de um golpe de Estado e consolidando um governo policialesco e restringindo ao máximo as liberdades democráticas.

Há uma formação de consenso da burguesia que, no momento de maior tensão, a solução seria reprimir o movimento com todas as forças possíveis, já cogitando em vários setores da burguesia e com respaldo no imperialismo, formas de retirar Goulart do poder. Há uma certa união da burguesia pela retomada da estabilidade política. A debilidade da classe é somente em relação aos ideais atingidos pelas revoluções burguesas no centro. Para fins de reprodução do capitalismo dependente, principalmente em seus momentos de crise, a classe dominante demonstra plenamente a sua eficácia.

Florestan Fernandes (1975/2020) indica que se a burguesia tivesse anseios nacionalistas e tivesse a intenção de caminhar rumo a uma revolução nacional-democrática ela não teria de fazer pequenos ajustes político-econômicos em prol de maior soberania nacional, mas para que isso se efetivasse, seria necessário o rompimento com toda uma estrutura de reprodução do

capitalismo dependente, modificando integralmente o padrão de acumulação e desenvolvimento nacional. “Para libertar-se do capitalismo dependente e subdesenvolvido a burguesia brasileira precisaria livrar-se, com a maior urgência, do atual padrão de dominação burguesa.” (p. 303)

Há um interesse explícito da burguesia em manter a estrutura dependente. O próprio imperialismo necessita de uma burguesia que esteja alinhada com seus interesses na periferia. Porém, o enlace da burguesia brasileira com o imperialismo não acontece de forma mecânica como sugerem alguns autores como Marini (1969/2012) e Mazzeo (1989/2015), que traçam a ideia de uma burguesia brasileira que está integralmente submetida aos ditames do imperialismo sem que ela ocorra sob embates e tensões, se apresentando como uma subordinação dócil e ausente de contradições. Há uma relação mais complexa entre o imperialismo e a burguesia brasileira, fato que tentaremos elucidar em seguida.

#### 4.2 AS DISTINTAS POSIÇÕES DAS BURGUESIAS POR NICOS POULANTZAS.

As análises de Poulantzas (1975) sobre a burguesia consiste em apresentar três tipificações acerca de suas relações com o imperialismo: a burguesia nacional, compradora e interna. Há uma interessante asserção na obra do marxista francês, que considera um espectro de elementos para além dos puramente econômicos, abarcando também manifestações políticas e ideológicas. Esse alargamento do conceito, permite que não caiamos em armadilhas economicistas, considerando os campos político-ideológicos como constitutivos da classe.

Portanto, não partimos da premissa que por a burguesia nacional se consolidar a partir de sua atuação no mercado interno, automaticamente se criaria uma postura anti-imperialista de defesa da soberania nacional em detrimento do capital estrangeiro. Burguesias que têm a sua penetração disseminada no mercado interno talvez apresentem uma maior tendência em manifestar uma posição ideológico-política de burguesia nacional. Para Poulantzas (1975), a burguesia nacional é a

fração autóctone da burguesia que, a partir de certo tipo e grau de contradições com o capital imperialista estrangeiro, ocupa, na estrutura ideológica e política, um lugar relativamente autônomo, apresentando assim uma unidade própria. (...) em conjunturas determinadas de luta antiimperialista e de liberação nacional, de adotar posições de classe que a incluem no ‘povo’, e é então passível de certo tipo de aliança com as massas populares. (p. 76)

A partir desta citação, podemos destacar dois pontos que nos parecem importantes para podermos fazer uma análise sobre o caráter da burguesia brasileira durante o período destacado. O primeiro destaque se refere a autonomia em relação ao imperialismo, se organizando a partir de uma unidade própria que garanta o exercício dessa autonomia. A burguesia nacional apresenta um determinado grau de contradição com o imperialismo e passa a organizar uma unidade que possibilita o movimento a partir de determinado grau de autonomia frente ao imperialismo e, em momentos propícios, opor-se ao capital estrangeiro. Essa oposição se alinha com o segundo ponto a ser destacado na definição poulantziana que, em momentos de luta antiimperialista, a burguesia nacional possa endossar e fazer aliança com setores populares, principalmente em momentos de tensão social rumo a libertação nacional. Essa burguesia possui contradições econômicas, ideológicas e políticas suficientes para sustentar uma franca oposição à opressão imperialista, podendo até se tornar uma aliada momentânea de movimentos sociais, partidos nacionalistas e comunistas, compondo frentes de luta antiimperialista.

Já a burguesia compradora pode ser considerada como a antítese da burguesia nacional, pois não tem “base própria de acumulação do capital, que age de algum modo como simples ‘intermediária’ do capital imperialista estrangeiro (...) e que é assim, do triplo ponto de vista econômico, político e ideológico, inteiramente enfeudada no capital estrangeiro.” (Poulantzas, 1975, p. 76). Essa fração burguesa atua como uma espécie de porta-voz dos interesses

estrangeiros, prescindindo da autonomia e unidade que a burguesia nacional procura articular. Assim como sua movimentação política tende a ter caráter mais conservador e com pouca preocupação com anseios nacionais, sendo pouco provável que essa burguesia possa avaliar uma aliança com setores populares e anti-imperialistas.

Ao considerarmos que somente duas caracterizações são possíveis para a classe dominante, cria-se uma tendência de engessar as análises, desconsiderando que haja a possibilidade de frações da burguesia terem níveis de tensionamentos com o imperialismo sem que necessariamente possam ser consideradas burguesias nacionais, assim como burguesias que tem laços de dependência com o imperialismo sejam esquematicamente colocadas como burguesia compradora.

Tendo em vista esta dificuldade analítica, Poulantzas (1975) elabora uma configuração intermediária entre essas duas posições, denominando-a como 'burguesia interna'. De acordo com esta caracterização da burguesia, ela é “por um lado imbricada por múltiplos elos de dependência aos processos de divisão internacional do trabalho e de concentração internacional do capital sob a dominação do capital americano.” (Poulantzas, 1975, p. 77). Ela tem conexões de dependência e subordinação ao imperialismo americano, porém, “não se trata de uma burguesia meramente compradora: ela possui um fundamento econômico e uma base de acumulação própria e ao mesmo tempo no interior de sua formação social, não afetando a dominação do capital americano (...).” (Poulantzas, 1975, p. 77-78).

A burguesia interna possui um fundamento econômico próprio, tendo raízes no mercado interno, que não entra em contradição direta com o capital americano ou coexiste pacificamente com ele, assim como possui elos de dependência com o capital americano, podendo até mesmo transferir parte de sua mais-valia para o capital internacional. O seu posicionamento político ambíguo foi sintetizado por Martuscelli (2018)

a burguesia interna seria uma fração burguesa que ocuparia uma posição intermediária entre a burguesia nacional e a burguesia compradora (associada). Ela possui base própria de acumulação, está interessada na intervenção estatal, especialmente quando essa intervenção lhe garante maior controle sobre determinados ramos econômicos do país, competitividade perante o capital estrangeiro e financia o desenvolvimento econômico voltado para o mercado externo - o qual está mais inclinada a apoiar. Em relação ao mercado interno, defende apenas pequenas elevações do poder de compra e de consumo das massas, o que atesta o caráter socialmente conservador de seu posicionamento político. (p. 85 - 86)

A oscilação entre ações que contestem pontualmente o capital estrangeiro e a dependência em relação a este mesmo capital são os dois polos opostos que o pêndulo da burguesia interna se movimenta. O conceito foi elaborado a partir da realidade de países da periferia da Europa Ocidental, como Espanha e Portugal, que também possuem um nível de industrialização dependente e têm relações ambivalentes em relação ao capital estrangeiro, principalmente estadunidense. Aqui, cabe o questionamento se mesmo Poulantzas tendo forjado o conceito de burguesia interna para analisar a realidade de países europeus, se esta caracterização pode ser utilizada como ferramenta de análise para a realidade brasileira.

Martuscelli (2018) esclarece que no caso das formações sociais dependentes “deve-se acrescentar que, por serem constituídas por uma base econômica frágil e limitada, as concessões materiais podem ser ainda mais restritas.” (p. 126). Esse fator se deve a contínua transferência de renda dos países dependentes aos países centrais, engessando o espectro de concessões possíveis à classe trabalhadora, assim como a classe dominante está ligada a fatores históricos como a escravidão, a rejeição da participação popular na política e a normalização de uma relação abissal entre as classes, porém, feita essa devida mediação, é plausível elegê-lo como uma conceitualização que permite maior elucidação da realidade brasileira.

É certo que a burguesia dependente se apresenta muito mais hermética para ceder às demandas da classe trabalhadora se comparada com países europeus, porém, por meio dessa conceitualização poulantziana, podemos atribuir maior elasticidade e rigurosidade conceitual em relação a atuação concreta da burguesia. O concreto não se molda de acordo com as conceitualizações, mas se apresenta como uma realidade complexa e em constante movimento, indiferente às mais complexas elaborações.

Gorender (1981/1998) partilha dessa mesma crítica colocada por Poulantzas a respeito das interpretações esquemáticas a respeito das atuações políticas da classe dominante. A partir desse raciocínio, destaca como durante a primeira metade do século XX, marcado pela introdução do capital industrial estrangeiro, a burguesia industrial brasileira, em particular as que produziam insumos necessários para outros ramos mais específicos e ligados à produção de bens com maior nível tecnológico, como é o caso da Ford e da IBM. Setores da burguesia industrial que fabricavam esses componentes requisitados pela indústria de ponta, favoreceram e prosperaram de forma significativa com a entrada destes capitais estrangeiros no Brasil, desde que beneficiassem a sua empresa.

Por mais desejável que seja a entrada desses capitais que tendem a favorecer a indústria nacional, há certas considerações contrárias a respeito de seu fortalecimento e expansão no país, principalmente pela possibilidade destas mesmas indústrias verticalizarem sua produção e passarem a atuar na produção dos componentes fornecidos previamente pela burguesia brasileira. Tendo em mente a ambiguidade desta situação, Gorender (1981/1998) cita José Mindin, presidente da Metal Leve, uma destas empresas beneficiadas pela entrada da indústria estrangeira: “achamos que o capital estrangeiro deve ser disciplinado, porque senão ficaremos numa situação de dependência excessiva. Porém, ele não deve ser combatido. Os investimentos estrangeiros devem ser aceitos segundo critérios e direcionados para setores prioritários” (p. 91). Podemos compreender a seletividade e a prioridade da burguesia brasileira como rentável

para seu próprio empreendimento e sem a intromissão desse capital estrangeiro na fatia destinada à burguesia brasileira.

A partir do momento em que este capital passa a querer ampliar sua atuação no ciclo produtivo, se apropriando de outras áreas que a princípio seriam divididas com a burguesia brasileira, é que surgem os ímpetos ‘nacionalistas’ da burguesia brasileira. Um caso significativo apresentado por Gorender (1981/1998) é o da Fábrica de Molas Sueden, importante indústria de caráter médio de São Paulo, que após 27 anos fornecendo molas para a Ford e para a GM sem nunca ter se manifestado de forma contrária ao capital estrangeiro, passou a revelar “insuspeitados pendores nacionalistas e veio a público para denunciar a intromissão do capital multinacional numa área indevida.” (p. 109) após a Ford anunciar que projetava produzir molas próprias em uma fábrica de Pernambuco, dispensando os fornecedores nacionais.

Nesse sentido, as próprias entidades patronais muitas vezes entram em contradição com o imperialismo. Diferentes entidades patronais podem reagir de formas completamente distintas a depender do tópico apresentado. No período recortado para este trabalho, algumas entidades, principalmente as de cunho industrial como setores da Fiesp e da CNI, demonstraram mais abertas a pequenas negociações ao proletariado, se comparadas com entidades comerciais, como ACRJ e a ACSP, que tendem a estar mais alinhadas com os interesses do capital estrangeiro.

Por meio do conceito de burguesia interna, podemos capturar de forma mais precisa a própria dinâmica dialética da realidade, que não se move por meio de expressões límpidas e objetivas, mas contém a contradição como um dos seus principais motores. Loureiro (2017) coloca que a apresentação do “Plano de Economia” quando Tancredo Neves ainda era primeiro-ministro no início de 1962, dividiu opiniões na Fiesp, pois constava como uma das medidas de combate a inflação, a redução de crédito por parte do Banco do Brasil, que teria

um aumento de apenas 10% em relação ao ano anterior, além de estabelecer um “empréstimo compulsório” por meio da elevação da alíquota do Imposto de Renda, reduzindo ainda mais o poder de compra do proletariado. A ‘ala nacionalista’ da entidade teria pouco ou nenhum contato com o capital externo, tendo seus negócios voltados majoritariamente para o mercado interno e rejeitassem as medidas contidas no plano. Porém, a ala “estrangeira” da entidade saudou o plano como dotado de providências essenciais para o combate à inflação.

Nessa mesma época, em relatório do embaixador americano no Brasil para o Departamento de Estado, registra que José Ermírio de Moraes, um dos fundadores do grupo Votorantim, teria financiado a campanha do “procomunista” Miguel Arraes em Pernambuco e que era “violentamente hostil a investimentos norte-americanos” (Loureiro, 2017, p. 225), assim como um dos líderes do Ipes paulista, João Batista Leopoldo Figueiredo, alegou ao cônsul americano quando perguntado sobre a atitude dos empresários brasileiros diante de investimentos externos, ao que Figueiredo admitiu que havia “algum sentimento hostil da parte da ‘burguesia nacional’ contra o capital estrangeiro, sem dar maiores detalhes, porém, sobre as características desse ‘sentimento’.”(Loureiro, 2017, p. 225).

Ao nos determos em nível microscópico sobre a atuação da burguesia durante o período destacado para este estudo, partimos da análise que mesmo parcialmente, a fração industrial apresenta algumas contradições com o imperialismo americano, principalmente em relação às políticas de enxugamento do crédito público para empresas privadas, contenção salarial a nível que possa prejudicar a taxa de lucro de empreendimentos que tenham foco no mercado interno e aumento da concorrência neste mesmo mercado. É nesse sentido que o conceito de Poulantzas (1975) de burguesia interna demonstra a sua potência analítica, pois essa burguesia está longe de se constituir como uma burguesia que possa ser considerada como nacionalista, pois ela não apresenta um nível de unidade, organização e orientação política que seja capaz de exercer uma atuação contrária ao imperialismo, assim como ela não está disposta a fazer qualquer tipo de

aliança política com as massas, mas o contrário, ativamente rejeita qualquer participação dos setores populares na política. A negação dessas duas características afasta-se da definição poulantziana de burguesia nacional, que não apresenta nenhuma dessas duas características em nenhum momento da história brasileira pré-64.

Podemos então considerar que parcelas da burguesia industrial brasileira possuem contradições com o imperialismo, porém, são extremamente relutantes em encampar qualquer tipo de atuação política anti-imperialista pública e consequente, fomentando um sentimento nacionalista e anti-imperialistas que ficam restritos aos gabinetes. É significativo que durante o governo Goulart, as manifestações contrárias às ações imperialistas aparecem somente em notas retiradas dos bastidores da política nacional, ventiladas em reuniões do alto escalão e sem nenhuma campanha que visasse colocar o debate a nível nacional, em conjunto com as massas reivindicando uma pauta comum. Há uma oposição tímida, praticamente inexistente e incapaz de provocar rupturas estruturais ou até um confronto menor com o imperialismo.

Em relação a fração agrária, podemos destacar em conjunto com Farias (2017) que o crescimento das Ligas Camponesas em diversos estados brasileiros, acrescidos da recente Revolução Cubana ocorrida em 1959 encetando uma ampla reforma agrária, intensificou a posição de alerta desta classe, que já conta com características bélicas bastante acentuadas. Devido a pressão exercida pela conjuntura da época, a Confederação Rural Brasileira (CRB) adotava um discurso ‘favorável’ à reforma agrária, desde que respeitasse “nossas tradições cristãs, democráticas e técnicas, que ampare, de fato e de direito essa imensa massa de patrícios que labutam na amplidão dos campos, [...] de modo a extirpar as práticas de caráter feudal ainda vigentes.” (Farias, 2017, p. 141). Em revista da entidade publicada em 1962, o presidente da entidade declara:

não somos reacionários. Não concebemos estéreis lutas de classes na área rural.

Estamos dispostos a impedi-los, apelando para as indispensáveis modificações da

estrutura social e jurídica, que podem ser levadas a efeito num clima de entendimento. [...] Esse ciclo de exploração da terra, característico de regimes feudatários, mas já em retrocesso mesmo nos países chamados subdesenvolvidos, precisa ser definitivamente encerrado, substituído por uma agricultura moderna estrutural em bases racionais. (Farias, 2017, p. 142).

Em conjunto a estas declarações, a fração latifundiária preparava-se para a luta armada e convocava outras entidades patronais a comprarem armas, principalmente em defesa de suas propriedades, assassinando membros da Liga Camponesa e obtendo respaldo material para uma ação mais direta, preparando-se para o confronto direto em caso de insurreição popular. Também chama a atenção o fato de a reforma agrária não ser prontamente vetada nas mensagens, mas aceita desde que realizada em seus termos que, ao final, são de caráter abstrato e não buscam colocá-las em prática. É a conjuntura os obriga a não rejeitar o debate.

A fração agrária estava seriamente preocupada com o início de um processo de reforma agrária e a organização dos trabalhadores nos campos. Ligada ao imperialismo desde os tempos coloniais, não tinha qualquer ambição de modificar a estrutura de reprodução do capital agroexportador, posicionando-se inclusive contra a industrialização brasileira, alegando por meio da Sociedade Rural Brasileira que “a maior parte de nossas indústrias vivem de parasitas da economia nacional. Pelas proteções alfandegárias e políticas obtidas em favor de seus produtos, privam o consumidor nacional de adquirir produtos industriais estrangeiros melhores e mais baratos.” (Farias, 2017, p. 129). Se a fração industrial parece manter um modelo de desenvolvimento industrial sem perspectivas de soberania nacional, a fração agrária se posiciona a partir de forma ainda mais retrógrada, sendo contrária a própria modernização e industrialização do Brasil, dando valor a “vocação agrária” do país e alegando os “altos custos” da industrializa o brasileira.

A fração agrária não abre margem para considerarmos seu posicionamento a partir de uma burguesia interna, mas como burguesia compradora, agindo como porta-voz dos interesses estrangeiros no país, beneficiando-se diretamente da estrutura dependente e disputando posições políticas que conservem uma estrutura agrária do país.

Já a fração comercial brasileira se liga estreitamente com a fração latifundiária, pois os principais produtos colocados em circulação por esta fração são decorrentes da produção agrária. Com forte penetração do capital estrangeiro, hegemonizou, em conjunto com a fração agrária, o mercado brasileiro desde o início de sua história. Há uma tendência da classe em priorizar a desvalorização da moeda nacional em detrimento da estrangeira, procurando amplificar seus lucros a partir da desvalorização cambial (Sodré, 1964/1976). Pela natureza de sua atividade econômica externa, não possui vínculos sólidos com o mercado interno e se movimenta em conjunto com os interesses imperialistas. Fato notável é colocado por Farias (2017) ao apontar que na década de 50, dentre as dez maiores empresas exportadoras de café, as seis primeiras eram estrangeiras

Em relação ao projeto de industrializar o Brasil, adota uma postura menos reacionária que a fração agrária, admitindo a importância da industrialização brasileira, porém, consideravam que o Brasil não deveria abrir mão de sua “vocação agrária” para desenvolver uma indústria que onerasse os cofres públicos e prejudicasse a atividade exportadora, aumentando as taxas de importa o ou aumentando o volume de crédito para a atividade industrial em detrimento das atividades financeiras. Um dos principais críticos às políticas industrializantes nos anos 30 foi Valentim Bou as, empresário ligado a exporta o e *persona grata* da embaixada americana, que publicou uma série de artigos apontando o fracasso da indústria brasileira:

uma indústria que esteve salvaguardada pelas mais altas barreiras ao comércio; protegida durante trinta anos por quotas em ouro; defendida por direitos internos

proibitivos e apoiada pelas mais baixas taxas de câmbio conhecidas na história do país, e que, a despeito de todas essas medidas protetoras, não se considera ainda suficientemente forte para enfrentar a competição estrangeira, então tal indústria só pode ser classificada como falida, e conseqüentemente deveria desaparecer. (Farias, 2017, p. 79)

As principais entidades comerciais do Brasil, durante todo o período que temos como foco do trabalho, se vinculou a um programa que colocava obstáculos à complexificação das forças produtivas no Brasil, é majoritariamente descolada do mercado interno, se beneficia de uma política cambial desvalorizada em relação à moeda estrangeira e tem seu ciclo de reprodução intimamente conectado ao mercado externo, portanto, concordamos com a avaliação de Farias (2017) ao classificar a atuação da burguesia comercial como burguesia compradora, pois dado o seu “enfeudamento no capital estrangeiro, aquela fração tende ao alinhamento com as diretrizes do capital internacional.” (p. 78).

Após a análise de cada fração burguesa, fica descartada a existência de uma fração que atue tal como uma burguesia nacionalista. Durante o governo Goulart, a fração industrial com anseios de burguesia interna, enfrenta dificuldades para colocar suas demandas como prioritárias nas entidades patronais e constroem uma oposição de gabinete, a partir de conversas nos bastidores e politicamente pouco conseqüente. Porém, o próprio conceito de burguesia interna procura abarcar essa parcela burguesa que tem uma atuação vacilante e contraditória, ora agindo de acordo com as políticas imperialistas, ora entrando em contradição com estas medidas, mas sem que elas ganhem desdobramentos significativos e alterem a estrutura da reprodução do capitalismo dependente.

Aqui, podemos estabelecer um debate interessante a respeito das definições do caráter da burguesia brasileira, principalmente relacionado com os setores industriais, dada por alguns autores que possuem uma caracterização da burguesia como ‘pró-imperialista’, ou ‘sócio

menor do imperialismo' como Mazzeo (1989/2015) e Marini (1969/2012). Ambos os livros são uma tentativa em diferentes tempos históricos em contribuir teoricamente para embasar uma reorientação política nas teses hegemônicas no movimento comunista brasileiro, dando um novo direcionamento tático-estratégico por meio do rompimento das teses de aliança com a suposta burguesia nacionalista em prol de uma revolução 'nacional-democrática' e defender a tese da implementação do socialismo sem recorrer anteriormente à etapa de revolução democrática.

As primeiras fissuras nas teses etapistas do PCB se iniciam a partir das intervenções de Caio Prado Júnior (1942/2011), que posteriormente ecoam nas reflexões apresentadas por Mazzeo (1989/2015). Nestes, há uma defesa da conjectura de que o capitalismo já era de tipo maduro no Brasil, porém, consolidadas a partir de um processo de subordinação em relação aos países centrais. Portanto, o tipo de capitalismo a brasileira se diferencia radicalmente dos países centrais, sendo inviável pensar um capitalismo de caráter nacional e autônomo, tal como propunha a tese da revolução nacional-democrática.

A compreensão de que o capitalismo brasileiro ainda estava em seu estágio inicial é um mote comum nas teses etapistas, porém, o capitalismo no Brasil já se poderia ser considerado de tipo maduro, desde que considerado em sua particularidade subalterna. Portanto, mesmo em seus setores mais avançados a época, como a fração industrial, ainda há uma filiação ao capitalismo dependente, cuja alteração provocaria um novo padrão de acumulação, mudança que nem a fração industrial e a burguesia em sua totalidade estariam dispostas a enfrentar enquanto classe. A partir desta análise, há uma compreensão de que a burguesia brasileira não é uma classe social passível de serem concretizadas alianças estratégicas. Os desdobramentos políticos engendrados pelas teses da implementação da construção da revolução socialista como tarefa imediata são de vital importância para o movimento comunista.

Já a obra de Marini (1969/2012) “Subdesenvolvimento e Revolução”, escrita após o golpe de 64 quando Ruy Mauro já estava exilado, propõe uma outra chave de leitura acerca da estratégica revolucionária adotada pela ala majoritária da esquerda, principalmente em relação ao PCB e ao trabalhismo. A crítica de Marini também tem como alvo a tese de que uma parcela da burguesia ‘nacionalista’ se encontra como um dos potenciais agentes revolucionários. Antes do golpe militar, Marini, em conjunto com outros militantes, fundaram a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), procurando criar uma alternativa consistente ao reboquismo burguês que a esquerda se encontrava. A principal diferença estratégica com outras organizações, consiste na tese de que a burguesia brasileira não tinha frações nacionalistas em seu seio, sendo em bloco uma classe que estava completamente alinhada com o imperialismo. Portanto, a tarefa imediata do partido não era a construção de uma revolução nacional-democrática, mas uma revolução socialista, tendo em vista que o capitalismo no Brasil já era de tipo maduro, não restando tarefas a serem concretizadas sob a sua moldura.

O fracasso das teses etapistas também fica evidenciada pelo trabalho de Farias (2017), ao abordar a perspectiva da burguesia industrial de desenvolvimento. Enquanto a pequena-burguesia, capitaneada principalmente pelos setores militares, propunham um desenvolvimento de bases nacionalistas e visando uma soberania política, a fração industrial rejeitava a maioria destes pontos, propondo um desenvolvimento que abria margens para o investimento estrangeiro e despida de qualquer horizonte de soberania nacional. O próprio desenvolvimento do capitalismo a partir do governo de Getúlio Vargas foi capitaneado principalmente por esta pequena-burguesia, tendo pouco respaldo na fração industrial. A ausência do principal agente político responsável por conduzir a etapa nacional-democrática, a dita burguesia anti-imperialista, do capitalismo brasileiro se encontra ausente da realidade brasileira.

#### 4.3 QUESTÃO RACIAL E BURGUESIA BRASILEIRA

Um ponto de suma importância para se pensar nas matrizes históricas da classe dominante consiste na questão racial. É impossível analisar a questão racial descolada da classe. Se os explorados são majoritariamente negros, podemos constatar que a classe dominante também é racializada. Pensar nas matrizes histórico-sociais da burguesia brasileira desconsiderando a questão racial é ignorar um importante determinante desta classe.

Desde os tempos da escravidão, principalmente no contexto pré-1850, período no qual Moura (1994) denominou de ‘escravismo pleno’, o escravo oferecia fortes resistências a sua condição de cativo. Diversas formas de afrontar a escravidão foram executadas, desde formas mais passivas como suicídio, assassinato dos próprios filhos e fugas coletivas, até ações mais ativas como revoltas urbanas, resistência armada em quilombos, violência contra senhores e feitores e guerrilhas em matas e estradas. A própria instituição da escravidão gerava sua faceta contrária, a resistência e a negação do escravizado de sua condição de escravo. Moura (1988/2020) destaca que em todos os espaços que houveram escravidão, também houveram formas de resistência a ela, não se concentrando apenas em locais com quantidades massivas de escravos.

A resistência escrava constitui-se como a completa negação da sociedade escravista e contribuiu significativamente para a sua implosão.

As revoltas dos escravos, como apresentamos neste livro, formaram apenas um dos termos dessa antinomia: foram um dos seus elementos dinâmicos, porque contribuíram para solapar as bases econômicas desse tipo de sociedade. Criaram premissas para que, no seu lugar, surgisse outro. Em termos diferentes: as lutas dos escravos, ao invés de consolidar, enfraqueceram aquele regime de trabalho, fato que, aliado a outros fatores, levou o mesmo a ser substituído pelo trabalho livre. (Moura, 1988/2020, p. 391)

Essas insubordinações têm consequências no próprio comportamento da classe dominante, que necessita de uma proteção ativa, procurando criar o máximo de obstáculos para que estas resistências se efetivassem ou fossem suprimidas de imediato. O complexo erigido para satisfazer os anseios de segurança da classe dominante são extensos, desde recursos mais imediatos como a formação de milícias para capturar escravos foragidos, separar famílias e agrupar em uma mesma fazenda negros de diferente etnias e línguas, dificultando sua comunicação, a ações coletivas da classe dominante, como a justificativa ideológica da inferioridade biológica do escravo, a imposição do cristianismo em detrimento de suas práticas religiosas e a constituição de um aparelho repressor tanto na esfera jurídica como no setor militar, amplamente utilizado contra negros fugidos e quilombos (Moura, 1988/2020).

O Brasil Colônia e Império constituem-se a partir da negação da consideração do negro como um sujeito histórico, procurando apagar a sua inserção no país, retirando ou diluindo suas contribuições históricas, culturais, políticas e econômicas. Semelhante situação ocorre na República, cujas mazelas da escravidão ainda assombram a população negra brasileira, impossibilitando-o de uma indenização e um amparo sócio-econômico para sua integração na sociedade brasileira. A principal demanda da população recém-liberta estava condicionada com a terra. Considerar a questão negra, para além da Abolição, consistia em uma reforma agrária estrutural que pudesse democratizá-la e, a partir daí, pensar em uma real integração do negro na sociedade brasileira. Há uma impossibilidade de se debater essa questão, até mesmo pela grande maioria dos abolicionistas que estavam preocupados com o fim da escravidão, mas não tinham em seu horizonte a questão negra, relegando a esta população uma inserção social marginalizada e precária.

A República universaliza o trabalho assalariado no Brasil, retirando a possibilidade jurídica do trabalho escravo. Com a ampliação das relações do modo de produção capitalista as demandas do negro não são contempladas e sua condição de exploração toma nova feição,

porém, está longe de sua emancipação. O racismo brasileiro perpetua uma marginalização do negro, tanto a nível econômico como social. O aparelho repressor concebido para a captura de negros fugidos e a destruição de quilombos é novamente empregada para a sistemática repressão, seja em suas mobilizações políticas ou pela opressão de sua existência em uma sociedade racista. Ficamos impossibilitados de pensar em uma emancipação do negro a partir do desenvolvimento das relações de produção e seguimos com Moura (1994) ao dizer que não podemos negar que “o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando como borra sem função expressiva” (p. 103)

A classe dominante brasileira não estava interessada em transformar aquele que era propriedade sua até alguns anos atrás e subjugando-o a humilhações tal como enunciada por Moura (1994) por meio do relato de um marinheiro, cujo senhor obrigava diariamente os escravos a escolherem entre receberem 25 chibatadas ou beijarem sua bengala, em algum sujeito com possibilidades econômicas e sociais para uma possível escalada social. A escolha da mão-de-obra do imigrante foi baseada a partir de uma premissa eugenista, almejando um branqueamento da sociedade brasileira, seguida da exclusão de elementos negros.

A classe dominante também é racializada. É a partir de uma visão racista que consideremos somente o negro como um ser racializado. Haider (2019) é certo ao apontar que a própria concepção do negro não é possível sem a criação do branco. Ambos estão dialeticamente imbricados, cuja supremacia de um, necessita da inferiorização do outro. É a partir da necessidade da mão-de-obra escrava no continente americano que o conceito de raça foi forjado, fundando um universo político e simbólico que organiza as relações sociais a partir destes marcadores. A classe dominante branca procura preservar sua branquitude por meio da exclusão sistemática do negro da sociedade brasileira, preservação que termina por reproduzir

a mesma visão sobre o negro escravo, destituído de desejos e objetificado como pura força de trabalho. O trabalho intelectual e de comando dos meios de produção ficam a cargo do branco, despido do fardo do trabalho manual.

Aqui podemos destacar um fator econômico fundamental para a reprodução do capitalismo dependente e que se relaciona diretamente com o racismo. O conceito de superexploração elaborado por Marini (1973/2017) tem como base a intensificação das manifestações negativas provocadas pela exploração da força de trabalho na periferia do sistema. Marini aponta a superexploração como uma tendência dos países periféricos, com foco na América Latina. Levando em consideração a especificidade brasileira, é principalmente nas camadas mais marginalizadas da classe trabalhadora que a superexploração encontra solo fértil para exprimir sua máxima potência. O racismo se articula como um dos principais determinantes para a reprodução da superexploração, legitimando que relações mais precarizadas de trabalho possam se estabelecer sem provocar consequências legais ou sociais, por partir do consenso social que a população negra constitui-se como mais apta ao trabalho braçal e com maior tolerância de capacidades laborais.

Podemos concluir que a classe dominante brasileira, a partir do capitalismo dependente, se apropria do legado racista da sociedade escravista, encontrando a sua forma de explorar esta contradição e alargando as taxas de mais-valia a partir da superexploração da mão-de-obra negra. A implosão do racismo e uma ruptura com a lógica racial brasileira acarretaria em um nivelamento social indesejável para a classe dominante e também provocaria uma diminuição das suas taxas de lucro, colocando maiores obstáculos para a reprodução de relações superexploratórias de trabalho.

#### 4.4 CONCLUSÃO

Durante o percurso do trabalho, principalmente neste último capítulo, acreditamos que as matrizes histórico-econômicas da burguesia brasileira e suas frações foram paulatinamente

sendo elucidadas. Portanto, este subcapítulo tem como intuito resgatar brevemente os principais elementos abordados no texto.

Por ser um trabalho que parte de uma epistemologia marxista, não consideramos válida a separação entre economia e política, considerando-a uma unidade dialética. Ambos os campos possuem uma autonomia relativa, mas pensá-los de forma imbricada é essencial para compreender a natureza da burguesia brasileira.

Principalmente pela natureza dependente do capitalismo brasileiro, não há como analisar a dinâmica político-econômica brasileira sem pensá-la inserida no universal geopolítico, principalmente pela forte atuação do imperialismo que tem desdobramentos fundamentais na política interna. O primeiro fator econômico de grande relevância se destaca pelos diferentes mecanismos de transferência de renda do Brasil aos países centrais, principalmente Europa e EUA. Listamos os 3 principais a partir de Luce (2018): 1) Serviço da dívida, que se avolumam na história brasileira desde o período da independência e sob o pagamento de juros abusivos, que excedia o valor da dívida original. 2) Remessa de lucros, *royalties* e dividendos, que saem com facilidade do país sob taxas extremamente baixas e devido a baixo desenvolvimento tecnológico, sustentando um ciclo constante na história brasileira. 3) Deterioração dos termos de intercâmbio, que se configura na própria divisão internacional do trabalho, que tem como principal eixo econômico produtos de baixo valor agregado, em comparação com as importações de produtos altamente especializados e com custo de maior envergadura. A combinação destes 3 elementos se constitui por meio de um intercâmbio desigual entre os países centrais e periféricos, gerando um acúmulo de excedente muito superior nos primeiros em detrimento dos dependentes, que tem parte significativa do valor produzido sequestrado para os países centrais.

As consequências para os países dependentes são desastrosas, tanto no plano político como no econômico. Aqui, as fronteiras entre o econômico e o político passam a ficar cada vez

mais ocultas. Analisamos que devido a um déficit do valor produzido no Brasil, a burguesia brasileira para manter suas taxas de lucro a nível competitivo lança mão da superexploração da força de trabalho tal como elucidado por Marini (1973/2017), que consiste em acentuar todas as formas de exploração sobre o trabalhador. Destaquemos 3: 1) Pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor. Assim como todas as mercadorias têm um valor imaterial estabelecido pela quantidade de horas socialmente necessárias para realizar aquela determinada mercadoria, a força de trabalho, sendo também uma mercadoria na sociedade capitalista, também possui seu valor, porém, no Brasil um dos mecanismos da superexploração consiste no pagamento abaixo deste valor, gerando maior apropriação pela burguesia. 2) Prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais. O aumento da jornada de trabalho pode provocar um desgaste de tal maneira no trabalhador que há a possibilidade de sua vida útil de trabalho ser reduzida, configurando-se como um elemento de superexploração e diferenciando-se da mera apropriação de mais-valia pela extensão da jornada de trabalho. 3) Aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais. De forma semelhante ao prolongamento da jornada, o aumento da intensidade no capitalismo dependente ultrapassa o limite ‘normal’, passando a encurtar e prejudicar a vida útil do trabalhador, configurando-se também como superexploração da força de trabalho.

Principalmente a partir do primeiro elemento colocado pela superexploração, podemos concluir que há uma clara distinção na esfera produtiva brasileira entre as demandas da classe trabalhadora e o destino da produção nacional. Pela sua característica dependente e tendo sua produção parcialmente voltada ao mercado externo, o capitalismo dependente tem maior nível de desprendimento e autonomia em relação ao mercado interno para se reproduzir, portanto, há um abismo ainda mais acentuado entre as classes dominantes e a classe trabalhadora no Brasil, distanciando-as de uma perspectiva de consumo dos bens essenciais para a reprodução da vida, como bem apontam o abismo entre o salário real e o salário ideal a partir do DIEESE.

Para que se possa manter essa estrutura hostil com a classe trabalhadora, a burguesia para além de seus mecanismos de produção de consenso, procura instaurar um Estado de verve autocrática e policialesca, tratando o movimento operário e as manifestações dos trabalhadores muitas vezes como caso de polícia. Nas palavras de Mazzeo (1989/2015)

a base da hegemonia burguesa no Brasil foi e tem sido o permanente alijamento das massas trabalhadoras das instâncias de decisão, seja pela coerção explícita, na forma de governos autocráticos-bonapartistas, seja pela manipulação política, nos momentos de institucionalização e/ou ‘legalidade’ da autocracia burguesa, comumente chamados de períodos de vigência democrática”. (p. 134).

Destaquemos como o autor coloca a retirada de qualquer participação popular na política seja em momentos de maior agudização da luta de classes e da ofensiva burguesa como a ditadura militar, seja em momentos de ‘legalidade’ democrática. O elemento da autocracia burguesa não se expressa somente em momentos extraordinários da história brasileira, mas faz parte de sua constituição enquanto classe e de sua forma ‘normal’ de se exercer a política. Florestan Fernandes (1975/2020) elabora um raciocínio que vai de encontro com a perspectiva apresentada, argumentando que no período pré-golpe, devido ao aumento da presença dos trabalhadores na política nacional, o “jogo democrático se tornou demasiado arriscado, os verdadeiros atores continuaram o baile sem máscaras. Em suma, não existia uma democracia burguesa fraca, mas uma autocracia burguesa dissimulada” (p. 334).

Esse alijamento das massas e a permanente retirada da participação da classe trabalhadora têm amplo lastro histórico, principalmente a partir dos anos de escravidão cometidas contra pessoas negras e indígenas, das articulações pelo alto e devido ao fundamento econômico do padrão de acumulação do capital dependente. Se há uma deliberada intensificação da exploração do trabalhador brasileiro, a sua organização e maior poder de barganha tocam justamente no calcanhar de aquiles do capitalismo dependente. A criação de

todo o valor produzido parte da ‘mercadoria especial’, portanto, alterar os determinantes daquele que sustenta toda a cadeia produtiva, é flertar constantemente com a crise do capitalismo dependente brasileiro. É preferível às classes dominantes exercer uma brutal e contínua repressão contra as massas, liquidando a sua participação na política do que mexer na estrutura econômico-político deste capital.

A democracia no Brasil não pode ser compreendida como uma forma política que em sua prática concreta abarque a maioria da população, mas a constituição de uma democracia que se apresenta extremamente restrita, destinada “aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa.” (Fernandes, 1975/2020, p. 290). A tentativa da esquerda no período pré-golpe se constitui a partir de uma perspectiva de aumento da democracia, mas sem romper com seu verniz burguês e aprofundará-la para uma democracia operária. A estratégia consistia em procurar aumentar o nível de democratização da sociedade civil por meio de do fortalecimento das instituições e maior respeito as legalidades democráticas, tendo a burguesia ‘nacionalista’ como agente condutora do processo.

A ausência de uma fração da burguesia brasileira que reunisse características nacionalistas a ponto de promover tamanho rompimento, tornava o projeto político do PCB órfão. Era requisitada a presença e liderança de uma classe que, na prática, não existia. A fração latifundiária e comercial podem ser consideradas como burguesias compradoras, a única fração que apresentava contradições parciais com o imperialismo era a industrial, porém, sem dar consequências políticas profundas a estas contradições. Portanto, de acordo com Poulantzas (1975), podemos denominar essa fração industrial como burguesia interna.

O período destacado é de suma importância para o debate do trabalho pois evidencia, de forma clara, a ausência de uma burguesia de cunho nacionalista. A majoritária da esquerda clamava por uma aliança com estes setores, buscando realizar a primeira etapa rumo ao

socialismo, a revolução nacional-democrática. Florestan Fernandes (1975/2020) indica que as pressões do movimento operário a época, ainda se configuravam claramente como ‘dentro da ordem’, ao invés de pressões ‘contra a ordem’:

Por conseguinte, a reação societária às pressões dentro da ordem obedeceu à natureza de uma mentalidade política burguesa especial, inflexível e intolerante mesmo às manifestações simbólicas e compensatórias do radicalismo burguês, e disposta a impedir ou bloquear o seu avanço, em particular, o impacto que elas poderiam ter sobre a aceleração da revolução nacional. (p. 352).

A burguesia temia que esse processo poderia desembocar em uma radicalidade maior, que também poderia descambar para o socialismo, mas principalmente para uma revolução nacional-democrática e era justamente a última que ela visava combater em seu aspecto mais imediato. Neste momento histórico, a resposta da burguesia foi a articulação com os setores mais conservadores da sociedade, o militarismo e o imperialismo consolidando um golpe de Estado que perdurou por mais de 20 anos na história brasileira.

## REFERÊNCIAS

- Bambirra, V. (1972/2019). *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis, SC: Insular.
- Cunha, P. R. (2018). Militares na Política ou Política entre os Militares: uma falsa questão? in *Militares e política no Brasil*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Engels, F. (1846). *Princípios básicos do comunismo*: acessado em 19/08/2022. <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>
- Engels, F. (1890). *Carta para Joseph Bloch*: acessado em 19/08/2022. <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>
- Engels, F. (1884/2012). *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Farias, F. P. (2017). *Estado burguês e classes dominantes no Brasil (1930-1964)*. Curitiba, PR: CRV.
- Fernandes, F. (1975/2020). *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo, SP: Contracorrente.
- Frank, A. G. (1966). *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*. São Paulo, SP: Sinal.
- Guimarães, A.P. (1968). *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Gorender, J. (1981/1998). *A burguesia brasileira*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Haider, A. (2019). *Armadilha da identidade*. São Paulo, SP: Veneta.
- Hirsch, J. (2010). *Teoria materialista do Estado*. Rio de Janeiro, RJ: Revan.
- Prado Júnior, C. (1942/2011). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras,.
- Katz, C. (2021). *A teoria da dependência 50 anos depois*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Lenin, V.I (1917/1986). Imperialismo, fase superior do capitalismo in *Obras Escolhidas vol 1*. São Paulo, SP: Alfa Ômega.
- Lenin, V.I. (1902/1986b). Que Fazer? in *Obras Escolhidas vol 1*. São Paulo, SP: Alfa Ômega.
- Lenin, V.I. (1908/2002). *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907*. Goiânia, GO: Alternativa.
- Lenin, V.I. (1919/2004). *Sobre o Estado - conferência na universidade de Sverdlov in Obras Escolhidas vol 3*. São Paulo, SP: Alfa-Ômega.

- Lenin, V.I. (1919/2004b). *Uma grande iniciativa*. in Obras Escolhidas vol 3. São Paulo, SP: Alfa-Ômega.
- Lenin, V.I. (1918/2017). *O estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Loureiro, F.P. (2017). *Empresário, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. São Paulo, SP: Editora UNESP.
- Luce, M. S. (2018). *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Mascaro, A. L. (2013/2021). *Estado e forma política*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Martuscelli, D. E. (2018). *Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo*. Florianópolis, SC: Editora em Debate.
- Marx, K. (1859/2008). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Marx, K. (1852/2011). *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Marx, K. (1867/2013). *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Marx, K. & Engels, F. (1848/2017). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Mazzeo, A. C. (1999). *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Mazzeo, A. C. (1989/2015). *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Marini, R.M. (1969/2012). *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis, SC: Insular.
- Marini, R. M. (1973/2017). Dialética da dependência. *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v.9, n.3 p. 325 - 356.
- Moniz Bandeira, L. A. (2001/2010). *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil - 1961-1964*. São Paulo, SP: editora UNESP.
- Moura, C. (1994). *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo, SP: Anita Ltda.
- Moura, C. (1988/2020). *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo, SP: Anita Garibaldi.
- Osório, J. (2019). *O Estado no centro da mundialização*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Poulantzas, N. (1975). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

- Poulantzas, N. (1977). *Poder político e classes sociais*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Saes, D. (1985). *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Saes, D. (2001). *República do capital, capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Santos, T. (1995/2021). *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da “Nova República”*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Sodré, N.W. (1962/1970). *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Sodré, N.W. (1964/1976). *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.